

Tilburg University

Social policy and labour mobility in Europe

Cremers, Jan

Published in:
Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Publication date:
2019

Document Version
Publisher's PDF, also known as Version of record

[Link to publication in Tilburg University Research Portal](#)

Citation for published version (APA):
Cremers, J. (2019). Social policy and labour mobility in Europe: The gap between law and enforcement. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 148-161.

General rights

Copyright and moral rights for the publications made accessible in the public portal are retained by the authors and/or other copyright owners and it is a condition of accessing publications that users recognise and abide by the legal requirements associated with these rights.

- Users may download and print one copy of any publication from the public portal for the purpose of private study or research.
- You may not further distribute the material or use it for any profit-making activity or commercial gain
- You may freely distribute the URL identifying the publication in the public portal

Take down policy

If you believe that this document breaches copyright please contact us providing details, and we will remove access to the work immediately and investigate your claim.

SOCIOLOGIA

NÚMERO TEMÁTICO | 2019

A construção civil numa perspetiva sociológica: enquadramento e análise

Virgílio Borges Pereira

José Madureira Pinto

Vanessa Rodrigues

Maria Inês Coelho

João Queirós

Laura Galhano

Bruno Monteiro

Carla Aurélia de Almeida

Yasmine Siblot

Tiago Lemos

Jan Cremers

Thomas Amossé

Lise Bernard

Marie Cartier

Marie-Hélène Lechien

Olivier Masclet

Olivier Schwartz

Departamento de Sociologia | FACULDADE DE LETRAS DA
UNIVERSIDADE DO PORTO

SOCIOLOGIA

UNIVERSIDADE DO PORTO

FACULDADE DE LETRAS

SOCIOlogia



**REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO**

NÚMERO TEMÁTICO - A construção civil numa perspetiva sociológica:
enquadramento e análise

PORTO • 2019

DIRETOR:

Carlos Manuel Gonçalves, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

CONSELHO DE REDAÇÃO:

Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA.

CONSELHO EDITORIAL:

Alice Duarte, FLUP/IS-UP; Álvaro Domingues, FAUP/CEAU; Ana Maria Brandão, ICS-UM; Ana Nunes de Almeida, ICS-UL; Ana Paula Marques, ICS-UM; Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; Antonio Álvarez Sousa, Universidade da Coruña, Espanha; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Augusto Santos Silva, FEP/IS-UP; Benjamin Tejerina, Universidad del País Vasco (UPV)/Centro de Estudios sobre la Identidad Colectiva (CEIC), Espanha; Bernard Lahire, École Normale Supérieure de Lyon (ENSL)/“Dispositions, pouvoirs, cultures, socialisations” (Centre Max Weber), França; Chiara Saraceno, Università degli Studi di Torino, Itália/Social Science Research Center Berlin, Alemanha; Claudino Ferreira, FEUC/CES-UC; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Elena Zdravomyslova, European University at St Petersburg (EUSP)/Center for Independent Social Research (CISR), Rússia; Elisa Reis, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Frank Welz, Universität Innsbruck, Áustria; Hans-Peter Blossfeld, Otto-Friedrich-Universität Bamberg/Staatsinstitut für Familienforschung an der Universität Bamberg, Alemanha; Heitor Frugoli, Universidade de São Paulo (USP)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Hermes da Costa, CES; Hustana Vargas, Universidade Federal Fluminense (UFF)/Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES), Brasil; Immanuel Wallerstein, Yale University, Estados Unidos da América; Inês Pereira, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; Jean Kellerhals, Université de Genève, Suíça; João Bilhim, ISCSP-UTL; João Sedas Nunes, FCSH-UNL/CESNOVA; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; José Resende, FCSH-UNL/CESNOVA/Observatório Permanente de Escolas (ICS-UL); José Soares Neves, ISCTE-IUL/OAC; Lúcia Ferro, IS-UP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA; Luísa Neto, FDUP/CENCIFOR; Margaret Archer, College of Humanities-École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Suíça; Maria Manuel Vieira, ICS-UL; Maria Manuela Mendes, FA-UTL/CIES-IUL; Mariano Enguita, Universidad de Salamanca/Centro de Análisis Sociales de la Universidad de Salamanca (CASUS), Espanha; Massimo Introvigne, Center for Studies on New Religions (CESNUR), Itália; Michael Burawoy, University of California, Berkeley, Estados Unidos da América; Michel Wieviorka, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, França; Patrícia Ávila, CIES-IUL; Pedro Abrantes, Universidade Aberta/CIES-IUL; Pertti Alasuutari, University of Tampere/Tampere Research Group for Cultural and Political Sociology (TCuPS), Finlândia; Piotr Sztompka, Jagiellonian University, Polónia; Ricca Edmondson, National University of Ireland, Irlanda; Rui Gomes, FCDEF-UC/CIDAF; Tally Katz-Gerro, University of Haifa, Israel/ University of Turku, Finlândia; Tina Uys, University of Johannesburg/Centre for Sociological Research, África do Sul; Vera Borges, ICS-UL; Vítor Kajibanga, Universidade Agostinho Neto, Angola/Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto/Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL; Vítor Ferreira, ICS-UL; Walter Rodrigues, ISCTE-IUL/DINÂMIA’ CET-IUL.

COORDENAÇÃO E REVISÃO EDITORIAL:

Carlos Manuel Gonçalves, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

INDEXAÇÃO:

Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto é indexada em SciELO, Latindex, EBSCO (Open Science Directory e Fonte Académica), Sherpa/Romeo, DOAJ – Directory of Open Access Journals, Newjour, CAPES e EZB – Electronic Journals Library.

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

DEPÓSITO LEGAL N.º 92384/95

ISSN: 0872-3419

DOI: 10.21747/08723419/soctem2019

OS ARTIGOS SÃO DA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES

OS ARTIGOS FORAM SUBMETIDOS A PEER REVIEW

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| EDITORIAL | 4 |
| NOTA DE APRESENTAÇÃO. A construção civil numa perspetiva sociológica: enquadramento e análise Virgílio Borges Pereira | 5 |
| ARTIGOS | |
| Estrutura económico-productiva, sistema de emprego e qualificações na Construção: uma breve leitura sobre tendências e mudanças recentes José Madureira Pinto, Vanessa Rodrigues e Maria Inês Coelho | 10 |
| O campo das grandes empresas da construção civil. Perspetiva teórica e análise relacional sobre o caso português (em 2012) Virgílio Borges Pereira | 35 |
| A crise da construção civil sob múltiplos pontos de vista: (des)regulação da atividade económica e recomposição do trabalho na perspetiva dos atores institucionais do setor da construção civil no período posterior a 2008 João Queirós, Laura Galhano e Virgílio Borges Pereira | 62 |
| Azares, riscos e culpas: representações sobre os acidentes de trabalho da construção civil na imprensa portuguesa (1996-2017) Bruno Monteiro e Carla Aurélia de Almeida | 84 |

| | |
|--|-----|
| O Estado à beira-mar. Estratégias burocráticas na formação do mercado imobiliário em <i>Matosinhos Sul</i> - o exemplo da <i>Comissão</i> de 1 de março de 1996 | |
| Tiago Lemos | 122 |
| Social policy and labour mobility in Europe - the gap between law and enforcement | |
| Jan Cremers | 148 |
| Comment étudier les classes populaires contemporaines? De l'analyse statistique d'un espace social à une enquête par monographies de ménages | |
| Thomas Amossé, Lise Bernard, Marie Cartier, Marie-Hélène Lechien, Olivier Masclet, Olivier Schwartz, Yasmine Siblot | 162 |
| SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES | 186 |
| ESTATUTO EDITORIAL | 201 |
| NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS | 204 |

EDITORIAL

“A construção civil numa perspetiva sociológica: enquadramento e análise” é o tema do número temático de 2019 da *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Os artigos decorrem do trabalho de uma equipa de investigação do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto realizado entre 2016 e 2019. Os resultados apresentados permitem ao leitor o acesso às dinâmicas específicas que caracterizam o setor da construção civil, no passado recente, em Portugal. Concorrem para uma leitura sociológica profícua do emprego, das empresas, das condições de vida do operariado, dos acidentes de trabalho, das formas de regulação e do mercado imobiliário que caracterizam o setor, que tem um papel preponderante na economia do país. Por sua vez, dois textos de autores estrangeiros sobre a mobilidade da mão-de-obra na Europa e as classes sociais são de igualmente de realçar.

O presente número temático é coordenado por Virgílio Borges Pereira a quem a direção da Revista agradece o trabalho desenvolvido.

Votos de boa leitura.

Carlos Manuel Gonçalves

Nota de apresentação

A construção civil numa perspetiva sociológica: enquadramento e análise

Virgílio Borges Pereira

Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

O presente número da *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, intitulado “A construção civil numa perspetiva sociológica: enquadramento e análise”, procura apresentar e discutir resultados de investigação sociológica aprofundada sobre a problemática das recomposições da atividade económica e do trabalho na construção civil em Portugal¹. Para esse efeito, e para além de objetivos de caracterização do estado atual da atividade económica e da respetiva regulação no setor em apreço, o número procura constituir-se como um revelador de uma certa diversidade de pontos de vista sociológicos suscetível de ser mobilizada para o estudo da realidade em questão. Nesse sentido, com recurso a conceitos e dispositivos metodológicos diferenciados, o número procura restituir conhecimento sociológico significativo sem deixar de tentar inovar nas modalidades da respetiva produção, abrindo pistas de análise novas sem perder de vista a necessidade de restituir conhecimento mais sistemático e elementar.

À luz dos grandes objetivos enunciados, este número da revista estabelece um conjunto de objetivos específicos.

¹ O presente número da *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* foi pensado e preparado no quadro das atividades do projeto de investigação “Novos terrenos para a construção: mudanças no campo da construção em Portugal e seu impacto nas condições de trabalho no século XXI” (PTDC/IVC-SOC/5578/2014-016621), desenvolvido no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, entre 2016 e 2019, e financiado por fundos nacionais através da FCT/MEC (PIDDAC) e cofinanciado pelo FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional através do COMPETE – Programa Operacional Fatores de Competitividade.

Com os trabalhos apresentados, e perspetivando os principais movimentos de reconfiguração do setor da construção a nível europeu, procura definir-se as grandes tendências de estruturação social da atividade económica e do emprego no setor no país, desde o final do século passado até bem perto da atualidade. É esse o trabalho específico que se encontra no artigo de abertura do presente número, da autoria de José Madureira Pinto, Vanessa Carvalhosa Rodrigues e Maria Inês Coelho, intitulado, justamente, “Estrutura económico-produtiva, sistema de emprego e qualificações na construção: uma breve leitura sobre tendências e mudanças recentes”. Através da reconstituição de séries estatísticas relativas à evolução da economia e da sociedade portuguesas, a análise restituída no estudo em apreço permite definir o lugar do setor da construção civil na configuração produtiva do país e definir, com mais detalhe, a respetiva composição em termos de trabalho e de emprego, sendo focados, em particular, os processos de profunda reestruturação a que relações salariais e mercado de trabalho no setor estiveram sujeitos nas últimas décadas.

Em articulação com o dispositivo de análise assim constituído, procura-se potenciar o estudo sociológico relacional da ação das empresas na economia. Para esse efeito, considera-se a pertinência de uma abordagem analítica inspirada pela teoria sociológica dos campos de Pierre Bourdieu e ensaia-se a respetiva aplicação ao conhecimento dos processos de estruturação da atividade económica na construção civil, em Portugal, com recurso a informação estatística oficial sobre as propriedades sociais das 200 maiores empresas de construção civil do país no ano de 2012. No artigo “O campo das grandes empresas da construção civil. Perspetiva teórica e análise relacional para o caso português (em 2012)”, da autoria de Virgílio Borges Pereira, sublinha-se, assim, o significado teórico e metodológico de um retrato relacional das forças que constituem estas empresas e procura definir-se as principais implicações decorrentes de uma tal abordagem para o estudo do espaço de posições sociais que estas formam. Destaca-se, em concreto, a pertinência de um ponto de vista que se revela capaz de documentar, mesmo num quadro social profundamente seletivo, as margens de variação a que o exercício do poder económico empresarial mais significativo no setor está sujeito.

Pretendendo retirar consequências de pontos de vista sociológicos relacionais sobre a atividade económica na construção civil, a investigação apresentada no presente número da revista, reconhecendo o significado da crise económica e social vivida no país e neste domínio da atividade económica no período que se seguiu a 2008, procurou também promover o conhecimento do entendimento que as organizações de regulação e de representação de interesses no setor fizeram de tais processos. No artigo “A crise da construção civil sob múltiplos pontos de vista: (des)regulação da atividade económica e recomposição do trabalho na perspetiva dos atores

institucionais do setor da construção civil no período posterior a 2008”, João Queirós, Laura Galhano e Virgílio Borges Pereira tomam a crise económica da construção como revelador social e propõem uma análise do quadro de tomadas de posição que caracteriza os atores institucionais do setor. Para além de documentar os marcos legislativos mais significativos do setor e que contribuem para demarcar o quadro de (des)regulação a que este se sujeita, a análise destaca o modo como os desafios associados à organização do trabalho, das relações interempresariais, das condições laborais e salariais e à transformação tecnológica em curso no setor se combinam, na perspetiva dos atores entrevistados, com as profundas recomposições na atividade da construção na última década.

Em complemento, o número procura ainda aprofundar o conhecimento científico relacional das dinâmicas de tomada de posição sobre problemas pertinentes para o setor. Nesse sentido, e procurando inovar também nos domínios da teoria e da metodologia de investigação, ensaia-se o diagnóstico das principais representações sobre o trabalho operário na construção civil com recurso ao exame do lugar que estas últimas ocupam na imprensa escrita nacional. Em “Azares, riscos e culpas: representações sobre o operário da construção civil acidentado na imprensa portuguesa (1996-2017)”, Bruno Monteiro e Carla Aurélia de Almeida analisam um corpus de 1218 notícias reunidas no arquivo de um sindicato do setor, num período temporal compreendido entre 1996 e 2017, e efetuam um trabalho de crítica sociológica combinado com uma análise semântica e pragmática dos discursos produzidos sobre o tema em apreço. A partir da vinculação dos discursos a uma pluralidade de perspetivas – de patrões, de sindicalistas, de colegas de trabalho ou familiares, de inspetores do trabalho, entre outros -, ensaia-se uma compreensão das estratégias discursivas mobilizadas e revela-se que as diferentes vozes citadas conferem aos discursos uma heterogeneidade enunciativa dotada de significado linguístico e sociológico.

A abordagem sobre o universo da atividade económica na construção é informada no presente número da revista *Sociologia* por preocupações adicionais com o conhecimento das articulações entre aquele e o domínio da ação do Estado. Ainda que frequentemente se pense a atividade económica como distante da política, é conhecida a heurística associada aos resultados de pesquisa sociológica que combinam a investigação sobre estes dois domínios. Ensaando a operacionalização deste procedimento e a compreensão da génese de um lugar na cidade, Tiago Castro Lemos, em “O Estado à beira mar. Estratégias burocráticas na formação do mercado imobiliário em *Matosinhos Sul* - o exemplo da *Comissão* de 1 de março de 1996”, documenta a reforma política urbana levada a cabo no contexto em apreço e o trabalho de diferentes atores que permitiu a organização de um campo de oferta imobiliária responsável pela

atração de grandes investimentos imobiliários e dos correspondentes grandes condomínios com apartamentos de elevado valor de mercado. A análise de documentos oficiais e de peças jornalísticas permite demonstrar como, através de um trabalho fino de “flexibilização” de regulamentos levado a cabo pelo poder local, a ação do Estado na fileira de produção de oferta imobiliária nesta área se revelou central.

Para além do proposto, o presente número estabelece dois horizontes complementares de questionamento sociológico que, apelando a contributos de autores internacionais, permitem a definição de horizontes de questionamento analítico pertinentes para a compreensão da realidade em análise, ainda que o seu âmbito transcenda o setor.

Assim, um desses horizontes de questionamento propõe-se relevar a importância do estudo sociológico do enquadramento legal da mobilidade laboral na União Europeia e identificar desafios específicos existentes no domínio da respetiva aplicação, algo particularmente importante para a compreensão da atividade económica em setores como o da construção. É precisamente esse o centro da análise desenvolvida por Jan Cremers no artigo intitulado “Social policy and labour mobility – the gap between law and enforcement”. Procedendo a um inventário de situações que denotam problemas de aplicação da legislação europeia em matéria de política social relacionada com a mobilidade laboral, o autor demonstra como, a propósito de liberdade de movimentos, do destacamento de trabalhadores e da coordenação de ações de segurança, subsistem hiatos significativos entre o que é designado pela lei e a respetiva aplicação. Na ausência de mecanismos dissuasores, a União Europeia dispõe apenas de meios de aplicação da lei no local de trabalho relativamente fracos e fragmentados. Em domínios da atividade económica como o da construção, ou em setores de trabalho intensivo, uma tal aplicação fragmentada é particularmente crítica e constitui um mote para a inovação no domínio da implementação de políticas de cooperação transfronteiriça em matéria de inspeção do trabalho.

Por fim e com objetivos de aprofundamento do debate em torno de problemas de teoria e de metodologia sociológica pertinentes, o número propõe-se documentar a estratégia metodológica desenvolvida numa das mais significativas e recentes investigações sobre as classes populares francesas. Relewa-se, em particular, o modo como, através de uma abordagem metodológica que combina o estudo de estatísticas oficiais com a realização de monografias de grupos domésticos, se pode estabelecer um quadro heurístico para o conhecimento das regiões mais estabilizadas das classes populares francesas. No artigo “De l’analyse de l’espace des classes populaires contemporaines à une enquête par monographies de ménages”, o coletivo de sociólogos formado por Thomas Amossé, Lise Bernard, Marie Cartier, Marie-Hélène Lechien, Olivier Masclet, Olivier Schwartz e Yasmine Siblot documenta a estratégia metodológica

desenvolvida na pesquisa em apreço e explora eixos estruturantes do posicionamento social de agregados domésticos, com relativa estabilidade económica, de operários e de empregados na França contemporânea, a saber, a divisão de papéis por género, as relações com o futuro, as práticas de consumo, de sociabilidade e as relações interpessoais familiares e locais. Define-se, por esta via, uma abordagem que pode constituir um referencial para a inovação em matéria de análise sociológica de classes sociais, que trabalhos de âmbito mais orientadamente setorial como aquele que globalmente se promoveu neste número da revista *Sociologia* não devem perder do respetivo horizonte de questionamento.

*

Com as diferentes estratégias teóricas e metodológicas promovidas, cada um dos trabalhos apresentado no presente número da revista *Sociologia* abre um horizonte de análise autónomo sobre cada uma das temáticas tratadas. Em todo o caso, uma das convicções – sociológicas – subjacentes à reunião deste conjunto de estudos passou pelo facto de se considerar que a conjugação possível destas investigações poderia ajudar à constituição de um quadro de leitura mais sistemático sobre a realidade que aqui se propõe tratar, contribuindo-se, assim, para documentar grandes tendências e para aperfeiçoar procedimentos teóricos e metodológicos, ainda que a conjugação possa não ser exaustiva. Nesse sentido, entenda-se o conjunto de trabalhos assim publicado não apenas como um contributo preliminar e necessariamente provisório para o conhecimento sociológico da realidade económica na construção civil, mas também como um convite à renovação e ao aprofundamento de conhecimento sociológico sobre uma tal matéria, que convoca horizontes temáticos, institucionais e geográficos alternativos e configurações de poder diferenciadas.

Virgílio Borges Pereira. Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/número, 4150– 64 Porto, Portugal. Email: jpereira@letras.up.pt

Texto recebido em 15 de agosto de 2019. Aprovado para publicação em 30 de setembro de 2019

Estrutura económico-produtiva, sistema de emprego e qualificações na Construção: uma breve leitura sobre tendências e mudanças recentes

José Madureira Pinto

Faculdade de Economia da Universidade do Porto
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Vanessa Rodrigues

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Maria Inês Coelho

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Resumo

O presente artigo analisa o processo de reestruturação do sistema produtivo e do emprego no setor da Construção em Portugal, com recurso à reconstituição de séries estatísticas oficiais atualizadas sobre o tema. Além de se identificarem as principais mudanças nestes domínios ao longo das últimas décadas, explorar-se-ão algumas hipóteses sobre o processo de segmentação empresarial e sobre a relação entre vínculos laborais e integração profissional.

Palavras-chave: Construção; estrutura produtiva; emprego.

Economic-productive structure, employment system and qualifications in construction: a brief reading on recent trends and changes

Abstract

This article analyses the process of restructuring of the productive system and employment in the construction sector in Portugal, using the reconstitution of official updated statistical series on the subject. In addition to identifying the main changes in these areas over the past decades, some hypotheses on the business segmentation process and about the relationship between employment and professional integration will be explored.

Keywords: Construction; productive structure; employment

PINTO, José Madureira; RODRIGUES, Vanessa; COELHO, Maria Inês (2019), “Estrutura económico-produtiva, sistema de emprego e qualificações na Construção: uma breve leitura sobre tendências e mudanças recentes”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – A construção civil numa perspectiva sociológica: enquadramento e análise, pp. 10-34.
DOI: 10.21747/08723419/soctem2019a1

Structure económico-productive, système d'emploi et qualifications dans la construction : une brève lecture des tendances et changements récents

Résumé

Cet article analyse le processus de restructuration du système productif et de l'emploi dans le secteur de la construction au Portugal, en utilisant la reconstitution des séries statistiques officielles actualisées sur le sujet. En plus d'identifier les principaux changements survenus dans ces domaines au cours des dernières décennies, certaines hypothèses concernant le processus de segmentation des activités et la relation entre emploi et insertion professionnelle seront explorées.

Mots-clés : Construction; structure productive ; emploi.

Estructura económico-productiva, sistema de empleo y cualificaciones en la construcción: una breve lectura de las tendencias y cambios recientes

Resumen

Este artículo analiza el proceso de reestructuración del sistema productivo y del empleo en el sector de la construcción en Portugal, a partir de la reconstitución de series estadísticas oficiales actualizadas sobre el tema. Además de identificar los principales cambios en estas áreas en las últimas décadas, se explorarán algunas hipótesis sobre el proceso de segmentación empresarial y sobre la relación entre el empleo y la integración profesional.

Palabras clave: Construcción; estructura productiva; empleo.

Introdução

É frequente afirmar-se que são escassos, lacunares e pouco aprofundados os estudos que, no âmbito das Ciências Económicas e Sociais, se têm ocupado, em Portugal, do setor da Construção. Sugere-se ainda que tal retraimento no plano da pesquisa é tão mais surpreendente e incompreensível quanto, paralelamente, se tornam patentes, através de observação direta, de contactos pessoais informais ou do acompanhamento meramente circunstancial dos *media*, múltiplos indícios de que a Construção é um domínio da vida económica e social do país cujos problemas afetam, com regularidade e intensidade assinaláveis, estruturas de oportunidades, condições de existência, horizontes de possíveis e aspirações de um número muito significativo de cidadãos. Embora correndo o risco de, a partir de uma seleção restrita de indicadores, nem sempre ultrapassar um nível de análise predominantemente descritivo, o presente artigo visa constituir-se como um contributo para atenuar, no que diz respeito à evolução das dimensões

produtivas e do sistema de emprego nas últimas décadas, a alegada insuficiência e alguma desatualização dos estudos em causa¹.

Num primeiro momento, analisaremos, à luz dos principais movimentos de reconfiguração do campo europeu, alguns traços da estrutura e das dinâmicas económico-productivas e empresariais que enquadram e têm determinado as principais transformações do setor nas duas últimas décadas. Com enfoque na reconstituição de séries estatísticas relativas à evolução da economia e da sociedade portuguesas no mesmo período, centrar-nos-emos, num segundo momento, na dimensão do trabalho e do emprego. Invocaremos, a tal propósito, questões relativas às mutações da relação salarial, à reestruturação do mercado de trabalho, arriscando, ainda que por vezes a título exploratório, algumas linhas de interpretação sobre as modalidades específicas segundo as quais essas mutações se têm concretizado no campo da Construção.

1. Algumas notas sobre a reconfiguração do campo da Construção

Com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, em 1986, e, já na década de 1990, na sequência da reunificação alemã, do alargamento do mercado único e da entrada em vigor do Acordo de Schengen (pontos de viragem socioinstitucional críticos a que se associaram a liberdade de circulação de pessoas no espaço europeu e a emergência de novos fluxos migratórios diretamente relacionados com o trabalho), alteraram-se significativamente as estratégias económicas e as políticas de recrutamento de mão-de-obra das empresas portuguesas da Construção.

Para perceber o alcance de tais transformações, importa ter em conta que, na década de 1990, os processos de mundialização, liberalização e terciarização da economia e do emprego foram acompanhados no espaço europeu por uma profunda reconfiguração dos centros urbanos e pela amplificação do papel das grandes metrópoles, bem como, concomitantemente, pela expansão das lógicas de mercado no domínio da provisão de habitação. Com isso, foram mudando também, globalmente, as condições de desenvolvimento do campo da Construção Civil.

¹ O trabalho agora apresentado foi desenvolvido no âmbito do projeto *Novos terrenos para a construção: Mudanças no campo da construção em Portugal e seus impactos nas condições de trabalho no século XXI* (PTDC/IVC-SOC/5578/2014-016621), sediado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), financiado por fundos nacionais através da FCT/MEC (PIDDAC) e cofinanciado pelo FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional através do COMPETE – Programa Operacional Fatores de Competitividade. O texto retoma linhas de interpretação teórica e hipóteses de análise propostas em Pinto (2018), pretendendo ainda chamar a atenção para o tipo de tarefas de recolha e tratamento de informação empírica que é indispensável concretizar para poder explorar umas e outras.

Uma das novas estratégias empresariais, adotada sobretudo por unidades e grupos económicos competindo por posições dominantes na produção para o mercado imobiliário, passou pela diversificação de atividades e pela associação de empresas. Tratou-se, nos dois casos, de tentar compatibilizar o objetivo de alargamento de quotas de mercado num espaço crescentemente internacionalizado com o de redução dos riscos inerentes às oscilações da procura, ela própria fortemente condicionada pela indefinição das orientações do Estado em matéria de habitação e urbanismo. A diversificação operou-se: por integração vertical, com alargamento das atividades de produção convencionais tanto a montante (conceção arquitetónica, engenharia, produção de materiais e equipamentos, gestão económico-financeira dos projetos, etc.), como a jusante (promoção e comercialização dos imóveis, por exemplo); ou então por alargamento das atividades, ora a segmentos novos ou menos explorados do mercado (conservação e recuperação de edifícios, habitação unifamiliar, etc.), ora a domínios sem ligação direta à produção de edificado (banca e seguros, águas, tratamento de lixos, etc.). Já as estratégias baseadas na associação de empresas incluíram a constituição de consórcios, *joint ventures* e parcerias, envolvendo empresas privadas, mas também entidades da administração pública central e local (Campagnac, 1992).

Em Portugal, com a intensificação do processo de urbanização e o significativo recuo das políticas públicas de habitação que caracterizaram a década de 1980, a oferta de alojamento foi-se orientando cada vez mais para um mercado alargado, solvente e desejavelmente estável, em detrimento da satisfação das necessidades das populações com menos recursos. Só na aparência pode tal inflexão assimilar-se a uma concludente afirmação de forças de mercado entregues a si mesmas. De facto, foi a ação do Estado (central e local) que, também entre nós, contribuiu fortemente, no período em causa, para o revigoramento e consolidação do mercado da habitação, através da concessão de subsídios ao arrendamento e bonificações no acesso ao crédito, garantindo isenções e facilidades fiscais, congelando administrativamente alugueres, estimulando a gestão e venda às autarquias ou aos moradores dos fogos construídos pela administração central, intervindo ao nível do planeamento territorial, legislando em matéria de despejos, de apoio à reabilitação, etc. As características dos processos de litoralização, de bipolarização metropolitana e de suburbanização em torno das duas maiores cidades do país confirmaram, noutra escala, o efeito estrutural das medidas políticas acima enunciadas².

² Sobre as mudanças do sistema económico-empresarial da Construção Civil e Obras Públicas que acompanharam a referida alteração de tónica na estrutura global de provisão de habitação, cf. Pinto (1996), Pinto e Queiroz (1996a), Pinto e Queiroz (1996b), Queiroz (1999), Pinto (2012).

O movimento de reestruturação do campo da Construção Civil e Obras Públicas a que aludimos não se traduziu necessariamente por um aumento da dimensão das empresas (medida em número de assalariados ao serviço), assentando, antes, na conjugação de duas orientações estratégicas de algum modo contrárias a essa concentração: por um lado, a consolidação da chamada empresa geral, reduzida a um núcleo de coordenação de atividades dispersas por unidades juridicamente autónomas; e, por outro, o recurso generalizado à subempreitada, uma prática enraizada desde sempre no setor como resposta à variabilidade da procura que o caracteriza, mas que, além disso, se revelou bem ajustada aos objetivos de externalização de riscos e de custos que passaram a inspirar os modelos dominantes de gestão empresarial.

Uma análise comparada dos modos como, à escala europeia, se estava a processar nos anos 1990 a reestruturação do campo da Construção Civil revelava, ainda assim, contrastes significativos quanto ao papel que neles era reservado à subempreitada (Campinos-Dubernet, 1992). Assim, no segmento do campo em que se incluíam em plano destacado o caso italiano, mas também, com os seus particularismos, o britânico ou o português, a intervenção da empresa geral estava fortemente ligada a redes de subcontratação densas e numerosas, recorrendo-se, nos processos produtivos concretos, ora a unidades ou profissionais independentes ligados a especialidades exteriores, ora a equipas de composição variável constituídas por trabalhadores ocasionais ou por assalariados de empresas por vezes quase fictícias. O recrutamento e o controlo da mão-de-obra baseavam-se frequentemente, aqui, em redes informais de contactos e conhecimentos (Giallocosta e Maccolini, 1992; Ball, 1992). No polo oposto, paradigmaticamente representado pelo caso alemão, predominavam, por sua vez, unidades empresariais que, concentrando-se na realização de obras por meios próprios, tendiam a internalizar a variabilidade e a prescindir normalmente do recurso à subempreitada. Mas já então se percebia que, com a generalizada intensificação dos processos de desregulação da economia e dos mercados de trabalho (que o princípio da livre circulação de trabalhadores no espaço comunitário vinha a seu modo aprofundando), era o próprio campo alemão da Construção a recorrer cada vez mais à subcontratação, não sem envolver nas obras um número crescente de pequenos empreiteiros e assalariados não nacionais.

Tal inflexão não deveria surpreender. Afinal, os estudos sobre modalidades flexíveis de recrutamento de mão-de-obra realizados nos anos 1980 (por exemplo, Bresnen *et al.*, 1985) tinham demonstrado já cabalmente que a perda de controlo formal e burocrático sobre a força de trabalho mobilizada em regime de subempreitada não implica necessariamente a redução do poder efetivo dos responsáveis dos estaleiros da Construção. Daí a atratividade que, em estádios sociais

de generalização de processos de flexibilização da relação salarial, tal figura pode alcançar, mesmo nos quadrantes mais regulados do campo económico em causa.

Novas formas de emigração limitada aos espaços e tempos de realização das obras, incluindo migrações pendulares transnacionais de raio alargado, permitiram concretizar, no plano da mobilidade geográfica e profissional, as estratégias empresariais em causa. As características do processo legislativo que conduziu à publicação da diretiva europeia sobre trabalho deslocado (96/71/CE), bem como o debate político e analítico posteriormente desenvolvido a propósito das respetivas adequação, efetiva aplicação e consistência com outra legislação comunitária foram revelando, entretanto, toda a delicadeza e as dificuldades de regulação das questões colocadas por regimes de mobilização de força de trabalho que, continuando a ser muito permeáveis à informalidade, deixaram claramente de se confinar às fronteiras nacionais (Cremers, 2005; Morrison & Cretu, 2014; Amorim, 2015).

Mais adiante, teremos oportunidade de analisar algumas incidências dos processos de recomposição económica agora enunciados no sistema de emprego. Mas, para avaliar as consequências que os mesmos tiveram no perfil de variação da produção e na composição do próprio universo de empresas da Construção, reservaremos, desde já, o ponto subsequente.

2. Uma perspetiva sobre a dimensão económico-productiva do setor da Construção em Portugal

2.1. Lugar na economia e perfil de variação do setor nas últimas décadas

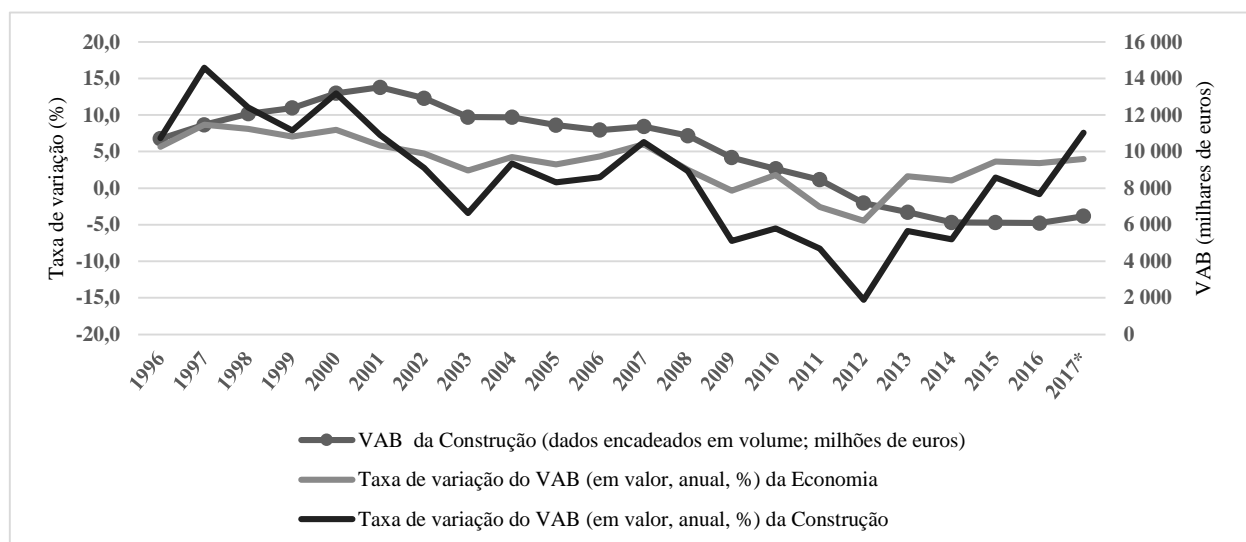
A análise da evolução dos níveis de produção da indústria portuguesa da Construção ao longo das duas últimas décadas revela, numa primeira aproximação, que, após um período de expansão que se prolongou até 2001, o setor entrou numa fase de recuo tendencial, pontuada, em certos anos, por quebras do valor do produto muito acentuadas.

Bem antes, portanto, da eclosão da crise económico-financeira global de 2008 – a qual, noutros países, marcou o início de um ciclo de perturbações nas dinâmicas produtivas em causa –, já a indústria da Construção revelava, em Portugal, sinais de contração. Mas é sobretudo a partir de 2008, e com particular dramatismo, mais tarde, no quadriénio que vai de 2011 a 2014, que entre nós se vai consumir e acentuar esse declínio. As taxas de variação da produção no setor atingiram, nos anos mais agudos da crise, os impressionantes valores de -10,6, -23,4 e -11,9%,

enquanto as taxas de variação anual do Valor Acrescentado Bruto (VAB), sempre negativas entre 2009 e 2014, chegaram a descer até -15,3% em 2012.

Como pode depreender-se da leitura da Figura 1, este recuo da atividade da Construção coincide no tempo com uma quebra da produção, igualmente forte e persistente, no conjunto das atividades económicas do país. Acontece, porém, que as taxas de variação anual da Produção e do VAB no caso da Construção assumiram sempre, no período considerado, valores bem mais desfavoráveis do que os obtidos pelos indicadores homólogos representativos do conjunto da economia. Situação simétrica desta ocorrera, por sua vez, nos anos de relativa prosperidade que antecederam o início deste século; nessa altura, com efeito, a uma sequência de taxas de variação do produto e do VAB totais relativamente elevadas corresponderam, no setor da Construção, incrementos ainda mais acentuados.

Figura 1: Evolução do Valor Acrescentado Bruto da Economia e da Construção (1996-2017)



Fonte: Contas Nacionais, base: 2011 (INE), 1996-2017. Nota: * Valores provisórios.

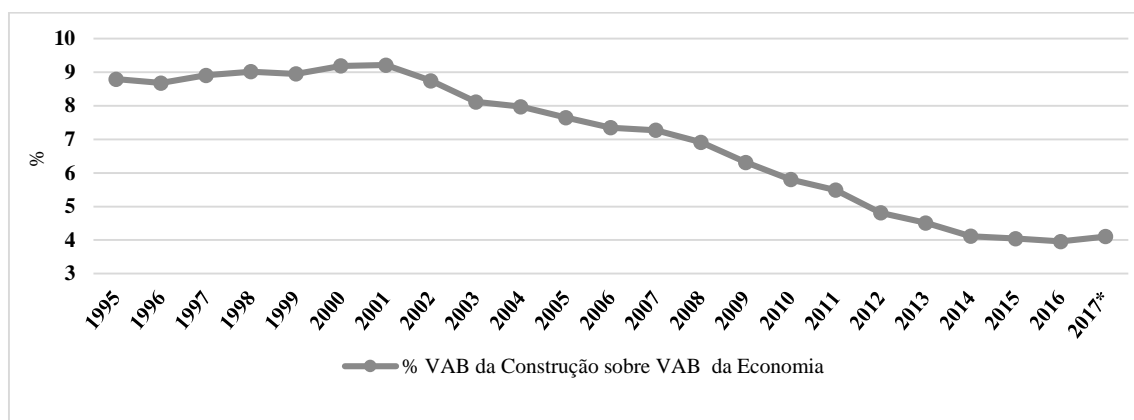
É precisamente o facto de a Construção ser uma atividade caracterizada por crescimentos normalmente mais acentuados do que os da economia global, em fases positivas do ciclo, assim como por retrações relativamente mais profundas, em fases negativas deste último, aquilo que se procura assinalar quando se alude à tendência *pró-cíclica* da Construção ou quando desta se diz ser um bom “*barómetro*” do “*clima económico*” do país³.

³ A propósito de uma breve panorâmica sobre a evolução e o estado do setor da Construção (e sua possível evolução no curto e médio prazo) durante a década de 1990 e início da década de 2000, cf. Baganha et al (2002).

Para poder representar mais do que a mera constatação de uma sugestiva regularidade estatística entre grandezas económicas bem definidas, tal afirmação deve, porém, ser complementada com a ponderação de outras especificidades da Construção. Uma delas, relativa ao lugar e funções que esta atividade ocupa na estrutura setorial da economia, prende-se com o impacto que ela tem - desde logo ao nível da criação de emprego, mas também na reconfiguração de importantes estratégias e dinâmicas técnico-organizacionais - quer a montante, em ramos ligados à produção de materiais e equipamentos para a Construção (cimento, aço, tintas, maquinaria, pré-fabricados diversos, etc.), quer a jusante (produção de mobiliário e equipamentos domésticos, decorações, seguros, serviços relacionados com comercialização de imóveis, etc.). Acontece que, como adiante especificaremos, na sequência de mudanças decorrentes dos processos de internacionalização e liberalização da economia e do emprego, as estratégias das grandes corporações da Construção reorientaram-se, desde a década de 1990, no sentido da diversificação de atividades, do recurso a associações de empresas e da própria intensificação da colaboração com organismos do estado na definição e concretização das políticas de urbanização e de provisão de habitação mais influentes. As ligações económicas com a banca e o sistema financeiro tornaram-se entretanto mais densas e cada vez mais estreitas. Em suma, aumentou de forma significativa a extensão e complexidade da rede de relações económico-empresariais da Construção Civil com outros setores de atividade económica e com o próprio aparelho técnico-burocrático do Estado.

Identificados, em termos genéricos, o sentido e o ritmo de variação da produção da Construção nas duas últimas décadas, e tendo já em conta o que acabámos de dizer sobre a natureza e densidade de relações que ela estabelece com o conjunto da economia, vale a pena prosseguir a caracterização do setor, avaliando sinteticamente o modo como, no mesmo período, foram evoluindo o lugar e o peso específico que lhe cabem no processo de produção e de criação de valor no país.

Figura 2: Evolução do peso específico do setor da Construção na Economia (1995-2017)



Fonte: Contas Nacionais, base: 2011 (INE), 1995-2017. * Valores provisórios.

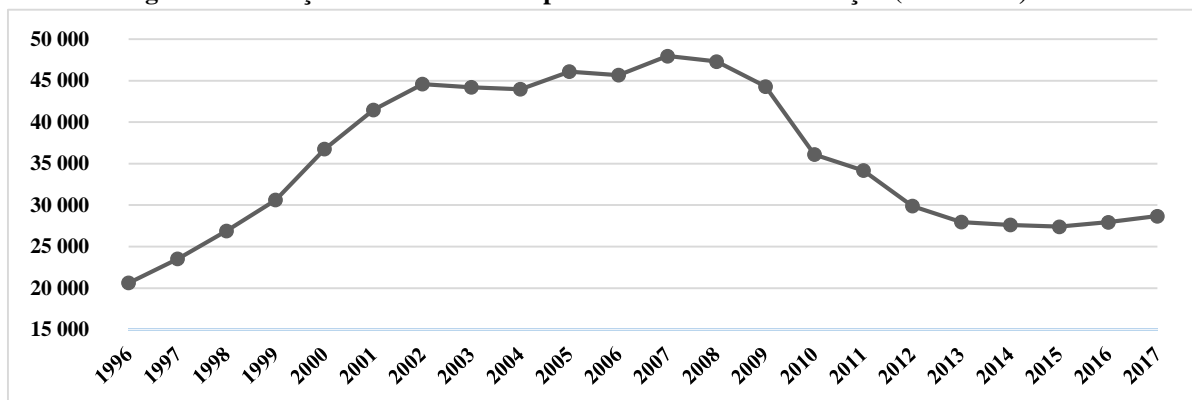
Ora, o que a observação da evolução da participação percentual da Construção no conjunto das atividades económicas nacionais (cf. Figura 2) permite concluir é que, no horizonte de vinte anos aqui considerado, se desenhou uma clivagem notória entre uma primeira fase (1995-2008), na qual a participação da Construção na produção de valor foi sempre superior ou igual a 7% (à volta dos 9% entre 1995 e 2001), e outra, que se iniciou em 2008 e prosseguiu até pelo menos 2017, em que, ao invés, essa participação foi sempre inferior a 7%, chegando mesmo a situar-se consecutivamente, após 2012, no patamar dos 4%.

Os dados até agora compulsados denotam pois, de forma consistente, que o declínio da indústria da Construção, que se vem desenhando no país desde o início dos anos 2000, sofreu na última década um notório agravamento. Para tanto, muito terão contribuído, quer a redução do investimento privado no setor induzida pelo ambiente de incerteza e pela deterioração das condições de financiamento decorrentes da crise económica e financeira global de 2008, quer, mais especificamente, depois disso, o conjunto de restrições ao investimento público em Construção acordadas no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal de 2011 - as quais só lentamente vêm sendo ultrapassadas. Algumas das mais dramáticas consequências desta prolongada crise da Construção incidiram no âmbito das dinâmicas do emprego/desemprego. Estudá-las-emos mais à frente. Tudo indica, entretanto, que, sendo este, como vimos, um setor com fortes ligações económico-funcionais a múltiplos domínios da criação de riqueza e de promoção do desenvolvimento, a forte e persistente redução da sua participação no conjunto das atividades produtivas tenha coincidido com importantes reestruturações, se não mesmo inflexões qualitativas e desestruturas notáveis, no conjunto da economia e sociedade portuguesas.

2.2. Estrutura empresarial: algumas tendências

Passando a analisar as incidências das transformações do setor na respetiva estrutura empresarial, o primeiro traço a destacar (ver Figura 3) é o do acentuado crescimento do número de empresas do setor da Construção na segunda metade da década de 1990, tendência que se manteve até ao ano de 2002. Após uma ligeira quebra até 2004, o crescimento foi retomado, agora mais timidamente, sendo que, em 2009, se inicia, em contraste claro com anteriores fases, um caminho descendente que apenas dará sinais de inversão em 2015.

Figura 3: Evolução do número de empresas do setor da Construção (1996-2017)



Fonte: Quadros de Pessoal (GEP-MTSSS), 1996-2017.

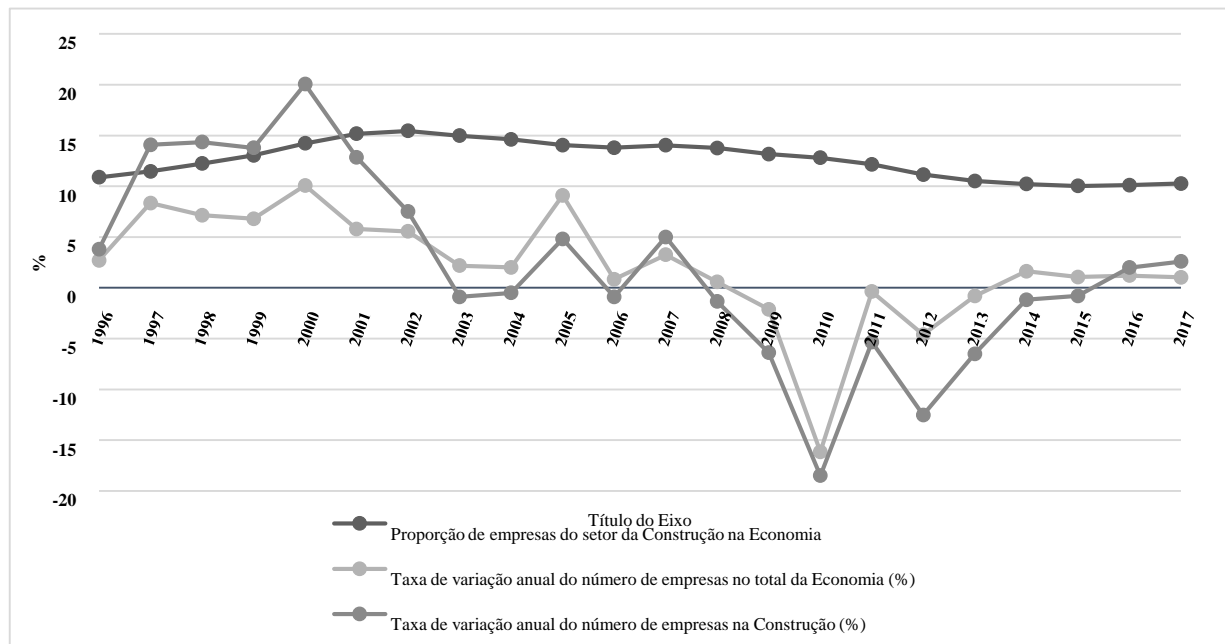
Nota: Os dados apresentados referem-se apenas ao Continente e ao mês de outubro de cada ano em análise.

O comportamento da taxa de variação anual do número de empresas, por sua vez, permite identificar as tendências de contração ou de crescimento setorial, comparando-as com o universo empresarial do continente no seu conjunto (cf. Figura 4). O ano de 2001 marca o início de um percurso descendente nas referidas taxas, o qual, contrariado apenas em 2005 e 2007, regista valores particularmente negativos em 2010 (-18,5%). Esta tendência de contração só recentemente parece estar a estabilizar, ao começarem a registar-se taxas de variação anual positivas do número de empresas a partir de 2016. Se se considerar os cinco anos entre 2005 e 2010, observa-se que a taxa de variação é de - 40,5%, valor que revela o impacto da crise financeira no tecido empresarial da Construção, também evidente na taxa de sobrevivência das empresas, a qual, no mesmo período, foi de apenas 60,6%, enquanto que para o total da economia foi de 84%⁴. Embora com desfasamentos não despreciandos, este foi, ainda assim, um perfil

⁴ Cálculo efetuado com base nos dados dos Quadros de Pessoal, de acordo com a seguinte fórmula: (nº de empresas em 2010 / nº de empresas em 2005) x 100.

evolutivo não qualitativamente diferente do que caracterizou o universo empresarial do Continente no seu conjunto.

Figura 4: Proporção de empresas da Construção na Economia e evolução da taxa de variação anual do número de empresas (1996-2017)



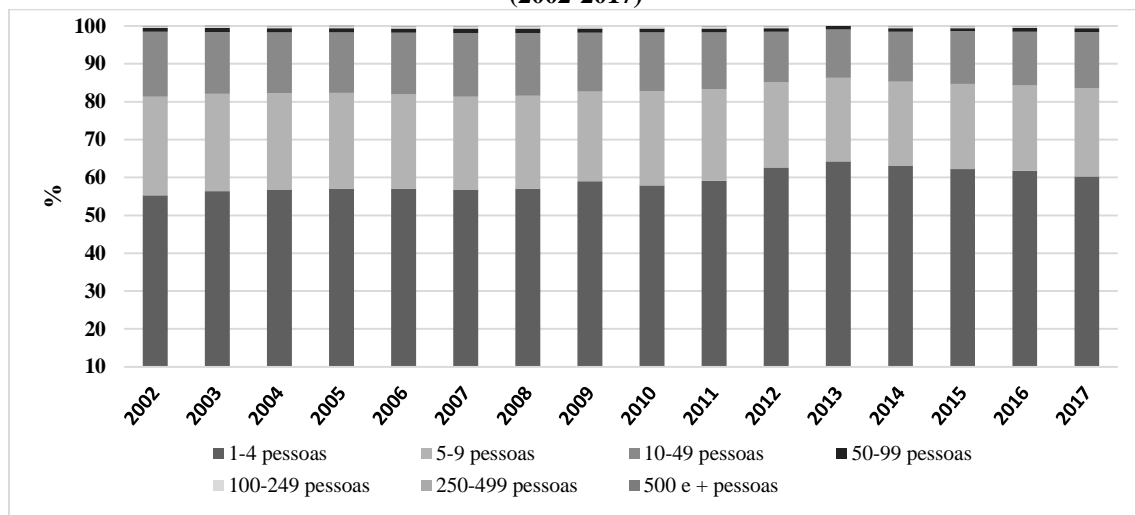
Fonte: Quadros de Pessoal (GEP-MTSSS), 1996-2017.

Nota: Os dados apresentados referem-se apenas ao Continente e ao mês de outubro de cada ano em análise.

Se, entretanto, centrarmos a atenção não no número absoluto, mas na proporção de empresas da Construção no total da Economia, a qual, no início do período pouco ultrapassava os 10%, mas que em anos intermédios chegou repetidamente a patamares situados entre 13 e 15% do total, verificar-se-á que ela regressou no último quinquénio ao patamar inicial dos 10%. Nada de especialmente surpreendente, tendo em conta o que já foi dito sobre o declínio tendencial e as crises que têm caracterizado o setor.

Comparando agora a curva que, ainda na Figura 4, representa a proporção de empresas da Construção no total de empresas do Continente, por um lado, com a que anteriormente utilizámos (rever Figura 2) para dar conta da participação do setor no conjunto da Economia (% VAB da Construção no VAB total), por outro, verificar-se-á que a primeira se situa regularmente num patamar mais elevado do que a segunda - o que parece patentear, antes de mais, problemas específicos crónicos de produtividade na Construção.

Figura 5: Evolução do tecido empresarial do setor da Construção, segundo o escalão de dimensão (2002-2017)



Fonte: Quadros de Pessoal (GEP-MTSSS), 1996-2017.

Nota: Os dados apresentados referem-se apenas ao Continente e ao mês de outubro de cada ano em análise.

A observação do gráfico representativo da evolução da estrutura do setor da Construção por escalões de dimensão (Figura 5) revela, entretanto, alguns detalhes acerca da segmentação do tecido empresarial em causa. A percentagem de empresas com 9 trabalhadores ou menos esteve sempre, entre 2002 e 2017, acima dos 80%⁵. Se comparamos diretamente os anos de 2008 e de 2017, verificamos que as empresas com 1 a 4 trabalhadores foram as que tiveram a taxa de sobrevivência mais elevada (ainda que de apenas 67%) e que a mais baixa taxa de sobrevivência foi registada nas empresas com 250 a 499 trabalhadores (46%) – sendo que algumas delas se terão redimensionado. Neste último escalão de dimensão, no total das atividades económicas em Portugal, a taxa de sobrevivência, no mesmo período, foi de 86,1%, valor que, comparado com o da indústria da Construção, denuncia o grande impacto que a crise financeira teve ao nível da estrutura empresarial deste setor.

Uma leitura desagregada dos ganhos médios mensais⁶ segundo a dimensão das empresas, indicador que, na nossa ótica, pode constituir um bom revelador da especificidade da estrutura empresarial do setor, permite-nos concluir que são as pequenas que concentram as remunerações

⁵ Em termos absolutos, todos os escalões de dimensão viram o respetivo número de empresas aumentar entre os anos 2005 e 2008, seguindo-se um movimento generalizado de redução desse número.

⁶ O ganho médio mensal contabilizado nos Quadros de Pessoal corresponde ao montante que inclui a remuneração base, os prémios e subsídios regulares e a remuneração por trabalho suplementar. Os dados relativos ao período em apreço referem-se apenas ao Continente, à exceção dos anos de 2007, 2008 e 2009 em que foram consideradas também as Ilhas.

mais baixas, em contraste com o que se verifica nas de maior dimensão (mais nitidamente ainda do que acontece no total da economia). Exibindo diferenças notórias em termos técnico-organizacionais – mais concretamente, em matéria de regularidade e/ou concentração de projetos, de capacidade tecnológica, de maleabilidade em termos de oferta de postos de trabalho e até de permeabilidade à entrada e saída de pequenas unidades de produção (Matos, 2001) –, a dimensão das empresas da Construção em termos de força de trabalho parece, na realidade, estar correlacionada com o volume dos ganhos salariais.

Em 2017, as remunerações médias das pequenas empresas variavam entre os 742,8 euros e os 906,8 euros, ao passo que, nas empresas com 500 ou mais trabalhadores, se situavam nos 1537,4 euros. Ainda que se verifique uma existência de uma distância, muitas vezes significativa, entre o rendimento declarado e o rendimento efetivamente auferido⁷, não é irrelevante registar a desigualdade salarial existente no segmento formal no setor da Construção.

2.3. Estratégias empresariais de resistência, sobrevivência e inovação: produtividade e qualificações

Sabendo-se que a indústria da Construção em Portugal, além de declinante praticamente desde o início do atual século, tem enfrentado ultimamente anos de acentuada crise económica, faz sentido interrogarmo-nos – o que é raro fazer-se, mas que, numa perspetiva de análise do sistema económico enquanto articulação de campos específicos de relações sociais, parece inteiramente pertinente – sobre as estratégias de resistência e sobrevivência desenvolvidas pelas empresas do setor⁸. Até que ponto, perguntar-se-á, têm os atores envolvidos sido capazes de promover estratégias de criação de valor que, além de garantirem a sobrevivência das empresas, permitem uma deslocação de atividades de baixo valor acrescentado para outras de valor mais elevado (“*upgrading*”)?

Uma análise consistente do problema obrigaria a responder a questões como as seguintes. Segundo que objetivos e lógicas se pautaram as atividades empresariais em causa: redução de custos, diferenciação do produto, reposicionamento das empresas no mercado? Que repercussões terão tido elas na perspetiva da criação de valor, da reestruturação das relações de mercado, dos

⁷ Tal como se tem vindo a constatar no decurso do trabalho etnográfico conduzido no âmbito do projeto de investigação em que esta pesquisa se inscreve.

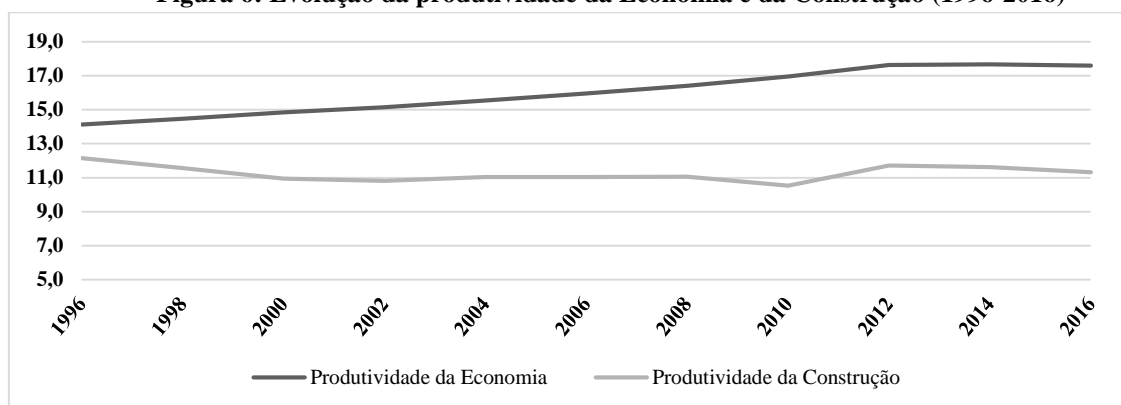
⁸ A interpretação sobre esta questão que a seguir propomos foi sugerida pela comunicação de Ester Gomes da Silva (“A construção num contexto de crise: uma trajetória económica e social descendente?”) apresentada no Encontro *Building Europe: Portuguese Migration and the European Construction Space in the 21st century*, realizado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a 4 dezembro 2014.

níveis salariais praticados, da quantidade e qualidade do emprego existente, das condições materiais de trabalho?

A questão da localização e eventual deslocação na cadeia de valor das atividades económicas no âmbito de um setor produtivo específico (*upgrading* intraindustrial) tem sido analisada tomando em consideração três grandes tipos de estratégias empresariais⁹: (i) produção de bens com maior valor unitário (*upgrading* centrado no *produto*); (ii) aumento da produtividade através de ganhos de eficiência na utilização dos fatores produtivos e da reorganização das atividades (*upgrading* centrado no *processo*); (iii) integração de novas funções, mais exigentes em termos de competências e qualificações dos trabalhadores, com eventual abandono de funções antigas (*upgrading* organizacional/funcional). Incidiremos a nossa atenção nas duas últimas.

No que diz respeito à avaliação de eventuais melhorias imputáveis a uma utilização mais eficiente dos fatores produtivos e/ou à reorganização das atividades de produção (inovações a nível do *processo*), faz sentido recorrer, entre outros, aos critérios produtividade do trabalho e intensidade no uso de capital físico. Ora, o que os dados sugerem a este respeito é que não só se verificou, desde 1995, uma quebra tendencial da produtividade do trabalho quando medida pela relação entre o VAB e o número de horas de trabalho (cf. Figura 6), como o mesmo sucedeu, a partir da viragem do século, com a intensidade de uso do capital fixo (medida pela taxa de investimento: FBCF/VAB) (cf. Figura 7).

Figura 6: Evolução da produtividade da Economia e da Construção (1996-2016)

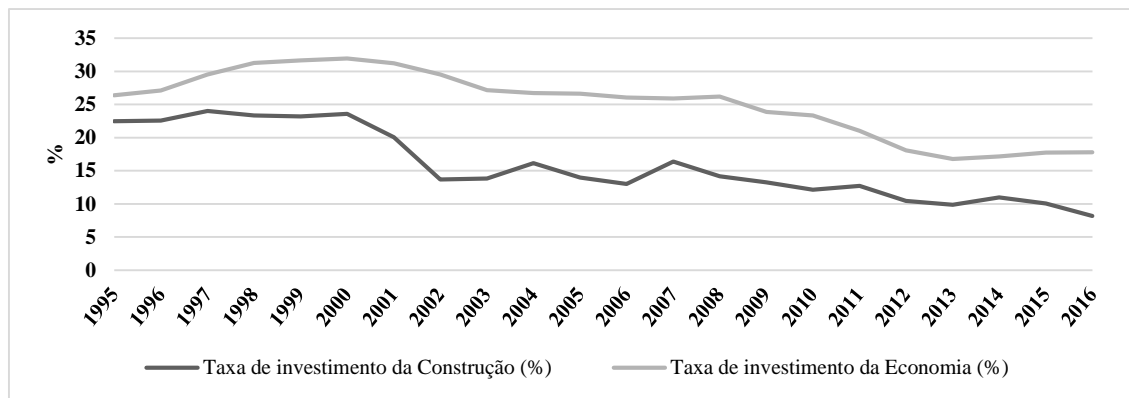


Fonte: Contas Nacionais, base: 2011 (INE), 1996-2016.

Nota: VAB - dados encadeados em volume, milhões de euros.

⁹ Ver, entre outros, Ponte e Ewert (2009).

Figura 7: Evolução da taxa de investimento da Economia e da Construção (1995-2016)

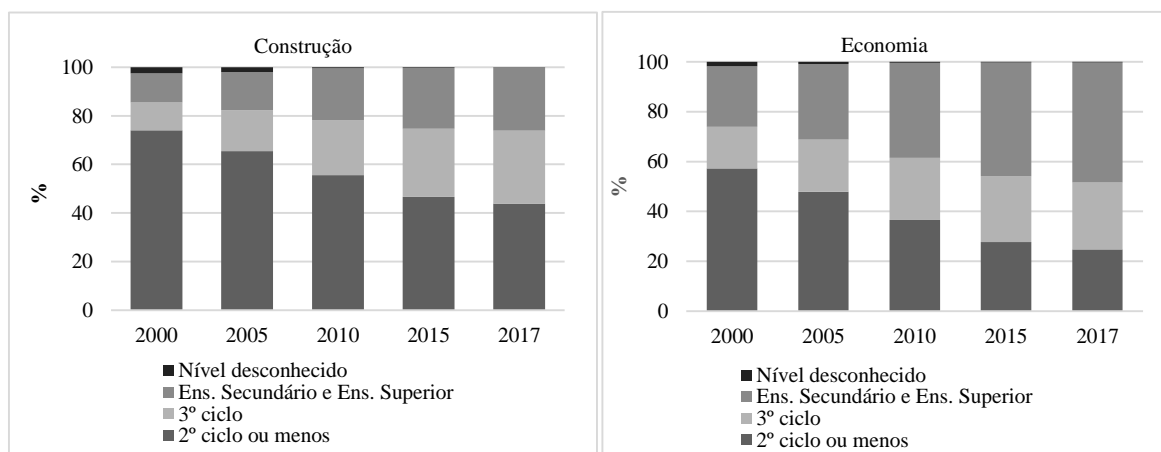


Fonte: Contas Nacionais, base: 2011 (INE), 1995-2016.

Nota: VAB e FBCF a preços correntes, milhões de euros.

A observação do processo de recomposição da força de trabalho segundo os respetivos níveis de qualificação escolar sugere, por seu turno, que, também no plano *organizacional/funcional* das empresas, o setor não terá globalmente conseguido concretizar, no período considerado, uma estratégia consistente e eficaz de criação de valor. Com efeito, não obstante ter vindo a aumentar a proporção dos que dispõem de qualificações de nível médio e elevado entre os trabalhadores da Construção, continua a ser muito forte - sobretudo quando comparada com a generalidade das outras atividades económicas - a presença no setor de ativos com baixas/muito baixas qualificações.

Figuras 8 e 9: Evolução das habilitações escolares entre trabalhadores por conta de outrem (2000-2017)



Fonte: Quadros de Pessoal (GEP-MTSSS), 2000-2017.

Dado que as estratégias de valorização das condições de produção pressupõem, sobretudo nos dois primeiros tipos de *upgrading* económico considerados, abertura à inovação e, por acréscimo, em princípio, utilização de mão-de-obra com novas e mais elaboradas qualificações, percebe-se que as limitações neste último plano possam tornar-se particularmente críticas e preocupantes quando se perspetiva o desenvolvimento futuro do setor. O problema ganha aliás relevância adicional se aceitarmos que, na ausência de outras transformações nas estruturas económico-laborais, mesmo mudanças positivas ao nível das qualificações nem sempre implicam uma valorização generalizada das condições de trabalho ou melhorias efetivas nos direitos sociais dos trabalhadores. Por outras palavras, não é seguro que, na eventualidade de ocorrer uma transição do sistema produtivo para patamares de maior exigência no plano técnico-organizacional e/ou no da qualificação da força de trabalho, essa transição se traduza sempre, e/ou de forma linear, numa melhoria de bem-estar social e em formas de efetivo reconhecimento de competências por parte das organizações económicas e de realização pessoal dos trabalhadores. Ora, sendo certo, como adiante veremos, que os indicadores utilizados para avaliar a qualidade do trabalho e os níveis de integração da mão-de-obra da Construção sugerem que o prolongado declínio do setor tem coincidido com alguma degradação das condições socio-laborais, então é de presumir que o ceticismo por vezes manifestado quanto ao efeito necessariamente progressivo e emancipador de um recurso acrescido a mão-de-obra qualificada na Construção nada tenha de irrealista. Esta é, contudo, uma impressão que a visão otimista sobre as potencialidades da formação e da inovação tecnológica na modernização do setor, muito presente no discurso de alguns empresários e outros protagonistas institucionais, claramente contraria - uma divergência que valerá a pena explorar em termos sociológicos noutra oportunidade.

3. Trabalho e emprego na Construção

3.1. Diferenciação da produção, variabilidade dos processos de trabalho, precarização profissional

O conjunto de considerações sobre a dimensão económico-produtiva da indústria da Construção que anteriormente enunciámos permite concluir que esta se caracteriza, entre outros aspetos, pela diversidade de relações que estabelece com empresas, grupos económicos e atores institucionais ligados a outros setores de atividade. Daí decorre, desde logo, que, no leque de

clientes potenciais das empresas da Construção se incluem quer o Estado, as Autarquias ou grandes empresas industriais e do terciário, quer, no polo oposto do campo económico, uma grande variedade de pequenos promotores imobiliários ou simples particulares. Os projetos, produtos e serviços desenvolvidos no setor caracterizam-se, também eles, por grande diversidade, já que podem envolver a produção, a manutenção ou a recuperação tanto de casas individuais como de grandes edifícios habitacionais, industriais ou de serviços, bem como, noutra esfera, a realização de obras públicas muito variadas. Em cada uma destas atividades, a indústria da Construção mobiliza tecnologias e procedimentos baseados na colaboração entre empresas que, nalguns casos, dispõem de meios e capacidades bastante sofisticados, noutros se limitam ao uso intensivo de mão-de-obra pouco qualificada e, noutros ainda, mal se distinguem de redes pessoais de carácter eminentemente informal. Com a crescente internacionalização do setor, a diversidade de soluções técnico-productivas com que os coletivos de trabalho se deparam nos estaleiros da Construção tem vindo, aliás, a ampliar-se, obrigando a sucessivos, e muitas vezes relutantes, ajustamentos de rotinas quer no planeamento dos trabalhos quer no decurso da sua execução prática.

Nestas condições, os estaleiros da Construção constituem uma espécie de pontos de condensação (aliás, efémeros) de lógicas económico-sociais protagonizadas por um conjunto diversificado e eminentemente mutável de agentes, bem como por ligações pessoais e interempresariais com elevado grau de informalidade e de imprecisão nos seus contornos legais.

Mas há um conjunto de vulnerabilidades que neles emerge por efeito da própria especificidade técnico-material dos processos de trabalho envolvidos. Além de se desenvolverem ao ar livre, com as contingências e penosidades que daí decorrem, tais processos manifestam uma grande variabilidade, quer quanto à natureza e local de realização dos produtos (que são imóveis e elaborados no ponto de consumo), quer quanto à quantidade, qualidade e ritmo de trabalho exigidos. A instabilidade, não repetibilidade e imprevisibilidade parcial das tarefas realizadas no estaleiro conferem aos produtores diretos uma certa margem de autonomia e de iniciativa, ao mesmo tempo que limitam as possibilidades de controlo do trabalho segundo prescrições estritas. Desenvolvendo-se em espaços técnico-organizativos e de sociabilidade fugazes, em relação aos quais a noção de coletivo de trabalhadores e as lógicas de socialização imputáveis à ordem produtiva convencional perdem parte do seu alcance, compreende-se que a organização do trabalho se tenha orientado aqui segundo princípios algo distantes dos da racionalização de tipo taylorista.

É certo que, ao longo do tempo, as tarefas foram apelando cada vez mais a uma especialização que o trabalho de ofício, outrora predominante no setor, desconhecia; e também se sabe que alguns objetivos da chamada “organização científica do trabalho” puderam ser indiretamente alcançados com a transferência da produção de certos materiais padronizados para montante dos estaleiros. Verificaram-se ainda importantes mudanças no sentido da tecnicização dos sistemas de trabalho, com a generalização do emprego de cimento armado e dos sistemas de cofragem e o uso ampliado de máquinas e processos mecânicos (Freire, 1991, p. 150). Ainda assim, pode afirmar-se que as atividades de Construção continuam a ser predominantemente trabalho-intensivas e a privilegiar processos produtivos refratários à racionalização. Terá sido aliás por isso, segundo Marcelle Duc, que o investimento na taylorização dos processos de trabalho no setor, muito incentivado no período posterior à II Grande Guerra, acabou por abrandar e dar lugar a uma redescoberta quer da especificidade técnico-organizacional dos estaleiros – mais precisamente a que neles decorre do “duplo constrangimento da variabilidade” (diversidade de produtos e mercados e variação da quantidade de trabalho a fornecer ao longo da construção) –, quer, complementarmente, das virtualidades da cooperação e da *prescription floue* como modalidades de coordenação e enquadramento mais ajustadas ao contexto real da produção (Duc, 2002, Cap. II). O recurso ao trabalho de equipas flexíveis e polivalentes, devidamente enquadradas no plano técnico e disciplinar, terá permitido concretizar esta orientação, garantindo ainda condições para a reprodução de modelos de aprendizagem “*sur le tas*”. A figura do encarregado, com papel decisivo na constituição, organização e controle de tais equipas, na resolução quotidiana de problemas e incidentes da produção ou mesmo na promoção do pessoal operário, manteve, assim, até hoje, grande centralidade na vida dos estaleiros (Freire, 1991).

3.2. Informalidade, precariedade dos vínculos laborais, desemprego

Serge Paugam (2000) propõe que se aborde a precariedade profissional tendo em conta duas dimensões: a relação com o trabalho e a relação com o emprego. De acordo com a primeira dimensão, que pretende captar o grau de satisfação dos assalariados no exercício da sua função, estes serão considerados precários, sempre que o seu trabalho se revele penoso ou desinteressante, mal remunerado e pouco reconhecido na empresa (precariedade do trabalho). Já na segunda dimensão, serão precários os assalariados que têm um emprego incerto e cujo futuro profissional se tornou imprevisível – o que implica grande vulnerabilidade económica e risco de perdas de direitos sociais (precariedade do emprego).

Ainda segundo o autor, só na situação em que estejam garantidos quer o reconhecimento material e simbólico do trabalho realizado, quer a proteção social decorrente da estabilidade do emprego poderá verificar-se uma integração profissional plena. Os outros três grandes tipos corresponderão a situações profissionais em que estão ausentes um ou dois dos atributos considerados. A integração incerta (satisfação no trabalho com insegurança no emprego) e a integração desqualificante (insatisfação no trabalho associada a precariedade de emprego) são, de acordo com Paugam, formas de integração que emergiram e têm vindo a disseminar-se desde o fim dos “trinta gloriosos” anos do pós-guerra. Já a integração *laborieuse* (condições de trabalho precárias, mas com segurança de emprego), não sendo nova, corresponderá a formas de insatisfação no trabalho que têm vindo a sofrer evoluções significativas.

Figura 10: Tipos de integração profissional, segundo Paugam (2000)

| | | Relação com o Emprego | |
|------------------------|---|------------------------------|----------------------------|
| | | + | - |
| Relação com o Trabalho | + | Integração Plena | Integração Incerta |
| | - | Integração <i>Laborieuse</i> | Integração Desqualificante |

Esquema baseado em Paugam (2000).

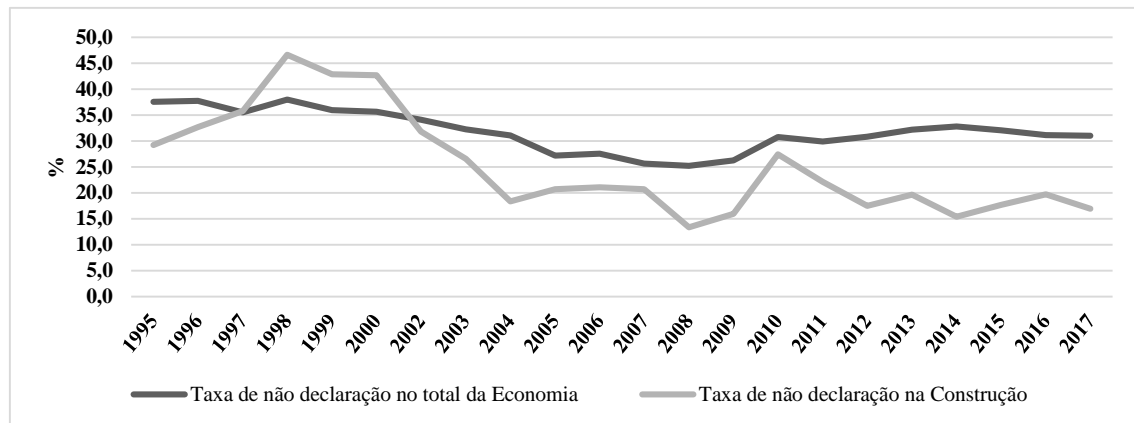
A elevada incidência de acidentes de trabalho nos estaleiros da Construção pode ser lida como sinal expressivo da *precariedade das condições de trabalho* no setor. Não obstante a queda verificada nas últimas décadas no número de acidentes de trabalho mortais e não mortais, as taxas de sinistralidade no seu conjunto continuam a ser, em termos relativos, muito elevadas. Mais precisamente, em 2000, o número de acidentes de trabalho por cada 100 mil trabalhadores foi de 8688 trabalhadores e em 2016 de 8728, o que denota até um ligeiro aumento (GEP-MTSSS, 2000-2016).

Já em termos de *precariedade de emprego*, um indicador que poderemos considerar como igualmente expressivo da especificidade do setor, é a ausência de vínculos contratuais formais entre os trabalhadores e os empregadores. Aceitar participar nas tarefas produtivas sem aceder ao mínimo de direitos e garantias que definem a própria condição salarial aponta, de facto, para patamares máximos de desproteção e insegurança dos trabalhadores no emprego. Para tentar aferir o nível de incidência do trabalho informal nas atividades produtivas, tem-se recorrido ao cálculo

PINTO, José Madureira; RODRIGUES, Vanessa; COELHO, Maria Inês (2019), “Estrutura económico-produtiva, sistema de emprego e qualificações na Construção: uma breve leitura sobre tendências e mudanças recentes”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – A construção civil numa perspectiva sociológica: enquadramento e análise, pp. 10-34.
DOI: 10.21747/08723419/soctem2019a1

da proporção do “trabalho não-declarado” no conjunto da força de trabalho mobilizada no setor (taxa de não-declaração). Ora, a avaliar pelos cálculos realizados a partir do Inquérito ao Emprego e dos Quadros de Pessoal, a informalidade na Construção, com mais ou menos oscilações, tem vindo a diminuir significativamente desde os inícios dos anos 2000 até à atualidade.

Figura 11: Evolução da taxa de não-declaração do total da Economia e da Construção (1995-2017)



Fontes: INE, Estatísticas de Emprego, 1991-2017 (4º trimestre) (com base no Inquérito ao Emprego); GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal (1995-2017).

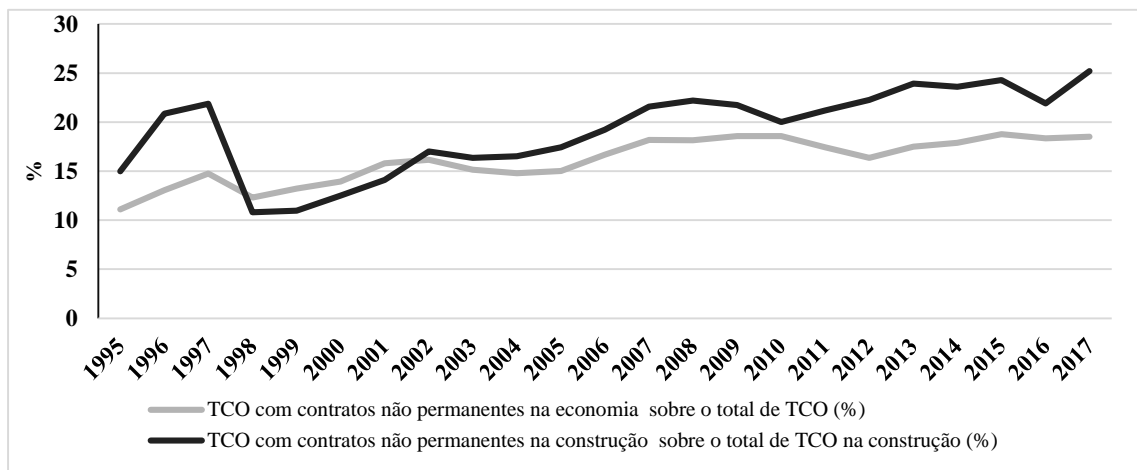
TND = [(Trabalhadores por Conta de Outrem, segundo Censos e Inquérito ao Emprego – Pessoal ao Serviço, segundo Quadros de Pessoal) / Trabalhadores por Conta de Outrem, segundo Censos e Inquérito ao Emprego] x 100.

Como pode observar-se na Figura 11, a taxa de não-declaração apresenta em anos recentes uma incidência tendencialmente bem mais baixa do que a verificada na década anterior. De valores que, nos anos 1990, se situavam entre os 32 e os 47%, passou-se, após uma queda acentuada na transição para os anos 2000, para um patamar próximo de 20%. Eis um elemento indiciador de que, apesar da permeabilidade à informalidade que se reconhece persistir no setor, esta parece ser uma tendência em queda, à semelhança, aliás, do que acontece com a taxa de sinistralidade mortal¹⁰. Trata-se, possivelmente, do resultado de uma intensificação do controlo e regulação estatais, pressionada, ela própria, em parte, pelas exigências de transposição para o direito português de diretivas comunitárias respeitantes a este setor de atividade.

Um olhar sobre a evolução da população empregada por conta de outrem segundo o tipo de contrato (Figura 12) permite-nos verificar que, desde os anos 1990, se observa, no conjunto da economia portuguesa, um aumento expressivo da proporção de assalariados que laboram com contrato a prazo – o que não surpreende face ao que se conhece sobre as tendências em matéria de contratação de força de trabalho e de desregulação dos vínculos laborais que se têm vindo a impor e generalizar nas últimas décadas.

¹⁰ A este respeito, registe-se que a taxa de sinistralidade relativa a acidentes de trabalho mortais, entre 2002 e 2016, sofreu uma ligeira diminuição de 18 para 13 acidentes por cada 100 mil trabalhadores.

Figura 12: Proporção de trabalhadores por conta de outrem com contratos não permanentes no total da população empregada por conta de outrem – Total da Economia e Construção (1995-2017)

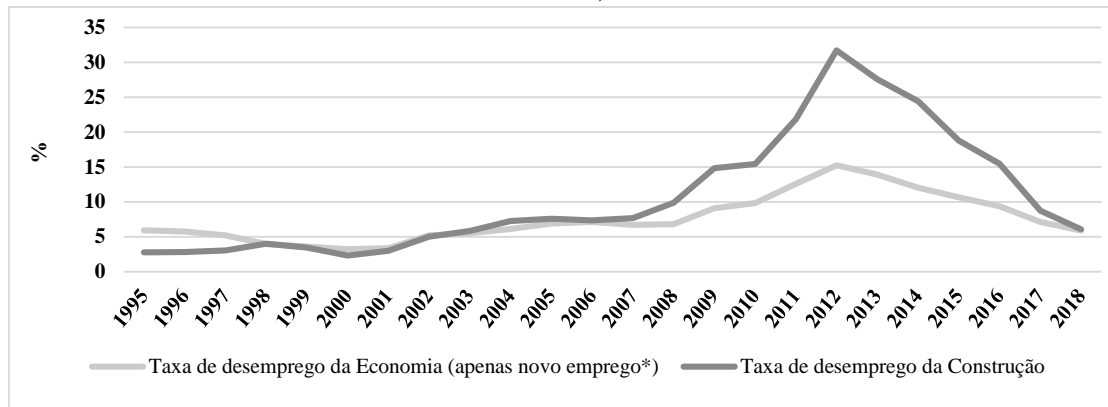


Fontes: INE, Estatísticas de Emprego, 1995-2017 (4º trimestre) (com base no Inquérito ao Emprego); GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal (1995-2017).

Ora, o que, perante ainda a informação contida na Figura 12, importa salientar é que, na Construção, o incremento deste segmento da população empregada tem sido (com grande evidência a partir de 2005, e de forma ainda mais notória desde 2012) particularmente acentuado. Como consequência, a proporção de trabalhadores com contratos não permanentes no total de trabalhadores por conta de outrem vem ascendendo, desde 2007, a valores que se situam entre 20 e 25% - o que dá a entender que as estratégias de sobrevivência e/ou resistência levadas a cabo pelas empresas do setor (a que anteriormente nos referimos) terão passado, frequentemente, por processos de gestão precarizante da mão-de-obra.

A Figura 13 dá conta do modo como o conjunto da economia e a indústria da Construção, em particular, foram afetados pelo desemprego nas duas últimas décadas. Não pode deixar de se salientar, perante a informação retida, que, já desde os primeiros anos da década de 2000, mas sobretudo após 2008, período que reiteradamente associámos, ao longo destas páginas, a um processo de crise económica acentuada, as taxas de desemprego aumentaram de forma acentuada.

Figura 13: Evolução da taxa de desemprego da Economia e do setor da Construção (1995-2018)



O facto é particularmente notório no âmbito específico da Construção, com a proporção de desempregados a atingir em 2012 um pico que ultrapassa os 30%, valor bem superior à taxa de desemprego, já de si elevada, que se registou no conjunto da economia portuguesa. Consequência da forte diminuição da atividade do setor em território nacional, aqui já ilustrada através da evolução dos indicadores da estrutura económico-produtiva, tão elevada taxa de desemprego na Construção remete para um conjunto de fenómenos com inequívoca relevância sociológica. Nele cabem, para além do dramatismo do próprio despedimento, a destruição dos ofícios e a desagregação de estatutos profissionais ou, ainda, a desregulação do modelo salarial e a precariedade das condições de trabalho (Queiroz, 2005), bem como, noutro plano, a inevitabilidade da emigração (frequentemente vivida como disponibilidade ou mesmo vontade para explorar novas oportunidades), a suspensão de progressão na carreira e a dissolução de relações sociais criadas em volta do emprego - em suma, um vasto conjunto de modalidades de sujeição a situações cada vez mais distanciadas da “*integração profissional plena*”.

Conclusões

Procurámos, com o presente artigo, identificar algumas das principais mudanças verificadas ao longo das últimas décadas no setor da Construção em Portugal. Sem perder de vista os grandes enquadramentos internacionais que estão subjacentes à realidade económica do setor, progressivamente marcados pela generalização de práticas de desregulação da economia e do mercado de trabalho, a análise empreendida reconstituiu séries estatísticas temporais e procurou

formular, ainda que a título exploratório, linhas interpretativas sobre as mutações da estrutura económico-empresarial e do emprego identificadas.

Foi possível sublinhar, relativamente às duas últimas décadas, o movimento inicial de expansão do número de empresas da Construção em Portugal e, depois de meados da década de 2000, um movimento global fortemente descendente, que apenas em 2015 dá alguns sinais de abrandamento. Não tendo sido possível analisar em profundidade nesta altura as determinantes desta evolução imputáveis à forte presença da figura de subcontratação no setor, vale a pena não perder de vista a relevância deste fenómeno, o qual, aliás, será objeto de significativo aprofundamento no projeto de pesquisa em que o presente texto se integra.

Num tecido empresarial definido por grandes desigualdades, desde logo, em matéria de dimensão das unidades empresariais, mas também de práticas salariais, foi possível verificar que a crise financeira vivida no país depois de 2008 teve impacto significativo na estrutura empresarial do setor da Construção, na dinâmica de formação de valor neste gerado e, dada a relevância deste no país, na economia no seu conjunto. Mais especificamente, foi ainda possível assinalar, em domínios como a produtividade do trabalho ou a intensidade de uso do capital fixo, que as tendências de queda se inscreviam em quadros de reprodução com significado e que o processo de qualificação dos ativos não acompanhava o ritmo que é possível documentar nos restantes setores da economia.

Sem deixar de reconhecer as vulnerabilidades que decorrem da especificidade material e técnica das atividades desenvolvidas na Construção, que acentuam a intensidade do trabalho e uma certa resistência à racionalização, a análise empreendida sublinhou, à luz dos trabalhos de Paugam (2000), a importância de se consagrar uma atenção específica, através do estudo da relação com o trabalho e da relação com o emprego, à génese e reprodução dos processos de precarização/integração profissional no setor. Nesse sentido, e procurando medir as incidências da informalidade, da precariedade e do desemprego no setor da Construção e na economia no seu todo, foi possível verificar que, não obstante alguns progressos específicos no domínio da incidência da informalidade na Construção, os horizontes de *integração profissional plena* estão ainda muito longe de constituir o quadro modal de referência da relação com o trabalho e o emprego no setor.

Referências bibliográficas

AMORIM, Joana *et al.* (2015), *Mobilidade transnacional de trabalhadores e empresas*, Lisboa, ACT.

PINTO, José Madureira; RODRIGUES, Vanessa; COELHO, Maria Inês (2019), “Estrutura económico-produtiva, sistema de emprego e qualificações na Construção: uma breve leitura sobre tendências e mudanças recentes”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – A construção civil numa perspetiva sociológica: enquadramento e análise, pp. 10-34.

DOI: 10.21747/08723419/soctem2019a1

BAGANHA, Maria Ioannis; MARQUES, José Carlos; GÓIS, Pedro (2002), “Sector da Construção e Obras Públicas em Portugal: 1999-2000”, *Oficinas do CES*, 173.

BALL, Michael (1992), “Les marchés de la Construction et les entreprises de bâtiment britanniques” in Elizabeth Campagnac (ed.), *Les Grands groupes de la construction: de nouveaux acteurs urbains?*, Paris, Éditions L’Harmattan, pp.109-122.

BRESNEN, M. J., et al. (1985), “The flexibility of recruitment in the construction industry: formalisation or re-casualisation”, *Sociology*, 19, 1, pp. 108-124.

CAMPINOS-DUBERNET, Myriam (1992), “La diversité des bâtiments européens: l’incidence des modèles nationaux” in Elizabeth Campagnac (ed.), *Les Grands groupes de la construction: de nouveaux acteurs urbains?*, Paris, Éditions L’Harmattan, pp. 155-165.

CREMERS, Jan (2005), “Free movement revisited”, *CRL News*, 2/2005, pp. 3-9.

DUC, Marcelle (2002), *Le Travail en chantier*, Toulouse, OCTARES Éditions.

FREIRE, João (1991), “Imigrantes, capatazes e segurança no trabalho da Construção Civil”, *Organizações e Trabalho*, 5/6, pp. 147-153.

GIALLOCOSTA, Giorgio, MACCOLINI, Mauro (1992), “Entreprises générales et éclatement de la production: les problèmes non-résolus du cas italien” in Elizabeth Campagnac (ed.), *Les Grands groupes de la construction: de nouveaux acteurs urbains?*, Paris, Éditions L’Harmattan, pp. 123-133.

MATOS, Fátima (2001), *A Habitação no Grande Porto: uma perspetiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio*, Dissertação para Doutoramento, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MORRISON, Claudio, SACHETTO, Devi, CRETU, Olga (2014), “Labour mobility in construction: migrant workers’ strategies between integration and turnover”, *Construction Labour research - CLR News*, 2/2014, pp. 33-49.

PAUGAM, Serge (2000), *Le Salarié de la Précarité*, Paris, PUF.

PINTO, José Madureira (1996), “Contributos para uma análise dos acidentes de trabalho na construção civil”, *Cadernos de Ciências Sociais*, 15/16, pp. 87-119.

PINTO, José Madureira, Queiroz, Maria Cidália (1996a), “Flexibilização da produção, mobilidade da mão-de-obra e processos identitários na Construção Civil”, *Sociologia. Problemas e Práticas*, 19, pp. 9-29.

- (1996b), “Qualificação profissional e desqualificação social na construção civil” in *Cadernos de Ciências Sociais*, 19-20, pp. 41-85.

PINTO, José Madureira (2018), “Trabalho e trabalhadores da Construção Civil: recapitulação de resultados e novas hipóteses de investigação” in Sílvia Gomes et al (eds.), *Desigualdades Sociais e Políticas Públicas – Homenagem a Manuel Carlos Silva*, Famalicão, Editora Humus, pp. 391-413.

PONTE, Stefano, EWERT, Joachim (2009), “Which way is ‘up’ in upgrading? Trajectories of change in the value chain for South African wine”, *World Development*, 37, pp. 1637-1650.

PINTO, José Madureira; RODRIGUES, Vanessa; COELHO, Maria Inês (2019), “Estrutura económico-produtiva, sistema de emprego e qualificações na Construção: uma breve leitura sobre tendências e mudanças recentes”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – A construção civil numa perspectiva sociológica: enquadramento e análise, pp. 10-34.
DOI: 10.21747/08723419/soctem2019a1

QUEIROZ, Maria Cidália (1999), *Trabalho e trabalhadores na Construção Civil e Obras Públicas. Contributos para a análise dos lugares e das identidades de classe*, Tese de Doutoramento, Porto, Universidade do Porto.

- (2005), *Classes, identidades e transformações sociais: para ler as evoluções da estrutura social portuguesa*, Porto, Campo das Letras.

RODRIGUES, Maria João (1996), *O Sistema de Emprego em Portugal*, Lisboa, Dom Quixote.

VOIRIN, Michel (1977), “Accidents du travail”, *Encyclopaedia Universalis*, I, pp. 95-98.

Legislação:

Diretiva Comunitária n.º 96/71/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro.

Outras Fontes:

GEP/MTSSS, *Quadros de Pessoal*, 1995-2017.

GEP/MTSSS, *Séries Cronológicas sobre os Acidentes de Trabalho em Portugal*, 2000-2017.

INE, Portugal, XIII, XIV, XV *Recenseamentos Gerais da População*, 1991-2011.

INE, *Estatísticas de Emprego*, 1992-2017 (4º trimestre), (com base no *Inquérito ao Emprego*).

José Madureira Pinto. Faculdade de Economia da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/ número 4150 – 564, Porto, Portugal. Email: jmp@fep.up.pt

Vanessa Rodrigues. Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/ número, 4150 – 564, Porto, Portugal. Email: vrodrigues@letras.up.pt

Maria Inês Coelho. Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/ número, 4150 – 564, Porto, Portugal. Email: mivilarcoelho@gmail.com

Artigo recebido em 29 de julho de 2019. Publicação aprovada em 20 de outubro de 2019.

O campo das grandes empresas da construção civil

Perspetiva teórica e análise relacional sobre o caso português

(em 2012)

Virgílio Borges Pereira

Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Resumo

O presente artigo discute a pertinência de uma abordagem analítica inspirada pela teoria sociológica dos campos de Pierre Bourdieu para conhecer os processos de estruturação da atividade económica, focando o seu olhar sobre o modo como no sector da construção civil, em Portugal, tais processos se têm vindo a configurar ao longo das duas últimas décadas. Mobilizando informação estatística oficial sobre as propriedades sociais das 200 maiores empresas de construção civil no país no ano de 2012, o presente texto ensaia um retrato relacional das forças que constituem estas empresas e procura definir as principais implicações que daqui decorrem para o estudo do espaço de posições sociais que estas formam.

Palavras-chave: Campo; indústria da construção civil; grandes empresas.

The field of major construction companies. Theoretical perspective and relational analysis of the Portuguese case (in 2012)

Abstract

This article discusses the relevance of an analytical approach inspired by Pierre Bourdieu's sociological theory of fields to understand the processes of structuring economic activity, focusing on the way in which such processes have been shaped in the construction sector in Portugal over the last two decades. By mobilising official statistical information on the social properties of the 200 largest construction companies in the country in 2012, this text attempts to provide a relational portrait of the forces that make up these companies and seeks to define the main implications that this has for the study of the space of social positions that they form.

Keywords: field; construction industry; large companies.

Le champ des grandes entreprises de construction. Perspective théorique et analyse relationnelle du cas portugais (en 2012)

Résumé

Cet article discute de la pertinence d'une approche analytique inspirée de la théorie sociologique des champs de Pierre Bourdieu pour connaître les processus de structuration de l'activité économique, en se concentrant sur la manière dont ces processus ont été formés au Portugal dans le secteur de l'industrie du bâtiment depuis les deux dernières décennies. En mobilisant des informations statistiques officielles sur les propriétés sociales des 200 plus grandes entreprises de construction du pays en 2012, ce texte tente de dresser un portrait relationnel des forces qui composent ces entreprises et cherche à définir les principales implications que cela a pour l'étude de l'espace des positions sociales qu'elles forment.

Mots-clés : champ ; industrie de la construction ; grandes entreprises.

El campo de las grandes empresas de construcción. Perspectiva teórica y análisis relacional del caso portugués (en 2012)

Resumen

Este artículo discute la relevancia de un enfoque analítico inspirado en la teoría sociológica de los campos de Pierre Bourdieu para conocer los procesos de estructuración de la actividad económica, centrándose en cómo en el sector de la construcción en Portugal, tales procesos han sido configurados en las últimas dos décadas. Mediante la movilización de información estadística oficial sobre las propiedades sociales de las 200 mayores empresas constructoras del país en 2012, este texto pretende ofrecer un retrato relacional de las fuerzas que componen estas empresas y busca definir las principales implicaciones que esto tiene para el estudio del espacio de posiciones sociales que forman.

Palabras clave: campo; industria de la construcción; grandes empresas.

Introdução

O presente artigo apresenta e discute resultados provenientes de um projeto de investigação sociológica dedicado ao estudo de processos significativos de transformação social ocorridos durante as duas últimas décadas no sector da construção civil em Portugal¹. Procurando

¹ O presente artigo foi elaborado no âmbito das atividades do projeto de investigação “Novos terrenos para a construção: mudanças no campo da construção em Portugal e seu impacto nas condições de trabalho no século XXI” (PTDC/IVC-SOC/5578/2014-016621), desenvolvido no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, entre 2016 e 2019, e financiado por fundos nacionais através da FCT/MEC (PIDDAC) e cofinanciado pelo FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional através do COMPETE – Programa Operacional Fatores de Competitividade. Beneficiando do quadro de discussão entre a equipa dos investigadores do projeto, uma primeira versão deste estudo foi discutida no colóquio internacional “Rising Inequalities”, realizado nas instalações do CNRS – Pouchet, na cidade de Paris, França, em outubro de 2018, com a participação de Bruno Monteiro. Aprofundamentos analíticos suplementares foram possibilitados pela licença sabática de que o autor beneficiou durante o primeiro semestre do ano letivo de 2018/2019. A colaboração dos bolsiros de investigação do projeto em que se enquadra o artigo foi igualmente relevante para a recolha da informação estatística oficial que nele é

contribuir para uma problematização com alcance sociológico alargado sobre os impactos destas transformações nas condições de trabalho e nas estratégias de reprodução dos agentes envolvidos na atividade económica na construção civil, o artigo explora a possibilidade de informar tal entendimento por um retrato prévio sobre a configuração das forças exercidas entre as maiores empresas do sector. Para esse efeito, o estudo efetuado retoma argumentos analíticos centrais sobre a sociologia do campo económico, partindo do modo como estes foram formulados na obra do sociólogo francês Pierre Bourdieu, e mobiliza-os para uma investigação sobre a composição das empresas do sector da construção civil em Portugal. Para além de reconstituir, sinteticamente, as principais propriedades sociais da evolução económica recente no sector da construção no país, o artigo destaca a importância de informar um tal exercício a partir de preocupações relacionais. Nesse sentido, o estudo apresentado inventaria dados estatísticos oficiais provenientes das 200 maiores empresas do país do sector da construção no ano de 2012 e ensaia uma definição da configuração das respetivas relações com recurso a análise geométrica de dados. Para os efeitos pretendidos e à luz da estratégia analítica proposta, o artigo define a configuração da estrutura do campo das maiores empresas do sector e a natureza das respetivas propriedades sociais. Em complemento, procede-se ainda a um exercício de classificação das empresas estudadas, com objetivos de identificação sintética das lógicas de poder que marcam o sector no ano em apreço. O artigo termina com uma breve tentativa de interpretação sociológica dos processos identificados.

1. Coordenadas para uma sociologia do campo económico

Sistematizando uma linha de investigação dedicada aos princípios de uma antropologia económica, num dos últimos livros publicados em vida, Pierre Bourdieu regressava ao estudo de um tema que conhecia bem, desde que convertera o seu olhar à disciplina sociológica. Incorria, neste caso e tomando por referência as investigações que vinha conduzindo há vários anos sobre a problemática do acesso à propriedade da casa individual, nas implicações sociológicas do estudo do campo económico (Bourdieu, 2000), que fora, anos antes, também objeto de um dos seus

utilizada; agradece-se, em particular, a colaboração dos Mestres Gonçalo Barbosa e Vanessa Carvalhosa Rodrigues neste processo. O exercício de análise aqui realizado beneficiou de um protocolo com o Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social do Governo da República Portuguesa. Para a concretização deste último, agradece-se a colaboração da Professora Doutora Anabela Carneiro, da Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Ao autor cabem todas as responsabilidades relativas quer à análise produzida quer ao tratamento e leitura efetuados da informação apresentada, não sendo, por isso, o GEP responsável pelos resultados e pela sua interpretação.

seminários académicos e que, entretanto, foi publicado (Bourdieu, 2017). Para além do valor intrínseco que possuem no quadro geral da teorização da prática social empreendida pelo autor, os escritos de Bourdieu sobre estas problemáticas encerram pistas específicas que podem ser de grande heurística para o desenvolvimento de análise sociológica sobre os fundamentos sociais da economia e a que é pertinente regressar para efeitos de dinamização de pesquisa empírica. São várias e multifacetadas, como procuraremos demonstrar, as implicações decorrentes de uma tal abordagem.

Para efeitos de dinamização de pesquisa empírica, na sua incansável luta, também no domínio da análise sociológica da economia, contra as (falsas) alternativas entre holismo e individualismo, Bourdieu estabelece uma leitura estrutural do campo económico como condição de possibilidade do projeto de conhecimento sociológico que procura definir, ressaltando, neste caso, o significado específico de que se revestem as relações de força entre os agentes do campo, i.e., entre as empresas. Salienta, na definição estrutural do campo económico que propõe, e para a compreensão do quadro concorrencial que este último suporta, a importância da relação entre o volume e a composição específica do capital das empresas - a saber, capital financeiro, capital cultural, sob as modalidades específicas de capital tecnológico, de capital jurídico e de capital organizacional, e também capital comercial, capital social e capital simbólico (Bourdieu, 2000: 236). É a detenção, por uma determinada empresa, de um volume global de capital significativo que lhe confere capacidade de ação no campo económico, atribuindo-lhe uma posição neste último e as correspondentes margens de lucro.

As diferentes espécies de capital reunidas numa empresa conferem-lhe uma posição relativa precisa no campo que ajudam a formar e é a configuração das relações de força no campo que, em suma, forma os preços de que as empresas dependem, ainda que, pela posição que ocupam no campo, estas também contribuam, em função da inércia que concentram, para a respetiva formação (Bourdieu, 2000: 240). Neste sentido, o campo económico é um campo de lutas, formado por empresas que concorrem entre si para definir e estabelecer as condições mais favoráveis na distribuição das relações de força em que se inscrevem. Não obstante o dinamismo do campo económico, estas lutas envolvem empresas dotadas de volumes globais e de combinações específicas de capitais diferenciados, materializando a (re)produção de posicionamentos de empresas dominantes e de outras que são dominadas, em diferentes modalidades, relativamente a estas.

À luz destas propriedades, as empresas dispõem de capacidade de ação estratégica. As empresas dominantes orientam as suas estratégias para “a melhoria da posição global *do* campo, tentando fazer crescer a procura global, ou então defender ou aumentar as posições adquiridas *no* campo (...)” (Bourdieu, 2000: 247, tradução própria). Nas estratégias em apreço destacam-se a

inovação permanente nos mais variados domínios de ação e a baixa de preços praticados, em matéria de custos e de produtos. Se a inércia própria à definição dos posicionamentos no campo contribui para a reprodução da respetiva estrutura, a dinâmica das lutas não torna esta última imune à mudança: “a aparição de um novo agente eficiente modifica a estrutura do campo. De igual modo, a adopção de uma nova tecnologia, a aquisição de uma parte maior do mercado modifica as posições relativas e o rendimento de todas as espécies de capital detidas pelas outras firmas” (Bourdieu, 2000: 248). Com efeito, para que a reconfiguração do campo económico se produza são particularmente relevantes os efeitos das relações entre o capital tecnológico e as outras espécies de capital. De igual modo, o redesenho das fronteiras do campo, em particular o que decorre da internalização de dinâmicas externas nos domínios da demografia ou dos estilos de vida, e a relação com o Estado, especificamente, a competição das empresas “*pelo poder sobre o poder do Estado*” (Bourdieu, 2000: 250, 251), são também elementos ativos da reconfiguração do campo económico.

A empresa é, sob este ponto de vista, suscetível de ser encarada também como um campo, dotada do respetivo espaço de posições de poder interno, com uma configuração sensível ao volume e às espécies dos capitais de que os seus dirigentes são dotados. Por sua vez, as estratégias destes dirigentes empresariais não poderão deixar de ser lidas à luz de uma tal configuração de capitais, o que permite abrir igualmente a análise aos processos de formação dos respetivos habitus (Bourdieu, 2000: 252-264).

Para ilustrar empiricamente o argumento construído, Bourdieu estabelecia uma empresa produtora de cimentos como ponto focal da análise, demonstrando como as estratégias do seu desenvolvimento eram sensíveis à composição específica dos capitais e dos habitus dos seus dirigentes (Bourdieu, 2000: 267-270). Para além disso, o argumento sociológico sobre a dinâmica do campo económico desenvolvia-se com base na estabilização de um conjunto de argumentos decorrentes da construção e análise do campo dos produtores de casas individuais em França (Bourdieu, 2000: 59-76). Demonstrava-se, assim, a pertinência de encarar o potencial analítico subjacente à aplicação da teorização estabelecida a domínios específicos da realidade económica e social.

Com objetivos de dinamização de pesquisa empírica, procurámos estabelecer a perspetiva analítica assim constituída como referencial aproximado de conhecimento sociológico sobre a realidade económica e social da construção civil em Portugal. São os procedimentos subjacentes a um tal propósito que serão objeto dos pontos seguintes deste estudo.

2. Uma metodologia relacional

Inspirado, como vimos, na obra de Pierre Bourdieu (1999, 2000) sobre a estruturação das atividades económicas, este trabalho procura apresentar um retrato sistemático das forças que estruturam as relações entre as principais empresas do sector da construção civil que operam em Portugal. Inscrita num quadro de pesquisa que articula o estudo das estratégias de reprodução dos trabalhadores da construção civil com o exame dos mecanismos de reprodução das empresas e instituições (Bourdieu, 1994), a presente análise deve ser tomada como uma primeira tentativa de identificação das principais propriedades destas empresas e das relações que as compõem. O estudo baseia-se numa reconstituição das estatísticas oficiais com recurso a séries cronológicas sobre a atividade económica e industrial no país. Esta reconstituição permitiu a preparação de duas grandes leituras das transformações do sector da construção em Portugal, uma baseada numa abordagem diacrónica, que regista informação sobre o último meio século e que, no presente artigo, retém grandes linhas interpretativas relativas ao período compreendido entre 1996 e 2012, e outra dedicada a uma leitura detalhada e sincrónica da situação económica e social do sector. Possuindo a pesquisa decorrente do presente artigo um estatuto organizador no quadro geral da investigação realizada, optou-se por tratar, no que concerne ao ponto de vista privilegiado na análise sincrónica, o ano de 2012. No período do lançamento da pesquisa, este tratava-se do ano mais recente com informação atualizada.

Para a produção do presente artigo, a análise reúne informação específica obtida a partir do tratamento da principal base de dados oficial do sector privado do país, a base de dados Quadros de Pessoal. Trata-se de um conjunto de dados administrativos recolhidos numa base anual (os resultados são válidos para o mês de outubro de cada ano) pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSS) e baseados nas respostas dadas pelas empresas nacionais. As respostas têm valor legal, sendo avaliadas pelas autoridades estatais. Para além da informação sobre as empresas do país (do capital económico à geografia e sector de atividade), a base de dados reúne informação muito significativa sobre a composição social e económica da população ativa, incluindo os empregadores.

Dada a complexidade do universo de referência, a leitura relacional aqui apresentada procura estabelecer um conjunto de coordenadas analíticas sobre a configuração das relações de força que caracterizam as 200 maiores empresas do sector da construção do país. Para além da inspiração teórica no trabalho de Bourdieu, a investigação disponível sublinha, há já muito tempo, o interesse em investigar o conjunto de atividades desenvolvido pelas grandes empresas e grupos da construção europeus (ver, por exemplo, Campagnac, 1992). Com tais objetivos em perspetiva, e após uma exploração do conjunto de dados oficiais, foi preparada a informação sobre a

composição das empresas da construção do país. Esse procedimento envolveu o tratamento de mais de 80 variáveis, organizadas de acordo com quatro domínios analíticos: a morfologia das empresas, a respetiva inscrição social, o capital económico das empresas e o capital cultural e técnico do pessoal das empresas. Para destacar as estruturas sociais da economia (Bourdieu, 2000), ou as forças da física social envolvidas na estruturação das atividades económicas no sector da construção, foram selecionadas, como já afirmado, as 200 maiores empresas, tomando como primeira referência o volume de negócios anual de cada uma. Importa reter que toda a informação usada na presente análise é originalmente anonimizada nos Quadros de Pessoal. Para além disso, toda a informação relativa às empresas foi previamente categorizada nominal e ordinalmente. Como veremos seguidamente, a informação reunida foi submetida a um procedimento de análise relacional com recurso à técnica de análise de correspondências múltiplas e ao abrigo das propostas interpretativas desenvolvidas por Le Roux e Rouanet (2010).

3. As grandes empresas da construção civil em Portugal em 2012: propriedades de uma análise relacional

Em Portugal, ainda que habitualmente presente na discussão pública, a atividade económica na construção civil é um daqueles domínios da realidade social que carece de conhecimento científico e de documentação sistemáticos. As dinâmicas do desenvolvimento atividade económica no sector estão, de modo regular, envoltas em pelo menos alguma opacidade. A uma tal opacidade não serão alheias as vicissitudes decorrentes de uma estrutura produtiva historicamente marcada por grande atomização e complexidade e definida por relações empresariais configuradas em torno de intrincadas práticas de subcontratação e de informalidade, que os aparelhos estatísticos oficiais têm dificuldade em conhecer com pormenor (Baganha, Marques, Góis, 2002). Tem sido possível, contudo, reunir informação pertinente sobre tal matéria, que permite completar leituras e aprofundar coordenadas interpretativas. José Madureira Pinto, num importante conjunto de trabalhos, deu contributos significativos para o avanço do conhecimento sociológico neste domínio, identificando propriedades estruturais de relevo na atividade económica desenvolvida na construção civil em Portugal (ver, entre outros, Pinto, 1996^a, 1996^b; ver também Queiroz, 1999). No seu mais recente diagnóstico (Pinto, 2018), o autor considera que, entre outros processos, e na sequência da recomposição das modalidades do acesso à habitação no país, se tem vindo a assistir, num quadro habitualmente definido como pró-cíclico, a uma reconfiguração da atividade económica na construção civil. Para além da articulação entre movimentos de abertura e de encerramento de empresas sensíveis ao efeito de ciclo económico

mencionado, a atividade económica na construção tem sido marcada por um quadro de ação em que a diversificação das atividades e a associação de empresas assumem significado relevante. Comportando a consolidação de um núcleo agregador de empresas constituído pelas chamadas “empresas gerais”, sabe-se que este processo se tem também tornado possível pelo recurso à “subempreitada”, que se conjuga, por sua vez, com a desregulação e precarização da economia e do mercado de trabalho. Num quadro de trabalho marcado pela variabilidade de processos, de locais e pela sensibilidade ao risco, contraditoriamente condensados nas atividades desenvolvidas no estaleiro, as redes informais assumem grande relevo na estruturação da atividade económica na construção civil, sendo estas sensíveis às novas formas de emigração².

A informação reunida na Tabela 1 permite registar, ainda que apenas parcialmente, algumas das dimensões dos processos anteriormente elencados. Genericamente, nela pode verificar-se como o sector da construção civil cresceu significativamente entre meados da década de 1990 e 2008, tanto em termos de número de empresas, de pessoas ao serviço e de assalariados, e como a fase posterior a 2008 - e à crise que gerou³ - foi marcada por uma muito relevante perda de empresas e de postos de trabalho. Pode igualmente verificar-se que, enquanto cresceu, a morfologia das empresas – atomizada – praticamente não se transformou e que, com 2008 e a crise que se lhe seguiu, esta atomização se intensificou, aumentando de modo relevante o efetivo de empresas com 1-4 pessoas. Tudo indica, por outro lado, que, com 2008, se reconfiguram outras propriedades sociais das empresas e do emprego do sector: diminui a especialização das empresas na construção de edifícios; diminui a presença das relações de emprego a termo certo, ainda que pelo menos um quinto da mão de obra se defina deste modo; diminui o recurso a mão de obra estrangeira; aumenta a idade média do pessoal ao serviço. Não se alterando de modo significativo as grandes tendências de inscrição regional das empresas, habitualmente mais relevantes, primeiro, na Grande Lisboa e, depois, no Grande Porto, é certo que a preponderância relativa das empresas da construção nestas regiões diminuiu. Por outro lado, se, no período em estudo, o significado relativo das empresas com volume de negócios até 2000 milhares de euros se manteve, com pequenas oscilações, em torno dos 96%, em matéria de configuração legal das empresas assistiu-se ao crescimento e, no período mais recente, à diminuição da importância relativa das sociedades por quotas e a uma diminuição intensa dos empresários em nome individual, dando-se assim conta dos intensos movimentos de recomposição do tecido empresarial do sector. Por sua vez, no que diz respeito ao capital cultural dos assalariados das empresas, cresceu, ainda que

² Para desenvolvimentos suplementares sobre os processos sociais, económicos e migratórios subjacentes a estas realidades, ver Pereira (2010), Monteiro (2018) e Queirós, Monteiro (2019). Para uma investigação sociológica de fundo sobre a atividade económica e social na construção, cf. Jounin (2008).

³ Para uma leitura sobre os fundamentos económicos e urbanos da crise do *subprime* de 2007 nos EUA, na génese da crise vivida a partir de 2008 na Europa, ver Cusin e Lefebvre (2018).

este esteja longe de ser preponderante, o efetivo daqueles que possuem as respetivas modalidades mais elevadas e que só nesta década ultrapassou os 10%; em todo o caso, e se o crescimento das qualificações escolares se verifica ao longo de todo o período em análise, em 2012, para cerca de um quarto dos assalariados a escolaridade detida é ainda o primeiro ciclo do ensino básico. Atente-se, por fim, que o recurso a mão de obra não qualificada tende a diminuir.

Tabela 1: Algumas propriedades sociais das empresas e do pessoal ao serviço no sector da construção civil, 1996, 2002, 2008 e 2016

| | 1996 | 2002 | 2008 | 2012 |
|--|--------------------|--------------------|--------|--------|
| Morfologia das empresas e do sector | | | | |
| Número de empresas | 21312 | 46081 | 49111 | 30581 |
| Pessoas ao serviço do sector | 221534 | 380193 | 406522 | 221231 |
| Assalariados ao serviço das empresas | 202276 | 337434 | 367433 | 199410 |
| Dimensão das empresas em trabalhadores (em %) | | | | |
| <i>1-4 pessoas</i> | 55,31 | 54,8 | 56,83 | 62,52 |
| <i>5-9 pessoas</i> | 24,62 | 26,18 | 24,59 | 22,62 |
| <i>10-49 pessoas</i> | 17,5 | 17,47 | 16,74 | 13,36 |
| <i>500 e mais pessoas</i> | 0,14 | 0,1 | 0,04 | 0,05 |
| Contratados com termo certo (%) | n.d. | 28,83 | 36,67 | 20,68 |
| Empresas do sector da construção segundo CAE (%) | | | | |
| Construção de edifícios (residenciais e não residenciais) | 72,63 ^a | 68,53 ^a | 54,43 | 50,67 |
| Instalação elétrica, de canalizações, de climatização e outras instalações | 14,48 | 15,34 | 16,82 | 20,27 |
| Atividades de acabamento em edifícios | 10,71 | 13,73 | 16,04 | 15,5 |
| Inscrição social das empresas e do pessoal ao serviço | | | | |
| Pessoal estrangeiro ao serviço no sector | n.d. | 9,69 | 9,71 | 5,35 |
| Algumas regiões do país (NUTS III) das empresas (%) | | | | |
| Cávado | 5,24 | 4,98 | 5,39 | 6,09 |
| Ave | 5,03 | 4,93 | 4,86 | 5,45 |

Tabela 1: Algumas propriedades sociais das empresas e do pessoal ao serviço no sector da construção civil, 1996, 2002, 2008 e 2016 (Continuação)

| | 1996 | 2002 | 2008 | 2012 |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Tâmega | 3,83 | 6,72 | 6,98 | 7,85 |
| Grande Lisboa | 17,43 | 14,94 | 15,63 | 14,16 |
| Grande Porto | 11,81 | 9,06 | 9,29 | 9,73 |
| Pinhal Litoral | 4,27 | 4,78 | 4,46 | 4,63 |
| | 1996 | 2002 | 2008 | 2012 |
| Península de Setúbal | 5,5 | 6,4 | 5,96 | 4,97 |
| Algarve | 4,71 | 6,36 | 7,5 | 5,83 |
| Idade média do pessoal ao serviço | 32 | 35 | 42 | 42 |
| Capital económico e financeiro | | | | |
| Capital social da empresa multinacional (% em média) | 1,46 | 0,51 | 1,99 | 2,94 |
| Volume de negócios da empresa (%) | | | | |
| <i>Até 2000 milhares de euros</i> [número absoluto] | 97,13 [20700] | 96,03 [44252] | 95,79 [47043] | 96,67 [29485] |
| <i>Mais de 50000 milhares de euros</i> [número absoluto] | 0,1 [21] | 0,1 [46] | 0,12 [59] | 0,13 [40] |
| Configuração legal do capital económico das empresas (%) | | | | |
| <i>Sociedade Anónima</i> | 1,41 | 1,43 | 2,76 | 3,08 |
| <i>Sociedade por Quotas</i> | 52,13 | 63,99 | 69,12 | 54 |
| <i>Empresário em nome individual</i> | 45,1 | 33,51 | 26,93 | 19,41 |
| Capital cultural e técnico dos assalariados das empresas do sector | | | | |
| Assalariados com capital cultural qualificado (com educação superior ao secundário: > 12 anos escolaridade) (%) | 3,11 | 4,82 | 8,54 | 11,21 |
| Assalariados com 1º ciclo do ensino básico | 54,42 | 40,51 | 31,05 | 24,65 |
| Quadros superiores e médios (%) | 4,29 | 5,84 | 8,79 | 11,8 |
| Trabalhadores não qualificados (%) | 18,19 | 18,43 | 15,12 | 11,77 |

Fonte: Quadros de Pessoal, 1996, 2002, 2008 e 2012.

^a As designações das categorias foram objeto de pequenas oscilações nos anos em apreço.

Em 2012, o conjunto de dados reunidos nos Quadros de Pessoal regista informação sobre 268.026 empresas e 2.559.732 pessoas ao serviço, das quais 2.387.386 são trabalhadores por conta de outrem. No mesmo ano, o conjunto de dados mencionado regista 30.581 empresas, 221.231 pessoas ao serviço e 199.410 trabalhadores por conta de outrem em empresas do sector da construção⁴. No seu conjunto, as 200 maiores empresas do sector da construção civil representam 17% da mão-de-obra do sector e têm um volume de negócios anual superior a 10 mil milhões de euros, confirmando-se, deste modo, as tendências de concentração documentadas em estudos mais detalhados sobre as dinâmicas económicas dos grupos dominantes do sector (Rosa, 2012: 303). Apenas 6 destas empresas têm um volume de negócios anual inferior a 10 milhões de euros.

Não obstante a concentração de poder económico aqui envolvida e o interesse decorrente de uma análise que pudesse aferir sociologicamente a atividade dos grupos dominantes do sector, com este procedimento procurou-se aprofundar o conhecimento das potenciais diferenciações existentes entre estas empresas, com o objetivo de compreender melhor a configuração dos poderes por estas detidos. Com recurso à técnica de Análise de Correspondências Múltiplas "específica" (SpeMCA) (Le Roux, Rouanet, 2010), foi feita uma leitura das relações entre as principais propriedades sociais das 200 maiores empresas, visando verificar, à luz do programa teórico promovido por Bourdieu, se é possível definir eixos significativos e autónomos de estruturação de poder entre um segmento particularmente seletivo das empresas da construção do país, as maiores e habitualmente lidas, no quadro de alguma uniformidade, enquanto “grandes empresas”. As informações apresentadas na Tabela 1 identificam os títulos, as variáveis e o número de modalidades das informações sobre as empresas utilizadas na SpeMCA⁵. Elaborada com recurso ao programa de tratamento e análise de dados SPAD, versão 9.1., depois de um procedimento iterativo, a SpeMCA dinamizada usou 12 variáveis ativas com 51 modalidades ativas⁶. A interpretação retém os três primeiros eixos da análise, com uma taxa modificada acumulada de 78,8% (ver tabela 2).

⁴ Importa ter presente que o efetivo de empresas, geral e sectorial, seria muito superior caso considerássemos os números disponibilizados pelo INE a este propósito. Em todo o caso, as tendências no interior do sector da construção não são afetadas pela diferença de números. Para uma análise sobre tais tendências com recurso a dados do INE, cf., por exemplo, Rosa (2012: 303 e seguintes).

⁵ As empresas são a unidade de análise utilizada neste procedimento. O exercício compreende a identificação das propriedades específicas da força de trabalho de cada empresa, que foram utilizadas para aperfeiçoar o estudo das características económicas e institucionais de cada unidade empresarial analisada.

⁶ Originalmente, consideravam-se 12 variáveis com 55 modalidades. Quatro destas modalidades foram transformadas em categorias *passivas*.

Tabela 2: Domínios, variáveis e número de modalidades

| Domínios e Variáveis | Número de modalidades |
|--|-----------------------|
| Morfologia | |
| Dimensão da empresa - número de assalariados | 4 |
| Número de estabelecimentos da empresa | 4 |
| Significado de contratados a prazo | 4 |
| Total | 12 |
| Inscrição social da empresa | |
| Presença de assalariados estrangeiros | 4 |
| Região do país | 8 |
| Total | 12 |
| Capital económico e financeiro | |
| Capital nacional ou multinacional | 2 |
| Volume de negócios da empresa | 4 |
| Capital social da empresa | 4 |
| Configuração legal do capital económico da empresa | 3 |
| Total | 13 |
| Capital cultural e técnico | |
| Relevância de profissionais científicos | 5 |
| Relevância de modalidades qualificadas de capital cultural | 5 |
| Significado de trabalhadores não qualificados | 4 |
| Total | 14 |

A informação relativa ao capital económico das empresas é a principal contribuição para o primeiro eixo. O capital cultural e técnico e a morfologia das empresas também têm uma contribuição relevante para a respetiva variância. Nesse sentido, o primeiro eixo pode ser lido como dizendo respeito ao capital económico e à capacidade institucional das empresas. O segundo eixo é informado pelas contribuições do capital cultural e técnico dos assalariados ao serviço das empresas. O capital económico das empresas e a sua inscrição social são os constituintes principais do terceiro eixo (Tabelas 3A e 3B).

Tabela 3A: Variâncias dos eixos (valores próprios)

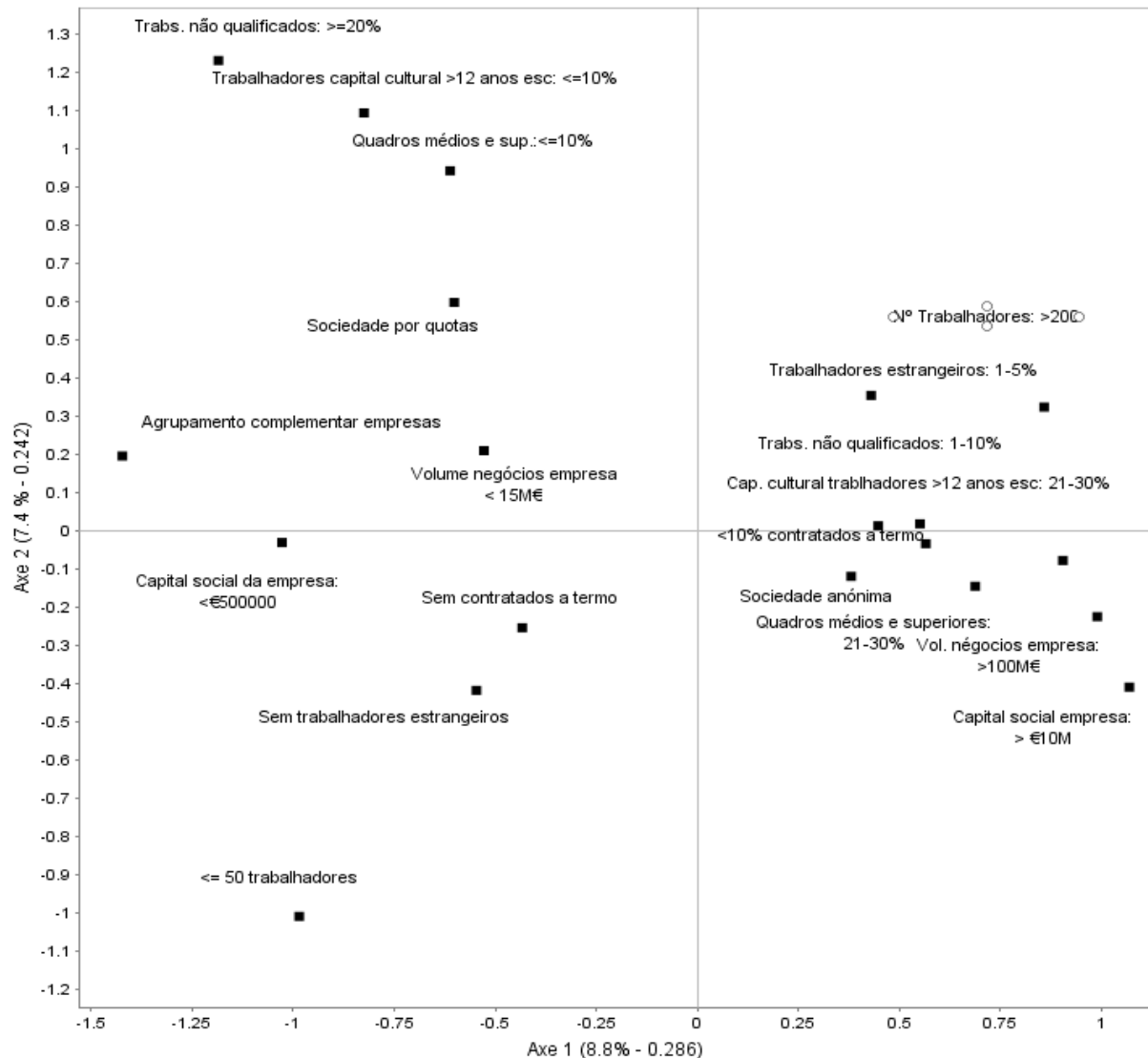
| Eixos | Valores próprios | % de variância explicada | % de variância explicada acumulada | Taxas modificadas de Benzécri (%) |
|-------|------------------|--------------------------|------------------------------------|-----------------------------------|
| 1 | 0,286 | 8,8 | 8,8 | 39,0 |
| 2 | 0,242 | 7,4 | 16,2 | 24,2 |
| 3 | 0,209 | 6,4 | 22,6 | 15,5 |
| 4 | 0,159 | 4,9 | 27,5 | 6,0 |
| 5 | 0,142 | 4,3 | 31,8 | 3,7 |

Variância da nuvem: 3,261

Tabela 3B: Contribuições das 12 variáveis ativas

| Domínios e Variáveis | Eixo 1 | Eixo 2 | Eixo 3 |
|--|--------|--------|--------|
| Morfologia | | | |
| Dimensão da empresa - número de assalariados | 12,1 | 10,7 | 6,7 |
| Número de estabelecimentos da empresa | 7,7 | 0,3 | 6,4 |
| Significado de contratados a prazo | 5,7 | 6,0 | 8,9 |
| Inscrição social da empresa | | | |
| Presença de assalariados estrangeiros | 8,9 | 4,1 | 11,9 |
| Região do país | 3,8 | 5,0 | 13,7 |
| Capital económico | | | |
| Capital nacional ou multinacional | 0,4 | 1,0 | 5,0 |
| Volume de negócios da empresa | 10,1 | 1,3 | 10,5 |
| “Capital social” da empresa | 15,6 | 1,7 | 11,8 |
| Configuração legal do capital económico da empresa | 9,1 | 2,8 | 10,1 |
| Capital cultural e técnico | | | |
| Relevância de quadros médios e superiores | 8,2 | 24,8 | 6,8 |
| Relevância de modalidades qualificadas de capital cultural | 9,9 | 26,4 | 5,7 |
| Significado de trabalhadores não qualificados | 8,5 | 15,8 | 2,5 |

Figura 1: 18 modalidades seleccionadas para a interpretação do primeiro eixo específico, plano específico 1-2

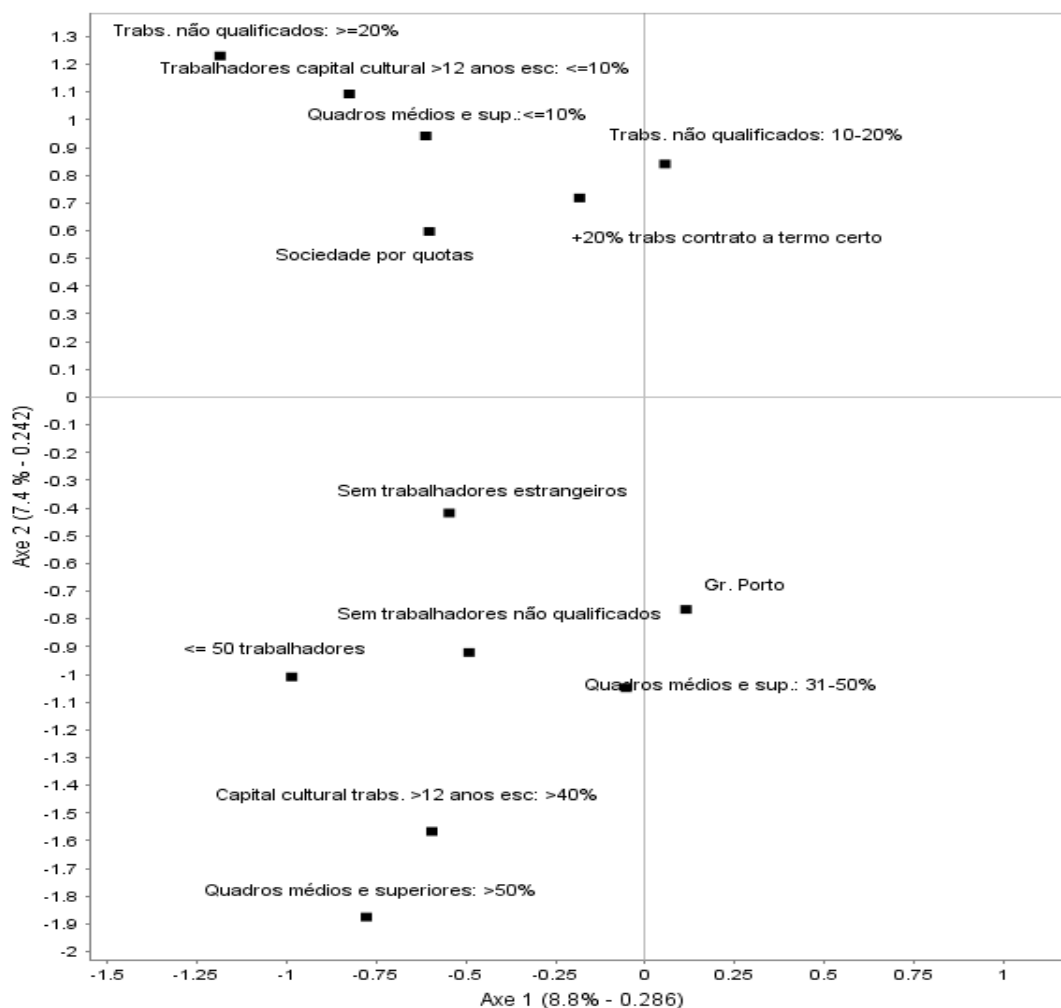


Tal como podemos verificar na figura 1, o primeiro eixo demonstra uma clara divisão entre as empresas de construção civil em termos de volume de capital económico e de capacidade institucional. No lado direito da figura, e em termos relativos, podemos identificar empresas com mais capital económico e capacidade institucional, medidas pela associação entre empresas que têm um capital social de mais de €10 milhões, que têm um volume de negócios superior a €100 milhões e que têm organizações complexas – i.e., sociedades anónimas, com quatro

estabelecimentos ou mais e pelo menos 200 trabalhadores⁷. O significado dos quadros profissionais médios e superiores não é o mais relevante nestas empresas, mas estes constituem entre 21% e 30% da força de trabalho. O capital cultural, aqui medido pela presença relativa de assalariados com mais de 12 anos de escolaridade, tem um significado similar. Os trabalhadores não qualificados estão presentes nestas empresas, mas não são mais do que 10% dos assalariados. O mesmo se aplica aos assalariados com contratos a prazo. Em suma, a região do espaço aqui em questão define-se pela presença de empresas económica e institucionalmente poderosas que constituem um posicionamento dominante no interior do espaço social que ajudam a formar. Em contraste, no lado esquerdo da figura, podemos encontrar empresas com menor capital económico e menor complexidade organizacional. Estas empresas têm um capital social inferior a €500000 e um volume de negócios anual inferior a €15 milhões; são sociedades anónimas, ou organizadas sob a forma de “agrupamento complementar de empresas”. Para além de terem um estabelecimento, as empresas aqui posicionadas têm menos de 50 assalariados e são constituídas por um corpo significativo de trabalhadores não qualificados (mais de 20% da respetiva força de trabalho), assim como por presenças limitadas de quadros profissionais médios e superiores (10% ou menos) e de pessoal qualificado cultural e tecnicamente (10% ou menos). Em síntese, e em termos relativos, esta região do espaço corresponde a um posicionamento económica e institucionalmente dominado das empresas dominantes da construção.

⁷ A atividade económica na construção no país é dominada por um grupo muito restrito de empresas - empresas que concentram um elevado volume de negócios. Como demonstra Rosa (2012: 303-304), para o ano de 2010, nove das maiores empresas da construção civil do país têm um volume de negócios anual superior a €200 milhões. No exercício efetuado, é particularmente significativo que a introdução de um limiar máximo um pouco mais aberto revele um padrão relacional como aquele que foi identificado.

Figura 2: 13 modalidades seleccionadas para a interpretação do eixo específico 2, no plano 1-2

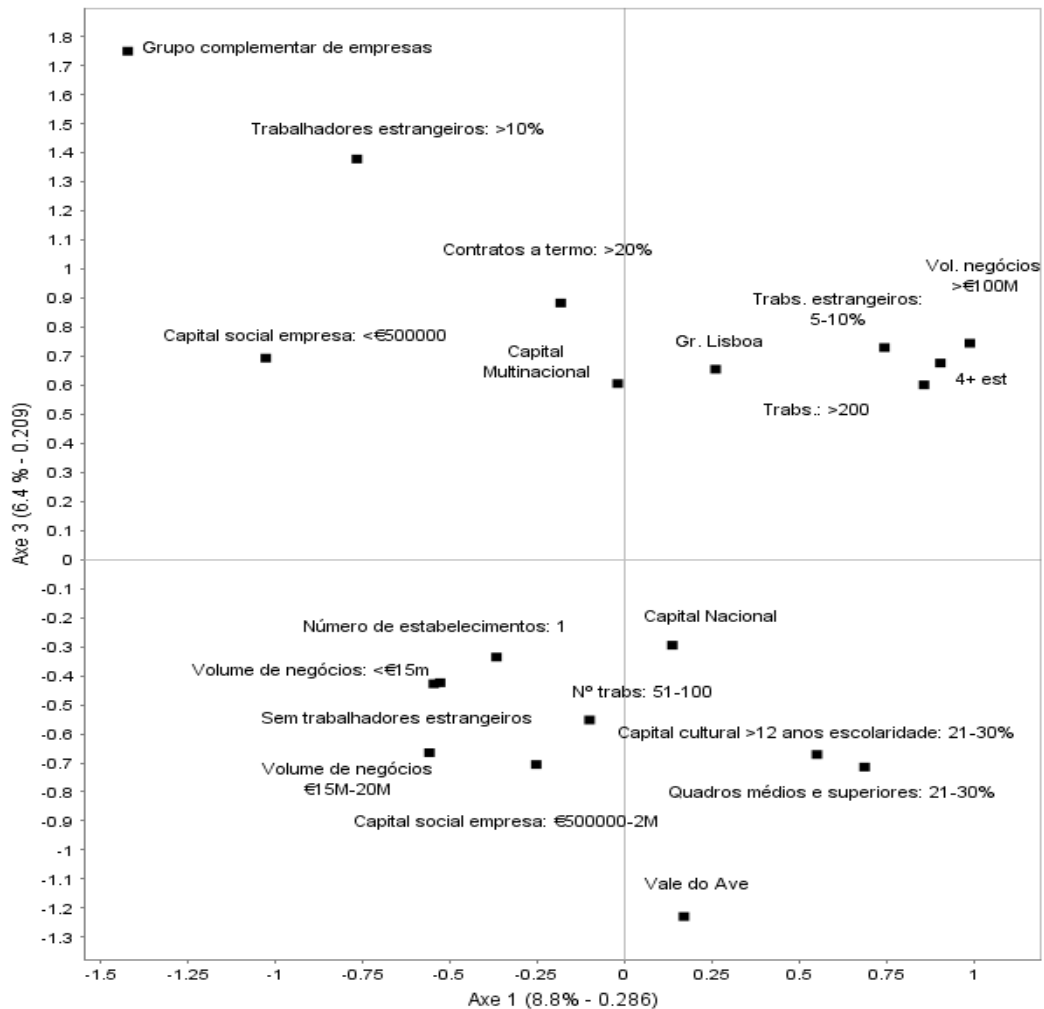


A figura 2 contém informação sobre o segundo eixo da SpeMCA. Este é um eixo informado por contribuições sensíveis a diferenças em capital cultural e técnico dos assalariados. As propriedades sociais e económicas das empresas que se posicionam nos dois polos do eixo são bem demarcadas. No lado superior da figura, o pessoal das empresas aqui reunidas não é investido por capital cultural e técnico significativo: a escolaridade superior a 12 anos é uma característica de 10% ou menos dos trabalhadores; quadros profissionais médios e superiores constituem 10% ou menos do pessoal das empresas; trabalhadores não qualificados e trabalhadores com contratos a termo desempenham um papel importante no trabalho das empresas: mais de 20% dos

trabalhadores são oficialmente definidos como não qualificados; contratos instáveis são típicos de mais de 20% dos trabalhadores reunidos nestas empresas. Esta região do espaço é, assim, informada por sociedades anónimas que se caracterizam por uma maior instabilidade das forças de trabalho e cujo pessoal é sensível ao significado de capitais culturais e técnicos restritos. No lado inferior da figura podemos identificar empresas investidas pela presença de assalariados com modalidades mais significativas de capital cultural e por quadros profissionais médios e superiores: mais de 40% dos assalariados destas empresas têm mais de 12 anos de escolaridade; os quadros profissionais médios e superiores representam mais de 50% da força de trabalho. Com uma mão de obra reduzida (menos de 50 assalariados), estas empresas são típicas da região do Grande Porto. Em suma, se este eixo implica a relevância do capital cultural e técnico, esta região do espaço corresponde a pequenas empresas nacionais altamente qualificadas.

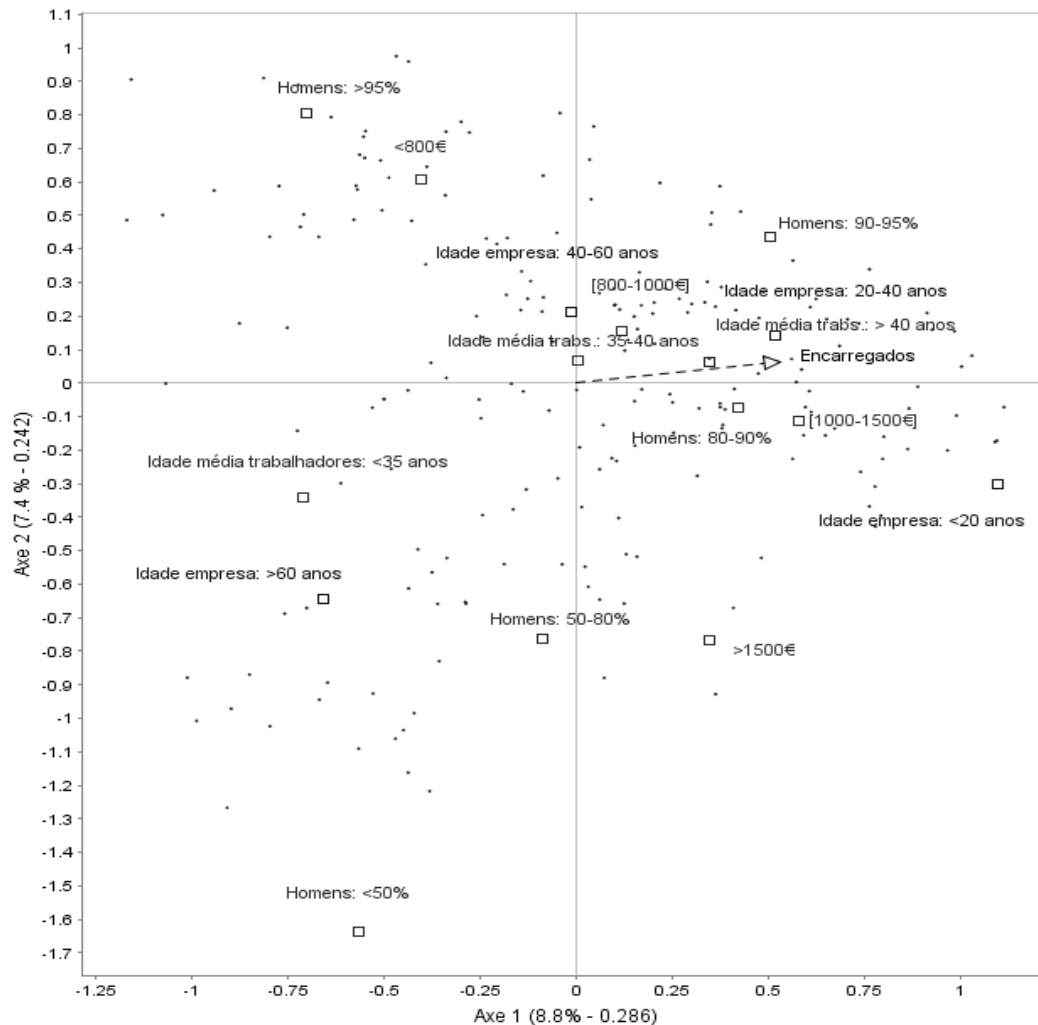
A figura 3 apresenta os resultados do terceiro eixo da SpeMCA. Estes são marcados pelas contribuições das inscrições sociais das empresas e pelo respetivo capital económico. Na região superior da figura podemos identificar associações entre empresas que pertencem à área da Grande Lisboa e que atuam no quadro de grupos complementares de empresas. Com quatro estabelecimentos ou mais, estas empresas possuem os volumes de negócios anuais mais elevados (mais de €100 milhões), trabalham com capitais económicos multinacionais e têm um considerável número de assalariados com nacionalidade estrangeira (mais de 10%; ou entre 5% e 10%). Empregando frequentemente mais de 200 assalariados, a presença de trabalhadores com contratos a termo certo está longe de ser irrelevante (as relações salariais instáveis são características de mais de 20% dos assalariados). Em síntese, esta região do espaço envolve companhias multinacionais com volumes de negócios muito elevados, força de trabalho em número significativo, mas nem sempre permanente, e um recrutamento não negligenciável de mão de obra estrangeira. Em contraste, a região inferior da figura 3 apresenta um quadro muito diferente de associações. Com efeito, as empresas aqui posicionadas pertencem à região do Vale do Ave, no noroeste do país, são companhias de capitais económicos nacionais com apenas um estabelecimento e com posicionamentos económicos estáveis: um capital acionista entre os €500 mil e os €2 milhões; um volume de negócios anual entre os €15 milhões e os €20 milhões, ou menos de €15 milhões. Sem trabalhadores estrangeiros nos seus registos, estas empresas têm entre 51 e 100 assalariados. O capital cultural mais denso do respetivo pessoal ao serviço e as competências profissionais hierarquicamente superiores, ainda que significativas, representam entre 21 e 30% da força de trabalho. Esta é, pois, uma região do espaço investida por empresas economicamente bem estabelecidas com uma retaguarda regional de relevo.

Figura 3: 20 modalidades selecionadas para a interpretação do eixo específico 3, no plano específico 1-3



A leitura relacional das forças sociais inscritas no campo da indústria da construção que identificámos pode ser descrita com a ajuda de variáveis suplementares. A figura 4 apresenta informações sobre algumas características específicas da força de trabalho, em concreto, sobre a relação com o sexo dos assalariados, a idade média dos assalariados, a remuneração média dos assalariados, a idade das empresas, assim como o significado da presença dos encarregados e mestres-de-obras nas empresas, todas estas projetadas no plano 1-2 da nuvem de indivíduos. Assim, as empresas dominantes (no lado direito da figura) têm uma forte presença de homens (80 a 95% da força de trabalho é feita de homens), em contraste com as empresas menos poderosas (no lado esquerdo), que têm proporções alternativas de homens na composição do seu pessoal.

Figura 4: Variáveis suplementares projetadas no plano específico 1-2 da nuvem dos indivíduos: significado do sexo masculino dos trabalhadores, idade média dos trabalhadores, remuneração média dos trabalhadores, idade da empresa e relevância dos encarregados no quadro das empresas



Na mesma linha de raciocínio, as empresas dominantes têm trabalhadores mais velhos, em contraste com os trabalhadores mais jovens das empresas menos poderosas. Os encarregados e mestres de obras também podem ser significativamente associados às empresas dominantes, testemunhando a complexidade das suas organizações e, ao mesmo tempo, a relevância assumida por esta categoria socioprofissional na estruturação das relações de trabalho que são próprias destas empresas. Em contraste, a oposição entre as pequenas empresas qualificadas (lado inferior da figura) e as sociedades por quotas com capacidade técnica mais restrita (lado superior da figura) é informada por um grande desvio em relação à presença de homens: as pequenas

empresas qualificadas têm menos de 50% de homens; as sociedades por quotas com capacidade técnica restrita têm mais de 95% de homens.

A mesma figura apresenta informações complementares de relevo, neste caso, sobre a idade das empresas. As empresas dominantes são, em termos relativos, mais jovens e as empresas menos poderosas são mais velhas, processo que não poderá deixar de ser associado aos processos de recomposição que o campo da construção civil, em Portugal, tem atravessado nas últimas décadas. Além disso, a figura apresenta informações significativas sobre a remuneração média mensal da força de trabalho das empresas. Os trabalhadores das empresas dominantes têm uma remuneração mensal média de 1000-1500€, em contraste com a remuneração inferior a 800€, que encontramos nas empresas da região oposta do primeiro eixo. Em alternativa, as pequenas empresas qualificadas pagam aos seus trabalhadores, em média e por mês, mais de 1500€, e as empresas posicionadas na região oposta do segundo eixo pagam, globalmente, menos de 1000€ por mês.

Por sua vez, o eixo 3⁸, estruturado em torno da divisão entre empresas multinacionais e empresas regionais economicamente bem estabelecidas, é informado por um “notável” desvio da remuneração média mensal dos trabalhadores: as empresas multinacionais pagam mais de 1500€, as empresas regionais pagam entre 800 e 1000€ por mês.

Os resultados do exercício de análise geométrica de dados assim produzidos dão-nos já uma noção clara do tipo de forças sociais que se inscrevem na estruturação do que poderemos, assim, qualificar como campo das grandes empresas da indústria da construção em Portugal no ano em apreço. É, contudo, possível aperfeiçoar a leitura sociológica relacional das respetivas propriedades. Esse será o tema do próximo ponto.

4. Uma classificação das grandes empresas do campo da construção civil em Portugal no ano de 2012

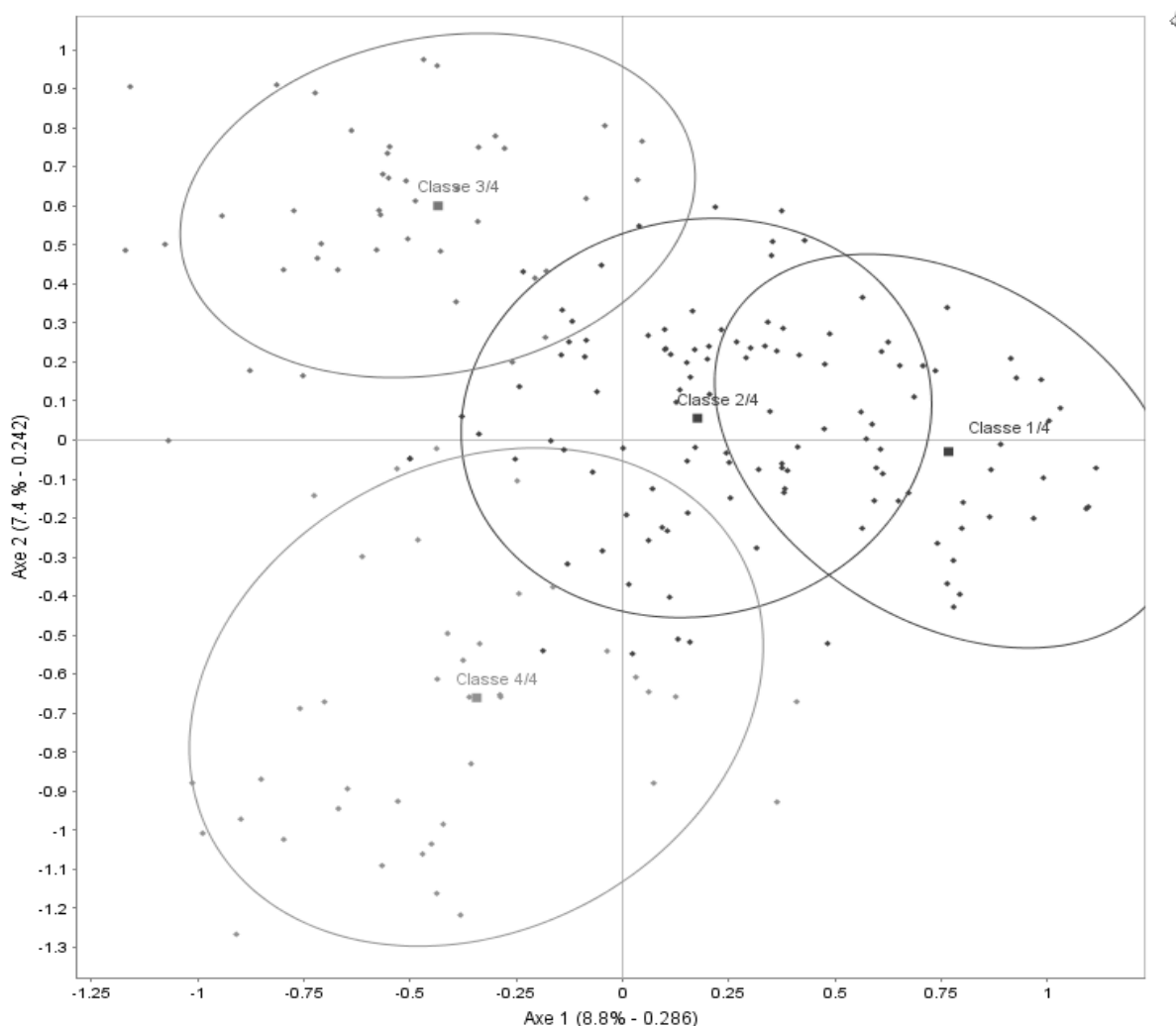
De forma a sintetizar as operações aqui desenvolvidas e a promover uma leitura integrada dos exercícios produzidos, realizámos um exercício extra de classificação hierárquica ascendente (Le Roux, 2014: 321-344) com a informação existente da SpeMCA realizada e com recurso ao mesmo programa de análise dados usado na secção anterior desta investigação. Em resultado do desenvolvimento da análise de classificação, uma partição de quatro classes introduz perspetivas adicionais ao estudo que merecem destaque. A Classe 1 representa um tipo morfológica e economicamente dominante de empresas, envolvendo 16% delas;

⁸ Por razões de espaço, optámos por não representar graficamente o presente eixo.

a classe 2 destaca um grupo de empresas que concorre diretamente com estas últimas, envolvendo 43% dos efetivos; a classe 3 reúne um grupo de empresas regionais sólidas, agregando 21% do efetivo; por fim, a classe 4 agrega um grupo de pequenas empresas qualificadas que envolve 20% do conjunto estudado.

Figura 5: Partição em quatro classes em resultado da Análise de Classificação Hierárquica Ascendente e respetivas elipses de concentração projetadas no plano específico 1-2

A primeira classe, envolvendo 16% das empresas, tem um perfil economicamente



dominante e o correspondente quadro institucional: são as empresas com maior volume de negócios anual (93,8% das empresas têm mais de €100 milhões de volume de negócios anual), mão-de-obra significativa (84,4% têm mais de 200 trabalhadores), capital social relevante (71,9% têm mais de €10M) e quatro ou mais estabelecimentos (65,6% destas empresas têm esta configuração). São também sociedades anónimas (93,8%) cujas forças de trabalho combinam a

presença de grupos de trabalhadores estrangeiros (65,6% das empresas têm 1-5% de trabalhadores estrangeiros; 25% têm 5-10%), a que não é a alheia a presença de trabalhadores com contratos a termo (10-20%). Embora com uma presença densa de mão-de-obra dotada de capital cultural significativo (28,1% das empresas têm 31-40% dos trabalhadores com mais de 12 anos de escolaridade), os trabalhadores não qualificados não estão ausentes destas empresas (68,8% das empresas têm 1-10% de trabalhadores deste tipo). Em termos relativos, estas empresas caracterizam-se por serem jovens (28,1% têm menos de 20 anos), mas com mão-de-obra masculina e mais velha (53,1% têm 90-95% de homens; 71,9% das empresas têm trabalhadores com uma idade média superior a 40 anos). A remuneração média mensal dos trabalhadores das empresas varia entre 1000 e 1500€. Em síntese, integrando propriedades características das chamadas “empresas gerais” (Giallocosta, Maccolini, 1992), estas são empresas relativamente jovens e que assumem um posicionamento económica, social e institucionalmente dominante.

A segunda classe, como já visto, inclui 43% das empresas. Em comparação com a primeira classe, as empresas aqui reunidas também são definidas globalmente pela importância do capital económico e pela respetiva configuração institucional. No entanto, neste caso e comparativamente, as suas características tendem a ter propriedades ligeiramente mais elementares: o capital social varia entre €2 milhões e €10 milhões (em 45,3% dos casos reunidos na classe), o volume de negócios anual situa-se entre €20 milhões e €50 milhões (em 48,8% dos casos); a força de trabalho inclui um número relevante de trabalhadores com as formas mais elevadas de capital cultural, mas estes não constituem uma maioria (45,3% das empresas têm 21-30% dos trabalhadores com mais de 12 anos de escolaridade); estão também presentes quadros profissionais médios e superiores de modo significativo, mas estes não se encontram sobrerrepresentados (37,2% das empresas incluem 21-30% destes profissionais; 38,4% incluem 11-20%). Embora não sejam grandes, são sociedades anónimas (82,6%) com um número já significativo de trabalhadores (51-100 trabalhadores em 38,4% dos casos; 101-200 em 37,2%), e em que a presença de trabalhadores não qualificados e instáveis tende a ser limitada (66,3% das empresas têm uma quota de trabalhadores não qualificados de 1-10%; 45,3% têm uma proporção de contratos a prazo inferior a 10%). Estas empresas também podem ser caracterizadas com a ajuda de variáveis suplementares. Neste caso, as propriedades significativas incluem uma presença menos forte de homens (53,5% das empresas têm 80-90% dos homens) e uma maior presença de empresas com maior longevidade (58,5% das empresas têm entre 40 a 60 anos). Poderemos classificar a classe destas empresas como a que mais diretamente concorre com as empresas dominantes. Tratam-se, em suma, de empresas que integram o campo das empresas dominantes, mas que são por estas dominadas, o que faz delas empresas dominantes dominadas.

A terceira classe inclui 21% das empresas. Estas correspondem a uma configuração alternativa, muito definida pela limitada incidência de capital cultural e técnico na força de trabalho e por um claro contexto regional. Nas empresas aqui reunidas, a presença de trabalhadores mais qualificados cultural e tecnicamente tende a ter um impacto organizacional restrito (para 83,3% das empresas aqui reunidas, 10% ou menos dos trabalhadores têm mais de 12 anos de escolaridade; quadros profissionais médios e superiores, em 88,1% dos casos, significam 10% ou menos da força de trabalho das empresas). Em contrapartida, os trabalhadores não qualificados e instáveis têm uma presença de relevo (38,1% das empresas têm uma mão-de-obra com mais de 20% dos trabalhadores não qualificados; 45,2% das empresas têm mais de 20% da mão-de-obra com contratos a prazo). Com capital económico limitado (50% das empresas têm um capital social inferior a €500 mil e 52,4% um volume de negócios anual inferior a €15 milhões), estas são normalmente sociedades anónimas (40,5%) das regiões do Tâmega (23,8%) ou do Norte Interior (14,3%) do país. Variáveis suplementares podem também ser utilmente mobilizadas para caracterizar esta classe de empresas. Estas empresas são constituídas por homens (59,5% têm mais de 95% de homens) e a sua remuneração média mensal é inferior a 800 euros. Além disso, estamos perante empresas comparativamente antigas (35,7% das empresas operam há mais de seis décadas). Estamos, em suma, perante empresas da construção com passado, dotadas de um perfil com uma clara matriz regional, de trabalho intensivo e marcadas por relações laborais sensíveis às poucas qualificações dos assalariados, ao recurso a mão-de-obra mais instável e a salários relativamente mais baixos.

A quarta classe inclui 20% das empresas. Estas são pequenas empresas altamente qualificadas e especializadas. Além de pequenas (77,5% têm 50 trabalhadores ou menos), são empresas com trabalhadores técnica e culturalmente qualificados (os trabalhadores com mais de 12 anos de escolaridade constituem mais de 40% da força de trabalho em 67,5% das empresas) e, tendencialmente, sem mão-de-obra não qualificada (72,5% das empresas aqui reunidas estão nesta condição). Os quadros profissionais médios e superiores têm uma presença significativa nestas empresas (32,5% das empresas têm mais de 50% destes profissionais; 50% têm entre 31-50%). São também empresas sem trabalhadores estrangeiros (70% das empresas não têm trabalhadores estrangeiros) e sem trabalhadores contratados a termo certo (55% destas empresas têm mão-de-obra totalmente estável). Dotadas, em termos relativos, de um pequeno capital social (40% têm menos de 500 mil euros), estas são empresas com um volume de negócios anual não negligenciável (30% têm um volume de negócios anual entre €15 milhões e €20 milhões). As variáveis suplementares que mais significativamente, neste caso, ajudam a caracterizar o respetivo posicionamento dizem respeito a uma proporção relativamente reduzida, face à realidade do sector, de homens no quadro de pessoal (25% das empresas têm menos de 50% de

homens; 40% das empresas têm uma proporção de homens entre 50-80%), assim como a uma remuneração mensal dos trabalhadores superior a €1500 (42,5%); tratam-se, por fim, de empresas que operam há mais de 60 anos (em 47,5% dos casos). Em síntese, estamos perante empresas com passado que são relativamente pequenas em termos morfológicos, mas que concentram, sobretudo, elevado capital cultural e especialização técnica.

A Figura 5 projeta as elipses de concentração das quatro classes na nuvem dos indivíduos (plano 1-2). Como se pode verificar através da análise da figura, os centros das classes e as respetivas elipses possuem posicionamentos relevantes nas diferentes regiões da configuração relacional identificada, demonstrando demarcações estatisticamente significativas das classes de empresas em presença e das regiões que ocupam no espaço construído.

Conclusão

Pierre Bourdieu, nos escritos que dedicou à conceptualização da ação das empresas, referia como era importante encará-las, sociologicamente, como entidades competitivas, destacando como, em campos geralmente definidos por preços, eram transparentes as estratégias dos atores que as definiam (Bourdieu, 2000: 245). No caso do campo das grandes empresas da construção civil aqui analisado, o significado das posições identificadas não poderia ser, de facto, mais transparente, revelando a pertinência do ponto de vista teórico de Bourdieu e, igualmente importante, o significado de que se pode revestir a estratégia metodológica mais diretamente inspirada no seu trabalho para o aprofundamento de conhecimento neste domínio, confirmando, em suma, o interesse que a sua obra tem suscitado para o estudo da estruturação do campo económico num conjunto alargado e teoricamente diversificado de trabalhos (Fligstein, 2002; Smelser, Swedberg, 2005; Fligstein, McAdam, 2012; Boyer, 2017).

O conceito de campo e o recurso à análise geométrica de dados provaram, neste caso, ser pertinentes para a promoção do conhecimento sociológico sobre a estrutura das relações de poder entre as 200 maiores empresas da construção civil em Portugal. Especificamente, foi possível verificar que, num quadro de recomposição significativa da atividade económica no sector da construção no país, no ano de 2012, as 200 maiores empresas do sector possuem um conjunto de propriedades sociais claro e uma configuração bem demarcada de eixos de estruturação de poder. Um primeiro eixo define-se em torno de divisões entre empresas dotadas de propriedades sociais, económicas e institucionais dominantes, que concentram elevado volume global de capital e empresas que concorrem diretamente com estas e que possuem um menor volume global de capital. Um segundo eixo destaca o significado das divisões em matéria de capital cultural e

técnico dos assalariados das empresas e permite distinguir empresas altamente qualificadas, morfologicamente pequenas, e empresas que funcionam como “sociedades por quotas”, de âmbito mais “tradicional” e menos qualificadas. Um terceiro eixo salienta divisões em matéria de composição multinacional e nacional do capital económico das empresas e distintas inscrições territoriais. As quatro classes de empresas identificadas complementarmente confirmam a importância dos eixos de estruturação das relações de poder entre as empresas analisadas. Grandes “empresas gerais” dominantes, grandes empresas concorrentes e dominadas por aquelas, empresas regionais de trabalho intensivo e pequenas empresas altamente qualificadas constituem, assim, quatro posicionamentos que contribuem para estruturar as relações de poder entre as maiores empresas da construção civil do país e que dão conta do modo como, não obstante as dinâmicas de concentração de poder económico, se verificam processos de diversificação do exercício da atividade económica no sector (Hillebrandt, 1992).

Como se sabe, o intrincado universo de relações que se estabelece na construção civil é, contudo, dotado de grande complexidade, tanto por força do modo como a subcontratação se inscreve nos processos em apreço como pelas próprias inserções intersectoriais e internacionais que se cruzam com as empresas do sector, desde logo, com as maiores. A demarcação das regularidades identificadas no presente estudo sobre o campo das grandes empresas da construção civil constitui, nesse sentido, um ponto de partida heurístico para a prossecução de investigação na base de coordenadas renovadas.

Referências bibliográficas

- BAGANHA, Maria Ioannis, MARQUES, José Carlos, GÓIS, Pedro (2002), “O sector da construção civil em Portugal 1990-2000”, *Oficinas do CES*, 173.
- BOYER, Robert (2017), Postface. Économie et sciences sociales. Une alternative à l’impuissance des théories économiques? in Pierre Bourdieu, *Anthropologie Économique. Cours au Collège de France 1992-1993*, Paris, Seuil, pp. 293-323.
- BOURDIEU, Pierre (1994), “Stratégies de reproduction et modes de domination”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, 105, pp. 3-12.
- BOURDIEU, Pierre (1999), “Une révolution conservatrice dans l’édition”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 126-127, pp. 3-28.
- BOURDIEU, Pierre (2000), *Les Structures Sociales de l’Économie*, Paris, Seuil.
- BOURDIEU, Pierre (2017), *Anthropologie Économique. Cours au Collège de France 1992-1993*, Paris, Seuil.
- CAMPAGNAC, Elizabeth (ed.), (1992), *Les Grands groupes de la construction: de nouveaux acteurs urbains?*, Paris, Éditions L’Harmattan.

- PEREIRA, Virgílio Borges (2019), “O campo das grandes empresas da construção civil. Perspetiva teórica e análise relacional sobre o caso português (em 2012)” *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – A construção civil numa perspetiva sociológica: enquadramento e análise, pp. 35-61
DOI: 10.21747/08723419/soctem2019a2
- CUSIN, François, LEFEBVRE, Hugo (2018), “La financiarisation de l’immobilier résidentiel aux États-Unis: genèse et conséquences socio-spatiales de la crise des *subprimes*, *Espaces et sociétés*, 174, pp. 105-122.
- FLIGSTEIN, Neil (2002), *The Architecture of Markets. An Economic Sociology of Twenty-First-Century Capitalist Societies*, Princeton, Princeton University Press.
- FLIGSTEIN, Neil, McADAM, Doug (2012), *A Theory of Fields*, Oxford, Oxford University Press.
- GIALLOCOSTA, Giorgio, MACCOLINI, Mauro (1992), “Entreprise générale et éclatement de la production: les problèmes non résolus du cas italien”, in Elizabeth Campagnac, *Les Grands groupes de la construction: de nouveaux acteurs urbains?*, Paris, Éditions L’Harmattan, pp. 123-133.
- HILLEBRANDT, Patricia M. (1992), “La diversification des entreprises de construction en Europe”, in Elizabeth Campagnac (ed.) (1992), *Les Grands groupes de la construction: de nouveaux acteurs urbains?*, Paris, Éditions L’Harmattan, pp. 49-59.
- JOUNIN, Nicolas (2008), *Chantier Interdit au public. Enquête parmi les travailleurs du bâtiment*, Paris, Éditions La Découverte.
- LE ROUX, Brigitte, Rouanet, Henry (2010), *Multiple Correspondence Analysis*, Thousand Oaks, SAGE.
- LE ROUX, Brigitte (2014), *Analyse géométrique des données multidimensionnelles*, Paris, Dunod.
- MONTEIRO, Bruno (2018), “On ‘race’, racism and ‘class racism’: research notes on Portuguese migrants in the construction industry”, *The Social and Spatial Inclusion of International Migrants Paper Series, SSIIM UNESCO Chair*, Università Iuav Di Venezia.
- PEREIRA, Virgílio Borges (2010), “Formação de classes sociais, trabalho e território ou sobre como continuar a compreender Berlim”, in José Madureira Pinto, João Queirós (Eds.), *Ir e Voltar. Sociologia de uma colectividade local do Noroeste português (1977-2007)*, Porto, Afrontamento, pp. 327-355.
- PINTO, José Madureira, QUEIROZ, Maria Cidália (1996a), “Flexibilização da produção, mobilidade da mão-de-obra e processos identitários na Construção Civil”, *Sociologia. Problemas e Práticas*, nº 19, pp. 9-29.
- PINTO, José Madureira, QUEIROZ, Maria Cidália (1996b), “Qualificação profissional e desqualificação social na construção civil”, *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 19-20, pp. 41-85.
- PINTO, José Madureira, QUEIRÓS, João (2010), “Relação com a escola e modelo de desenvolvimento”, in José Madureira Pinto, João Queirós (Eds.), *Ir e Voltar. Sociologia de uma colectividade local do Noroeste português (1977-2007)*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 275-318.
- PINTO, José Madureira (2018), “Trabalho e trabalhadores da Construção Civil: recapitulação de resultados e novas hipóteses de investigação”, in Sílvia Gomes et al. (Eds.), *Desigualdades Sociais e Políticas Públicas - Homenagem ao Prof. Doutor Manuel Carlos Silva*, Vila Nova de Famalicão, Húmus, pp. 391-413.
- QUEIRÓS, João, MONTEIRO, Bruno (2019), “Entre ici et là-bas. Notes de recherche sur l’émigration en Espagne d’ouvriers portugais du bâtiment”, in Virgílio Borges Pereira, Yasmine Siblot (Eds.), *Classes sociales et politique au Portugal. Pratiques du métier de sociologue*, Vulaines-sur-Seine, Ed. du Croquant, pp. 155-189.

PEREIRA, Virgílio Borges (2019), “O campo das grandes empresas da construção civil. Perspetiva teórica e análise relacional sobre o caso português (em 2012)” *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – A construção civil numa perspetiva sociológica: enquadramento e análise, pp. 35-61
DOI: 10.21747/08723419/soctem2019a2

QUEIROZ, Maria Cidália (1999), *Trabalho e trabalhadores na Construção Civil e Obras Públicas. Contributos para a análise dos lugares e das identidades de classe*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ROSA, Eugénio (2012). *Os Grupos Económicos e o Desenvolvimento em Portugal no Contexto da Globalização*, Tese de Doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

SMELSER, Neil J., SWEDBERG, Richard (Eds.) (2005), *The Handbook of Economic Sociology*, Princeton, Princeton University Press.

Virgílio Borges Pereira. Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/número, 4150– 64 Porto, Portugal. Email: jpereira@letras.up.pt

Texto recebido em 15 de julho de 2019. Aprovado para publicação em 30 de setembro de 2019

**A crise da construção civil sob múltiplos pontos de vista:
(des)regulação da atividade económica e recomposição do trabalho
na perspetiva dos atores institucionais do setor da construção civil
no período posterior a 2008**

João Queirós

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Laura Galhano

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Virgílio Borges Pereira

Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Resumo

O presente artigo restitui resultados de uma pesquisa sociológica dedicada à compreensão da regulação da atividade económica no setor da construção civil em Portugal. Articulado um trabalho de inventário legislativo significativo com a identificação de atores institucionais de relevo na estruturação da atividade no setor em apreço, o artigo analisa, com recurso a elementos obtidos através da realização de entrevistas semidiretivas e “grupos focais”, as tomadas de posição dos atores referenciados. Privilegia-se, para além da apreciação do posicionamento destes atores sobre a evolução do quadro legal-normativo existente, a elaboração de uma análise sociológica sobre as injunções decorrentes da crise económica vivida no setor da construção civil no período posterior a 2008 e o estudo das modalidades de resposta à crise veiculadas pelos entrevistados, considerando, entre outros, aspetos relativos a organização do trabalho, relações interempresariais, condições laborais e salariais e desafios associados à transformação técnica e tecnológica em curso no setor.

Palavras-chave: Indústria da construção civil; Portugal; (des)regulação económica; recomposição do trabalho.

QUEIRÓS, João, GALHANO, Laura e PEREIRA, Virgílio Borges (2019), “A crise da construção civil sob múltiplos pontos de vista: (des)regulação da atividade económica e recomposição do trabalho na perspetiva dos atores institucionais do setor da construção civil no período posterior a 2008”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – A construção civil numa perspetiva sociológica: enquadramento e análise, pp. 62-83
DOI: 10.21747/08723419/soctem2019a3

The construction crisis from multiple points of view: (de)regulation of economic activity and recomposition of work from the perspective of institutional actors in the construction sector in the period after 2008

Abstract

This article presents the results of a sociological research dedicated to the understanding of the regulation of economic activity in the construction sector in Portugal. Combining a significant legislative inventory work with the identification of relevant institutional actors in the structuring of the activity in the sector under analysis, the article analyses, using elements obtained through semidirective interviews and “focus groups”, the positions taken by the referred actors. In addition to assessing the position of these actors on the evolution of the existing legal-normative framework, the focus is on the preparation of a sociological analysis of the demands arising from the economic crisis experienced in the construction sector in the period after 2008 and the study of the modalities of response to the crisis conveyed by the interviewees, considering, among others, aspects related to the organisation of work, inter-business relations, working and wage conditions and challenges associated with the technical and technological transformation taking place in the sector.

Keywords: Construction industry; Portugal; economic (de)regulation; recomposition of work.

La crisis de la construcción desde múltiples puntos de vista: (des)regulación de la actividad económica y recomposición del trabajo desde la perspectiva de los actores institucionales del sector de la construcción civil en el período posterior a 2008

Resumen

Este artículo presenta los resultados de una investigación sociológica dedicada a la comprensión de la regulación de la actividad económica en el sector de la construcción en Portugal. Articulando un trabajo de inventario legislativo con la identificación de actores institucionales relevantes en la estructuración de la actividad en el sector estudiado, el artículo analiza, a partir de elementos obtenidos a través de entrevistas semidirectivas y “focus groups”, las posiciones tomadas por los referidos actores. Además de evaluar la posición de estos actores sobre la evolución del marco jurídico-normativo existente, el artículo se centra en la elaboración de un análisis sociológico de las demandas derivadas de la crisis económica experimentada en el sector de la construcción en el periodo posterior a 2008 y en el estudio de las modalidades de respuesta a la crisis transmitidas por los entrevistados, considerando, entre otros, aspectos relacionados con la organización del trabajo, las relaciones interempresariales, las condiciones de trabajo y de retribución, así como los retos que plantea la evolución de la transformación tecnológica y técnica que se está llevando a cabo en el sector.

Palabras clave: Industria de la construcción; Portugal; (des)regulación económica; recomposición del trabajo.

La crise du secteur du bâtiment sous plusieurs angles : (dé)réglementation économique et recomposition du travail sous la perspective des acteurs institutionnels du secteur pour la période post-2008

Résumé

Cet article présente les résultats d'une recherche sociologique consacrée à la compréhension de la régulation de l'activité économique dans le secteur de la construction au Portugal. En articulant un travail d'inventaire législatif avec l'identification des acteurs institutionnels pertinents dans la structuration de l'activité du

secteur, l'article analyse, à partir d'éléments obtenus par des entretiens semi-directifs et des “focus groups”, les positions prises par ces acteurs. Outre l'évaluation de la position de ces acteurs sur l'évolution du cadre juridico-normatif existant, l'accent est mis sur la préparation d'une analyse sociologique des exigences découlant de la crise économique que le secteur de la construction a connue après 2008 et sur l'étude des modalités de réponse à la crise véhiculées par les personnes interrogées, en considérant, notamment, les aspects liés à l'organisation du travail, aux relations interentreprises, aux conditions et défis professionnels liés aux transformations techniques et technologiques en cours dans ce secteur.

Mots-clés : Industrie du bâtiment ; Portugal ; (dé)réglementation économique ; recomposition du travail.

1. Organizações de representação, agentes eficientes e tomadas de posição entre atores institucionais do setor da construção civil

Procurando resistir à individualização das explicações dos fenómenos económicos e à naturalização da compreensão das relações sociais no mercado, a sociologia sublinha, há muito, a pertinência de pontos de vista que sejam capazes de restituir a dimensão social e institucionalmente construída da atividade económica¹. Para além do trabalho de regulação efetuado pelo Estado, um dos aspetos da ação no mercado – que é particularmente visado na investigação sociológica sobre tais problemas – passa pelo reconhecimento da importância do trabalho de representação de interesses e, em particular, pelo significado da sua expressão organizada.

Não obstante a crise de representação a que a ação de movimentos e de organizações sindicais tem estado sujeita ao longo das últimas décadas na generalidade das sociedades ocidentais, a investigação sociológica não tem deixado de lhe consagrar atenção (Silva, 2009). De igual modo, e tal como já salientado, as preocupações com a ação do Estado – e, em particular, o trabalho de regulação por este promovido e ativamente desenvolvido – constituem um domínio de investigação sociológica consolidado (Dornelas, 2008). Nem sempre, contudo, a atenção sociológica à ação das organizações de representação de interesses patronais é igualmente sistemática (Offerlé, 2009). De algum modo, e não obstante os prometedores resultados de investigação sociológica recente (Medvetz, 2012; Laurens, 2015), o mesmo se poderá dizer de uma tentativa de leitura que procure potenciar os efeitos de uma análise relacional que se revele

¹ O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito do projeto *Novos terrenos para a construção: Mudanças no campo da construção em Portugal e seus impactos nas condições de trabalho no século XXI* (PTDC/IVC-SOC/5578/2014-016621), sediado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), financiado por fundos nacionais através da FCT/MEC (PIDDAC) e cofinanciado pelo FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional através do COMPETE – Programa Operacional Fatores de Competitividade.

capaz de estudar os processos de disputa de interesses desenvolvidos pelos atores que se posicionam em domínios específicos da atividade económica.

Procurando potenciar o conhecimento sociológico disponível e contribuir para a superação de eventuais lacunas, com a presente pesquisa, para além da mobilização de um segmento do património acumulado de conhecimento sociológico sobre as relações sociais na economia, desenvolvemos uma análise centrada sobre agentes eficientes (Bourdieu, 2000), sobre as respetivas tomadas de posição (Bourdieu, 1979) em torno da evolução do quadro de regulação (Boyer, 2004) e, especificamente, sobre o modo como, na sequência da crise económica, social e política vivida em Portugal no período posterior a 2008, tais agentes elegeram preocupações e prioridades de ação específicas, que permitem identificar repertórios de ação coletiva com significado (Tilly, 1986, 2006). Em concreto, foi o significado do modo como diferentes atores institucionais, comprometidos com a atividade económica na construção civil, tomam posição perante o quadro de regulação e os desafios estabelecidos na sequência da crise social e política (Dobry, 2014) que se colocam ao setor que procurámos conhecer com o presente trabalho. Veremos, seguidamente, os procedimentos metodológicos desenvolvidos para viabilizar um tal propósito de pesquisa; a esta nota metodológica suceder-se-á, primeiro, um excurso breve pelas principais transformações do quadro legal-normativo responsável, em Portugal, pela organização e mobilização dos esforços regulatórios da atividade no setor e, depois, a exploração – parcial e preliminar – de pontos de vista apresentados pelos atores institucionais do campo da construção civil a propósito desta temática.

2. Nota metodológica

A estratégia metodológica desenvolvida no presente trabalho organizou-se em três fases que passaram, sem perder de vista enquadramentos europeus pertinentes, (i) pela constituição de um mapa de organizações de representação de interesses no setor da construção civil a nível nacional, (ii) pela sistematização do quadro regulatório e legislativo deste mesmo setor e (iii) pela realização de entrevistas individuais e coletivas a informantes privilegiados, assim como pelo desenvolvimento de um programa específico de entrevistas a “grupos focais” constituídos entre os agentes eficientes previamente identificados.

A constituição do mapa dos agentes que intervêm no setor passou pela respetiva identificação no quadro nacional e europeu. Para esse efeito, procedeu-se à realização de fichas de caracterização institucionais com um conjunto de dimensões relevantes para a compreensão da história, propriedades e competências de cada um destes intervenientes. Uma vez sistematizada

essa informação, selecionou-se, para o caso português, um primeiro conjunto de informantes privilegiados ligados a plataformas institucionais relevantes do setor da construção, incluindo grupos de interesse, associações empresariais, sindicatos de trabalhadores e institutos públicos.

Tendo sido possível obter, desta forma, uma visão mais nítida da constelação dos agentes intervenientes no setor e das suas tomadas de posição, procedeu-se seguidamente à identificação de interesses em disputa, através do exame de temas relevantes nas produções legislativas e nas respetivas discussões públicas. Visando definir o quadro de regulação próprio do setor, avançou-se, então, para uma fase mais sistemática de elaboração de um catálogo de leis nacionais e diretivas europeias relevantes, o que implicou o respetivo arquivo digital e a ordenação da legislação levantada. Critérios adicionais pertinentes para a definição do quadro de regulação do setor passaram ainda pela procura de informação legal específica sobre: (1) a regulação geral sobre a atividade de construir, que abrange toda a regulamentação associada à atividade e as relações entre parceiros de construção²; (2) o domínio ambiental, onde se incluíram as referências a regulação sobre o ruído, impacto ambiental e eficiência energética; (3) os mercados públicos e as modificações ocorridas na organização da instituição que os regula, atualmente o Instituto de Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção (IMPIC); (4) a área da gestão patrimonial e da reabilitação urbana, com foco na legislação ligada ao regime do arrendamento e ao mercado social de arrendamento; (5) a área da subcontratação e das relações interempresas, que engloba os diplomas que regulamentam as relações de enquadramento da obra e de assinaturas de projeto; (6) o trabalho temporário, que abrange o licenciamento de agências de colocação de pessoal; (7) a formação profissional; (8) a normalização das técnicas de construção; (9) as relações salariais, a propósito das quais se procedeu a uma leitura integrada do Código Civil, do Código de Processo do Trabalho, do Código do Trabalho, das regulações coletivas de trabalho, das regulações relativas à segurança e saúde no trabalho e do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.

A elaboração decorrente deste último conjunto de procedimentos permitiu contextualizar a evolução legislativa que enquadra a ação no setor. A esta contextualização sucedeu uma terceira fase da pesquisa, no quadro da qual foram realizadas entrevistas individuais e coletivas a informantes privilegiados, bem como um conjunto adicional de entrevistas com recurso à técnica do “grupo focal”. Os “grupos focais” constituem uma técnica eficaz para identificar os registos morais prevaletentes em grupos institucionais com interesses comuns (Bloor *et al.*, 2001). Abrindo portas à compreensão das tomadas de posição e das interpretações de quadros

² Encontramos aqui o Código Civil, o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade de construção (Lei n.º 41/2015, de 3 de junho) e o regime jurídico da urbanização e edificação (Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro e respetivas alterações).

contextuais realizadas pelos indivíduos que integram esses grupos – neste caso, visou-se os marcos legislativos e políticos associados ao setor da construção –, a sua análise permite ler tópicos consensuais, mas também eventuais clivagens e variações dentro de um mesmo grupo. As primeiras entrevistas foram iniciadas com a expectativa de perceber o impacto que as mudanças nos regimes de regulação institucional e nas normas políticas e legais que enquadram o setor da construção tiveram nas práticas dos agentes. Foi, por isso, realizada uma série de oito entrevistas a agentes com conhecimento aprofundado das dinâmicas do setor, complementadas com um conjunto de quatro “grupos focais”. Privilegiou-se, neste último caso, os agentes eficientes previamente identificados, dando voz a interlocutores institucionais provenientes do IMPIC, do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (DGACCP), da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), de grupos empresariais da Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços (AECOPS) e da Associação dos Industriais da Construção civil e Obras Públicas (AICCOPN) e, por fim, de sindicatos, designadamente da Federação dos Sindicatos da Construção (FEVICOM).

As entrevistas e grupos focais obedeceram a uma mesma estrutura, organizada em torno de um guião semidiretivo com três momentos e tópicos principais: a evolução, o estado atual, e os desafios e perspetivas futuras para o setor. A análise que aqui é proposta constitui um exercício preliminar que procura documentar a leitura das relações que as organizações de representação dos interesses do setor estabelecem entre a respetiva evolução económica e social e a perceção do quadro de regulação que a caracteriza, utilizando a vivência da última grande crise como “revelador social” e “cenário perspicaz” (Ogien, 2011), ou seja, como elemento que permite objetivar tomadas de posição que, em circunstâncias “normais”, passariam, possivelmente, despercebidas.

3. O quadro de regulação do setor da construção civil em Portugal: uma breve leitura sobre os seus principais marcos nas três últimas décadas

Nos anos 1990 e início dos anos 2000, o setor da construção conhece, em Portugal, um período de muita atividade, que se traduz na difusão pelo país de estaleiros com grande envergadura, nomeadamente no domínio das obras públicas. A intensificação da atividade económica no setor da construção e a necessidade de transpor os resultados da atividade legislativa europeia para a legislação nacional, decorrente do processo de integração europeia em que Portugal participa desde 1986, traduzem-se numa transformação com algum relevo da

regulação da atividade económica no setor. O incremento da atividade legislativa será particularmente notado até ao final da primeira década de 2000, reduzindo-se depois de 2009. No período mais intenso de produção legislativa, que se estende precisamente até 2009, é possível demarcar alguns domínios de maior significado em matéria de regulação.

Um primeiro domínio dirá respeito à regulação geral da atividade no setor. Esta envolverá duas modificações significativas. Uma primeira modificação data de 1999, com a adoção do regime jurídico da urbanização e edificação (RJUE), que vem simplificar os processos de licenciamento de obras no setor, e com a ratificação do Decreto-Lei n.º 61/99, de 2 de março, que regula o acesso e permanência na atividade de construção civil. Neste último, repensa-se a atribuição de alvarás, adaptando, entre outros procedimentos, as regras que decorrem do alargamento do espaço económico europeu. Uma segunda modificação terá lugar em 2004, com a publicação do Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de janeiro, e o estabelecimento de novas condições de entrada e permanência nesta atividade. Reconhecendo-se, na nota introdutória do Decreto-Lei em apreço, que as medidas adotadas no diploma de 1999 não tinham sido suficientes para regular de maneira eficiente o setor, destaca-se ainda “a preocupante situação actual em matéria de quadros técnicos” e reconhece-se o “indispensável” avanço a fazer em matéria digital. A leitura assim formulada abre caminho para uma “atitude de simplificação” de procedimentos, que “implica também uma responsabilização dos agentes que operam no mercado da construção, perspetivando também uma partilha de responsabilidades entre o Estado e as associações que representam as empresas de construção, sem que o primeiro abdique da sua função de regulador”. Em articulação com tais preocupações, elevam-se as exigências em matéria de capacitação em quadros técnicos das empresas com alvarás superiores, nomeadamente no que diz respeito à gestão da segurança e higiene no trabalho, e aceitam-se quadros técnicos “provindos dos sistemas nacionais de aprendizagem e de certificação profissional, e não apenas da via formal de ensino, para as classes de obras de mais baixo valor, desde que o conhecimento detido seja adequado aos tipos de trabalhos pretendidos” (DL n.º 12/2004, de 9 de janeiro).

Um segundo domínio de atividade legislativa mais intensa dirá respeito à contratação pública. Em 1999, sob o impulso de obrigações comunitárias, é criado o Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário (IMOPPI). Reorganizado em 2007, por impulso do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), este é rebatizado como Instituto da Construção e do Imobiliário (InCI). Uns meses mais tarde, em 2008, é ratificado o novo Código dos Contratos Públicos (o anterior era de 1999), transpondo uma série importante de diretivas europeias que evocam a necessidade de uma simplificação e modernização administrativas.

Um terceiro domínio de atividade legislativa envolve a área da saúde e segurança no trabalho. Em 2003, é revista a regulamentação das condições de segurança e de saúde no trabalho em estaleiros temporários ou móveis: o Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, vem reforçar um diploma de 1995³ (Decreto-Lei n.º 155/1995, de 1 de julho, revogado com este), que transpunha para a legislação nacional a Diretiva Europeia 92/57/CEE sobre a implementação de normas mínimas de segurança e saúde em estaleiros móveis ou temporários. Com esta legislação, reforça-se a coordenação de segurança designada pelo dono da obra e define-se a “responsabilidade solidária” da entidade executante⁴ e respetivas empresas subcontratadas perante o plano de segurança e saúde estabelecido. Na introdução deste diploma, podemos ler que a revisão do diploma de 1995 – que originou o diploma de 2003 – é o resultado de um acordo de 2001 “sobre condições de trabalho, higiene e segurança no trabalho e combate à sinistralidade” celebrado “entre o Governo e os parceiros sociais” (DL n.º 273/2003, de 29 de outubro), para regular setores onde se observavam altos índices de sinistralidade. Contudo, só em 2005 o Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de fevereiro, transpõe para a legislação nacional a Diretiva Europeia 2001/45/CE, relativa aos requisitos mínimos de segurança e saúde para o uso de equipamentos de trabalho pelos trabalhadores. Neste diploma, é dado enfoque à questão dos riscos decorrentes do trabalho em altura e aos materiais utilizados neste (andaimes, cordas, escadas). Será ainda necessário esperar pelo ano de 2007 para ver regulada, em Portugal – com o Decreto-Lei n.º 266/2007, de 24 de julho (mais uma transposição de diretivas europeias, aqui a Diretiva 2003/18/CE) –, a remoção e exposição ao amianto. No domínio de segurança e saúde no trabalho, destaca-se ainda, neste período, o Decreto-Lei n.º 103/2008, de 24 de junho, relativo à colocação no mercado de máquinas e respetivos acessórios, material imprescindível na indústria construtiva. Este diploma transpõe igualmente uma diretiva europeia, a Diretiva 2006/42/CE.

Um quarto domínio onde é possível encontrar atividade legislativa relevante para o setor diz respeito às relações salariais. Neste caso, registam-se duas importantes alterações, uma decorrente da publicação do novo Código do Trabalho, a outra relativa à assinatura de um novo contrato coletivo para o setor da construção. Na Lei n.º 99/2003, de 27 de agosto – o agora revogado Código do Trabalho –, é de salientar o conjunto muito significativo de diplomas relevantes sobre a regulação das relações laborais que é alterado, assim como o importante conjunto de diretivas europeias que o diploma em causa transpõe, das quais se salienta a Diretiva

³ É de notar que, antes desta modificação da legislação, em 1995, o principal diploma que regulava – e ainda regula – a segurança no trabalho no setor da construção civil datava de 1958 (Decreto n.º 41821/1958, de 11 de agosto).

⁴ A entidade executante deve ser aqui entendida como a responsável pela organização e direção global do estaleiro.

QUEIRÓS, João, GALHANO, Laura e PEREIRA, Virgílio Borges (2019), “A crise da construção civil sob múltiplos pontos de vista: (des)regulação da atividade económica e recomposição do trabalho na perspetiva dos atores institucionais do setor da construção civil no período posterior a 2008”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – A construção civil numa perspetiva sociológica: enquadramento e análise, pp. 62-83

DOI: 10.21747/08723419/soctem2019a3

96/71/CE, relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços. Em 2008, importa evidenciar a assinatura de um contrato coletivo para o setor – a última vez, até hoje, que os sindicatos federados na Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP) aceitaram fazê-lo.

Em 2009, a produção legislativa relevante para o setor da construção conhece um auge, com o reforço de um conjunto significativo de leis, que acertam e recompõem o trabalho até então efetuado: estabelecimento do regime jurídico da reabilitação urbana (RJRU); regulação da qualificação profissional dos técnicos autorizados a assinar projetos; nova regulação de domínios diretamente ligados às relações salariais com a revisão do Código do Trabalho, a publicação do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, o regime jurídico da promoção da segurança e da saúde no trabalho (ainda em atualização) e o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais.

Ainda no ano de 2009, a promulgação do regime jurídico do exercício e licenciamento das empresas de trabalho temporário reconhece, pela primeira vez, a distinção entre o licenciamento das agências de trabalho temporário e a regulação das relações de trabalho nessa configuração salarial, que passam a ser abrangidas exclusivamente pelo Código do Trabalho. Com o Decreto-Lei n.º 260/2009, de 25 de setembro, são reguladas as questões respeitantes ao licenciamento da atividade de cedência de trabalhadores e clarificados os tipos e relações salariais, sendo dada ainda atenção às questões da segurança e da saúde no trabalho. É ainda de salientar que a mudança legislativa em apreço ocorre no quadro da convenção assinada com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1997, sendo estabelecido, pela primeira vez na lei portuguesa, o princípio da gratuidade dos serviços para os trabalhadores cedidos.

Depois de 2009, a produção legislativa nacional com relevância para o setor abranda. Ainda assim, é possível destacar alguns marcos legislativos adicionais.

Com a adoção da Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, que regula a atividade no setor (e revoga o Decreto-Lei n.º 12/2004, de 22 de janeiro), o licenciamento de obras muda de maneira significativa; distinguem-se, agora, dois tipos de alvará: o de obras públicas e o de obras privadas (com requisitos de ordem técnica e financeira menos exigentes). Passa também a ser permitida a emissão de certificados e de alvarás “na hora”. Por outro lado, a Lei n.º 19/2014, de 14 de abril, define as bases das políticas ambientais para Portugal e, em 2015, a Diretiva Europeia 2012/27/UE, relativa à eficiência energética, é transposta para a legislação nacional, com a publicação do Decreto-Lei n.º 68-A/2015, de 30 de abril.

No que diz respeito às obras públicas, 2015 é também um ano a destacar. Depois de se ter assistido, em 2007, a uma primeira redução de certos serviços do Estado, com a implementação

do PRACE, e de, em 2012, com o Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), um tal movimento ter prosseguido, várias instituições públicas ligadas à regulação do setor da construção serão novamente reorganizadas. Assim, em 2015, o Instituto da Construção e do Imobiliário (InCI) passa a Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção (IMPIC). Em 2017, o Código dos Contratos Públicos é igualmente atualizado, por questões de simplificação administrativa e modernização, salientando-se a aposta na digitalização: os procedimentos inerentes à contratação pública passam doravante a ser realizados exclusivamente por meios e canais digitais. Assiste-se igualmente neste período, por esta e outras vias, à transposição para a legislação nacional de diversas diretivas europeias.

No plano da regulação do trabalho temporário é simplificado, em 2014, o acesso à atividade, com a publicação da Lei n.º 5/2014, de 12 de fevereiro, que resulta igualmente, ainda que de modo indireto, de uma transposição da Diretiva 2006/123/CE. Em 2016, para combater “as formas modernas do trabalho forçado”, a Lei n.º 28/2016, de 23 de agosto, declara as agências de trabalho temporário subsidiariamente responsáveis por montantes devidos a trabalhadores e solidariamente responsáveis pela aplicação da legislação e pagamento de coimas.

Importa, por fim, salientar um novo conjunto de mudanças respeitante a relações salariais. Em 2016, é assinado o novo contrato coletivo para o setor, estendido em 2017 com a Portaria n.º 332/2017, de 3 de novembro, para Portugal continental. No entanto, a Federação Portuguesa dos Sindicatos da Construção, Cerâmica e Vidro (FEVICOM), filiada na CGTP, recusou-se a subscrever este contrato coletivo, pelo que ainda hoje os associados de sindicatos filiados nesta central sindical podem exigir legalmente as condições estabelecidas no contrato de 2008. É também de notar que, em 2017, com a Lei n.º 29/2017, de 30 de maio, é transposta a Diretiva Europeia 2014/67/UE, relativa ao destacamento de trabalhadores, com a respetiva atualização.

Em síntese, ao longo das três últimas décadas, assistiu-se, em Portugal, a um reforço do enquadramento legislativo, sobretudo por impulso do dinamismo da discussão e da produção legislativa europeia neste domínio. Até 2009, é dada especial ênfase às questões da segurança e da saúde no trabalho, na medida em que estas se encontravam pouco reguladas e sujeitas a legislação datada de finais dos anos 1950. Para além destas questões, a intensificação da atividade legislativa traduziu-se num reforço do aparelho técnico-organizativo da obra, na liberalização do mercado privado, na simplificação administrativa, na reorganização de serviços e entidades públicas que enquadram a atividade do setor (IMPIC, ACT) e na padronização das prestações de serviço ligadas à cedência de trabalhadores.

4. Crise, (des)regulação da atividade económica e recomposição do trabalho na construção civil: perspetivas dos atores institucionais do setor

Procurando concretizar uma leitura sintética dos principais *enjeux* e do conjunto de tomadas de posição mais relevantes apresentados pelos representantes institucionais auscultados no âmbito desta pesquisa, propõe-se a organização da análise em torno de cinco temas ou tópicos fundamentais: dois remetendo para reflexões panorâmicas sobre o quadro regulatório característico do setor e sobre a respetiva integração no espaço alargado que à escala europeia vem sendo constituído; dois orientados para a discussão dos impactos da, e das reações à, crise dos anos de 2008-2010 e seguintes – funcionando aqui a “crise” como “revelador social” inusitado, em virtude da sua relevância enquanto operador simbólico fundamental dos atores institucionais ouvidos; e um último respeitante aos desafios percebidos como fundamentais num cenário perpassado, de acordo com a caracterização genérica daqueles protagonistas, por significativos e inevitáveis processos de transformação técnico-económica, tecnológica e operacional.

4.1. Densificação e diversificação do quadro regulatório vigente, num cenário de genérica e persistente “inconsistência institucional”

A generalidade dos atores entrevistados concorda que as três últimas décadas assistiram a uma significativa densificação e diversificação do quadro legal-normativo vigente e, enfim, dos esforços regulatórios de iniciativa pública dirigidos à atividade desenvolvida no setor. Em especial nas décadas de 1990 e 2000, a legislação portuguesa – assim como o leque de instituições com responsabilidades na regulação desta atividade – sofreu diversas adaptações, extensões e reformulações, facto não alheio quer à alteração regular das opções e orientações políticas e administrativas registada no país ao longo deste período, quer, e sobretudo, às implicações em matéria de concertação e uniformização legislativa e institucional associadas à participação de Portugal no projeto de integração económica e política representado pela CEE, primeiro, e pela UE, depois.

Aceitando vários dos protagonistas ouvidos a ideia de que este processo de densificação e diversificação do quadro regulatório vigente contribuiu para suprir lacunas importantes num cenário legislativo e institucional, até ao início dos anos 1990, relativamente pouco preenchido, não deixam os mesmos atores de sublinhar que um tal processo nem sempre veio a encontrar tradução direta no universo das práticas regulatórias que efetivamente caracterizam a atividade

diariamente desenvolvida dentro e fora dos estaleiros. Com efeito, não obstante as alterações, por vezes contraditórias, que com relativa regularidade têm sido introduzidas em muitos aspetos da legislação e do quadro institucional existentes, a atividade regulatória neste setor tem sido realizada frequentemente na ausência dos meios financeiros e humanos adequados, prejudicando a aplicação efetiva das leis e regulamentos vigentes, que assim aparecem, aos olhos dos atores institucionais entrevistados, não raras vezes, como resultados da mera observância formal do princípio de transposição na legislação nacional dos imperativos associados à publicação de legislação europeia mais ou menos recente. Ainda assim, a tónica geral aponta para a consolidação de um percurso de formalização de estruturas, processos e relações no seio do setor, mesmo se, também neste caso, a atividade regulatória tantas vezes desenvolvida possa ser caracterizada por aquilo que Pinto e Pereira (2006) identificariam como sintomas da “inconsistência institucional” característica do funcionamento do Estado português. Isto porque parecem persistir no setor incompletudes na interligação entre normas e papéis das diferentes instituições presentes, descoincidências entre comportamentos prescritos e comportamentos efetivados e articulações interinstitucionais relativamente débeis, em especial depois da crise dos anos 2008-2010 (ver desenvolvimentos sobre esta questão mais à frente na presente secção; ver ainda Pinto e Pereira, 2006, pp. 144-145).

A crise que depois de 2008 abalou a economia e a sociedade portuguesas – e que afetou muito em particular o setor da construção civil –, sendo referente analítico na apreciação de múltiplas mudanças, como notaram os atores ouvidos e este artigo seguidamente detalha, é também apontada como elemento explicativo relevante para a alteração no ritmo e conteúdo da evolução verificada no quadro regulatório vigente. Não foram só as alterações nos meios disponíveis e na organização da administração pública decorrentes da aplicação das medidas inerentes ao “programa de ajustamento” negociado depois de 2011 com a chamada “Troika”⁵; terão sido também o desvio do foco político-legislativo relativamente a um setor de atividade “em crise” e, enfim, a diminuição de algum do seu poder de influência a reforçar tendências de limitação do esforço regulatório à simples transposição para a legislação nacional de regulamentos e diretivas europeias e a suscitar uma quebra geral da proatividade na resposta regulatória direcionada às transformações em curso no setor e aos novos desafios inerentes à recuperação pós-crise.

⁵ Para uma identificação do conteúdo do memorando subjacente ao “programa de ajustamento” e uma leitura da respetiva implementação, cf. BRITO Ana et al. (s.d.), “Memorando da troika anotado”, *Público* versão online, [Consult. a 12.8.2019]. Disponível em: <https://acervo.publico.pt/economia/memorando-da-troika-anotado>.

[H]ouve grandes alterações com a *Troika* e houve a lei da regulação das contratações públicas e depois também... (...) E, portanto, isto numa altura em que fomos forçados a ficar com menos cargos dirigentes, nós temos cinco diretores, basicamente, para todas estas áreas, portanto, nós fazemos estas áreas todas e, além disso, fazemos licenciamento, inspeção, sancionamento, apoiamos, emitimos pareceres técnicos, fazemos análise, basicamente é isto. Não temos possibilidade de recrutar pessoas, temos tentado no âmbito das... Não somos um instituto de regime especial, éramos antes do PREMAC [Plano de Redução e Melhoria da Administração Central do Estado] e isso (...) permitia-nos recrutar pessoas com... Por exemplo, na área das tecnologias de informação e, portanto, o quadro em que nós nos movemos é muito limitativo (...), o contexto em que nós nos estamos a mexer é igual ou pior do que era em 2009. Os mesmos recursos, nós não temos mais pessoas este ano, não temos... (...) E, portanto, complexificou muito a situação. (...) [A]umentámos as competências em termos de regulação, estão-nos a transferir competências (...). Portanto, [a situação] é mais complexa hoje, hoje é mais difícil, é, de facto, é francamente mais difícil. (...) Externamente não é sentido. Mas, internamente, deparamo-nos com muitas, muitas dificuldades e, provavelmente, não fazemos melhor porque não temos nem tempo nem os meios. (...) [É] muito mais difícil hoje fazer aquilo que fazemos, que temos que fazer, com as condições também para fazer aquilo que tínhamos que fazer à data [antes de 2009] [Excerto de entrevista a representante do IMPIC, março de 2017].

4.2. A consolidação de um “campo europeu da construção” posta em causa pelos impasses e dificuldades da “integração europeia”

Se é certo que o enquadramento legal-normativo e institucional que hoje caracteriza a realidade do setor da construção civil em Portugal não pode deixar de ser interpretado à luz do guião fornecido pelo histórico de produção legislativa emanado das instâncias europeias, não é menos verdade que o processo de transposição de tais normativos para o quadro nacional tem vindo a processar-se não sem significativas dificuldades e atrasos. Para além de razões imputáveis à tramitação demorada destes processos e, enfim, ao sempre custoso *aggiornamento* institucional que alterações legais e regulamentares deste tipo impõem, há que sublinhar, com alguns dos protagonistas institucionais entrevistados, a dupla contradição associada ao facto de i) o processo de integração político-legislativa no espaço europeu ocorrer sem que as “fronteiras” legais e os quadros regulatórios nacionais deixem de vigorar – e até prevalecer – em muitos domínios relevantes para o desenvolvimento de esta e de outras atividades económicas; e de ii) a este esforço de integração faltar o suporte das estratégias e mecanismos, com efetivo alcance transnacional, indispensáveis à aplicação e garantia do cumprimento dos preceitos oriundos das instâncias da UE.

Na verdade, para além dos impasses que certamente resultam da tensão – desde sempre muito evidente no seio da UE – entre a vontade e o esforço de aposta na regulação das atividades industriais, comerciais e outras desenvolvidas no espaço económico europeu e as pressões para a

desregulação que as forças do mercado ali procuram promover, o que se vai verificando é que as brechas, distâncias e divergências que entre a legislação de âmbito europeu e os quadros regulatórios dos diferentes países persistem são exploradas – de formas ora mais conscientes e organizadas, ora mais espontâneas – por múltiplos operadores económicos do setor, ao mesmo tempo que obstaculizam a ação consequente das diferentes entidades nacionais responsáveis pela aplicação das leis e regulamentos – entidades que, de resto, só mais recentemente têm vindo a dar passos consistentes no sentido da coordenação e conjugação de esforços⁶.

Eu fiz parte de um (...) comité europeu dos profissionais de segurança e de saúde, em que estava uma associação italiana, uma associação francesa, uma associação espanhola, estava um inspetor inglês, porque lá não havia associação, mas ele considerava que representava os colegas, ou parte dos colegas, e estava também uma associação alemã, e... quer dizer, foi em 2000, 2001, em Turim, e uma coisa que nós discutimos foi, de facto, [a criação da figura d]o inspetor de trabalho europeu, o inspetor de trabalho europeu, ou seja, referências comuns na Europa para a inspeção do trabalho, o que se liga muito à questão da, digamos, à dissociação, agora, [entre] globalização económica e globalização social. Quer dizer, há, de facto, do ponto de vista económico, globalização, ela existe, mas a abordagem comum, portanto, a globalização (...) da regulação das condições de trabalho não existe, não é? E, portanto, há bloqueios, há diferenças de abordagem, até organizacionais, de capacidade, e tudo isso, não é? E eu penso que isso é que iria de facto... (...) As condições de trabalho como um foco comum, a abarcar, de facto... uma abordagem efetivamente europeia, não é? [Excerto de grupo focal com representantes da ACT, novembro de 2017].

4.3. O impacto profundo da “crise” no negócio, no trabalho e no enquadramento legal e institucional da atividade

As reflexões panorâmicas apresentadas pelos protagonistas institucionais auscultados acerca do quadro regulatório que em Portugal caracteriza o setor e acerca do modo como se vem desenrolando a sua articulação e integração com os impulsos – e impasses – da regulação europeia, configurando tópicos autonomizáveis no âmbito do exercício analítico em curso, não deixam de evidenciar, como nos pontos anteriores se procurou adiantar, a relevância que a “crise” assume na generalidade dos discursos recolhidos. Verdadeiro “terramoto”, a crise dos anos 2008-2010, cujas repercussões são bem identificáveis dez anos volvidos, não obstante a relativa retoma, imporá mudanças estruturais no setor, com implicações situadas bem para lá dos aspetos associados ao quadro legal-normativo e institucional vigente no país ou na UE.

⁶ Vale a pena sublinhar, neste sentido, e entre outros possíveis exemplos, o trabalho desenvolvido com o apoio da Comissão Europeia que redundou na recente criação de uma “Autoridade Europeia do Trabalho” (<https://ela.europa.eu/>). Para uma análise detalhada sobre as incidências deste problema à escala europeia, com uma reflexão especificamente dedicada ao caso da construção civil, cf. também o artigo de Jan Cremers neste número da revista.

O setor viveu um verdadeiro terramoto que se traduziu, por exemplo, no tecido empresarial. O tecido empresarial, uma parte significativa, enfim, vamos admitir que metade, desapareceu. Portanto, foi um tsunami. (...) Naturalmente, é um terramoto do ponto de vista do emprego, porque um conjunto de pessoas tiveram que sair, (...) uns foram enquadrados em empresas, outros foram individualmente, e isso traduziu-se (...), para algumas pessoas, em desemprego, mas essencialmente em emigração... Com as condições que daí advêm: eram pessoas muitas delas pouco qualificadas e muitas delas envelhecidas, mas que tiveram a capacidade de fazer isto. Ou seja, vale a pena ter esta ideia de que isto foi de facto um terramoto (...) Mas se quiser há uma parte significativa dos empresários e dos trabalhadores que mudaram completamente a sua vida. E hoje, no processo de recuperação, é interessante, porque as coisas, quando começam a dinamizar, já não têm trabalhadores, ou seja, hoje têm um problema de falta de trabalhadores, (...) porque passaram a fazer as obras na Europa, para outras empresas ou noutros continentes. Portanto, isso foi uma transformação significativa. Evidentemente que perante um terramoto, ou um tsunami, as ondas de choque também se fizeram sentir na associação e aqui, portanto, no fundo, se vir o número de trabalhadores, nós somos como o setor, portanto, tivemos uma redução de... Chegámos a ser mais de cem pessoas... [Excerto de grupo focal com representantes da AECOPS, outubro de 2017].

Procurando sintetizar as principais transformações decorrentes da crise, tal como surgem evidenciadas nos discursos dos diferentes representantes institucionais ouvidos sobre este tema, sublinham-se quatro domínios de impacto referenciados pela generalidade destes protagonistas: i) no *tecido empresarial e organização da atividade*, com a falência de um número muito significativo de empresas, a concentração e fusão de entidades empresariais, o esmagamento dos preços e das margens de lucro e a aposta no negócio internacional; ii) no *emprego e remunerações*, com a diminuição drástica dos efetivos ligados ao trabalho na construção e a redução dos ganhos médios associadas a esta atividade; iii) nos *padrões de mobilidade da força de trabalho*, com a emigração de milhares de trabalhadores e o reforço de tendências para a participação em percursos de mobilidade circular, implicando também o alargamento do raio das deslocações; e iv) na *configuração e regulação das relações laborais*, com a precarização dos vínculos, a instabilização dos coletivos de trabalho, a atomização dos trabalhadores e o reforço das dificuldades no respetivo enquadramento, organização e suporte por parte das instâncias estatais e das associações profissionais e organizações sindicais.

4.4. A “recuperação” pós-crise e os desafios de um setor complexo e em reestruturação

Profundamente transformado pelos impactos da crise, o setor observa em Portugal sinais de recuperação a partir de meados da segunda década do presente século. De acordo com vários entrevistados, tal recuperação está intimamente ligada à performance globalmente positiva da

economia e, em especial, ao dinamismo evidenciado pelo mercado imobiliário, cujos indicadores refletem os efeitos da retoma da construção nova para habitação e, sobretudo, o crescimento da aposta na reabilitação urbana, cujo reforço muito relevante da importância absoluta e relativa decorre, em grande medida, do impulso providenciado pelos investimentos associados ao *boom* turístico nas principais cidades portuguesas.

A amplitude da recuperação parece, entretanto, poder ser limitada pelos efeitos persistentes da crise em planos como os da capacidade empresarial instalada, mão-de-obra disponível e *expertise* mobilizável. Com efeito, para diversos dos protagonistas ouvidos, a saída do país de muitos profissionais qualificados, por um lado, e o desaparecimento de muitas empresas com significativo *know-how* e créditos firmados no mercado, por outro, condicionam a capacidade de resposta às recentes demandas do mercado, promovem o surgimento de operadores menos preparados e experimentados e colocam em causa a qualidade do produto, bem como as garantias de aplicação e verificação e, portanto, de consecução de padrões elevados de segurança. O predomínio das obras privadas – a recuperação acontece num quadro caracterizado por níveis relativamente baixos de investimento público – desfavorece, de resto, este propósito; em número reduzido e de pequena dimensão, as obras públicas oferecem pouco espaço à experimentação e indução de novos mecanismos de regulação da atividade dos estaleiros e ao estabelecimento de *standards* progressivamente mais elevados de qualidade e segurança (que por essa via se esperaria que pudessem, a prazo, disseminar-se pela generalidade dos operadores do setor).

Bom, de facto, agora existem muitas obras privadas, os intervenientes são empresas de pequena dimensão, são novas empresas, muitas delas resultaram do desmembramento de empresas existentes, fruto da crise, e verifica-se, atualmente, falta de mão-de-obra qualificada, falta de operários, e julgo (...) que as boas práticas que existiam associadas à qualidade, aos procedimentos de execução e de controlo se perderam. Com a saída das grandes empresas, com a saída de muitos trabalhadores e engenheiros para fora, eu acho que se perderam, perdeu-se muito a nível de qualidade e a nível de bons procedimentos, da regra da boa arte. E, portanto, aí temos um desafio [*Excerto de grupo focal com representantes do IMPIC, novembro de 2017*].

No “pós-crise”, ganha também destaque o desafio do enquadramento legal e da regulação efetiva do trabalho destacado. Perante a intensificação e diversificação dos movimentos associados ao desempenho da atividade profissional na construção civil, e face à complexificação e distensão das cadeias de contratação e subcontratação, bem como dos “fenómenos” de contraversão das imposições inerentes a cada quadro regulatório nacional, um dos fulcros das preocupações dos protagonistas institucionais auscultados, em especial entre sindicalistas e inspetores do trabalho, refere-se à regulação dos destacamentos – tanto dos que envolvem trabalhadores portugueses no estrangeiro, como dos que respeitam aos trabalhadores estrangeiros

que, a prazo, como noutros momentos de forte dinamismo do setor, e na ausência de mão-de-obra local, poderão afluir ao país. Trata-se de um assunto premente desde pelo menos o final dos anos 1990, mas que durante e depois da crise de 2008-2010 adquiriu renovada importância, em especial por representar um dos aspetos desta atividade em que mais é visível a distância entre a letra da lei e a sua efetiva implementação.

Está-se a sentir necessidade de mão-de-obra em Portugal na construção, mão-de-obra qualificada. Há aí números que apontam para os 100 mil trabalhadores... (...) E nós temos aqui fenómenos que é... foram os trabalhadores que emigraram, e temos um conjunto de empresas deste mercado global a operar noutros países da União Europeia, com um conjunto de trabalhadores destacados... Lá está: entram aqui os destacamentos. Ou seja, há aí números e notícias que falam que são necessários 70, entre 75 a 100 mil trabalhadores na construção, para cá, para Portugal, atualmente, nos próximos um, dois anos, são necessários trabalhadores qualificados nisso... *[Excerto de entrevista com representante da FEVICOM, março de 2018]*.

A certa altura, os franceses fecharam a torneira, digamos assim, e então obrigaram claramente as empresas portuguesas (...) no setor da construção a passar pelas empresas francesas, senão não entra[va]m sequer no estaleiro. O que é que aconteceu? As empresas portuguesas muito facilmente criaram empresas de trabalho temporário, porque já não é empresa da construção, já não está sujeita à legislação da construção e, portanto, meteu os trabalhadores todos para a empresa de trabalho temporário portuguesa, e depois criou uma empresa francesa, já que tinham que a criar, e meteu lá os trabalhadores emigrantes que lá estavam. Estava o problema resolvido. Ou seja, há aqui uma adaptação muito fácil, entre aspas, não é? Do trabalhador, neste caso, da empresa portuguesa que se consegue adaptar a qualquer realidade... E as inspeções têm de andar sempre atrás disto, não é? A noção que eu tenho – já ando há alguns anos nesta matéria –, nós vamos sempre chegar atrasados, porque os fenómenos são tão rápidos e tão – como é que hei de dizer – bem estruturados, que, quando a inspeção percebe o fenómeno... *[Excerto de grupo focal com representantes da ACT, novembro de 2017]*.

4.5. Estandardização, automação, digitalização: novos desafios à regulação da atividade

Aos desafios mais diretamente decorrentes dos impactos da crise na organização e exercício da atividade da construção civil adicionam-se outros apenas em parte relacionados com aqueles. São os que se referem a experiências de atualização e mudança técnico-económica, tecnológica e operacional que vários protagonistas auscultados consideram que decorrem ou decorrerão, por um lado, da adoção de processos orientados para a estandardização, automação e digitalização do trabalho e da produção no setor e, por outro lado, do reforço das preocupações com a eficiência energética, a sustentabilidade das matérias-primas, processos e produtos e, enfim, a adesão ao paradigma da chamada “economia circular”.

Um outro desafio que temos tem a ver com a mudança do paradigma: mudámos da obra nova para a obra existente e para as atividades de manutenção, exploração e, depois, a desconstrução, que implica a reutilização, a reciclagem, a reabilitação e a demolição (...) Ora bem, esta é uma nova realidade que impõe também desafios aos agentes, a todos. Desde logo, quem projeta tem que se preocupar com, por um lado, a satisfação das necessidades do seu cliente, mas, por outro lado, o que é que vai ser a obra ao longo do ciclo de vida e, portanto, [é necessário] condicionar a escolha das soluções em função do ciclo de vida, em particular da fase de utilização e de manutenção. Ou seja, não decidir em função do investimento inicial, do custo da construção, e, portanto, da minimização desse valor, mas sim decidir em função da minimização do valor do custo ao longo do ciclo de vida. Isto já vai implicar alterações, já tem o reflexo na legislação e vai implicar alterações na prática e nos agentes. Bom, outra alteração que se perspetiva tem a ver com a tecnologia. A tecnologia já começou a entrar e tem que entrar definitivamente na construção. Nós já temos o BIM, que é o Build Information Modeling, que já existem agentes que têm contacto e que concorrem a concursos em que é exigido a elaboração desse modelo, mas diria que, enfim, cá em Portugal obviamente isto ainda não está generalizado. Ainda temos muito, muito que trilhar... Não só a nível de conhecimento, mas também a nível de legislação. (...) Mas a tecnologia tem que entrar e em particular também tem que entrar nos estaleiros, na construção... [Excerto de grupo focal com representantes do IMPIC, novembro de 2017].

Reconhecendo embora que algumas destas transformações estão já a produzir efeitos – e que tais efeitos imporão esforços regulatórios novos, designadamente em matéria ambiental e laboral, bem como investimentos significativos na qualificação e requalificação da força de trabalho –, os representantes institucionais ouvidos tendem a apresentar-se moderadamente confiantes quanto à capacidade do país para acompanhar as mudanças em causa. Os baixos níveis de investimento privado em I&D+i, a prioridade dada à contenção de custos por via da moderação salarial, a reduzida dimensão e massa crítica do tecido empresarial, a impreparação da força de trabalho e a insuficiente prontidão e flexibilidade dos sistemas de educação e formação estarão entre os potenciais obstáculos a uma consolidação destas tendências no seio da construção civil portuguesa.

5. Conclusões

No presente artigo procurámos identificar as organizações de representação de interesses do setor da construção civil em Portugal e o quadro de regulação que informa a ação neste domínio da atividade económica no país. Para esse efeito, procedemos a um trabalho de inventário de marcos legislativos significativos e a um programa de entrevistas a atores institucionais. No âmbito da análise dos resultados do trabalho efetuado foi possível identificar um conjunto de coordenadas de leitura sobre as transformações vividas no setor e sobre as prioridades de ação perspetivadas pelas entidades entrevistadas. É, assim, possível destacar o significado de um processo de densificação e de diversificação do quadro regulatório, que se revela, contudo,

amplamente marcado por processos de “inconsistência institucional” em matéria de implementação. A análise permite destacar ainda a importância da consolidação de um “campo europeu da construção”, de que aquele primeiro processo é largamente tributário, e revelar o modo como uma tal consolidação é posta em causa pelos impasses e dificuldades da “integração europeia”. Salienta-se, de igual modo, a centralidade do impacto profundo da “crise” no negócio, no trabalho e no enquadramento legal e institucional da atividade económica na construção civil. Atentando, por fim, nos desenvolvimentos mais recentes a que a atividade económica no setor tem estado sujeita no país, é também possível identificar o processo de “recuperação” pós-crise, doravante marcado por desafios complexos e sensíveis a processos de reestruturação da atividade económica significativos. Em concreto, destacam-se os desafios em matéria de regulação que a estandardização, a automação e a digitalização poderão comportar para o futuro do setor. Efeito da erosão provocada pela crise económica vivida no setor no período posterior a 2008, não deixaremos - ainda e para terminar - de salientar o relativo consenso em matéria de diagnóstico sobre o setor que predomina nas tomadas de posição dos diferentes representantes das instituições entrevistadas no âmbito deste trabalho. Será questão, num desenvolvimento futuro, de verificar a resistência de um tal posicionamento global à medida que se estruturam, no setor, respostas mais ou menos adaptadas aos desafios aqui expostos.

Referências

- BLOOR, Michael et al. (2001), *Focus Groups in Social Research*, London, Sage.
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La Distinction : critique sociale du jugement*, Paris, Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (2000), *Les Structures sociales de l'économie*, Paris, Seuil.
- BOYER, Robert (2004), *Théorie de la régulation. Les fondamentaux*, Paris, La Découverte.
- DOBRY, Michel (2014), *Sociologie des crises politiques. La dynamique des mobilisations multisectorielles*, Paris, Presses de Sciences Po.
- DORNELAS, António (2008), “Desregulamentação ou novas formas de regulação? A reforma do Modelo Social Europeu e a flexigurança”, In José Madureira Pinto, Virgílio Borges Pereira (Orgs.), *Desigualdades, Desregulação e Riscos nas Sociedades Contemporâneas*, Porto, Afrontamento, pp. 20-40.
- LAURENS, Sylvain (2015), *Les Courtiers du capitalisme. Milieux d'affaires et bureaucrates à Bruxelles*, Marseille, Agone.
- MEDVETZ, Thomas (2012), *Think Tanks in America*, Chicago, University of Chicago Press.
- OFFERLÉ, Michel (2009), *Sociologie des organisations patronales*, Paris, La Découverte.
- OGIEN, Albert (2011), “Créativité de l'objet, inventivité des données. L'imagination sociologique dans et pour l'enquête de terrain”, in Olszewska, Barbara, Barthélémy, Michel & Laugier, Sandra (dir.), *Les données de l'enquête*, Paris, PUF, pp. 109-123.

QUEIRÓS, João, GALHANO, Laura e PEREIRA, Virgílio Borges (2019), “A crise da construção civil sob múltiplos pontos de vista: (des)regulação da atividade económica e recomposição do trabalho na perspetiva dos atores institucionais do setor da construção civil no período posterior a 2008”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – A construção civil numa perspetiva sociológica: enquadramento e análise, pp. 62-83

DOI: 10.21747/08723419/soctem2019a3

PINTO, José Madureira & PEREIRA, Virgílio Borges (2006), “Trinta anos de democracia: mudanças sociais e inconsistência institucional”, in Loff, Manuel & Pereira, Maria da Conceição Meireles (Coord.), *Portugal: 30 Anos de Democracia (1974-2004)*, Porto, Editora da Universidade do Porto, pp. 133-151.

SILVA, Manuel Carvalho (2009), *Trabalho e Sindicalismo em Tempo de Globalização*, Lisboa, Temas e Debates.

TILLY, Charles (1986), *La France contestée. De 1600 à nos jours*, Paris, Fayard.

TILLY, Charles (2006), *Regimes and Repertoires*, Chicago, University of Chicago Press.

Legislação:

Decreto n° 41821/1958, de 11 de Agosto, Regulamento de Segurança no Trabalho da Construção Civil.

Decreto-Lei n.º 47344/66, de 25 de novembro, Código Civil.

Decreto-Lei n°155/1995, de 1 de julho, Prescrições mínimas de segurança e de saúde a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis.

Decreto-Lei n° 60/99, de 2 de março, Criação do Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário (IMOPPI).

Decreto-Lei 61/99, de 2 de março, Acesso e permanência na atividade de empreiteiro de obras públicas e industrial de construção civil.

Decreto-Lei n° 555/99, de 16 de dezembro, Regime jurídico da urbanização e edificação.

Lei 99/2003, de 27 de agosto, Código do Trabalho.

Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, Revisão da regulamentação das condições de segurança e de saúde no trabalho em estaleiros temporários ou móveis.

Decreto-Lei n°12/2004, de 9 de janeiro, Regime jurídico de ingresso e permanência na atividade da construção.

Decreto-Lei n° 50/2005, de 25 de fevereiro, Prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho.

Decreto-Lei n.º 144/2007, de 27 de abril, Aprovação da orgânica do Instituto da Construção e do Imobiliário (InCi).

Decreto-Lei n° 266/2007, de 24 de julho, Proteção sanitária dos trabalhadores contra os riscos de exposição ao amianto durante o trabalho.

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, Código dos Contratos Públicos.

Decreto-Lei n.º 103/2008, de 24 de junho, Regras relativas à colocação no mercado e entrada em serviço das máquinas e respetivos acessórios.

Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, Código do Trabalho.

Lei n°31/2009, de 3 de julho, Regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela fiscalização de obra e pela direção de obra

QUEIRÓS, João, GALHANO, Laura e PEREIRA, Virgílio Borges (2019), “A crise da construção civil sob múltiplos pontos de vista: (des)regulação da atividade económica e recomposição do trabalho na perspetiva dos atores institucionais do setor da construção civil no período posterior a 2008”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – A construção civil numa perspetiva sociológica: enquadramento e análise, pp. 62-83

DOI: 10.21747/08723419/soctem2019a3

Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social

Decreto-Lei n.º 260/2009, de 25 de setembro, Regime jurídico do exercício e licenciamento das agências privadas de colocação e das empresas de trabalho temporário.

Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, Regime jurídico da reabilitação urbana

Lei n.º 5/2014, de 12 de fevereiro, Simplificação do regime de acesso e exercício da atividade das agências privadas de colocação de candidatos a empregos.

Lei n.º 19/2014, de 14 de abril, Bases da política de ambiente.

Decreto-Lei n.º 68-A/2015, de 30 de abril, Disposições em matéria de eficiência energética e produção em cogeração.

Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, Regime jurídico aplicável ao exercício da atividade de construção.

Decreto-Lei n.º 232/2015, de 13 de outubro, Aprova a orgânica do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção (IMPIC).

Lei n.º 28/2016, de 23 de agosto, Combate as formas modernas de trabalho forçado.

Lei n.º 29/2017, de 30 de maio, Destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços.

Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, Nona alteração ao Código dos Contratos Públicos.

Portaria n.º 332/2017, de 3 de novembro, Portaria de extensão do contrato coletivo entre a AECOPS - Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços e outras e a Federação dos Sindicatos da Indústria e Serviços - FETESE e outros.

Regulação coletiva de trabalho:

Contrato coletivo entre a AECOPS — Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços e outras e a FEVICOM — Federação Portuguesa dos Sindicatos da Construção, Cerâmica e Vidro e outros — Alteração salarial e outras, publicado no *Boletim do Trabalho e do Emprego* n.º 20, vol. 75, de 29 de maio de 2008.

Contrato coletivo entre a AECOPS - Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços e outras e a Federação dos Sindicatos da Indústria e Serviços - FETESE e outros - Revisão global, publicado no *Boletim do Trabalho e do Emprego* n.º 30, vol. 83, de 15 de agosto de 2016.

Diretivas europeias:

Diretiva n.º 92/57/CEE, de 24 de junho, Prescrições mínimas de segurança e de saúde a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis.

Diretiva n.º 96/71/CE, de 16 de dezembro, Destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços.

Diretiva n.º 2001/45/CE, de 27 de junho, Prescrições mínimas de segurança e saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho.

Diretiva n.º 2003/18/CE, de 27 de março, Proteção sanitária dos trabalhadores contra os riscos de exposição ao amianto durante o trabalho.

QUEIRÓS, João, GALHANO, Laura e PEREIRA, Virgílio Borges (2019), “A crise da construção civil sob múltiplos pontos de vista: (des)regulação da atividade económica e recomposição do trabalho na perspetiva dos atores institucionais do setor da construção civil no período posterior a 2008”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – A construção civil numa perspetiva sociológica: enquadramento e análise, pp. 62-83

DOI: 10.21747/08723419/soctem2019a3

Diretiva n.º 2006/42/CE, de 17 de maio, Máquinas.

Diretiva n.º 2006/123/CE, 12 de dezembro, Serviços no mercado interno.

Diretiva n.º 2012/27/UE, de 25 de outubro, Eficiência energética.

Diretiva n.º 2014/67/UE, e 15 de maio, Destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços.

João Queirós (autor de correspondência). Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto (Porto, Portugal). Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n, 4150-564, Porto, Portugal. Email: jqueiros@letras.up.pt

Laura Galhano. Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n, 4150-564, Porto, Portugal. Email: laura.galhano@gmail.com

Virgílio Borges Pereira. Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/número, 4150 – 564 Porto – Portugal. Email: jpereira@letras.up.pt

Artigo recebido em 30 de julho de 2019. Publicação aprovado em 20 de outubro de 2019.

Azares, riscos e culpas: representações sobre os acidentes de trabalho da construção civil na imprensa portuguesa (1996-2017)

Bruno Monteiro

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Carla Aurélia de Almeida

Departamento de Humanidades da Universidade Aberta

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Resumo

No presente texto, analisamos o modo como nas notícias da imprensa portuguesa se constroem e transformam as representações sobre os acidentes de trabalho na construção civil. A partir da sua vinculação a uma pluralidade de perspectivas, tenta-se compreender as estratégias discursivas aqui mobilizadas. Tendo por base um *corpus* de 1218 notícias coletadas num arquivo sindical, para um período temporal compreendido entre 1996-2017, procedemos a uma crítica sociológica em combinação com uma análise semântica e pragmática dos discursos produzidos.

Palavras-chave: imprensa escrita; representações; estratégias discursivas; perspectiva.

Misfortunes, risks and mistakes: representations of construction workers' accidents in the Portuguese press (1996-2017)

Abstract

In this text, we analyse how the current events in the Portuguese press construct and transform the representations of labour accidents in the construction sector. From an attachment to a plurality of perspectives, we seek to understand the discursive strategies mobilized here. On the basis of a corpus of 1218 news items collected in a trade union archive, we carried out, between 1996 and 2017, a sociological critique in combination with a semantic and pragmatic analysis of the speeches produced.

Keywords: written press; representations; discursive strategies; perspective.

Malheurs, risques et fautes : représentations des accidents des ouvriers du bâtiment dans la presse portugaise (1996-2017)

Résumé

Dans ce texte, nous analysons la manière dont l'actualité de la presse portugaise construit et transforme les représentations des accidents de travail dans l'industrie du bâtiment. A partir d'un attachement à une pluralité de perspectives, on cherche à comprendre les stratégies discursives mobilisées ici. Sur la base d'un corpus de 1218 nouvelles provenant d'une archive syndicale, nous avons procédé, entre 1996 et 2017, à une critique sociologique en combinaison avec une analyse sémantique et pragmatique des discours produits.

Mots-clés : presse écrite; représentations; stratégies discursives; perspective.

Desgracias, riesgos y culpabilidad: representaciones del operario de la construcción en la prensa portuguesa (1996-2017)

Resumen

En el presente texto analizamos la forma en que la prensa portuguesa construye y transforma las representaciones del accidente de trabajo en la construcción. Desde su apego a una pluralidad de perspectivas, tratamos de entender las estrategias discursivas que aquí se han movilizadas. A partir de un corpus de 1218 noticias recogidas en un archivo sindical, durante un período de tiempo comprendido entre 1996 y 2017, se procedió a una crítica sociológica en combinación con un análisis semántico y pragmático de los discursos producidos.

Palabras claves: prensa escrita; representaciones; estrategias discursivas; perspectiva.

1. Introdução

No presente texto¹, analisamos o modo como em notícias da imprensa portuguesa se constroem e transformam as representações sobre os acidentes de trabalho na construção civil. A partir da sua vinculação a uma pluralidade de perspectivas (representantes patronais e empresários, sindicalistas, colegas de trabalho ou familiares, inspetores de trabalho e técnicos de

¹ O presente artigo foi elaborado no âmbito das atividades do projeto de investigação “Novos terrenos para a construção: mudanças no campo da construção em Portugal e seu impacto nas condições de trabalho no século XXI” (PTDC/IVC-SOC/5578/2014-016621), desenvolvido no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, entre 2016 e 2019, e financiado por fundos nacionais através da FCT/MEC (PIDDAC) e cofinanciado pelo FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional através do COMPETE – Programa Operacional Fatores de Competitividade. Beneficiando do quadro de discussão entre a equipa dos investigadores do projeto, uma primeira versão deste estudo foi discutida no colóquio internacional “Classes sociales, comparaisons et migrations Portugal / France”, realizado nas instalações do CNRS – Pouchet, na cidade de Paris, França, em 20 de junho de 2019 e no colóquio internacional, “Breaking Ground for Construction: Changes in the Field of Construction in Portugal and their Impact on Working Conditions in the 21st Century”, realizado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto nos dias 4 e 5 de julho de 2019.

segurança, entre outros), procurar-se-á compreender as estratégias discursivas aqui mobilizadas. Tendo por base um *corpus* de 1218 notícias recolhidas no arquivo do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção e Madeiras, Mármore e Pedreiras, Cerâmicas e Materiais de Construção de Portugal, num período temporal entre 1996-2017, procedemos a uma crítica sociológica em combinação com uma análise semântica e pragmática dos discursos produzidos a respeito de casos singulares de acidentes de trabalho. A descrição da construção dos eventos relatados permite destacar a *heterogeneidade enunciativa* que decorre não só da *intersubjetividade* inscrita no discurso (Fonseca, 1992: 263), consubstanciada na dimensão acional e enunciativa do ato de dizer instituído entre locutor e alocutário, mas também a que resulta da ocorrência de diferentes vozes citadas ou *deixis interdiscursiva* (Fonseca, 1992: 264) com a integração de uma “dimensão citacional, por inscreverem no discurso de um locutor o discurso, real ou fictício, de um outro locutor – individual ou colectivo” (Fonseca, 1992: 269). No âmbito da sociolinguística, adotámos como enfoque analítico a descrição, do ponto de vista semântico e pragmático, dos objetivos ilocutórios visados no discurso de um conjunto de notícias e que têm como ato perlocutório convencer o leitor. Procuraremos assim realizar uma análise da *discursivização* (Fonseca, 1992: 316) do que é dito, levantando, na materialidade da escrita, os valores ideológicos subjacentes ao discurso produzido.

Do mesmo passo, os contributos da sócio-anthropologia permitem situar as estratégias discursivas que são usadas para enquadrar o acidente ocorrido, designadamente o processo de alegação das responsabilidades e a interpretação das sequências causais do acontecimento, como arena de luta para o sistema de agentes ocupados com a representação legítima das causas de acidentes de trabalho (vd. Lenoir, 1980: 81). Por via das “mediações” operadas por estes agentes ao longo do processo desencadeado com este acontecimento, a noção de acidente de trabalho surge como “uma categoria de construção da realidade social”, que tem o seu conteúdo dependente das lutas em torno do seu sentido mais do que do simples registo dos dados imediatos dos sentidos (Lenoir, 1980: 82, 77). Por outras palavras, os relatos de acidente são engendrados situacionalmente num determinado contexto sócio-histórico por agentes sociais que têm pretensões a impor uma definição legítima do acidente a partir do seu ponto de vista particular, dotados portanto de distintos “interesses expressivos” e desiguais “capacidades de expressão” (Bourdieu, 1981, 4). Do ponto de vista metodológico, no presente texto, a atenção dada aos argumentos desenvolvidos por uma pluralidade de locutores, com o objetivo de descrever e explicar o mundo do trabalho da construção e os acidentes de trabalho que aqui ocorrem, alterna com a objetivação sociológica dos lugares ocupados por locutores que se investem e se orientam dentro do sistema de enquadramento ideológico e institucional deste sector de atividade.

2. Programa de pesquisa: estratégias discursivas e interesses expressivos num arquivo sindical de notícias sobre a construção

Na análise da construção do sentido no texto escrito é conhecida a importância da estruturação do discurso, ou *discursivização*, que permite a abertura a diferentes *rumos discursivos* (Fonseca, 1992: 316) e possibilita o desenvolvimento de estratégias discursivas que concedem ao texto uma coerência interpretada em função da competência enciclopédica do leitor (ou alocutário) do texto escrito. A atribuição de coerência ao discurso é, assim, feita com base nas *convenções de uso* e na interpretação das sequências discursivas que são interacionalmente situadas no co(n)texto das notícias de jornais. Assim, procedemos ao levantamento de regularidades discursivas que permitem, a nível local, estudar a seleção, operada pelos participantes, das *estratégias comunicativas* (Gumperz, 1982) desenvolvidas no discurso *institucional*² de imprensa escrita sobre os acidentes de trabalho e, a nível global ou macroestrutural, analisar a coerência pragmático-funcional do discurso que diz respeito fundamentalmente às dimensões sequenciais dos atos ilocutórios (Fonseca, 1992: 269). Os acidentes de trabalho, em especial, como episódios de paroxismo que são, salientam as tensões subsumidas dentro deste sector de atividade: porquanto solicitam uma enunciação pública que permite situar acima do indiferenciado uma certa tomada de posição, tornando-a não só explícita mas distintiva, os referidos acidentes de trabalho obrigam a uma demarcação das mundivisões e, por isso, criam condições para uma enunciação de oposições latentes e dos princípios discriminantes a seu respeito, inclusive nos termos característicos da acusação, da denúncia ou da indignação (vd. Boltanski, 1984). A interpretação das causas ou a atribuição de responsabilidades dos acidentes relatados nestes artigos de imprensa, correspondendo a estratégias de enunciação de pontos de vista singulares e distintos sobre esse mesmo acontecimento, não chocam, antes se inscrevem como casos exemplificativos da lógica de enunciação do sistema de intervenientes que estão apostados ou mandatados para o trabalho de representação do acidente de trabalho, unidos entre eles por relações que podem ser de colusão, concorrência ou colaboração.

No quadro do trabalho desenvolvido no arquivo sindical estudado, foi possível compilar um *corpus* de 1218 notícias publicadas entre 1996 e 2017, tendo como critérios de inclusão o relato de eventos do universo da construção e obras públicas. A inspeção deste vasto repositório de notícias jornalísticas sobre o sector da construção em Portugal permitiu a seleção de casos particulares para a aplicação de um programa de pesquisa orientado para conhecer as tomadas de

² Sobre a distinção entre discurso “institucional” e discurso “mundano”, cf. Boden e Zimmerman (1993).

posição dos intervenientes a respeito das causas e das responsabilidades dos acidentes narrados. Aplicar uma perspectiva de análise discursiva e sócio-antropológica a um arquivo sindical específico implica ter em conta que este último se encontra definido pela aplicação de categorias de perceção derivadas de um ponto de vista particular e interessado sobre o universo da construção, i.e., o ponto de vista do sindicato. Explorar analiticamente as consequências nascidas da aplicação das categorias do entendimento sindical na construção a um tal acervo implicaria interrogar especificamente os esquemas de pensamento e de ação que informaram as operações de triagem e retenção de umas notícias em detrimento de outras; por isso, vamos sinalizar que temos consciência de que o modo de produção do arquivo constitui um expediente indispensável a este nosso exercício, ainda que essa crítica da fonte possa ser desenvolvida de maneira mais intensiva (vd. Ginzburg, 2016). Dadas as circunstâncias de produção do acervo, optámos por circunscrever a nossa análise ao estudo das estratégias discursivas e das “expectativas partilhadas” que estão associadas a *esquemas interativos* (Gumperz, 1980: 103-104) transplantados para a escrita da notícia a partir do aparelho citacional e que permitem abranger uma pluralidade de discursos distintos, ainda que montados pelas regras próprias da intervenção jornalística. No presente texto, por essa mesma razão, não procuraremos consolidar uma análise dos *media* em geral, explorando as variações entre concorrentes dentro do campo mediático ou, em sentido inverso, observando as convenções partilhadas nos relatos jornalísticos de acidentes de trabalho ou nas apresentações dos intervenientes (Floreia e Rabatel, 2011). Nem iremos, por outro lado, proceder ao levantamento das mudanças históricas relatadas no sector da construção civil ao longo deste hiato temporal, em que o sector da construção conheceu alterações muito drásticas que se plasmaram seguramente sobre a hierarquia de temas «noticiáveis» dentro do campo mediático (Greer, 2007). Vamos, isso sim, incidir sobre relatos de imprensa de casos particulares que nos permitam pensar, dada a simultaneidade e a concorrência dos múltiplos discursos presentes, sobre as distintas estratégias mobilizadas para propor, sustentar e impor uma definição do acidente de trabalho. “Pensar por caso” (“*penser par cas*”) sugere que, por meio da “exploração e aprofundamento de uma singularidade acessível à observação”, é possível “extrair uma argumentação de alcance mais geral” (Passeron e Revel, 2005: 8), o que significa, neste contexto, encontrar o espaço das tomadas de posição acessíveis e aplicáveis por esta pluralidade de *especialistas da representação* dos acidentes de trabalho.

Caixa 1. O lugar do acidente: as publicações e a importância dos acidentes de trabalho no acervo sindical analisado

O arquivo em análise, pertencente ao Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção e Madeiras, Mármore e Pedreiras, Cerâmicas e Materiais de Construção de Portugal, reúne uma diversidade de notícias, publicadas entre 1996 e 2017, provenientes de diferentes tipos de jornais, que dizem respeito ao sector da construção civil. Salvo exceções, podemos organizar as publicações em quatro tipos: i) jornais generalistas com cobertura nacional, como *24 horas*, *Diário de Notícias*, *Expresso*, *Correio da Manhã*, *Sol*, *Público*, *Meia Hora*, *Semanário*, *Jornal Global*; ii) jornais generalistas com ênfase sobre a região do Porto, como o *Jornal de Notícias*, *Comércio do Porto*, *O Primeiro de Janeiro*; iii) jornais regionais como *Tribuna de Amarante*, *Nordeste*, *Matosinhos Hoje*, *A verdade* (jornal regional da região do Tâmega e Sousa), *Regional de Viseu*, *Imediato* (jornal de Paços de Ferreira), *Repórter do Marão*, *Tribuna de Amarante*, *O Progresso* (jornal de Paredes), *Nordeste*; iv) jornais, de diferente recorte, onde avultam discussões especializadas em temas do trabalho e da economia, como *Negócios*, *Novas*, *Jornal da Construção*, *Jornal de Negócios*, *Meia Hora*, *Dinheiro Vivo*, *Diário Económico*, *Dinheiro Digital* e *Avante*.

As notícias são, na sua maioria, analisadas nas páginas do caderno local dos jornais nacionais e, regularmente, a referência ao local constitui uma identidade para as notícias sobre a construção civil nos jornais especializados do mundo do trabalho. Para além das referências à sinistralidade nas estradas e da análise de temas relacionados com o sector da construção civil, há um conjunto significativo de relatos relacionados com acidentes de trabalho no sector em análise, sendo a região ou o local a marca de identificação que permite narrar o acontecimento ocorrido. Diante de uma imensa massa de materiais empíricos, que certamente suportariam um tratamento em linha com outras opções metodológicas mais orientadas pela estatística ou pela análise de conteúdo, optámos por privilegiar a seleção de casos particulares que estivessem em consonância com o nosso programa de pesquisa sobre a discursividade. Vamos, assim, “pensar por caso” (“*penser par cas*”) na aplicação do nosso programa de investigação, o que levou a que procedêssemos “pela exploração e pelo aprofundamento de uma singularidade” (Passeron e Revel, 2005: 9). Nesse sentido, apostámos numa visão da notícia como arena de luta entre interpretações concorrentes sobre os acidentes de trabalho, em que especialistas da representação (vulgo, porta-vozes) competem não só pela imposição de interpretação da causalidade e da responsabilidade envolvidas naquele acidente de trabalho, mas também, ao mesmo tempo, pela posse e afirmação da autoridade sobre o sector da construção, em particular sobre a definição legítima de acidente de trabalho. Esta visão contribuiu para que privilegiássemos uma descrição minuciosa das opções linguísticas de espaços de enunciação em que estivessem copresentes os principais intervenientes do sistema de enquadramentos do sector da construção civil.

Deste modo, nas notícias sobre acidentes na construção civil, verifica-se a materialização no discurso de uma multiplicidade de pontos de vista e de lutas em torno dos limites da definição legítima de "acidente de trabalho" e de "vítimas de desastres" (Lenoir, 1980: 81). Tratar-se-á, pois, de fazer uma análise interpretativa das estratégias discursivas que permitem aos participantes criar uma relação na situação da comunicação (Gumperz, 1989; 2001), o que Erving Goffman via como "um jogo de influência recíproca" (Goffman, 1973: 23). Verificaremos que o discurso da imprensa, que é nosso objeto de investigação, se torna um lugar de representação de uma multiplicidade de pontos de vista, por prolação transferida para o texto da notícia, mediante o uso de aspas de citação ou o mecanismo jornalístico do contraditório (por exemplo, complementando a opinião do sindicato com a opinião do patronato ou, em termos mais gerais, ouvindo a “resposta” a “queixas” ou “acusações”), tornando-se o texto assim construído num terreno de lutas que tem a sua própria autonomia e a sua própria consistência em virtude da convergência de interesses (descoincidentes e contraditórios, por vezes) que existe entre todos esses protagonistas a respeito da importância, ou necessidade, de se pronunciarem sobre a causalidade e a responsabilidade do acidente.

Neste sentido, vamos ao encontro de uma “antropologia da causalidade e da responsabilidade”, encontrando nestes artigos de imprensa uma outra via de acesso a essa modalidade de pesquisa invocada por Nicolas Dodier (1994). Pelas mútuas implicações existentes entre a “economia cognitiva” e a “economia moral” dos acidentes de trabalho, em que as interpretações, aparentemente mais lógicas, convocadas pela primeira se entrelaçam com as apreciações, sejam louvores, sejam estigmas, que a segunda inscreve, encontramos um plano de argumentação para estes locutores em que os limites dessa distinção se tornam imprecisos e, por conseguinte, em objeto de intensas disputas. Nos acidentes de trabalho, “a imputação da responsabilidade caracteriza-se pelo fechamento do julgamento sobre uma causa preponderante: a causa do acidente” (Dodier, 1994: 257), o que torna especialmente relevante ler a atribuição de causas decisivas em conjunto com a imputação de responsabilidades. Em virtude dessa tendência de derivação da responsabilidade moral a partir da causalidade basilar, “toda a pragmática dos julgamentos de responsabilidade é guiada pelo esforço dos actores para sublinhar certas cadeias causais e para aligeirar outras” (Dodier, 1994: 266). Por esse motivo, têm especial relevância as estratégias discursivas dos locutores evidenciadas no texto da notícia a respeito das causas do acidente, o que levou a submeter a informação reunida a um procedimento de análise semântica e pragmática com recurso à análise interpretativa desenvolvida por John Gumperz (2001) que se centre nas elocuções reportadas dos agentes em questão.

O estudo da construção dos acontecimentos relatados permite destacar as diferentes vozes citadas que dão a esses discursos uma heterogeneidade enunciativa e possibilitam o levantamento dos locutores que constituem vozes autorizadas para proferir o discurso. Todo o discurso é produzido a partir de um *lugar interacional* (Kerbrat-Orecchioni, 1988: 186) - ou posição (Goffman, 1973) - que condiciona o *quadro de participação* (Goffman, 1981) e as estratégias discursivas específicas que aí são realizadas. Nestes contextos interativos e interlocutivos, os participantes acionam um sistema de práticas, de convenções sociais e de regras de procedimento discursivo que organizam o fluxo temático (Goffman, 1974: 32) do discurso. No desenvolvimento dos eixos de sentido, o locutor é considerado uma voz autorizada para produzir o que diz no texto ou discurso. Com efeito, a autoridade do locutor é uma condição de validade e de eficácia para que o ato se realize, constituindo-se uma autoridade que “tem os mesmos limites que a delegação da instituição”, ou seja, de uma autoridade que se prende sempre com a “posição social” (Bourdieu, 1982: 107) do locutor e com a adequação do seu discurso às condições da enunciação. Enfim, a análise aqui proposta envolve a construção do sentido em torno do acidente de trabalho, suas causas e consequências, só que considerando não apenas a dimensão enunciativa mais restrita, mas também as questões pragmáticas, relacionais e simbólicas configuradas nestes discursos.

Daqui se impõe uma precisão sobre o acesso ao discurso, logo à representação. Nos artigos de imprensa em análise, os locutores carecem de ser reconhecidos como possuindo as competências necessárias para concretizar uma elocução autorizada e verídica sobre o acidente de trabalho, desde logo de acordo com os termos requeridos pelo aparelho de recolha e registo usado pela imprensa. A importância de uma asserção depende aqui de um empréstimo ou caução de natureza social da parte do locutor, por outras palavras, da concessão de um crédito que possui e que, portanto, transmite ao que afirma como uma espécie de garantia. São, portanto, os próprios processos de coconstrução do sentido que são visados pela descrição das vozes no discurso de imprensa: a voz do jornalista, do sindicato, dos patrões, dos inspetores do trabalho e os indícios da voz dos trabalhadores da construção através do discurso indireto do jornalista que assina o artigo do jornal. Nas palavras de Pierre Bourdieu, “o poder das palavras não é outra coisa senão o *poder delegado* do porta-voz, e as suas palavras – quer dizer, indissociavelmente, a matéria do seu discurso e a sua maneira de falar são, quanto muito, um testemunho e um testemunho entre outros da *garantia de delegação* de que ele está investido” (Bourdieu, 1982 : 105 ; tradução nossa). Os atos de discurso dependem assim do *valor simbólico-institucional* (Pinto, 1985) que lhes é imputado pelos interlocutores e procurar-se-á analisar a estruturação do sentido nestes discursos de imprensa escrita, remetendo para os diversos atos de discurso proferidos pelos agentes convocados nos textos e analisando assim as “lógicas sociais diversas” (Pinto, 1985: 51)

que esses agentes sociais mobilizam para legitimar um ponto de vista. Pois, nas palavras do mesmo José Madureira Pinto, “não há uma lógica absoluta e intemporal, um pensamento, ou uma estética, ou uma ética universais e abstractos remetendo para uma pretensa natureza humana, há lógicas (ideo-lógicas) sociais diversas” (Pinto, 1985: 51).

3. «Pôr em causa»: pontos de vista sobre acidentes situados

Desde Paul Fauconnet, desde 1928 pelo menos, considerados como “factos sociais”, os “julgamentos de responsabilidade” sobre um acontecimento não resultam automaticamente, nem se esgotam na simples constatação dos seus fatores materiais e suas consequências diretas, “eles traduzem o sentimento que aqueles que os pronunciam têm do que é justo, moral ou juridicamente obrigatório” (Fauconnet, 2008: 34). Ao contrário do que sucede com a pesquisa científica das causas dos fenómenos naturais, sucede ocorrer uma articulação entre julgamento de facto e julgamento de valor nas circunstâncias precisas da indagação dos acidentes de trabalho.³

Diante da atribuição de uma responsabilidade, deparamo-nos com operações de “pôr em causa” (vd. Dodier, 1994). No uso que lhe damos, esta expressão tem o duplo sentido de *encontrar causas* e de *aplicar culpas*: se existe um modo de conversão de causas em culpas, a sua relação de proporção precisa de ser estabelecida no decurso das disputas entre interlocutores sobre a natureza do acidente de trabalho, dependendo da competência e da capacidade que tenham para impor a definição mais favorável aos seus interesses ou para deslegitimar e, assim, repudiar as imputações trazidas pelos outros participantes da disputa. Por isso, um dos artigos em análise equipara o debate entre interlocutores sobre as causas de um acidente a um “jogo do empurra” entre técnicos de segurança, patrões ou trabalhadores (*Jornal de Notícias*, “Obra fatídica já soava a desgraça”, 10.09.2008). Numa aplicação especialmente apropriada de uma expressão tantas vezes abusada, em última instância, resta ao tribunal aplicar uma “definição jurídica” que interrompa o mecanismo de circularidade entre causas e culpas, operando “pela lei” uma imputação de responsabilidades e de obrigações que, pese embora a alegação de neutralidade e

³ Este colapsar entre domínios usualmente tratados de maneira estanque (como a oposição entre razão e sentimentos, ou entre causa e autoria) surge claramente expresso nesta obra de Paul Fauconnet, escrita há praticamente cem anos: “Quando o homem procura a causa dos fenómenos da natureza, é por curiosidade especulativa ou antes, e sobretudo, para alargar o seu império sobre as coisas. Mas a procura dos autores, das pessoas concebidas como causas, responde a outras necessidades: ela é sempre suscitada, em última análise, pelo desejo de aplicar uma sanção ou, pelo menos, de atribuir uma remuneração. (...) Se a noção de causalidade científica pode tornar-se puramente intelectual, vazia de todo o conteúdo emocional, o julgamento que atribui um resultado a um autor parece ser sempre, em certa medida, um julgamento de valor, implicando uma apreciação ou uma depreciação, uma atitude de aprovação ou desaprovação, em suma, sentimentos” (Fauconnet, 2008: 260-261; tradução nossa).

de universalidade, aparentemente se encontra distante ou “invisibiliza” as noções de “acidente acontecido” e da experiência “vivida” do sinistrado (Lima, 2016: 246).

A luta pela imputação da culpa torna as representações do acidente de trabalho, sobretudo quando a sua configuração de causalidade permanece em aberto, especialmente sensíveis aos âmbitos de intervenção, logo às suas bases de autoridade e de legitimidade, e aos interesses específicos que caracterizam todos os agentes implicados nessa disputa em torno da “construção social dos acontecimentos corporais” (vd. Dodier, 1986). O poder de nomeação do acidente vai ser, assim, disputado entre os interlocutores reportados pelas notícias, sugerindo eles versões concorrentes que mobilizam esquemas causais e responsabilidades morais distintas entre si. Dada a necessidade de concisão expositiva, reteremos apenas a constelação de agentes autorizados que compreende os dirigentes sindicais, os técnicos de segurança e os representantes patronais, três importantes pontos de apoio usados pela imprensa para delimitar o perímetro do debate público sobre os acidentes de trabalho.

No conjunto de casos reportados, tomemos três em consideração. No dia 12 de dezembro de 2001, a queda de um viaduto causa a morte a cinco operários perto de Almodôvar (*Jornal de Notícias*, “Queda de viaduto mata cinco operários”, 13.12.2001). Para o gestor da empresa, cumpridos que estavam os controlos da obra, “nada indiciava” e “nada previa” o acidente. Para o dirigente sindical, os alertas que tinham realizado meses atrás tinham sido infrutíferos: “As nossas denúncias caíram em saco roto, quando era tempo de agir. Estas mortes podiam ser evitadas”, explicava o sindicalista. Por causa de uma derrocada, em 2016, seriam dois operários a perder a vida em Lisboa (*Jornal de Notícias*, “Derrocada em prédio de luxo mata dois pedreiros”, 29.11.2016). O dono da empresa em que trabalhavam as vítimas articula o cumprimento de obrigações com a influência do acaso: “Está tudo seguro, mas estas coisas são imprevisíveis”. A respeito deste acidente, o sindicato lançava publicamente o vaticínio pessimista de que “muitos [trabalhadores] irão morrer em obras de reabilitação urbana”. Para o sindicato, a razão prende-se com a relevância de “empresas clandestinas” nestas iniciativas, dado que elas descartam a disponibilização de “meios de protecção individuais e colectivos” aos trabalhadores. Para contrariar esta situação, o sindicato ativou uma “campanha” de sensibilização contra os acidentes de trabalho, alegando que não contou com o apoio dos serviços públicos de inspeção do trabalho. Por sua vez, o inspetor de trabalho admitia que “não existem acidentes por acaso”. Neste caso, salienta a “instabilidade”, um critério material que se prende com o respeito pelas “normas de segurança” indispensáveis. No início do novo século, a queda de um andaime provocara a morte de um operário durante a construção de uma ponte (*O Primeiro de Janeiro*, “Detetadas falhas de segurança”, 14.08.2002). O inspetor de trabalho destaca os desvios às normas de segurança: “Não há condições de segurança nem no acesso à obra, nem no local de trabalho”. Para o representante

sindical, o acidente “podia ter sido evitado”, sendo que o “trabalho precário” contribui para provocar estas situações.

Recusando uma essencialização das vozes em presença, nestes relatos encontramos reportórios discursivos que, embora veiculados de maneira privilegiada por determinados interlocutores, servem sobretudo para estabelecer categorias de entendimento dos acidentes, todas elas com os seus princípios de explicação e as suas implicações de culpabilidade. Nestes relatos, a natureza das causas destacadas para caracterizar um acidente é solidária da modalidade de responsabilidade que se pretende indiciar, consolidando uma vinculação entre as causas situadas e os juízos de valor. Nos acidentes “imprevisíveis”, como os acima perçecionados pelos representantes patronais, encontramos o destaque concedido ao acaso e ao azar, em combinação com tentativas de neutralização da culpa pela alegação do cumprimento das obrigações. Para os acidentes “evitáveis”, temos o concurso de riscos técnicos ou desvios aos planos de segurança, como ocorre nos relatos de técnicos e inspetores de segurança e, num outro patamar, entre os relatos de sindicalistas, que optam por destacar sobretudo a precariedade e a clandestinidade.

Noutras situações, podemos encontrar alegações de “assassinato” na argumentação dos agentes sindicais: existência de dolo, pelo reiterado incumprimento das regras de segurança, privação das condições de trabalho ou exploração desmesurada dos trabalhadores, torna estes acidentes em atos de vontade homicida (por exemplo: “Sindicato denuncia ‘autênticos trapezistas’ nas obras”, *Jornal de Notícias*, 06.09.2000), com destaque concedido a “pseudo-empresas” e “engajadores” que sobrevivem nas franjas da legalidade e da regulação.

Detetámos, assim, três importantes operadores de explicação e imputação dos acidentes de trabalho: o azar, o risco e a culpa. Embora trazidos com prioridade por distintos interlocutores, estas noções concentram uma nuvem de significados que pode ser perspectivada com mais detalhe mediante a análise linguística. Podemos complexificar esta nossa análise, acrescentando esta descrição dos usos possíveis dessas noções.

Uma análise semântica do termo “azar” revela que este tem uma causa indeterminada do evento, remetendo para o acidente que ocorre, tendo o sujeito do evento os traços semânticos [- Intencional] e [- Ativo].

Já a noção de “risco” assinala a possibilidade de acidente e a causa provável de algo mau poder acontecer e, por isso, o sujeito que corre o risco é [+ Ativo] e [+/- Intencional].

Relativamente à noção de “culpa”, verificamos que há a deteção de uma causa explícita do acidente e o acidente ocorreu. O papel temático é de Agente e é [+ Ativo] e [+ intencional] ou [+ Vontade].

Deste modo, nas marcas do discurso de imprensa, e no contexto das estratégias discursivas, encontramos a semântica do “azar”, do “risco” (na voz dos patrões) e a noção

implícita de "culpa" atribuída não só aos patrões e responsáveis pela obra (na voz do sindicato), mas também encontramos pistas ou indícios para a “culpa” que é atribuída aos trabalhadores da construção (na voz dos patrões), assistindo-se ao “(...) entrecruzar de discursos algo contraditórios (...) e outras visões parciais sobre desastres e mortes nos locais de trabalho” (Pinto, 2007: 29).

4. Pôr o acidente no seu sítio: o acontecimento linguístico no acidente relatado

Ter em conta as condições locais da atividade narrativa no discurso de imprensa requer uma dupla referência: ao ambiente sequencial do discurso e às questões interativas, negociadas à medida que a troca avança, o que é descrito no discurso relatado. A narrativa sobre o acidente de trabalho é contada através do número de mortos e da descrição das causas prováveis que são atribuídas às culpas e aos agentes culpados. Remi Lenoir (1980) explica-nos que, "legalmente definido pela sua natureza súbita (na sua ocorrência) e imediata (na lesão que causa), um acidente de trabalho raramente é considerado como parte de uma história" (Lenoir, 1980: 22). A história da vítima não é contada na maioria dos relatos de imprensa do *corpus* estudado, salvo exceções. No presente texto, de maneira a potenciar a legibilidade das estratégias discursivas, optámos por seleccionar de maneira privilegiada notícias que insistissem em casos concretos que apelassem a uma coexistência de múltiplas perspetivas, como acima explicámos, e que se inscrevessem sobre locais de trabalho circunscritos, como os estaleiros de construção.

Para uma exposição minuciosa de um caso concreto, em cumprimento da nossa opção por uma atenção aos marcadores linguísticos usados nas descrições dos acidentes de trabalho, seleccionamos uma notícia que versa sobre um dia repleto de acidentes de trabalho no distrito de Viseu (*Jornal de Notícias*, “Viseu. Sete operários feridos em trabalho. Muitos acidentes registados ontem no distrito”, 18.8.2000). O evento é relatado numa narrativa e a *morte* é relatada na terceira pessoa, ou seja, a morte do Outro⁴. Estamos assim perante o constante uso da terceira pessoa em expressões indefinidas: “Ontem o dia não podia ser mais azarento, no distrito de Viseu, em matéria de acidentes de trabalho. Às primeiras horas da manhã, em Silgueiros, cinco operários da construção civil viram abater-se, sobre si, a placa da casa que estavam a construir. No final da tarde, praticamente ao mesmo tempo, *um jovem* era electrocutado na Barragem de Varosa, em Lamego”.

Este uso de uma terceira pessoa destaca a falta de definição da identidade dos trabalhadores: “*Os acidentados* residiam nas imediações de Viseu”.

⁴ Sobre o uso ritual da terceira pessoa nas notícias dos media, cf. a este propósito Florea e Rabatel (2011: 9).

Com efeito, a notícia é encerrada com uma declaração sem a determinação da identidade dos “acidentados”: “Fonte do hospital admitiu que a situação era grave, embora não tenham sido adiantados mais pormenores, tão pouco as identidades dos trabalhadores acidentados”.

Por outro lado, a definição de causas do acidente não é clara, havendo um constante uso de “amaciadores rituais” (Kerbrat-Orecchioni, 2005: 210; tradução nossa) ou mitigadores, que constituem, segundo Fraser (1980), “uma forma mais suave de afirmar” (Fraser, 1980: 349; tradução nossa): “Os operários procediam na altura ao enchimento da placa, que *alegadamente* não terá aguentado com o peso do cimento”. O advérbio de modo “alegadamente” constitui um “amaciador ritual” ou atenuador do valor ilocutório do ato de discurso de asserção, permitindo o enfraquecimento dos direitos e deveres associados ao valor ilocutório deste ato (“juridismo ilocutório”, segundo Ducrot, 1972), reduzindo assim as obrigações epistémicas da pessoa que produz a afirmação (Caffi, 2000: 92-93). Este procedimento discursivo cria assim um *efeito de distanciamento* em relação ao que é dito, permitindo que o acidente relatado seja descrito através do uso de asserções com uma modalidade epistémica no domínio do incerto.

5. O trabalho no plural: os “imaginários sociais” sobre os contextos e os trabalhadores da construção

Não existem acidentes sem acidentados, nem sem cenários de ocorrência. As atitudes tomadas diante do sinistro acompanham de perto as valorizações dos contextos de trabalho da construção e, de maneira solidária por vezes, do próprio carácter das vítimas reais ou potenciais. Olhando para a pluralidade de valorizações avançadas sobre os contextos em que decorre o trabalho de construção e, por vezes de maneira consubstancial, sobre o carácter dos trabalhadores que o realizam, conseguimos insinuar-nos por entre os “imaginários sociais” (Taylor, 2010) criados a respeito da construção civil. Abdicando de considerar a massa de registos da cultura popular sobre o “trolha” e sobre “andar nas obras”, os relatos registados nestas notícias permitem perceber que os termos usados para valorar os contextos e os trabalhadores da construção civil correspondem a uma “polinómia” que, como salientava Leo Spitzer (1955), ao mesmo tempo que deriva, acentua a pluralidade de pontos de vista tidos pelos agentes sociais que aspiram a uma tutela prática, ideológica ou institucional sobre o sector da construção. Por aplicação desta visão do perspectivismo ao universo da construção, a “instabilidade e variedade dos nomes” – e a “variedade de explicações” convocadas para eles – corresponde a esta simultânea transposição para o artigo de imprensa de relatos que “destacam os diferentes aspetos sob os quais pode aparecer a personagem em questão às demais [personagens implicadas]” (Spitzer, 1955: 135; tradução nossa). Aliás, se tais relatos evidenciam que “o mundo pode aparecer distinto aos

distintos personagens”, é unicamente porque variam “as perspetivas sob as quais [eles] veem o mundo” (Spitzer, 1955: 144; tradução nossa).

Podemos destacar duas notícias retiradas de momentos distintos da incidência de acidentes de trabalho em Portugal. No zénite do sector da construção, em 2000, as caracterizações sobre a natureza do trabalho da construção permitiam sinalizar a existência de distintos princípios de interpretação dos acidentes entre os principais interlocutores, a saber: inspetores de trabalho, empresários do sector e representantes sindicais. (*O Comércio do Porto*, “Tristes recordes”, 23.08.2000). Depois de um inventário das causas dos acidentes a partir das suas circunstâncias imediatas (“quedas em altura”, “soterramentos”, ...), abre-se um espaço de enunciação em que os interlocutores exprimem as suas interpretações a respeito do crescimento dos acidentes de trabalho. Para os inspetores de trabalho, “ainda não entrou na mente dos construtores que a atividade é perigosa”, “encara-se a prevenção como uma chatice e vai havendo esperança de que não aconteça nada de mal”. Apesar das coimas, prevalece um “deixa andar” em termos de normas de segurança, que permanecem estranhas aos modos de gestão vigentes das empresas e que chegam a ser vistas pelos empresários como um custo suplementar. São destacados os riscos inerentes a esta atividade, os procedimentos técnicos desadequados e uma cultura de administração sustentada em negligência e credulidade. Ouvindo o dirigente sindical, além da sua suspeição de que os números reais dos acidentes estão subavaliados nas estatísticas oficiais, vemos que a informalidade e a clandestinidade contribuem decisivamente para o desfecho negativo do sector da construção: “Há pessoas que dizem ser patrões e nem alvará têm, ou seja, há uma invasão de patrões clandestinos nacionais que trabalham sem ter sequer a carteira profissional do sindicato”. Por via desta distinção de “patrões clandestinos” (ou, noutros momentos, “pseudo-patrões”), o sindicalista estabelece um contraste com os “empresários”, “penalizados” em termos concorrenciais: “Há quem diga que para se ser trabalhador da construção civil basta ter músculo, mas é preciso muito mais”, acrescenta em contraste com estigmas muito disseminados sobre o trabalhador da construção e sugerindo uma revalorização social e simbólica desta ocupação. Por outro lado, as transformações do sector significaram a dissolução dos modos de recrutamento e de reprodução da mão-de-obra anteriormente prevalecentes, com a consequência da cooptação de “serventes que trabalham sem saber as técnicas”, o que chegar a acarretar que as crianças se tornem “presas fáceis” destas redes de recrutamento. Da dupla ausência de regulação sobre os protagonistas empresariais e o sistema de treino e contratação de mão-de-obra, um papel que o sindicato aparentemente poderia cumprir enquanto instância de mediação e de certificação, decorre um vazio de responsabilização alargado para os acidentes de trabalho. Por seu turno, o dirigente empresarial salienta um reverso das interpretações que apenas responsabilizam os patrões. Para ele, “muitas vezes são os próprios

trabalhadores a desrespeitar as regras”. Por isso, os acidentes, “independentemente de haver todo o cuidado”, são inevitáveis para tais protagonistas. As características inerentes do trabalhador da construção atuam como pré-condições do incumprimento que explicam a ocorrência de acidentes: são ignorantes e inconscientes (“não têm a noção do risco”, “não é raro vermos andaimes, que cumprem com as regras, e os homens optam por descer como os macacos”), são temerários para demonstrar a sua masculinidade (“há uma vontade de afirmar o machismo, mostrar que são homens de barba rija”), realizam uma sobrestimação das competências profissionais (“estavam convencidos que percebiam muito disso, desafiaram o risco”), são propensos ao consumo do álcool em excesso e marcados por deficiências biológicas (“muitas vezes, os trabalhadores têm desordens psíquicas e físicas por virem de famílias de pais alcoólicos”).

Encontraremos mais tarde, em 2006, o abaixamento do número de acidentes ser explicado por motivos que apelam a ordens de valor que parecem permanecer em consonância com os pontos de vista dos distintos protagonistas (*Jornal de Notícias*, “Acidentes mortais na construção estão a diminuir”, 23.06.2006), ainda que agora em sentido positivo para explicar essa diminuição dos sinistros. Numa altura em que a conjuntura económica do sector dava sinais de uma desaceleração, que viria a desencadear, pouco depois, uma situação dita de “crise”, vemos os inspetores de trabalho a servirem-se de um “vocabulário de motivos” – i.e. um modo de expressão e gestão da experiência usado por um grupo para estruturar e apresentar discursivamente certos comportamentos (Mills, 1940: 904) – que exhibe sinais de estabilidade da sua interpretação da realidade dos acidentes de trabalho ainda que agora com um tom otimista. Para explicar a evolução positiva, encontramos, primeiro, “a mudança de perceção que os trabalhadores e os empregadores têm sobre o problema”. Depois, vemos salientadas as virtudes da técnica e das suas personificações, designadamente as que derivam de “uma melhoria dos equipamentos de segurança” e da “profissionalização de um conjunto de técnicos que trabalham nas empresas e com os trabalhadores”. Para os dirigentes sindicais, uma larga medida dos acidentes que resistem a desaparecer acoitam-se em “estaleiros com empreiteiros sem formação para trabalhar no sector”. O sucesso explica-se, por sua vez, pelo desenvolvimento das “ações pedagógicas” que o sindicato conduziu em cooperação com entidades públicas e com “empresas idóneas”. Permanece, portanto, a visão que cinde o universo empresarial entre “empresas cumpridoras” e “pseudo-empresas” que, “não possu[indo] estrutura, nem formação”, escapam ao regime de regulação do sector. Da parte do sindicato, permanece ainda a pressão sobre a inspeção do trabalho, sobre quem repousa o ónus de cumprir com o seu papel fiscalizador junto de empresas renitentes a adotar os padrões de segurança exigidos. Ao otimismo tecnicista dos inspetores do trabalho soma-se, assim, a economia moral do sindicato que destrinça as práticas empresariais; ambas, porém, convergem num consenso iluminista sobre as vantagens das soluções pedagógicas.

6. Notas finais: uma composição polifónica e um silêncio muito notado

A leitura das notícias selecionadas permitiu-nos perspetivar os modos de construção e gestão do sentido nos discursos sobre os acidentes de trabalho, considerando os eixos argumentativos delineados. As marcas linguístico-discursivas enunciadas tomam o seu valor pleno assim que as lemos em articulação com o sistema de intervenientes que compete em torno da definição legítima de acidente de trabalho. Estas práticas discursivas consubstanciam-se em estratégias discursivas que veiculam interesses expressivos distintos e que insistem nas modelações da representação do acidente mais consentâneas com os pontos de vista adotados por tais intervenientes. Nos termos de Pierre Bourdieu (2001), “a palavra ou, *a fortiori*, o dito popular, o provérbio e todas as formas de expressão estereotipadas ou rituais são programas de perceção e as diferentes estratégias, mais ou menos ritualizadas, da luta simbólica de todos os dias (...) contêm uma certa pretensão à autoridade como poder simbolicamente reconhecido de impor uma certa visão do mundo social, quer dizer, das divisões do mundo social” (Bourdieu, 2001 : 156). Enquanto expressões de lutas pela autoridade de designação e determinação de um acidente de trabalho, as intervenções registadas pelas notícias correspondem a tomadas de posição de um conjunto de intervenientes sobre os acidentes de trabalho que, por via da sua representação do mundo do trabalho da construção, visam questionar ou conservar a própria realidade assim representada no que concerne às hierarquias de estatutos, às convenções de apreciação moral ou às sequências de acontecimentos do sector da construção.

Nestas notícias, encontramos vocabulários de motivos que são articulados pelas distintas estratégias discursivas que, trazidas pela imprensa ao espaço público, exprimem a perspetiva e o posicionamento de uma pluralidade de intervenientes apostados (porque interessados) em controlar o desfecho da interpretação do acidente de trabalho. Num sentido livre, estes artigos são composições polifónicas – com vozes ao desafio e dissonantes, acrescentamos. Dentro do tema que nos ocupa, a imposição de uma mundividência em detrimento de uma outra, ou contra ela, a respeito da ocorrência de um acidente de trabalho sugere a necessidade de olhar para as arenas em que se disputam interpretações propostas por diversos porta-vozes, apoiados em competências e posições que os habilitam a assumirem essa atitude ou que são, pelo menos, implicitamente consagrados pelo destaque concedido pelo acesso ao espaço público da imprensa. Vimos, neste texto, como as notícias de imprensa analisadas são precisamente espaços de luta em que as definições engendradas por esses intervenientes autorizados ou mandatados concorrem entre elas para se imporem como legítimas e verídicas e, em contrapartida, deslegitimar e contestar as versões alternativas do acidente de trabalho. Em sentido inverso, os atores que estão destituídos de poder de representação, a começar pelas próprias vítimas dos acidentes, são usualmente

marginalizadas, senão totalmente silenciadas, dentro dos mecanismos de produção de sentido sobre o acidente de trabalho. De novo, vemos repetido o princípio que Patrick Champagne encontrava para explicar por que a produção da imagem pública das classes populares surgia tantas vezes por meio de uma delegação, quando observava que a massa “anónima, diversa, heteróclita, atrapalhada e contraditória” não suscitava o interesse da imprensa escrita por contraposição com os porta-vozes, sempre acessíveis aos contatos dos jornalistas e sempre disponíveis a comunicar nos termos requeridos (Champagne, 1984: 41; tradução nossa).

Do longo percurso de especialização que marcou a história das ciências sociais tirou-se muitas vezes a constatação de uma crescente incomunicabilidade ou incompreensão entre as disciplinas originadas, entretanto, dentro desse universo científico. Sem que as disciplinas tenham que abdicar do património de conhecimento e dos instrumentos de pesquisa que desenvolveram, entretanto, pela constituição de problemáticas específicas, existem oportunidades para um diálogo crítico mais intenso que permita separar desses progressos epistemológicos e metodológicos o lastro de sofisticação técnica e convenções artificiais que impedem uma frutuosa interdisciplinaridade. Neste texto, por trás do palco concedido à análise sobre as representações dos acidentes de trabalho, tivemos todo um outro enredo a desenrolar-se nos bastidores: as oportunidades para a estimulação intelectual entre a sociologia e a sociolinguística.

Referências bibliográficas

- BODEN, D.; ZIMMERMAN, D. (eds.) (1993), *Talk and social structure: studies in ethnomethodology and conversation analysis*, Oxford, Blackwell Publishers.
- BOLTANSKI, Luc com Yann Darré e Marie-Ange Schiltz (1984). La dénonciation, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 51, pp. 3-40.
- BOURDIEU, Pierre (1981), La représentation politique. Éléments pour une théorie du champ politique, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 36-37, pp. 3-24.
- BOURDIEU, Pierre (1982), *Ce que parler veut dire: l'économie des échanges linguistiques*, Paris, Fayard.
- BOURDIEU, Pierre (2001), *Langage et pouvoir symbolique*, Paris, Fayard/Seuil.
- CAFFI, Claudia (2000), Aspects du calibrage des distances émotives entre rhétorique et psychologie, in Christian Plantin, Marianne Doury, and Véronique Traverso *Les Émotions dans les interactions*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, pp. 89-104.
- CHAMPAGNE, Patrick (1984), La manifestation. La production de l'événement politique, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 52-53, pp.19-41
- CORCUFF, Philippe (1991), Éléments d'épistémologie ordinaire du syndicalisme. *Revue française de science politique*, 41, n°4, pp. 515-536.

- MONTEIRO, Bruno e ALMEIDA, Carla Aurélia de (2019), “Azares, riscos e culpas: representações sobre os acidentes de trabalho da construção civil na imprensa portuguesa (1996-2017)”: *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – A construção civil numa perspectiva sociológica: enquadramento e análise, pp. 103-121
DOI: 10.21747/08723419/soctem2019a4
- DODIER, Nicolas (1986), Corps fragiles. La construction sociale des événements corporels dans les activités quotidiennes du travail. *Revue française de sociologie*, 27-4. pp. 603-628.
- DODIER, Nicolas (1994), Causes et mises en cause. Innovation sociotechnique et jugement moral face aux accidents du travail. *Revue française de sociologie*, 35-2, pp. 251-281.
- DUCROT, Oswald (1972), *Dire et ne pas dire*, Paris, Hermann.
- FAUCONNET, Paul (2008 [1928]), *La responsabilité. Étude de Sociologie*, versão digital disponibilizada pela coleção « Les classiques de sciences sociales » (Université du Québec à Chicoutimi), acessível em http://classiques.uqac.ca/classiques/fauconnet_paul/la_responsabilite/fauconnet_responsabilite.pdf (consultado a 7 de julho de 2019).
- FLOREA, Marie-Laure & RABATEL, Alain (2011), « Media Representations of Death and the Issues Involved in the Construction of the Event », *Questions de communication*, 20, pp.1-11.
- FONSECA, Joaquim (1992), A heterogeneidade na língua e no discurso" in Joaquim Fonseca, *Linguística e texto / discurso - teoria, descrição, aplicação*, Lisboa, Ministério da Educação / Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, pp. 249-292.
- FONSECA, Joaquim (1992), ‘Elogio do Sucesso’: a força da palavra / o poder do discurso in Joaquim Fonseca, *Linguística e texto / discurso - teoria, descrição, aplicação*, Lisboa, Ministério da Educação / Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, pp. 315-375.
- FRASER, Bruce (1980), “Conversational Mitigation”. *Journal of Pragmatics* 4 (4): pp. 341-350.
- GINZBURG, Carlo (2016), *Morelli, Freud e Sherlock Holmes - Indícios e Método Científico*, Porto, Deriva Editores.
- GOFFMAN, Erving (1973), *La mise en scène de la vie quotidienne*, 1, 2, Paris, Les Éditions de Minuit.
- GOFFMAN, Erving (1974), *Frame analysis*, New York, Harper and Row.
- GOFFMAN, Erving (1981), *Forms of talk*, Philadelphia; University of Pennsylvania Press.
- GREER, Chris (2007), “News media, victims and crime”, in: Pamela Davies, Peter Francis e Chris Greer (eds.), *Victims, crime and society*, Sage, pp.20-49.
- GUMPERZ, John. (1980), “The Sociolinguistic Basis of Speech Act Theory.” *Versus, Quaderni di Studi Semiotici*, 26/27, pp. 101-121.
- GUMPERZ, John. (1982), *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GUMPERZ, John (1989), *Sociolinguistique interactionnelle. Une approche interprétative*, La Réunion, L’Harmattan.
- GUMPERZ, John (2001), Interactional sociolinguistics: a personal perspective, in Deborah Schiffrin *et al.* (eds.), *The handbook of discourse analysis*, Oxford/ Massachusetts, Blackwell, pp. 215-228.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine (1988), La notion de ‘place’ interactionnelle ou les taxèmes qu’est que c’est que ça ? in J. Cosnier; Nadine Gelas ; C. Kerbrat-Orecchioni (ed.), *Échanges sur la conversation*, Paris, CNRS, pp. 185-198.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine (2005), *Le Discours en interaction*, Paris, Armand Colin.

MONTEIRO, Bruno e ALMEIDA, Carla Aurélia de (2019), “Azares, riscos e culpas: representações sobre os acidentes de trabalho da construção civil na imprensa portuguesa (1996-2017)”: *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – A construção civil numa perspetiva sociológica: enquadramento e análise, pp. 103-121
DOI: 10.21747/08723419/soctem2019a4

LENOIR, Rémi (1980), “La notion d’accident du travail: un enjeu de luttes”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Vol. 32-33, pp. 77-88.

LIMA, Teresa (2016), *O que a Lei não vê e o trabalhador sente. O modelo de reparação dos acidentes de trabalho em Portugal*, Tese de doutoramento em Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 280 pp. + Anexos.

MILLS, Charles Wright (1940), «Situating actions and vocabularies of motive», *American Sociological Review*, V - 6, pp. 904-913.

PASSERON, Jean-Claude e REVEL, Jacques. (2005), «Penser par cas. Raisonner à partir de singularités », In : Jean-Claude Passeron e Jacques Revel, eds. *Penser par cas*. Paris : École des Hautes Études en Sciences Sociales, pp.9-43.

PINTO, José Madureira (1985), *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos. Elementos de teoria e de pesquisa empírica*, Porto, Afrontamento.

PINTO, José Madureira (2007), *Indagação científica, aprendizagens escolares, reflexividade social*, Porto, Afrontamento.

SPITZER, Leo (1955), Perspetivismo linguístico en el Quijote”, in: *Linguística e historia literária*, Madrid, Gredos, pp.135-187.

TAYLOR, Charles (2010), *Imaginários sociais modernos*, Lisboa, Texto & Grafia.

Bruno Monteiro. Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n, 4150-564, Porto, Portugal. Email: bjr Monteiro@gmail.com

Carla Aurélia de Almeida (autora de correspondência). Departamento de Humanidades da Universidade Aberta (Porto, Portugal). Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Delegação Porto da Universidade Aberta, Rua do Amial, 752, 4200 – 055, Porto, Portugal. Email: calmeida@uab.pt

Artigo recebido em 29 de julho de 2019. Publicação aprovada em 15 de outubro de 2019.

O Estado à beira-mar. Estratégias burocráticas na formação do mercado imobiliário em *Matosinhos Sul* - o exemplo da *Comissão* de 1 de março de 1996¹

Tiago Lemos

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Resumo

A génese de *Matosinhos Sul*, enquanto ‘realidade’ territorial, social e simbólica, está amplamente associada à formação de um mercado imobiliário à sua escala geográfica. Neste artigo, apresenta-se uma leitura sociológica sobre aquele que se defende ser o ator central na organização deste espaço de trocas imobiliárias: o Estado, em particular à escala do poder local. Neste contexto, vai-se centrar esta análise numa estratégia político-burocrática colocada em prática pelo executivo municipal, e que permitiu o arranque da trans-formação de *Matosinhos Sul*, ao ajustar os regulamentos dos planos de urbanização às *disposições* de promotores imobiliários, mas também de arquitetos: uma (proto) *comissão* que teve lugar no dia 1 de março de 1996. O objetivo deste texto é mostrar que a ‘flexibilização’ dos regulamentos construtivos não foi uma conquista do universo privado sobre o Estado, mas uma *possibilidade* concedida pelo Estado ao universo privado.

Palavras-chave: *Matosinhos Sul*; mercado imobiliário; Estado

The State by the sea. Bureaucratic strategies in forming of Matosinhos Sul’s real estate market - the example of the 1st March 1996 Commission.

Abstract

The genesis of *Matosinhos Sul*, as a territorial, social and symbolic 'reality', is largely associated with the formation of a real estate market at its geographical scale. This article presents a sociological reading of what is argued to be the central actor in the organization of that space for real estate exchange: the State, in

¹ Esta artigo resulta da reescrita de um dos subcapítulos da tese de doutoramento intitulada “L’espace comme croyance. La formation du quartier de *Matosinhos Sul*”, que defendi a 26/11/2018 na École des hautes études en sciences sociales, Paris. Este trabalho foi resultado de uma co-tutela entre a faculdade francesa e a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em que os professores Christian Topalov e Virgílio Borges Pereira orientaram, respetivamente, a pesquisa nestas instituições. A realização deste doutoramento foi financiada pela FCT através da bolsa com a referência SFRH/BD/79771/2011.

particular at the level of local government. In this context, this analysis will focus on a political-bureaucratic strategy put in place by the municipal executive, which allowed the start of the *Matosinhos Sul* transformation, by adjusting the regulations of the urbanization plans to the *dispositions* of real estate developers, but also of architects: a (proto) *comission* that took place on March 1, 1996. The purpose of this text is to show that the ‘flexibilization’ of building regulations was not a conquest of the private universe over the State, but a possibility granted by the State to the private universe.

Key-words: *Matosinhos Sul*; State; market.

L’Etat au bord de la mer. Stratégies bureaucratiques dans la formation du marché immobilier de Matosinhos Sul – l’exemple de la Comissão du 1er mars 1996

Résumé

La genèse de *Matosinhos Sul*, en tant que ‘réalité’ territoriale, sociale et symbolique, est largement associée à la formation d’un marché immobilier à son échelle géographique. Dans cet article, on présente une lecture sociologique concernant l’acteur social qu’on prétend être le central dans l’organisation de l’espace d’échanges immobiliers: l’Etat, particulièrement à l’échelle du pouvoir local. Dans ce contexte, cette analyse portera sur une stratégie politico-bureaucratique mise en place par l’exécutif municipal, qui a permis l’avance de transformation de *Matosinhos Sul*, en adaptant les règles des plans d’urbanisation aux dispositions des promoteurs, mais également des architectes: une (proto) *comission* qui au eu lieu le 1er mars 1996. Ce texte a pour le but de montrer que la ‘flexibilisation’ de la réglementation du bâtiment était moins une conquête de l’univers privé sur l’Etat, qu’une possibilité accordée par l’Etat à l’univers privé.

Mots – clés: *Matosinhos Sul*; Etat; marché.

Estado a la orilla del mar. Estrategias burocráticas en la formación del mercado inmobiliario de Matosinhos Sul - el ejemplo de la Comisión de 1 de marzo de 1996.

Resumen

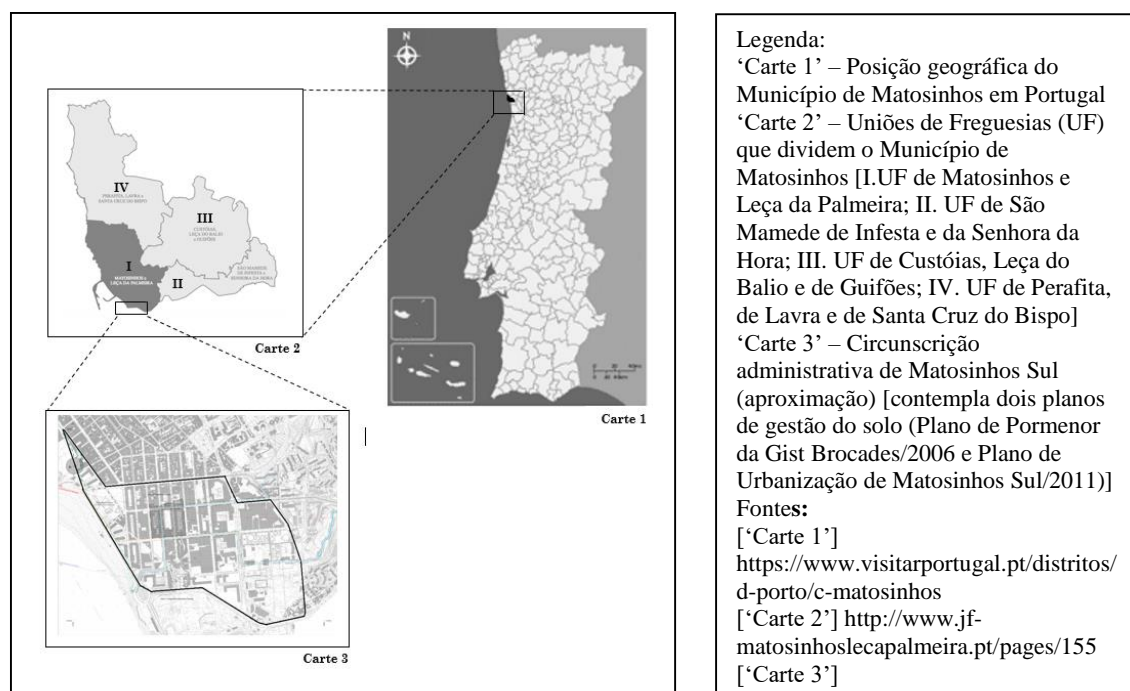
La génesis de *Matosinhos Sul*, como una "realidad" territorial, social y simbólica, se asocia en gran medida con la formación de un mercado inmobiliario a su escala geográfica. Este artículo presenta una lectura sociológica de lo que se argumenta ser el actor central en la organización de ese espacio de intercambio inmobiliario: el Estado, en particular a nivel del gobierno local. En este contexto, este análisis se centrará en una estrategia político-burocrática implementada por el ejecutivo municipal, que permitió el inicio de la transformación de *Matosinhos Sul* ajustando las regulaciones de los planes de urbanización a las *disposiciones* de los promotores inmobiliarios, pero también de arquitectos: una (proto) *comisión* que tuvo lugar el 1 de marzo de 1996. El propósito de este texto es mostrar que la "flexibilización" de las regulaciones de construcción no fue una conquista del universo privado sobre el Estado, sino una posibilidad otorgada por el Estado al universo privado.

Palabras clave: *Matosinhos Sul*; Estado; mercado

Introdução

Terá sido em 1992 que a Câmara Municipal de Matosinhos (CMM) publicou um dos primeiros documentos oficiais² onde se pode ler a toponímia “Matosinhos Sul”³ [MS] e observar o primeiro recorte geográfico a que se referiam estas palavras. Neste texto oficial pretendia-se, entre outros aspetos, autonomizar MS como *categoria de ação* (Roncayolo, 1990; Topalov, 2008) político-administrativa e lançar as primeiras condições burocráticas para uma reforma urbanística a realizar sobre esta circunscrição. Neste documento, MS compunha-se de cerca de 100 hectares e situava-se no extremo sudoeste do concelho de Matosinhos, um posicionamento geográfico que o colocava numa situação de frente marítima, mas também de fronteira com a cidade do Porto.

Figura 1
Posições geográficas do Município de Matosinhos, da União das Freguesias de Matosinhos e de Leça da Palmeira e da circunscrição administrativa de *Matosinhos Sul*



Ora, algumas propriedades daquela parcela justificaram uma posição reformista. Naquele início dos anos 90, o panorama social, simbólico e construtivo desta *nova* área seria o seguinte: antigas fábricas de conservas encerradas e em estado de degradação preenchiam muitos dos seus quarteirões; as poucas indústrias que ainda perduravam na zona eram poluentes e lançavam maus

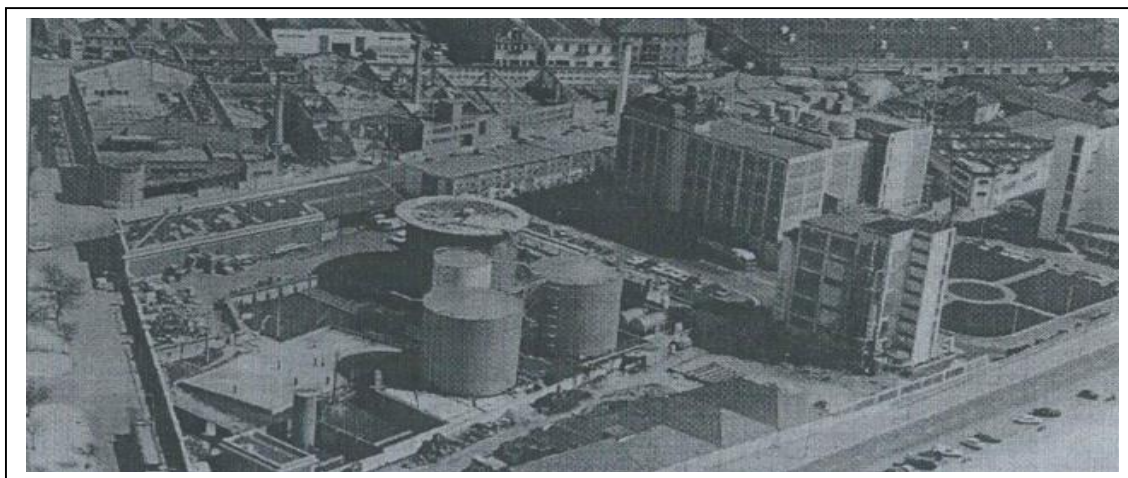
² Trata-se do *Plano de Urbanização de Matosinhos*, publicado nesta data e sob a alçada do município.

³ Esta toponímia aparece recorrentemente com a configuração ‘Matosinhos-Sul’.

odores; a prostituição ganhava espaço pelas ruas; sobreviviam, contudo, alguns espaços com funções de armazenagem, assim como algumas oficinas de automóveis; contavam-se, ainda, algumas habitações unifamiliares e um pequeno número de edifícios de apartamentos. Peças jornalísticas, crónicas, monografias, registos fotográficos e as memórias de alguns entrevistados atestam esta imagem.⁴ Outras fontes, da mesma natureza das anteriores, e às quais se podem juntar alguns artigos científicos, defendem que essa imagem representaria o culminar do instável contexto político e económico sobre o qual assentou o sector das indústrias conserveiras nacionais (vd. Amaro, 1982; Reis, 1984; Madureira, 1998). A área agora denominada por MS representou uma grande parte do parque industrial conserveiro de Matosinhos, que terá começado nos últimos anos do século XIX e encontrado os últimos momentos em redor dos anos 1970 (cf. Cordeiro, 1989; Nunes, 2003; Tato, 2008).

Figura 2

Vista aérea da primeira linha e segunda linhas costeiras da área hoje nomeada *Matosinhos Sul*



Nota: na primeira linha, unidades fabris ainda em funcionamento; na segunda linha, alguns edifícios já em ruínas (imagem retirada de artigo de jornal, sem datação. Estima-se que a foto terá sido obtida nos últimos anos da década de 1980)

Fonte: Jornal *Matosinhos Hoje*, 1997.

⁴ No âmbito desta pesquisa foram entrevistados cerca de 90 indivíduos com diferentes regimes de ocupação em MS: habitantes, ex-habitantes, habitantes-comerciantes, comerciantes, empregados comerciais.

Figura 3
Imagem dos novos condomínios instalados na primeira linha costeira.



Nota: Fotografia obtida a partir do areal da praia de Matosinhos.
Fonte: Tiago Lemos (2014)

As condições encontradas pela autarquia por volta dos finais dos anos 80 e início dos anos 90 neste pedaço de território, abriram espaço para a sua redefinição urbana, sociográfica, simbólica e linguística. O poder local deu os primeiros passos neste processo de trans-formação: circunscreveu administrativamente a área, nomeou-a, redefiniu o seu carácter funcional e urbanístico através de planos. Mas, dada a amplitude do projeto, a sua realização não podia ficar unicamente a cargo do poder local. A promoção privada teria de ser chamada a participar.

Mas o recrutamento de investidores não foi fácil. O primeiro plano realizado à escala de MS, que data de 1993, apresentava uma série de constrangimentos ao olhar dos promotores imobiliários, mas também de alguns arquitetos e urbanistas. Nos anos que se seguiram à apresentação deste plano, foi impossível encontrar as condições necessárias à formação do espaço de produção de oferta imobiliária: a construção do mercado imobiliário que transformaria aquela área tornava-se assim inviável.

O Estado soube, no entanto, contornar o impasse. À escala local, o aparelho estatal colocou em prática uma série de estratégias políticas e burocráticas que desbloquearam o avanço da reforma, bem como geriu a consolidação e a reprodução do mercado de imóveis em MS. Nos parágrafos que se seguem, vou apresentar e discutir uma das estratégias que julgo ter sido fundamental em todo este processo: a realização de uma (proto) *comissão*, através da qual a autarquia conseguiu neutralizar num primeiro momento as divergências que resultavam das

diferentes disposições dos atores engajados na produção da oferta imobiliária de MS – executivo e técnicos municipais, arquitetos, urbanistas e, evidentemente, promotores.

Num contexto onde a ‘flexibilização’ dos regulamentos de urbanização foi a estratégia acordada pela maioria das partes implicadas na produção de oferta imobiliária, foi, contudo, o Estado, sobretudo à escala local, que a autorizou, aplicou e arbitrou. Daqui surge, então, o objetivo deste texto: mostrar como a liberalização das práticas construtivas que orientou a transformação de MS não foi uma conquista do universo privado sobre o Estado, mas uma possibilidade concedida pelo Estado ao universo privado.

Dois tipos de fontes foram mobilizados no desenho do ponto de vista que aqui apresento: documentos oficiais e peças jornalísticas. Os primeiros encontram-se na Biblioteca Municipal de Matosinhos e/ou em suporte digital na internet; as segundas, também na internet, ou nas estantes e arquivos daquela biblioteca. Quanto às datas dos documentos analisados: para a tese que suporta este artigo, entre os finais dos anos 1990 e 2016, para o que aqui se discute, o final é encurtado até ao ano de 1996.

Uma nota conceptual.

O campo de produção de oferta imobiliária de Matosinhos Sul

Quando nos deparamos com universos altamente autonomizados e/ou historicamente sedimentados (e.g. poder, académico, artístico), o recurso ao conceito Bourdieusiano de *campo* é mais ‘evidente’. No caso dos intervenientes no processo de reconversão urbanística de MS, e das relações que estabeleceram entre eles, a utilização do conceito não foi imediata. Só após a análise de diferentes documentos é que observei que a definição das condições da oferta eram o resultado do confronto e da concorrência de diferentes agentes num determinado momento e sobre um determinado aspeto da realidade social, e não da cumulatividade das tomadas de posição isoladas dos sujeitos e instituições envolvidos na reconversão de MS.

Na análise a alguns momentos centrais na definição do futuro de MS observou-se, por um lado que as tomadas de posição de agentes cuja *ethos* nem sempre era concordante (política, economia, arquitetura e urbanismo) eram dependentes umas das outras – a definição dos princípios de ação que a cada momento orientaram as diferentes operações urbanísticas resultou de negociações entre as diferentes esferas sociais. Por outro lado, tornou-se evidente que todos os agentes, cuja presença foi possível averiguar, partilhavam um “*certo número de interesses fundamentais*” (Bourdieu, 2002:115), por exemplo, o ‘lucro’ (seja ele, como se económico, simbólico ou burocrático). A estes dois factos é preciso juntar o relevante inventário de alguns capitais que foram mobilizados pelos agentes deste campo de produção de oferta de imóveis em MS no decurso desta reforma (e.g. capital económico, burocrático e jurídico, técnico, simbólico).

É nestas condições teóricas e empíricas que a cartografia das relações estabelecidas no interior do *campo de produção de oferta de imóveis* auxilia a compreender o porquê de uma série de tomadas de posição por parte de agentes vindos de áreas tão diferentes como a burocracia, a banca, o investimento, a arquitetura ou o urbanismo, no curso da reforma territorial de MS, e em particular no momento da realização da *comissão*.

1. Primeiro passo: definir política e administrativamente um *problema*

Nos dias 16 e 21 de novembro do ano de 1988, a Câmara Municipal de Matosinhos (CMM) e a sua Assembleia Municipal (AM) decidem, respetivamente, desenhar o Plano Diretor Municipal da Matosinhos. Entre 1989 e 1991 teve lugar a sua redação, tendo esta sido levada a cabo por um grupo de 54 indivíduos (entre eles o presidente da Câmara, vereadores, técnicos municipais, arquitetos, desenhadores, engenheiros civis, geógrafos, topógrafos, um economista, um geólogo, um arqueólogo, um historiador). O trabalho desta equipa resultou num manuscrito final de 85 páginas onde, a par de um conjunto de diagnósticos e propostas para o concelho, foi definido um regulamento que geria a aplicação do plano. Tratava-se de um “*suporte lógico de decisão*” que tinha “*por um lado, uma capacidade de adaptação à evolução da realidade, e, por outro, que corresponda a um consenso mínimo, mesmo que datado, entre os diversos agentes envolvidos.*”⁵ (PDM, 1992)

É neste manuscrito que a transformação de MS é equacionada pela primeira vez. Em primeiro lugar, de forma muito genérica e indireta. No “*modelo sócio-económico para o Concelho*” lê-se que há vontade na autarquia para “*incentivar a reconversão de espaços industriais obsoletos e abandonados e a instalação de empresas de produção industrial de tecnologia avançada*”, assim como para “*suster o aumento do factor ‘dormitório’*” (*idem*)⁶. Mais adiante, agora de forma direta, lê-se a proposta que consta na lista das estratégias gerais “*para o novo ordenamento do concelho*”: “*Reconversão da Zona Industrial de Matosinhos-Sul em zona plurifuncional central da Cidade*” (*idem*). Definiam-se assim um projeto reformista e uma toponímia.

⁵ Nesta pesquisa foi possível constatar que se é verdade que o PDM estabelece uma série de princípios de uso do solo que se pretendiam minimamente extensos no tempo e no espaço, e, por isso, consequentes na transformação do território, a sua certa ‘abertura’ e ‘generalização’ tornam-no, pelo menos no caso de MS, num documento passível de ser ajustado às condições político-partidárias e económicas encontradas no decurso da reforma territorial, em particular até à aprovação do *Plano de Urbanização de Matosinhos Sul* no final de 2009. Neste sentido, a ideia de “consenso mínimo” formulada neste plano foi, na prática, substituída pela ideia mais praxeológica daquilo a que se pode chamar “consenso necessário”, este negociado, por seu turno, no interior do *campo de produção de oferta imobiliária*.

⁶ Em MS, note-se, que o que aconteceu não só foi inverso desta proposta, como este facto se tornou numa das suas marcas simbólicas e funcionais.

Ainda impressas no mesmo documento, leem-se as linhas onde se detalham as propriedades de MS:

“a área industrial antiga do centro urbano de Matosinhos [que] apresenta, sobretudo com a falência do sector conserveiro, características urbanas típicas de áreas sujeitas a um forte processo de desindustrialização.” Este diagnóstico sustenta a primeira pré-definição político-administrativa de MS: “Fomentar a recuperação e a reconversão da área industrial antiga do centro de Matosinhos e estabelecer medidas de iniciativa pública que facilitem a sua nova utilização. A requalificação urbanística desta área, a cargo da Câmara e de outras entidades públicas e privadas, demonstrando as diversificadas potencialidades que os edifícios aí localizados podem oferecer, potencializará uma acção mais interveniente da autarquia no meio produtivo. Relativamente à actividade industrial, esta proposta pode criar condições de instalação local de actividades fortemente inovadoras, criando espaços produtivos acessíveis a jovens empresários e a pequenas e médias empresas que apostem na modernização e qualificação do tecido industrial existente. Esta acção poderá articular no mesmo espaço, estas indústrias e serviços de apoio à actividade produtiva, comércio, instituições de formação, pequenos centros de saúde, equipamentos de lazer, criando condições à integração de diferentes actividades.” (idem)⁷

Lançada esta proposta, não havia obrigatoriedade de elaboração prévia de ‘planos de urbanização’ ou ‘planos de pormenor’ para ‘Zonas Urbanas e Urbanizáveis’ (a tipologia na qual se insere a área de MS). No entanto, a CMM, sob a alçada da Direção-Geral do Ordenamento do Território e da Comissão de Coordenação da Região Norte, pediu a formação de uma equipa que se dedicasse ao desenho de um plano de escala inferior ao PDM. O objetivo deste novo desenho era o de definir com maior detalhe os pressupostos que orientariam a transformação de MS. A sua realização ficou a cargo dum grupo de trabalho constituído por técnicos municipais do Gabinete Técnico Local (GTL), liderado pela arquiteta Paula Santos⁸. O resultado do esforço desta equipa foi apresentado publicamente a 14 de Julho de 1993, momento que contou com a participação de vários arquitetos portuenses, entre eles Álvaro Siza Vieira, Nuno Portas, Fernando Távora, Manuel Fernandes de Sá, António Menéres e Alexandre Alves Costa. O GTL apresentou o documento que resumia as propostas que a autarquia tinha para área: um plano de pormenor, o *Plano de Reconversão de Matosinhos/Sul* (PRMS).

⁷ A consulta da cartografia do PDM permite observar a proposta da autarquia quanto à espacialização destas diferentes funções por MS: a franja litoral seria ocupada predominantemente por serviços, assim como algumas áreas a sul, enquanto que o interior da área albergaria sobretudo edifícios de habitação. A distribuição funcional final seguiu muito parcialmente esta proposta.

⁸ Paula Santos licenciou-se pela Faculdade de Arquitetura na Universidade do Porto. Entre os anos 1985-1986 trabalhou nos gabinetes dos arquitetos Carlos Guimarães e Eduardo Souto de Moura. Entre 1986-1988 trabalhou como assessora na Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e, mais tarde, de 1990 a 1996 foi assessora da Câmara Municipal de Matosinhos e Diretora do Gabinete Técnico Local (GTL) desta mesma instituição. Atualmente é sócia-gerente da empresa ‘Paula Santos – Arq^a. Lda’.

À semelhança do PDM, este documento definia MS como uma *categoria da ação*. Instituíu MS como um objeto social, dotado de determinadas propriedades e onde era, por isso, possível agir *nele* e *sobre ele*. Na primeira página do documento, MS é apresentado pelo então responsável da autarquia, Narciso Miranda⁹, a partir do seu estado material e da sua história: “*Foi no passado e é hoje ainda um território deprimido, fortemente condicionado por intervenções ao acaso, vítima de expansão industrial desordenada dos anos 40, mas não obstante, apresenta características que lhe conferem um enorme potencial de desenvolvimento*”. O autarca continua e apresenta as futuras funções de MS: “*No curto prazo possibilitaremos o crescimento de uma área onde podem conviver a habitação e os serviços de grande qualidade, a indústria de ponta e o novo e mais moderno pólo universitário do país.*” (PRMS, 1993). Nas restantes páginas do documento, como se pode observar pelo seu índice, justifica-se a definição de MS como *problema* urbanístico e propõe-se, com o apoio de pequenos textos, imagens, e cartografia, uma *solução* que passa pela adoção de uma série de *prescrições* que dizem respeito à distribuição funcional dos edifícios e aos seus limites construtivos.

Figura 4
Índice do Plano de Reconversão de Matosinhos Sul

| Justificação |
|---|
| - Factores de atracção: Localização e acessibilidade |
| - Objectivos: o plano e a alteração da imagem; Matosinhos/sul será uma área vocacionada... |
| - Delimitação da área de caracterização: principais opções (rede viária e estrutura; distribuição funcional; o quarteirão como unidade urbana) |
| - Áreas de tratamento específico e grandes equipamentos (marginal; envolvente ao Senhor do Padrão e o remate oeste da Avenida da República; o Ensino Superior e a formação profissional: reconversão do quarteirão da Real Companhia Velha) |

Fonte: *Plano de Reconversão de Matosinhos Sul*, Matosinhos, GTL, 1993. (adaptado)

⁹ Desde 1977 que Narciso Miranda (n.1949) foi continuamente presidente da Câmara Municipal de Matosinhos (CMM) durante 29 anos, tempo durante a maioria do qual foi apoiado pelo Partido Socialista (PS). Após o abandono das suas funções como responsável principal da autarquia de Matosinhos, manteve-se no executivo local com cargo de vereador. Miranda comunicou a sua candidatura à presidência da CMM nas últimas eleições autárquicas, em outubro de 2017, como independente, através do “Movimento Narciso Miranda por Matosinhos” (vd., por exemplo, ‘Narciso entrega lista autárquica na Comarca de Matosinhos’, *Jornal Público*, 31/07/2017.). O candidato perdeu as eleições e foi Luísa Salgueiro (n.1968), do Partido Socialista, e deputada da Assembleia da República, que tomou os comandos da autarquia. O ex-autarca já havia tentado a reconquista do lugar de presidente da CMM, mas perdeu as eleições para Guilherme Pinto (1957-2017), que esteve no comando do executivo municipal entre 2005 e 2017. Este edil, durante os dois primeiros mandatos, contou com o apoio do PS, para no último, iniciado em 2013, candidatar-se como independente com o “Grupo de Cidadãos Eleitores Guilherme Pinto por Matosinhos”. Após o seu falecimento, a presidência autárquica ficou a cargo do então vice-presidente da Câmara, Eduardo Pinheiro (n.1979).

No dia 2 de fevereiro daquele ano uma notícia intitulada “*Plano de Matosinhos-Sul é para arrancar este ano. Reconversão urbanística a médio prazo para uma área de 105 hectares*” é publicada pelo diário *Público*. Aqui, eram apresentadas algumas das condições sob as quais deveria avançar a aplicação do PRMS: a prossecução do projeto partiria de um conjunto de medidas lançadas pelo poder local, com o intuito de facilitar o processo de reconversão. Segundo o vereador Manuel Seabra, as medidas a tomar representavam uma “primeira fase” que deveria ser marcada pela realização de alguns “projetos-âncora”. Estes contemplariam: *i)* o arranjo da orla marítima através da construção de um passeio na marginal entre a ‘Praia de Matosinhos’ e o ‘Porto de Leixões’, *ii)* a organização da área envolvente do monumento nacional do ‘Senhor do Padrão’ e *iii)* a transformação do edifício da Real Vinícola num espaço museológico e científico. Além destes projetos, a autarquia propunha a recuperação dos quarteirões mais degradados, a demolição de ruínas de antigas fábricas, a transferência do ‘parque das gasolineiras’, a desativação de algumas indústrias – em particular daquelas que produzissem cheiros desagradáveis e que fossem mais poluentes -, mas também o encerramento de pequenas oficinas que pusessem em causa a modernização de MS: tal como já tinha sido vaticinado no PRMS, “*são unidades que inibem o investimento de qualidade pretendido nesta zona.*” No artigo foi igualmente avançado que o financiamento desta primeira fase seria suportado, por um lado, pelo investimento camarário ao nível de infra-estruturas e equipamentos, por fundos comunitários e pela “*ação da administração central através da instalação de diversos organismos públicos naquela área*” e, por outro, com recurso ao investimento privado. Este discurso, particularmente maximalista e otimista, que marca o ‘arranque’ da reforma em MS foi sublinhado pela definição qualitativa da área porvir, local que poderia contar com uma “*superior qualidade da habitação, comércio e indústrias e equipamentos, a par da dinamização de pólos desportivos, culturais, espaços públicos de lazer e zonas verdes.*”

Das poucas novidades disponíveis relativamente ao desenrolar da reconversão de MS, entre o final do ano de 1994 e o início de 1996¹⁰, encontram-se algumas respeitantes às dinâmicas

¹⁰ Apesar de grande parte das informações publicadas na época se referirem às expectativas e desilusões que aconteciam no decorrer das diferentes operações em torno do PRMS, é importante recuar até ao período que precedeu o desenho do plano que acabou por substituí-lo para sublinhar que, apesar da insatisfação de uma parte do executivo municipal quanto ao andamento do processo de reconversão, as transformações em MS não foram inexistentes. A vontade de alguns responsáveis autárquicos em dinamizar construtivamente e economicamente aquela parcela de território levou a que, mesmo num contexto de escasso investimento na área, a Câmara Municipal permitisse a abertura de algumas boîtes, discotecas, bares e restaurantes em velhos casarões ou armazéns encerrados. Como foi possível ler, durante esta época a CMM imitiu alvarás que permitiram a sua implementação. Estes locais contribuíram para que, num dado momento, MS se tornasse “*num espaço de referência da vida nocturna, ao ponto de muitos críticos já considerarem*

sobre aquele que poderá ser considerado o “projecto-âncora” de maior investidura da autarquia, o passeio da Marginal de MS. Neste sentido, o discurso dos atores municipais que acompanhava o relato dos acontecimentos associados a esta obra sublinhava o seu relevo na reforma urbanística de MS. A configuração da marginal de então deveria ser totalmente transformada dando lugar a um espaço enquadrado na visão política para MS. N. Miranda, referindo-se ao estado deste espaço costeiro, afirmou que “*tudo o que lá existe será arrasado, custe o que custar, porque são equipamentos ultrapassados e sem a qualidade exigida nos objetivos propostos*”. Da mesma forma, tal como a marginal deveria sofrer uma ampla transformação ao nível estético e do uso, veiculava-se que a poluição provocada por certas indústrias ainda em funcionamento no espaço agora denominado como Matosinhos Sul - como a ‘Sociedade Produtora de Óleos e Farinhas de Peixe’ (SPOFP) ou a ‘Gist-Brocades’ (uma fábrica de produção de fermentos) - deveriam alterar as suas emissões de forma a enquadrarem-se no novo panorama urbanístico: uma nova ordem sócio-territorial implicou, também, a uma nova ordem higienista.

De acordo com a autarquia, o encerramento dos espaços que até então ocupavam a marginal implicariam diligências fáceis visto que, naquele ano, expirariam as concessões estabelecidas com a autarquia, e no único caso em que o contrato tinha validade posterior, a medida passava pela indemnização ou pela reconversão do estabelecimento. Colocadas de parte possíveis incompatibilidades entre o uso do solo em curso e o uso do solo projetado, foi escolhido um arquiteto para desenhar a reconversão da marginal: Eduardo Souto de Moura (ESM). As ideias do arquiteto para este projeto eram abrangentes. Elas passavam não só pelo nascimento de um largo passeio, mas também pela construção de pistas de skate e de patinagem, de zonas ajardinadas, de esplanadas, de dois restaurantes e dum centro de formação náutica. Esta obra, que só oferece uma pequena parte das infraestruturas inicialmente propostas, deveria ser inaugurada a curto prazo: em 1995 anunciava-se a sua conclusão para 1999 – a obra acabou por terminar só em 2002.

À semelhança do lento avanço na construção deste “projeto-âncora”, a reconversão de MS parecia estagnada quase três anos após a apresentação pública do PRMS. Algo não estava a funcionar e o projeto da reforma territorial estava em risco. É neste contexto que, nos primeiros

Matosinhos como um lugar ‘mais in’ da noite, muito mais do que o Porto” (Jornal Matosinhos Hoje, s/d) . Contudo, algumas das dinâmicas da área começaram a ser alvo de críticas. O excesso de ruído e trânsito, ou a continuação da prostituição que, apesar de algumas medidas levadas a cabo pela autarquia, não abandonou as ruas, marcaram a discussão. Como resposta a estes problemas, relata-se que a autarquia terá desacelerado o processo de concessão de permissões de ocupação de espaços para estas funções, evitando, assim, a disseminação de uma lógica de ocupação do solo que divergia das ‘aspirações político-urbanísticas’ do poder local para MS.

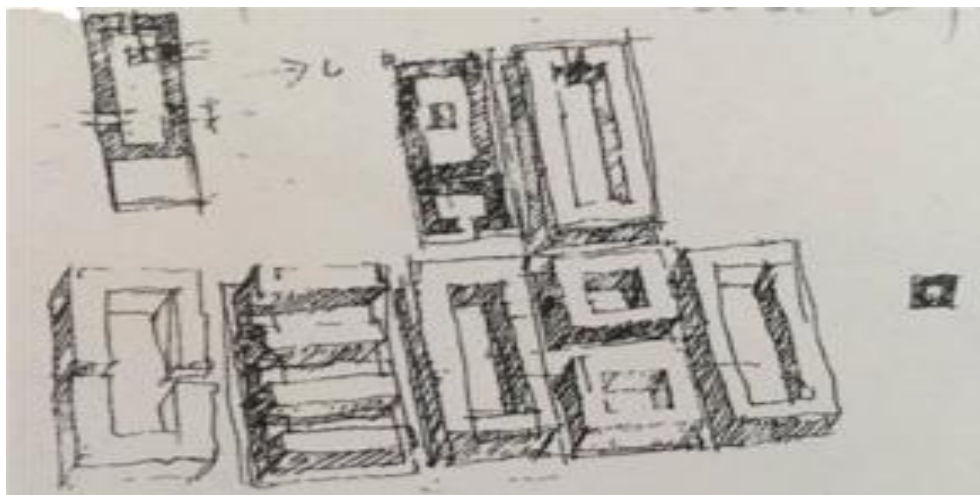
meses do ano de 1996, responsáveis pelo poder local constituem uma *comissão* onde será discutido o futuro de MS.

2. Uma Comissão?

2.1. Uma consulta pública de interesses privados

A “letargia” que planava sobre o processo de reconversão de MS tornou-se numa preocupação para o executivo local. No primeiro dia do mês de fevereiro de 1996, o diário *Público* relatou este aspeto e anunciou algumas das estratégias que os responsáveis da autarquia propunham para ultrapassar o impasse. Foi pela voz do vereador do urbanismo, que lamentou a ausência de propostas e de pedidos de licenciamento para novas construções, que se ficou a saber o diagnóstico do poder local relativamente ao não avanço da reconversão de MS. Em entrevista, Manuel Seabra apontou que o “*aspecto desolador*” do espaço construído poderia estar a contribuir para a falta de investimento no projeto autárquico. Por outro lado, um dos princípios de edificação propostos no PRMS poderia estar a dificultar a atração de possíveis investidores. Tratava-se duma proposta do GTL, em que o espaço interior dos quarteirões estaria destinado ao uso público e/ou de estacionamento (cf. figura 5).

Figura 5
Estudos de ocupação dos quarteirões em MS.



Fonte: *Plano de Reconversão de Matosinhos/Sul*, GTL/CMM, 1993

Contudo, o executivo municipal parecia não querer desistir desta reforma – o vereador M. Seabra lembrou: “*Matosinhos/Sul é carne da perna*” (*Jornal Matosinhos Hoje*, 1996). Não

tardou, então, que fossem apresentadas novas propostas por parte da autarquia para atrair potenciais interessados em construir em MS. Entre as propostas Seabra assinalou, entre outras, a concessão de benefícios fiscais aos primeiros investidores em construções ou a anulação do princípio que obriga a abertura do interior dos quarteirões ao uso público. Por sua vez, no mesmo momento da divulgação destas medidas, ficou-se a saber que dali a um mês decorreria um encontro que iria reunir os diferentes interessados e intervenientes nas dinâmicas de reconversão de MS.

Figura 6
O Vereador do Urbanismo Manuel Seabra apresenta o PRMS na *Comissão* de 1 de março de 1996.



Fonte: ‘Sinal Amarelo’ para Matosinhos/Sul”, Jornal *Matosinhos Hoje*, 02/03/1996

Sob uma cobertura mediática assinalável, pelo menos ao nível da imprensa escrita, realizou-se no dia 1 de março de 1996 uma reunião no Salão Nobre da CMM, onde foram auscultados diversos arquitetos, urbanistas, construtores e potenciais investidores na reconversão de MS. Neste encontro, os responsáveis municipais pretendiam conhecer as razões associadas à não prossecução das ideias planificados no PRMS para, a partir daqui, colocarem em prática algumas medidas que servissem de alavanca ao início das construções.

A descrição quer de alguns dos argumentos defendidos pelos participantes nesta reunião, quer dos acontecimentos que a precederam seriam suficientes para mostrar como é que este encontro entre diferentes esferas do universo social foi central na consolidação do mercado imobiliário de MS, em particular no que diz respeito ao espaço da ‘oferta’. Contudo, é possível afinar a análise deste encontro se o observarmos à luz do mecanismo burocrático que ela parece representar: a *comissão*.

Apesar das possíveis diferenças relativamente à configuração formal de uma ‘comissão’ tal como ela é discutida em alguns textos (Bourdieu, 2000 e 2012), um conjunto de princípios e efeitos práticos semelhantes justificam a sua convocação para melhor compreender as estratégias e os efeitos associados ao encontro do dia 1 de março. Se é verdade que em termos de organização e de duração o caso aqui apresentado se pauta por um certo carácter auto-constitutivo e por uma grande efemeridade, sem dúvida que são delimitáveis algumas das propriedades associadas à estrutura de uma *comissão*.

Após a definição de um ‘problema público’ (aqui, a falta de investimento num espaço degradado, mas com potencial de reconversão), este é alvo de discussão por um grupo que se ocupa da sua resolução. Por sua vez, no final da discussão, o resultado é oficializado através de um relatório final [*rapport final*] (neste caso, um artigo escrito pelo vereador e publicado na imprensa escrita, que dá conta das transformações a instituir relativamente ao PRMS, vai preencher o espaço do relatório) redigido por um *rapporteur* (aqui, é legítimo encontrar no vereador do urbanismo Manuel Seabra esta posição). No final, é levada a cabo uma re-formulação legislativa: o abandono do PRMS e a proposta de definição de um novo plano - o *Plano de Urbanização de Matosinhos Sul* [PUMS] - reformulação essa totalmente concordante com uma das ‘funções’ associadas à comissão: a reconfiguração das lógicas de ação do grupo envolvido.

Como se verifica, o conjunto de agentes reunidos no Salão Nobre da CMM constituiu-se, na época, como “*uma forma de grupo de pressão*” (Bourdieu, 2000:146), onde os interesses específicos particulares aos (sub-)campos representados por diferentes agentes alcançaram, no final, um certo nível de concertação. Depois de uma discussão marcada por críticas e divergências entre as diferentes partes presentes relativamente ao PRMS, os aspetos de convergência fundamentais foram-se consolidando e, numa fase posterior, estabilizados em regulamentos.

A originalidade do mecanismo burocrático que é a *comissão* repousa na dimensão teatral que é posta em prática. Na verdade, o poder local, nas figuras do seu presidente e do seu vereador do urbanismo, com a comparência de outras hierarquias do Estado, lança-se numa aparente abertura ao exterior que dissimula momentaneamente a nunca interrompida luta pela prossecução dos interesses específicos inscritos no interior da esfera estatal, em particular na posição ocupada pelo poder local. Este dispositivo burocrático, que legitima e normaliza a relação entre universos sociais relativamente autónomos e distantes entre si no espaço social, permitiu ao executivo municipal re-orientar a sua prática propriamente burocrática – neste caso tratou-se, aliás, unicamente de confirmar algumas das propostas previamente lançadas pelo edil M. Seabra – e avançar, definitivamente, para a reconversão de MS. Assim, e à semelhança do que alguma bibliografia aponta (Bourdieu, 2012), e em última análise, esta comissão serviu, também, para levar a cabo uma reestruturação burocrática ao nível da regulamentação que gere a ocupação do

solo – o abandono do PRMS, a mobilização estratégica do PDM e o desenho do PUMS. Com isto, e no mesmo movimento, sedimentaram-se as condições necessárias para a entrada em jogo da promoção imobiliária. Encerrado um ciclo neste processo, começaram a configurar-se as primeiras estruturas do mercado imobiliário de MS, nesta primeira fase através da consolidação do *campo de produção de oferta de imóveis*.

2.2. Confronto de disposições

Na figura 7 são apresentados alguns dos agentes cuja presença no encontro foi possível averiguar. Ao responsável da autarquia e àquele que chegaram a nomear como ‘o pai de Matosinhos-Sul’, o vereador Manuel Seabra, juntaram-se banqueiros, construtores, arquitetos, urbanistas e representantes de outras instituições estatais. A discussão entre os participantes desenrolou-se ao longo de cinco horas.

Figura 7
Alguns dos participantes da Comissão de 1 de março de 1996

| Participante | Atividade | Esfera de ação |
|------------------------|--|-------------------------|
| Alcino Soutinho | Arquiteto | Arquitetura e Urbanismo |
| Alípio Dias | Presidente dos bancos ‘Totta & Açores’ e ‘Crédito Predial Português’ | Económica |
| Domingos Lopes | Promotor imobiliário | Económica |
| Domingo Sousa Coutinho | Representante do banco ‘Banco Comercial Português’ | Económica |
| Eduardo Souto Moura | Arquiteto e professor universitário | Arquitetura e Urbanismo |
| Isabel Flores | Representante da construtora ‘Teixeira Duarte’ | Construção |
| Jorge Armindo | Agente imobiliário (Grupo ‘Amorim’) | Económica |
| José Quintela | Arquiteto e representante da empresa holding ‘SONAE’ | Económica |
| Laurentino Costa | Representante da construtora ‘Soares da Costa’ | Construção |
| Manuel Fernandes de Sá | Arquiteto, Urbanista e professor universitário | Arquitetura e Urbanismo |
| Manuel Seabra | Vereador do urbanismo da CMM | Poder Local |
| Narciso Miranda | Presidente da CMM | Poder Local |
| Oliveira e Sousa | Representante da CCRN | Poder Central |
| Tomás Taveira | Arquiteto | Arquitetura e Urbanismo |
| Troufa Real | Arquiteto e professor de urbanismo | Arquitetura e Urbanismo |
| Vasco Massapina | Arquiteto e membro do Conselho de Obras Públicas | Poder Central |
| Vasco Pina | Responsável nacional dos planos de urbanização | Poder Central |

Nota: Este quadro foi construído através da recolha de informações registadas nos jornais que, na época, relataram os acontecimentos do encontro do dia 1 de março de 1996.)

Os arquitetos criticaram o PRMS pelo excesso de regulamentação, os investidores e os construtores lamentaram os rígidos limites de construção impostos, os responsáveis pelo planeamento urbano alertaram para o fechamento regulamentar do plano. Foi este o registo argumentativo sob o qual se desenrolou a comissão de 1 de março.

Troufa Real, um participante a quem a imprensa conferiu substancial atenção, caracterizou, no momento do encontro, o ‘Regulamento Geral das Edificações Urbanas’ como *“horrível; é um espartilho para ajudar amigos e lixar inimigos e uma autêntica armadilha para as Câmaras (...) O acto de evolução criativa não se compadece com regulamentos. Com este urbanismo, estamos a matar a cidade”*. Continuou, e afirmou que planos como aquele em discussão não só *“não levam a lado nenhum, [como] são planos de desconfiança, [com] regras duríssimas à profundidade das edificações e à dimensão dos lotes e vão contra a criatividade, a qualificação técnica, o promotor e o direito de autor”* (Jornal Público, 1996). Tomás Taveira, outro arquiteto presente no encontro, acabou mesmo por afirmar que *“toda a boa obra que se produz ou é clandestina ou obra pública que se esquece das regras”* (Idem). Agora com recurso ao humor, Taveira quis resumir o que, para si, era o assunto central daquele encontro: *“o lucro é o motor da vida (...) é assim na arquitetura, como no amor. Os senhores aqui presentes têm mulher, alguns até mais do que uma, e sabem como é: investe-se, mas só se for para ter lucro.”* (Idem) Por seu lado, Alcino Soutinho - futuro arquiteto de dois dos maiores condomínios de MS e autor de obras de relevo em Matosinhos tais como os edifícios da Câmara e da Biblioteca Municipal - defendeu que *“os planos não devem ter regras básicas, estes planos podem e devem ser subvertidos.”* (Idem) Acrescentou, também, que uma das formas de captação de investimento poderia passar *“por limpar toda a área de Matosinhos/Sul para que os investidores possam encontrar um vazio limpo, não um vazio hostil* (Idem) - aliás, esta discussão a propósito da criação de condições que contribuíssem para o aumento do interesse no investimento na área, através da construção de infraestruturas que melhorassem a ‘qualidade’ urbana de MS, vai-se alargar ao longo dos primeiros anos do processo de reconversão.

As críticas ao PRMS adensaram-se e o discurso em torno da ‘abertura’ e da ‘flexibilidade’ dos regulamentos ganhou espaço no interior do próprio Estado. Desta esfera, surgem então considerações sobre a necessidade de desenhar instrumentos de gestão territorial mais ajustados às disposições daqueles que *poderão* investir na transformação do território. O representante da CCRN, Oliveira e Sousa, apesar de considerar o PMRS como *“um bom plano”*, fez notar também que *“quem responde por ele é a chamada sociedade civil”* (Jornal Matosinhos Hoje, 1996), lembrando desta forma a importância do universo ‘privado’ na transformação da zona. A mesma linha argumentativa foi seguida pelo responsável dos planos de gestão urbanística a nível nacional, Vasco Pina, para quem os planos de pormenor servem fundamentalmente *“para*

o desenvolvimento de negócios urbanísticos, logo, deve, adaptar-se aos montantes disponíveis para investimento e não deve ser castrador da criatividade revelando, ainda, espírito de risco.” (idem)

As divergências continuaram a surgir vindas de outros lugares do universo social. Domingos Sousa Coutinho, representante da banca, apelou à alteração da forma de divisão do território para que o plano fosse lido “*como um grande loteamento e não em parcelas*”, acrescentando que “*esta zona [MS] é uma expansão natural de uma área reconhecida de qualidade que é a Foz¹¹, e é nisso que se deve apostar.*” (idem) Por sua vez, Alípio Dias, também representante do sector bancário, defendeu abertamente a ‘flexibilização’ do documento: “*este plano tem factores negativos, mas é susceptível de ser flexibilizado (...) e a generosidade dos favorecimentos – medidas concretas em prazos curtos, com impacte e qualidade – é uma iniciativa urgente junto das instituições financeiras, que estão carentes de bons projectos.*” (idem)

Neste ponto, diferentes *disposições* são colocadas a descoberto. O desajustamento entre os *interesses específicos* veiculados pelos agentes associados aos universos do investimento, construção e desenho urbano, e os regulamentos desenvolvidos pela burocracia local dão forma ao discurso de uma parte significativa dos presentes no Salão Nobre. Uma passagem publicada numa peça jornalística, que dá conta do balanço da reunião de 1 de março, sublinha abertamente os desencontros de disposições, em particular os que resultaram da relação entre os agentes económicos e os agentes políticos.¹² Isabel Flores, representante de uma construtora, afirma que o PRMS tem “*um problema de concepção, porque é um plano que não aceita contra-propostas e apresenta uma obsessão pela colectivização do uso do solo que não se enquadra nos hábitos dos promotores.*” (idem) Decerto sem qualquer referência sociológica em mente, esta

¹¹ A ‘Foz’ é uma toponímia ordinária amplamente utilizada e que se refere, ainda que de forma muito aproximada, ao conjunto das freguesias de ‘Nevogilde’ e ‘Foz do Douro’, situadas na cidade do Porto. Esta área é correntemente representada como um espaço de habitação das classes superiores portuenses. Factores como a proximidade geográfica entre MS e a ‘Foz’, a posição costeira de ambas, o elevado preço dos apartamentos na área matosinhense, e o facto de alguns antigos habitantes da zona portuense se terem deslocado para MS, consolidam um discurso de proximidade social e simbólica entre as duas áreas. Este discurso foi pontualmente veiculado em alguma imprensa escrita, e encontra uma grande expressão por entre os habitantes que, por seu turno, representam esta ‘continuidade’ de diferentes maneiras. Para aprofundar esta questão, podem ser consultados os capítulos IV, V e VI da tese que serve de base a este artigo (Lemos, 2018). Por fim, uma leitura classista da organização social da ‘Foz’ pode ser encontrada numa das obras de Borges Pereira que têm como palco a cidade do Porto (Borges Pereira, 2005) - no texto, a aproximação do autor à ‘Foz’ é feita através do recorte geográfico de duas freguesias nomeado ‘Faixa Atlântica’.

¹² A propósito da política de gestão do território como resultado da negociação entre as representações dos diferentes sujeitos envolvidos consultar, por exemplo, Duarte (2015).

representante do universo do investimento acaba por resumir definitivamente a lógica que definiu o encontro desta *comissão*: a procura de ajustamento entre diferentes tomadas de posição, a propósito das possibilidades de reconversão de MS, geradas por diferentes *habitus*¹³ (profissionais).

No seguimento dos sucessivos desencontros entre as *vontades* e as *possibilidades* de *investimento* criadas pela mobilização do PRMS pelo poder local, surgiram uma série de propostas por parte dos promotores e dos arquitetos. Estas visavam alcançar a concertação da ação dos diferentes agentes distribuídos no *campo de produção de oferta de imóveis*. Desta forma seria possível avançar com o processo de reconversão. O argumento que deu corpo ao reajustamento estrutural no interior deste espaço de produção de oferta prendeu-se, sobretudo, com a ‘*flexibilização*’ do PRMS ao nível de regulamentos de construção, e com a aplicação de incentivos aos primeiros investidores. “*Incentivos devem colocar-se aos níveis da oferta e da procura*”, propôs Alípio Dias, avançando que, “*por exemplo, quem constrísse e ocupasse em três anos ficaria isento de sisa*¹⁴ *nesse período e de contribuição autárquica nos 10 anos subsequentes.*” (Jornal Comércio do Porto, 1996) Os diários avançaram que, além destes benefícios fiscais, outras formas de fomentar a atração de investidores foram ponderadas no encontro. Entre elas estavam a redução dos prazos de aprovação e de licenciamentos dos projetos, assim como o acompanhamento destes por um técnico especial da autarquia (Jornal Público, 1996).

A necessidade de transformar algumas das lógicas que davam corpo ao PRMS implicava a tomada de algumas ‘medidas iniciais’. Uma delas tratava-se da construção prévia de alguns projetos que tornassem o espaço apazível para os promotores e para os futuros ocupantes. Alípio Dias sublinhou esta *necessidade* salvaguardando que em relação a MS “*existe mercado, existe apetência para comprar e a zona é atractiva*, mas chamou a atenção para o facto de que “*havendo outras alternativas relativamente próximas, é fundamental que os aspectos que fomentam o interesse dos promotores sejam defendidos.*” (*idem*) Com algumas variações ao nível da forma, os restantes argumentos ali apresentados acabaram por se dirigir no mesmo sentido. Neste

¹³ O conceito de *habitus* é aquele desenvolvido por Pierre Bourdieu. Segue-se a definição do conceito, por entre as várias hipóteses possíveis, porque ao longo da sua carreira foi afinando constantemente o seu conteúdo. “(...) *habitus, [são] sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, quer dizer, enquanto princípio gerador e estruturador de práticas e representações que podem ser objetivamente « reguladas » e « regulares » não sendo, no entanto, o produto da obediência a regras objetivamente adaptadas a fins (...)* » (Bourdieu, 2000 : 256).

¹⁴ O ‘SISA’ era o imposto que incidia sobre a compra de imóveis e cujo valor oscilava entre 0% e os 10% do valor da transação. Atualmente corresponde ao Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis.

contexto, foi possível consolidar naquele momento *um* diagnóstico sobre a inatividade construtiva em MS: estava-se perante um plano rígido regulamentarmente e pouco apelativo para o investimento, numa área pouco atrativa. Seguiu-se a *prescrição*: a ‘*flexibilização*’ do plano permitiria um certo reajustamento das tomadas de posição no interior do *campo de produção imobiliária*, acelerando-se, assim, as dinâmicas de construção.

É neste contexto que se reestruturam abertamente as tomadas de posição dos agentes políticos. Logo no final do encontro no Salão Nobre do Município, Narciso Miranda, em resposta aos reptos lançados ao PRMS, concedeu espaço à ideia de flexibilizá-lo, salvaguardando, no entanto, que “*a flexibilização deverá ser vista dentro de um parâmetro de regras necessárias.*” (*idem*) Na altura, mesmo com as considerações do presidente da autarquia que relembravam os propósitos reguladores do Estado, alguns títulos de jornais fizeram um balanço diferente sobre a direção político-económica que o processo de transformação de MS tomaria. ‘*Especulação imobiliária à espreita*’, intitulava-se um artigo do diário *Público*, lançado no dia seguinte à reunião.

A confirmação da transformação da tomada de posição da autarquia tanto no que diz respeito à aplicabilidade do PRMS, como à relação entre os princípios regulamentares dos documentos de gestão território e a sua apropriação pelo universo da promoção imobiliária, confirmou-se com a publicação, a 18 de Março de 1996, de um artigo intitulado *Repensar a cidade*, assinado pelo vereador Manuel Seabra.¹⁵ A comissão resultou, sem dúvida, na estabilização ao nível do discurso e das tomadas posições da burocracia local a adotar a propósito da reconversão de MS¹⁶

¹⁵ Alguns excertos deste artigo de opinião foram igualmente publicados, mais tarde e sob o mesmo título, na revista *Matosinhos*, uma publicação municipal.

¹⁶ É oportuno citar, novamente, Bourdieu: “*A lógica que constitui a comissão está relacionada com a colocação em prática (inconsciente) da lei segundo a qual se contribui à produção do discurso (aqui o relatório final), ao produzir o espaço social, materializado num grupo, no qual se produz esse discurso.*» (Bourdieu, 2000 :134)

3. Algumas condições de convergência das disposições.

| |
|---|
| <p style="text-align: center;">O ‘Relatório final’ da Comissão de 1 de março de 1996 <i>Repensar a cidade</i> (Pelo vereador do urbanismo da CMM, Manuel Seabra)</p> <p>“A propósito da eficácia no terreno do plano de reconversão de uma zona degradada iniciou-se em Matosinhos um novo modelo de discussão dos problemas do urbanismo e da cidade.</p> <p>Superando a fórmula do debate clássico entre arquitectos, a Câmara Municipal de Matosinhos optou por trazer ao debate também os motores do mercado – promotores imobiliários e financiadores.</p> <p>Da auscultação resultou e com contornos razoavelmente bem definidos que <u>o acto de planear a cidade deve estar indissociavelmente ligado às aspirações da cidade</u>. Ou seja, não basta fazer planos de melhor ou pior recorte académico, para que imediatamente se conclua a sua aplicabilidade.</p> <p>Como resultou claro que não é possível planear por cima do cadastro, como se fosse indiferente o número de proprietários em cada unidade de planeamento.</p> <p>Como provavelmente é iníquo igualizar à partida possibilidades quantitativas de construção, porque essa declaração de intenção contém em si própria o germen das desconfianças e é a mais perversa e injusta das formas de distribuição – em áreas a reconverter arrisca e paga mais quem investe primeiro, sendo que é beneficiado quem fica à espera e por isso um sistema de distribuição igualitária de potencialidades de construção à partida favorece a injustiça relativa. Da mesma forma que resultou clara a necessidade de considerar o espaço público fruível.</p> <p>(...) <u>A ideia de desconfiança, verdadeira motivação do legislador urbanista, gerou a cultura do excesso de regras</u>. E o regulamento predomina sobre todo o resto. Admito que o excesso derive também da reacção de defesa a práticas que permitiram disfunções e agressões de difícil reparação no ordenamento do território. (...). Esta cultura de obediência à pequena regra castradora faz esquecer que o planeamento deve também ser feito em função da cidade. E deve ser suficientemente dinâmico para poder apreender as sucessivas transformações sociais e económicas (num quadro previamente definido e com parâmetros de crescimento razoáveis e sustentados). (...)</p> <p>(...) Por isso se disse que <u>o planeamento deve obedecer ao princípio da beneficiação dos mais audazes, compensando-se relativamente aos que, sem capacidade de risco, aguardam a valorização da envolvente</u> (...) Mas, fundamentalmente, podemos hoje retirar como núcleo essencial do ‘sentimento’ dos agentes do urbanismo que <u>os planos devem constituir-se como referências indiciárias, moldáveis à evolução rápida das cidades, sem vocação estritamente impositiva</u> – rígidos no desenho, inabaláveis nos usos definidos – mas enquadrados, no entanto, por programas que os limitem, de acordo com as cargas máximas que as cidades podem e devem saudavelmente suportar.</p> <p>A ideia de flexibilidade em planeamento, tão cara aos promotores, deve ser explicitada como a capacidade de adaptação dos planos à realidade dentro de parâmetros pré-definidos, sob pena de inexequibilidade ou de crescimento desordenado.</p> <p style="text-align: right;"><i>In Jornal ‘Público’, 18/03/1996 (extratos)</i> (sublinhado do autor)</p> |
|---|

A leitura deste artigo, onde fica registada a ‘nova’ visão oficial da autarquia sobre as relações entre os regulamentos do uso do solo e a sua transformação, permite retirar algumas considerações sobre as estratégias do poder local no que diz respeito ao processo de concertação dos *interesses* dos diferentes agentes que ocupam o *campo de produção de oferta de imóveis* em MS. Estas estratégias resultam, simultaneamente, de duas condições. A primeira concerne a

posição relativa do poder local na hierarquia do Estado, posicionamento que *produz* representações específicas sobre os documentos burocráticos. A segunda tem a ver com a diferença entre a *ethos* – na sua leitura mais genérica – do universo económico e dos poderes políticos local e central.

Importa sublinhar, num primeiro momento, que a mudança de tomada de posição deste vereador face à necessidade de flexibilização dos planos de ordenamento do território se fundamenta, também, numa crítica ao próprio *campo burocrático*, nomeadamente à ação do “*legislador urbanista*” que, segundo o próprio, é a imagem da “*cultura de obediência à pequena regra castradora*” (Jornal Público, 1996). Este confronto entre as diferentes hierarquias estatais, que é um confronto de diferentes *habitus burocráticos*, representa, neste caso, um dos meios de resolução do impasse gerado pela falta de investimento. De um lado, a disposição ‘legisladora’, ‘dura’, ‘inflexível’, ‘correctiva’ e ‘castradora’ do legislador, do outro o ‘pragmatismo’, a pro-actividade deste responsável político, um homem de ação, um ‘gestor’¹⁷, que, nunca colocando em causa nem a existência do campo no qual está posicionado nem a sua posição nele, estrategicamente põe em causa alguns dos princípios que organizam esse mesmo campo. A comissão foi o mecanismo que mediou este processo.

Por outro lado, é fundamental referir que esta transformação da tomada de posição oficial do vereador – assim, como de outros elementos no interior do executivo local – só foi possível porque a lógica de funcionamento da autarquia contempla essa possibilidade. Para dar conta deste facto é preciso, antes de tudo, observar o universo de possibilidades de ação – neste caso, no que respeita a gestão e transformação do solo – inscrito na estrutura autárquica, nomeadamente ao nível das posições do executivo. Ainda que de forma iniciática, este ‘espaço estrutural’ de ação pode ser compreendido a partir da posição, hierarquicamente estabelecida, entre o campo burocrático central e a sua região de matriz burocrática local, uma ‘separação’ fundada na divisão do trabalho de governação à escala nacional.

Assim, de um lado encontramos uma certa ‘dependência’ do poder local quer à necessidade de fazer aprovar os seus local junto de instâncias estatais hierarquicamente superiores, quer à indiferenciação e generalização dos regulamentos da administração central que, se considerados *ipsis verbis*, quer dizer, esquecendo as ‘particularidades locais’, colocam a

¹⁷ O reconhecimento da ação do autarca como ‘gestor’ pode ser lida como o resultado de um processo de autonomização do poder autárquico no país, que se repercutiu na sucessiva transformação do trabalho de responsável municipal de ‘agente político’ em ‘gestor’. Esta transformação teve, como hipótese, o seu início após a revolução de 25 de Abril de 1974, em Portugal. Para mais desenvolvimentos sobre estes argumentos *vd.* Teixeira Fernandes (1992). Por outro lado, no que diz respeito ao processo de autonomização do poder local em Portugal, aconselha-se a leitura o artigo de Isabel Guerra (Guerra, 1986) e o Mozzicafredo e restante equipa (Mozzicafredo, 1994).

instituição local, cuja atividade se desenrola por referência a essas especificidades, sob dois riscos opostos: o de inação ou o de incumprimento de regras. A esta condição hierárquica junta-se, por sua vez, a atividade tendencialmente executiva do poder local no domínio da transformação do solo. Apesar dos regulamentos serem amplamente desenhados em sede local, e serem emitidos *em nome* da autarquia, eles estão sempre sujeitos à ratificação noutros lugares do espaço burocrático. Esta *divisão do trabalho de formação do regulamento* vai propiciar uma certa desaceleração nas dinâmicas burocráticas locais, facto que pode gerar incompatibilidades temporais entre os diferentes intervenientes no processo em causa. Foi o que se passou em MS: a temporalidade associada ao universo do investimento, mais ‘imediatista’ - definida, entre os fatores, pelas possibilidades abertas pelos ciclos económicos e os seus efeitos sobre o campo da construção civil¹⁸ - não podia *aguardar* pelo tempo burocrático – tendencialmente ‘lento’ – do Estado. É neste contexto que se configuram, também, as estratégias do poder local. A autarquia surge como uma das escalas no interior do Estado que se especializou na gestão das relações entre a esfera estatal e esfera privada. Assim, compreende-se o ajustamento dos regulamentos às *vontades* dos investidores – ou melhor, ao ritmo do mercado construtivo e imobiliário – que decorreu da *comissão*, como de muitas outras estratégias colocadas em prática pelo poder local posteriormente com o objetivo de *responder* às (im) possibilidades de investimento em MS.

No domínio da relação entre poder local e entidades ‘privadas’, basta consultar alguns estudos sobre as influências que orientam a ação municipal para dar conta que o resultado da *comissão* em MS não é um facto estranho à sociologia. A relevância dos domínios da “construção”, dos “empresários” e do “sector privado” na orientação da ação do poder local é decisiva na organização das dinâmicas do *campo de produção de oferta imobiliária*. No final da década de 1980, um grupo de investigadores nacionais (Mozzicafredo et al. 1989) mostrou que os ‘empresários’ eram o ‘grupo considerado mais influente para o desenvolvimento do Concelho’ (21,5%, contra o grupo seguinte, “associações sindicais de trabalhadores”, e muito distante dos 2,8% das ‘Juntas de freguesia’ os dos 2,0% dos ‘técnicos autárquicos’). Na mesma pesquisa, a equipa demonstra que os “empresários da construção civil” representam 13,5% no total dos “grupos sociais que exercem pressão sobre a Câmara”, valor seguido pelos 12,2% dos grupos “empresários” e “comerciantes” – em primeiro lugar desta tabela, encontravam-se as “associações desportivas, recreativas e culturais” (14,8%). Por fim, é interessante acrescentar que na variável “mediações importantes para as decisões da Câmara”, a escolha “atenção às exigências com particulares” representa a primeira escolha.

¹⁸ Para uma documentação dos ciclos de atividade económica na construção civil mais recentes no país, ver os artigos iniciais deste número da revista *Sociologia*. Para uma conceptualização de referência sobre esta matéria ver Topalov (1987).

Ainda que de forma um pouco avulsa, antes de terminar o texto não posso deixar de assinalar dois aspetos bastante distintos entre si, mas que explicam, cada um à sua maneira, o modo como ocorreu a *comissão*. O primeiro refere-se às propriedades das regras que constituíam o plano em discussão, e à ‘margem de manobra’ que elas conferem ao poder local. Como se assinalou relativamente à definição do conteúdo do PRMS, este documento assenta numa série de interpretações possíveis a propósito do território e da sociedade, apesar de se afirmarem, num dado momento, como o ponto de vista possível sobre um problema. É esta propriedade do regulamento, o seu carácter prescritivo fundamentalmente arbitrário¹⁹, que torna possível propor uma nova convenção sobre o espaço.

Finalmente, penso que é importante deixar uma nota sobre um domínio sociológico que frequentemente é deixado escapar, mas que é, sem dúvida nenhuma, um ângulo de análise muito relevante na análise da ação social: refiro-me ao campo lexical do discurso dos atores sociais. Na ausência de dados que permitam uma reflexão alargada a este propósito, pelo menos vale a pena observar a utilização de algumas palavras ouvidas na *comissão* e nos momentos subsequentes. Dos excertos dos discursos atrás apresentados são recorrentes as palavras “mercado”, “oportunidades”, “investimento”, “incentivos”, “oferta”, “procura”, “flexibilidade”.²⁰

Considerações finais. O Estado à beira-mar

O percurso que traço neste texto sobre o papel e as estratégias do Estado na transformação de MS é muito parcial. Outros eventos são centrais na consolidação do ponto de vista que aqui defendo. Sublinho alguns deles.

Nos dias que se seguiram à realização da *comissão*, o arquiteto Álvaro Siza Vieira foi convidado para desenhar um novo plano para MS: o *Plano de Urbanização de Matosinhos Sul* (PUMS). Nas palavras do arquiteto, não se tratou dum novo documento, mas do redesenho de alguns aspetos contidos no PRMS – neste novo plano, por exemplo, o uso do interior dos quarteirões deixaria de ser público e passaria a ser privado; o limite das cérceas dos edifícios aumentaram... O nome de Siza Vieira ficou, finalmente, ligado ao projeto de MS: a autarquia soube mobilizar politicamente o capital técnico e simbólico do arquiteto na formação de MS. Doravante, as estratégias do poder local no funcionamento do mercado imobiliário daquela área

¹⁹ Leia-se, a este propósito, a seguinte passagem de Pierre Bourdieu: “*Certos regulamentos determinam que os telhados não devem ter mais do que 20 centímetros. Isto é completamente arbitrário (...) Este arbitrário é gerador de uma forma específica de lucro burocrático: ou seja, o de aplicar o regulamento de forma muito rigorosa para em seguida o colocar de parte, derrogá-lo.*” (Bourdieu, 2012: 43).

²⁰ Um trabalho que propõe uma análise lexical aos discursos de diversos atores como forma de cartografia das suas representações pode ser encontrado num artigo de P.-P. Zalio (Zalio, 200).

continuaram: i) foi necessária uma cuidadosa gestão da aplicação de regulamentos de urbanização de MS durante uma década: na ausência de um plano de urbanização aprovado por todas as hierarquias estatais, foi o PDM que regulou as alterações na área; ii) a colocação em prática de instrumentos burocráticos, como a “alteração” ou a “suspensão parcial” do PUMS, para dar resposta a pedidos de novos investimentos na zona ou para combater a ‘monofuncionalidade’ residencial que tomava conta de MS; iii) a realização de uma nova área de intervenção no interior da circunscrição de MS: a *Área de Reabilitação Urbana* – ARU.

Sem deixar de parte a influência que os ciclos do sector da construção possam ter tido sobre o avanço da reconversão de MS, é impossível não assinalar as condições políticas e administrativas concedidas pelo Estado “local” à manifestação das condições associadas a esses ciclos. Nas épocas próximas da realização da *comissão* e do convite de Siza Vieira, começou um crescente construtivo notável na área; foram sobretudo grandes condomínios de habitação com elevado valor relativo de aquisição que começaram a ocupar os quarteirões de MS, em particular nas primeiras linhas junto à costa. Entre 1991 e 1996, inclusive, o total de emissões de alvarás de construção na circunscrição foi de 12; em 1997, aquele valor chegou aos 14, aos 28 em 1999, aos 13 em 2000, aos 10 no ano seguinte.²¹ Nos dados censitários de 2011, o INE, no conjunto das subsecções estatísticas que compõem MS administrativo, verifica-se que mais de um terço das construções na zona datam de 1996 em diante.

O papel do Estado na trans-formação de MS coloca a descoberto dois aspetos surpreendentes. Um deles, sublinhado logo no início do texto, tem a ver com a posição central do aparelho estatal, particularmente à escala local, na construção deste mercado imobiliário, onde produção de oferta foi marcada pela “flexibilização” regulamentar. O *laissez-faire* que daqui resulta – um ‘mercado’ livre -, não raras vezes associado à ausência do Estado, não foi mais do que uma condição de exercício de práticas construtivas que ele concedeu à promoção imobiliária. Esta *performance* estatal não é mais que o resultado da sua relação com o território: uma relação *monopolista*.²² (Topalov, 1989; Bourdieu, 2012)

²¹ Estes dados são apresentados na ‘Acta de reunião ordinária da Câmara Municipal’ de 31/07/2006, na alínea “5. Relatório sobre a metodologia de análise, de informação e actos praticados nos processos de edificação na área do Plano de Urbanização de Matosinhos Sul, desde a publicação do PDM.”

²² Numa síntese crítica das leituras de Max Weber, Norbert Elias, Charles Tilly, Philip Corrigan e Derek Sayer a propósito da génese e autonomização do Estado, Pierre Bourdieu (2012) traz para discussão um grupo de problemáticas e conceitos a este propósito. É o caso dos conceitos de ‘meta-champ’ e de ‘meta-capital’ que correspondem, respetivamente, à posição e à relação do Estado em relação aos outros campos, e ao volume e configuração de capitais particulares ao campo burocrático. Para o autor, a forma de desenvolvimento deste campo no curso da história culminou na sua constituição através de uma sucessiva acumulação de diferentes espécies de capital. Nas suas palavras, “ a acumulação, pelo mesmo poder central,

O segundo aspeto, e não menos sociologicamente relevante que o primeiro, prende-se com a ação, seja ela direta ou indireta, do aparelho estatal na espacialização dos grupos sociais. A grande extensão de literatura sociológica sobre a ação do Estado – geralmente punitiva ou corretora – na organização do espaço social ao nível das classes populares, pode fazer esquecer aquilo que MS relembra: o Estado também participa na espacialização e, por isso, na reprodução das classes sociais mais capitalizadas. Matosinhos Sul passou de um espaço socialmente e urbanisticamente desvalorizado, para um espaço onde indivíduos, sobretudo de classes médias e classes médias superiores, procuram consolidar itinerários sociais ascendentes ou fugir de cenários onde a desvalorização social e residencial era um risco.

Bibliografia

- AMARO, Rogério Roque (1982), “O Salazarismo na lógica do Capitalismo em Portugal”, *Análise Social*, vol. XVIII, pp. 995-1011.
- BOURDIEU, Pierre (2000), *Les structures sociales de l'économie*, Paris, Éditions du Seuil.
- BOURDIEU, Pierre (2002), *Questions de Sociologie*, Paris, Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (2012), *Sur l'État. Cours au Collège de France*, Paris, Éditions du Seuil.
- CORDEIRO, José M. Lopes (1989), *A indústria conserveira em Matosinhos: exposição de arqueologia industrial*, Matosinhos, Câmara Municipal de Matosinhos.
- DUARTE, Paulette (2015), “Représentations sociales, négociations et interactions: le cas de deux projets urbains à Grenoble”, *Négociations*, nº23, vol.1, pp. 137-149.
- FERNANDES, António Teixeira (1992), “Poder Local e Democracia”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. II, pp. 29-59.
- GUERRA, Isabel (1986), “Poder local: reprodução ou inovação?”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº1, pp. 55-65.
- LEMOS, Tiago (2018), *L'espace comme croyance. La formation du quartier de Matosinhos Sul*. Tese de Doutoramento em Sociologia, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

de diferentes espécies de capital engendra uma forma de meta-capital, quer dizer, um capital que tem a propriedade particular de exercer poder sobre o capital.” (*idem*:311) É neste sentido que o Estado afirma a sua posição relativamente aos outros campos que constituem o espaço social. Distante de uma visão analítica totalitária, onde pouco há além do Estado, ou que a história da burocracia central é a história da autonomização de uma máquina total de onde se diferem todas as outras propriedades do espaço social, esta proposta pretende, ao invés, dar conta de uma série de propriedades historicamente constituídas que conferem ao campo burocrático a possibilidade de estruturar o seu funcionamento num modelo ‘*trans-champ*’. Ora, como acrescenta Bourdieu, se este meta-capital se objetiva sobretudo através do direito, torna-se mais clara e compreensível a importância de todos os movimentos dos agentes políticos em torno da regulamentação sobre o uso do solo em MS.

LEMOS, Tiago (2019), “O Estado à beira-mar. Estratégias burocráticas na formação do mercado imobiliário em Matosinhos Sul - o exemplo da Comissão de 1 de março de 1996”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – A construção civil numa perspetiva sociológica: enquadramento e análise, pp. 122-147
DOI: 10.21747/08723419/soctem2019a5

MADUREIRA, Nuno Luís (1998), “O Estado, o patronato e a indústria portuguesa (1922-1957), *Análise Social*, vol. XXXIII, pp. 777-822.

MOZZICAFREDO, Juan *et al.* (1994), “O grau zero do poder local”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº4, pp. 45-59.

NUNES, Sandra (2003), *Matosinhos. Monografia do Concelho – 7. As pescas e a indústria conserveira*, Matosinhos, Câmara Municipal de Matosinhos.

PEREIRA, Virgílio Borges (2005), *Classes e culturas de classe de famílias Portuenses. Classes sociais e modalidades de estilização de vida na cidade do Porto*, Porto, Edições Afrontamento.

REIS, Jaime (1984), “O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913)”, *Análise Social*, vol. XX, pp. 7-28.

RONCAYOLO, Marcel (1990), *La ville et ses territoires*, Paris, Gallimard.

TATO, Josué (2008), *Memórias da indústria conserveira – Matosinhos, Leça da Palmeira e Lavra – 1899-2007*, Matosinhos, Câmara Municipal de Matosinhos.

TOPALOV, Christian (1972), “Un système d’agents économiques: la promotion immobilière”, *La Pensée*, nº166, pp. 109-141.

TOPALOV, Christian (1987), *Le Logement en France. Histoire d’une merchandise impossible*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.

TOPALOV, Christian (2008), “Présentation”, *L’Année Sociologique*, 1, vol. 58, pp. 9-17.

ZALIO, Pierre-Paul (2008), “L’acteur économique et le projet urbain. De l’histoire des représentations à l’horizon d’action des entrepreneurs. Le Havre et Marseille”, *L’Année Sociologique*, 1, vol. 58, pp. 95-117.

Tiago Lemos. Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Tiago Lemos, 9, rue des Treize, 57070 Metz, France. Email: tcastrolemos@gmail.com

Artigo recebido em 20 de julho de 2019. Aprovado para publicação em 5 de novembro de 2019.

Social policy and labour mobility in Europe - the gap between law and enforcement

Jan Cremers
Tilburg Law School
Tilburg University

Abstract

In this contribution, the author reflects on the gap between EU social policy Regulations and Directives related to cross-border labour mobility and the problems that legal and social practitioners encounter in the application of this regulatory frame. He assesses some basic fields of social policy and workers' rights applicable in the area of labour mobility (free movement, posting of workers, coordination of social security) to demonstrate the disparity between the 'spirit of the law' and the practical application of the legislation. This gap is often stemming from contradictions that are the result of the subordination of social rights to the economic freedoms.

Keywords: Social policy; labour mobility; Europe; inconsistent law enforcement.

Política social e mobilidade laboral na Europa - o hiato entre a lei e a sua aplicação

Resumo

Neste artigo, o autor reflete sobre a disparidade entre os regulamentos e diretivas da UE em matéria de política social relacionados com a mobilidade laboral transfronteiriça e os problemas que os profissionais do direito e da justiça encontram na aplicação deste quadro regulamentar. Avalia alguns domínios fundamentais da política social e dos direitos dos trabalhadores aplicáveis no domínio da mobilidade laboral (livre circulação, destacamento de trabalhadores, coordenação da segurança social) para demonstrar a disparidade entre o "espírito do direito" e a aplicação prática da legislação. Esta lacuna resulta frequentemente de contradições que resultam da subordinação dos direitos sociais às liberdades económicas.

Palavras-chave: Política social; mobilidade laboral; Europa; aplicação inconsistente da lei.

Politique sociale et mobilité de la main-d'œuvre en Europe - le décalage entre la législation et son application

Résumé

Dans cet article, l'auteur réfléchit sur l'écart entre les règlements et directives de politique sociale de l'UE relatifs à la mobilité transfrontalière de la main-d'œuvre et les problèmes que rencontrent les professionnels juridiques et sociaux dans l'application de ce cadre réglementaire. Il évalue certains domaines fondamentaux de la politique sociale et des droits des travailleurs applicables dans le domaine de la mobilité de la main-d'œuvre (libre circulation, détachement des travailleurs, coordination de la sécurité sociale) pour démontrer la disparité entre l'"esprit du droit" et l'application pratique de la législation. Cet écart est souvent le résultat de contradictions qui résultent de la subordination des droits sociaux aux libertés économiques.

Mots-clés : Politique sociale ; mobilité de la main-d'œuvre ; Europe ; application inconsistante de la loi.

Política social y movilidad laboral en Europa - la brecha entre la ley y su cumplimiento

Resumen

En este artículo, el autor reflexiona sobre la discrepancia entre los reglamentos y directivas de la UE en materia de política social relacionados con la movilidad laboral transfronteriza y los problemas que encuentran los profesionales jurídicos y sociales en la aplicación de este marco normativo. Evalúa algunos campos básicos de la política social y los derechos de los trabajadores aplicables en el ámbito de la movilidad laboral (libre circulación, desplazamiento de trabajadores, coordinación de la seguridad social) para demostrar la disparidad entre el "espíritu de la ley" y la aplicación práctica de la legislación. Esta discrepancia se debe a menudo a contradicciones que son el resultado de la subordinación de los derechos sociales a las libertades económicas.

Palabras clave: Política social; movilidad laboral; Europa; aplicación de la ley inconsistente.

The internal market provides the EU with a juridical frame for substantial legislation, also in the social field, if there are social consequences that can only be tackled from a European perspective (Article 3 TFEU). However, a crucial aspect of the EU-law-making is the absence of effective and dissuasive EU-wide compliance mechanism and sanctions. Moreover, transposition into national law often leads to divergent rules and regulations. As a consequence, the control and enforcement of social policy at the workplace is weak and fragmented. This leads to ad random control and enforcement practices with compliance institutions having a weak mandate and few transnational competences.

As a consequence, cross-border workers in several labour-intensive industries such as construction are confronted with violations and abuses that are hard to counter in a foreign constituency. This easily leads to situations with mobile workers being deprived of their right to fair and equal treatment. As a consequence, labour standards are put at risk. The installation of the European Labour Authority, concluded in the spring of 2019, aims to close part of this gap.

1. Labour mobility in the European Union - a short policy review

In the discussions of the European Council, in the late 1980s, at the eve of the introduction of the Single Market and the Economic and Monetary Union (EMU), the heads of state of the 12 Member States of the European Economic Community (EEC) defined several interrelated policy areas that were relevant for the completion of the Single market. Jacques Delors, chairman of the European Commission was mandated to study and propose concrete stages leading towards the EMU. He proposed the introduction of a competition policy and other measures aimed at strengthening market mechanisms; common policies to enhance the process of resource allocation in those economic sectors and geographical areas where the working of market forces needed to be reinforced or complemented; macroeconomic coordination, including binding rules in the budgetary field; and other arrangements both to limit the scope for divergences between member countries and to design an overall economic policy framework for the EEC as a whole. In Delors' view, measures to strengthen the mobility of production factors and the labour mobility in Europe were necessary to eliminate economic imbalances and differences in competitiveness in different regions and countries of the EEC.¹

The notion that labour mobility would have a positive impact on citizens' life in Europe was not new. Already the 1957 Rome Treaty, establishing the EEC, listed the free movement of citizens and workers among the fundamental freedoms that the EEC would bring (Treaty of Rome, 1957, Articles 48-51). The Treaty gave European citizens the right to stay and work in another EEC Member State. What was new in the Single Market philosophy was the link that was created between labour mobility, as a method of 'resource allocation', and competitiveness. Until the mid-1980s, this had not been formulated so explicitly. For Delors, it was still one of the basic starting points that Europe's more interventionist institutional arrangements, characterised by a certain degree of income redistribution and the common notion of a 'European social model', had a positive effect on the quality of the working lives of millions of men and women in the bottom segments of the labour market. Against this background, he called the social dimension and the right balance between social objectives and economic reasoning cornerstones of what was necessary for the completion of the internal market. This resulted in a social protocol (with a flanking social pact) and an action program with legislative social initiatives that accompanied the Maastricht Treaty. The action program

¹ See for instance: http://aei.pitt.edu/1007/1/monetary_delors.pdf

included several initiatives (such as the Posting of workers' Directive - see below) that were concluded in the first half of the 1990s.

This policy view disappeared after Delors left the Commission and the free market fetishists took the lead of the European unification. By the mid-1990s the political tide had turned and a neo-liberal agenda that dominated in the following decennia the national and the European legislative procedures led to a wave privatisation and deregulation. This policy with an absolute priority given to 'competitiveness' and 'free trade' was not seriously questioned. Moreover, the EU's eastern enlargement, which dictated the political agenda for quite some time, led to the accession of countries with hardly any tradition of 'social modelling' of industrial relations. Free provision of services and the transnational operations of the corporate world of finance and business became of paramount importance and the EU social policy didn't keep pace; hardly any substantial piece of EU social policy legislation was tabled or adopted between the mid-1990s and the late 2000s. In the search for cheap labour, decent regulation of labour mobility was only seen as a burdensome thing (Cremers, 2011).

2. The EU acquis that is relevant for labour mobility

At the start of the European cooperation, the basic principle in the field of industrial relations was respect for the well-balanced regulatory framework for social policy, including social security and labour standards that existed in the EU Member States, the so-called *lex loci laboris*. This regulatory framework was characterised by a mixture of labour legislation and collective bargaining and this mixture was different in every country. European social policy was about how to live and deal with that diversity. The creation of the Single Market in the late 1980s gave primacy to several economic freedoms with an impact on the socio-economic situation of the citizens and workers in the European Union. These economic freedoms are, in the meantime, enshrined in the Treaty on the Functioning of the European Union (TFEU). TFEU explicitly recognises the free movement of workers, the freedom of establishment of corporate entities and the freedom to provide services across the whole EU. As a consequence, the mobility of workers and companies is promoted and guaranteed.

Over the years, the evolution of the EU acquis has modified the application of rights-based mobility that is nowadays underpinned by a set of EU and national provisions. Mobile EU28 workers move either within the framework of the temporary cross-border provision of services or based on the free movement right of EU-citizens. This labour mobility occurs mainly for employment-related reasons.

The free provision of services, combined with the free establishment of corporate entities, has led to an increasing mobility of firms, which post workers temporary to another Member State. And the free movement of workers has accelerated the labour mobility of workers from countries with low-pay and/or high unemployment to countries with more attractive working conditions and pay. In recent years, this mobility has rapidly increased. In 2013, some 7 million EU citizens were working and/or residing in another EU country, around 1.1 million were living in one country but working in another (frontier or cross-border workers) and around 1.2 million were posted each year to another country.² In the documentation that was prepared for the proposed European Labour Authority in 2018, the European Commission uses the figure of in total 17 million citizens living or working in another EU Member State.³

3. Labour mobility in Europe - socio-economic developments

In the first sections, it was noted that the elaboration of a flanking social policy, which should and could mitigate unintended side-effects of the Single Market, got stuck after the conclusion of the action program of the early 1990s. The successive European Commissions were more obsessed by deregulation and simplification, the Member States blocked in the Council any further initiative with the argument that social policy was a national competence and the European Parliament was too weak to take the lead. As a consequence, the regulatory and legislative frame for the tackling of abuses of cross-border mobility lagged seriously behind the socio-economic reality. The flanking social policy that was developed in the early 1990s in a European Community with 12, later on 15 Member States, had no answer to at least three important developments in the following decades. In this frame, we just briefly touch upon these three developments.

3.1. The massive growth of outsourcing and externalisation of labour.

During the successive economic crises (early 1990, followed by the IT-bubble and a crash in 2000), it became very clear that the globalisation and liberalisation of the European market had a serious impact, not only on the 'global' players and corporations, but also on all other market actors.

² Press release European Commission 2014: http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-14-541_en.htm

³ Press release European Commission 2018: http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-18-1622_en.htm

The paradigm for corporate strategy in these turbulent years of boom and bust changed from the 'economy of scale' into market activities characterised by 'slim and lean' operators. In the construction sector, for instance, this was the period in which the dominant contractors changed their policy into a policy of 'management contracting' (Cremers, 2009). Large segments of the operational work and the execution were outsourced, and important parts of the recruitment were externalised. By doing so, the social risks were transferred to entities lower down the chain that had no other specialisation than the recruitment of cheap labour.

As a result of this outsourcing and externalisation of recruitment, the pricing and allocation of labour was no longer governed by the regulatory frame that applied to direct labour. For construction, this led to fragmented production chains headed by large transnational construction firms that engaged a great number of smaller firms as well as individuals to perform particular tasks within a dependency chain. In other industries a similar situation emerged, with fragmented supply chains involving a myriad of complex multi-tiered contracting and subcontracting relationships (Miller, 2009).

In the construction segment active in the area of public works, the liberalisation of public procurement with a strong focus on cost reduction, even at the expense of the quality and societal effects of the tendered works, contributed to this process of outsourcing and subcontracting. It often resulted in a transfer of the social risks lower down the chain of subcontracting and in minimising the labour costs through abnormally low tendering. By 2013, the European social partners in construction, the employers' organisation FIEC and the European trade union federation EFBWW, signalled in a joint position that the widespread practice of awarding public contracts on the basis of the 'lowest price' and of accepting 'Abnormally Low Tenders' were at the source of various forms of unfair competition and social fraud.⁴

3.2. The flexibilisation of labour contracts and the return of the 'day labourer'.

The primacy of the principles of economic freedom and the easing of the mobility of business transformed the organisation of production and services and intensified the pressure on wage costs. This had a substantial impact on the recruitment practices used. The traditional model of undertakings

⁴ See the joint statement: <http://www.fiec.eu/en/cust/documentview.aspx?UID=d504f8ca-44c7-4c78-8c75-1df9487663c9>

with skilled and unskilled workers contributing their labour under the supervision and disciplinary control of an employer was no longer the standard one. Cost reduction strategies which led to extensive outsourcing, downsizing, subcontracting, the use of agencies for the supply of labour, and the widespread practice of bogus self-employment, created a new, Europe-wide playground for types of contracts that do not fit in the traditional model. In some sectors with a cyclical production process, the 'day labourer' has returned. The direct labour relationship with the main (user) undertaking is broken. The substitute, formed by temporary work agencies, labour brokers and middlemen, subcontractors only specialised in supplying labour, operate with flexible, temporary, short-time contracts. This fits in the ideology of the 'new' employee, an 'individual worker' operating flexible and mobile on the labour market.

Already at an earlier stage, with the important shift from manufacture to services as the largest economic sector (services constitute nowadays 70% of the European economy) and the emergence of temporary agencies, it became clear that the workers' voice through the trade union movement had serious difficulties in keeping pace with these developments. In some countries, trade unions started to defend the rights of workers in non-standard employment relationships and succeeded in a certain regulation of the more flexible segments of the labour market, resulting in collective agreements and labour legislation for the temporary agency sector and initiatives to protect the labour and social rights of self-employed (Countouris & De Stefano, 2019). However, membership in these segments stay very low, and as a consequence, the implementation of a more stable workers' voice at plant or firm level do not come off the ground. The lowest echelon of temporary agency workers, to a large extent labour migrant, does not figure in official workers' statistics or are simply ignored because of the temporary character of their work. These workers are invisible and unrepresented.

3.3. The enlargement of the European Union.

It was already noted that the basic principles for the Single Market stem from a period and time in which it was inconceivable that the European Union would enlarge with countries from the still existing *Comecon*-bloc. The main reference for the European commission in the modelling of the flanking social dimension was the labour market and industrial relation system that the 'old' Member States had in common and this policy making was not interrupted by the earlier enlargement to 15 Member States (as Sweden, Austria and Finland came in). However, within a period of 15 years after the publication of the *Cecchini*-reports that forecasted the future of a more unified European

Community (published in 1987/1988⁵), an unprecedented enlargement took place. This led to a European Union with 28 Member States, characterised by a broad and divergent spectrum of industrial relations and socio-economic traditions. Even in the early 1990s, after the fall of the wall, the reference did not change. This can be illustrated by the first 'non-papers' that circulated early 1990 as consultative documents for the regulation of the posting of workers issue, in what later became the Posting of Workers Directive (PWD). The non-paper assumes that the free movement of services, capital, goods and persons will increase considerably with the completion of the Single Market. Non-respect of labour standards in host countries, where workers are temporary posted to, can easily lead to distortion of competition, next to disadvantages for the workers concerned. In order to avoid this, undertakings providing cross-border services with posted workers should respect: the application of national legislation on public order and respect for generally binding collective agreements.⁶ And the first public drafts of the PWD stated that Community law 'does not preclude Member States from applying their legislation or collective labour agreements entered into by the social partners, relating to wages, working time and other matters, to any person who is employed, even temporarily, within their territory, even though the employer is established in another State' (European Commission, 1991).

The socio-economic reality in the CEE-countries that joined the EU after 2004 was completely different. For more than one reason, the two basic pillars of the social dimension were underdeveloped in the new Member States. Labour legislation had to be build up from the scratch (in former times, the *Comecon*-countries always ratified ILO-standards, but transposition and implementation into national legislation was lacking) and social partnership hardly existed. As the social dimension of the Single Market was concluded in the early 1990s, it was not foreseeable what the consequences of the 2004 enlargement would be, with a high proportion of new Member States that hardly could offered commitment to collective bargaining as a means of labour standards regulation. As a consequence, it proved very complicated to accommodate in EU law disparities in wages and working conditions among the Member States of the EU, exacerbated by the accession of new Member States. And as a consequence, the risk was born that national social models based on

⁵ See <http://aei.pitt.edu/3813/1/3813.pdf>

⁶ *Proposal for a Community instrument on working conditions applicable to workers from another State performing work in the host country in the framework of the freedom to provide services, especially on behalf of a sub-contracting undertaking*, European Commission (March 1990, unpublished, author's archive).

the lawfulness of collective regulations (and action) could be overruled by the direct effect of EU law in situations related to economic freedoms with a cross- border element (Bercusson, 2007).

The enlargement led to a huge reservoir of labour, with workers coming from countries with a tradition of low labour standards and low pay. Combined with the externalisation and flexibilisation, this served as a breeding ground for the recruitment of cheap labour at a size that was hard to imagine as the Single market was created.⁷ Even during the economic crisis, with growing unemployment, the cross-border recruitment increased, and, certainly at the beginning of the recovery at the expense of local jobseekers. There is no systematic research available in this regard, but for instance, a report dedicated to the construction sector in Belgium reveals that intra-EU posting to Belgium has mainly become manifest in the construction sector. In 2015, intra-EU posting accounted for one third of employment in the Belgian construction sector. While the number of employed local workers decreased by 7% between 2011 and 2015, the percentage share of intra-EU posting of total employment in the construction sector increased by 19 percentage points between 2011 and 2015 (De Wispelaere e Pacolet, 2017).

4. Control and enforcement of genuine mobility

Freedom of establishment and the free provision of services provide an unrestricted entrance to national labour markets. The creation of the Single Market has given primacy to economic freedoms binding across the EU, while the control (and enforcement) of labour legislation and working conditions is based on a mandate that usually ends at national borders. This led to evident inconsistency with the established principle of free movement of workers. Workers moving to other Member States are entitled to equal treatment. In several publications it is noted that, as soon as a transnational dimension is introduced into labour market relations, compliance control is hampered. The regulatory frame for fair labour mobility is settled, on the one hand, by the legislator, and on the other hand by the partners in collective bargaining. In some Member States, the social partners have installed sectoral or interprofessional compliance and counselling institutions with a mandate to act if there is an industrial dispute or in the case of irregularities. These joint bodies, often composed of representatives of management and labour, have the task of preventing, solving and settling disputes.

⁷ To just give one figure: the size of the total workforce stemming from Central and Eastern Europe in Germany multiplied with five in the period 2010 to 2018, from 257,000 to 1,308,000 workers (Bundesagentur für Arbeit, 2018).

But also in this area the competences end at the national border and administrative sanctions are difficult to execute in a cross-border context.

In a series of research projects, I assessed the practical functioning of control and enforcement mechanisms related to genuine labour mobility and posting of workers (Cremers, 2018a, 2018b). The findings turned out to be representative for experiences of the compliance and enforcement offices and the labour inspectorate. The notion that fraudulent use of labour mobility is often shaped as a circumvention of the national regulatory frame of pay, social security, and labour standards in the host state was confirmed. This circumvention took place via cross-border recruitment via (temporary) agencies, sham self-employment in cases where differences between a commercial contract (for the provision of services) and a labour contract were blurred, fake posting because control was (and is) inadequate or easily bypassed, shift to other industries (regime shopping), manipulation with the free establishment (fictitious companies and arrangements) and country of residence. Moreover, directly related to posting, the abuse of entitlements that are guaranteed by the posting rules (working time, minimum wage, pay scaling not in line with skill level, absurd deductions) could be signalled. In a long-term cooperation project, managed by the French labour inspectorate organisation INTEFP, the problems with compliance, the lack of cooperation, notably in this area, the difficulties to trace circumvention in cross-border situations and the weakness of the existing sanctioning mechanism were confirmed. One key joint frustration for the competent institutions, and in fact for all stakeholders, is the difficulty to bring cases of breaches to a righteous end.⁸

5. Consequences for labour-intensive sectors such as construction

In labour-intensive industries such as construction, manufacturing, shipbuilding, transport and logistics, but also in all kinds of services, the use of a foreign (artificial) entity in a cross-border context can lead to the introduction of questionable forms of labour recruitment, with blurred labour relations, the circumvention of social security payments and tax evasion. The recruited mobile labour, whether through the direct use of the free movement of workers or through the provision of services with worker being posted, then becomes a commodity. The focus on labour cost reduction methods

⁸ INTEFP's mission is the training of the labour inspectorate, as enshrined in the French law (decree 2005-1555, December 2005). INTEFP also has the task to initiate national and international partnerships among the inspectorate. For a project synthesis: http://www.eurodetachment-travail.eu/datas/files/EUR/synthese generale_2013EN.pdf

leads to savings on direct wage costs resulting from partial or non-compliance with collectively agreed wage and working conditions, underpayment, too low wage scaling (with, as a consequence, a mismatch of qualification and pay level), non-compliance with agreed wage harmonisation between industries (for instance, the equal pay principle for agency workers), too long working hours, non-payment of overtime and other pay-related bonuses and unreasonable deductions. But also other circumvention has been observed, ranging from wage-related financial/fiscal obligations, undeclared pay of part of the wage components and allowances, manipulation of the obligatory social security payments in a home and/or host country, the search for cheaper conventional frames (non-binding agreements) and regime-shopping (with collective agreements that have a softer regime of employers' contributions), circumvention of (mandatory) employer contributions to industry-wide provisions and funds (vocational training, OSH or other social policy/protection funds), to the flagging-out or the conversion of agency work into service provision (no 'wage related costs', only 'invoices').

Recruiters enter the market often under the pretext of the cross-border provision of services, although de facto the only core business of the supplier is labour recruitment. In the cited Belgian report, the authors reported that the main method is subcontracting via posting rather than a foreign firm that (has won and) performs construction activities for a Belgian client based on a commercial contract (De Wispelaere & Pacolet, 2017). The recruitment of foreign workers serves to meet labour shortages and to find workers for repetitive, low-paid and dirty work. This is in fact work that has to be carried out based on the application of the equal treatment of workers under the rights-based free movement of workers. However, the pretext of service provision helps to keep the wages in some labour-intensive sectors low. The incubators of this method know very well that control is impeded, that the reference to posting leads to time-consuming research (verification of registration, contracts and pay slips, checking of the genuine character of A1-forms and of the legality of firms and agencies), also because consultation of colleagues abroad is needed, and that competences to tackle breaches effectively are missing. In short, invoking cross-border provision of services with posting workers provides in those situations a fine alibi to hamper or even to end investigations.

6. Recent developments and outlook

The signalled irregularities were confirmed by the European commission in its documents that underpinned the proposal to create a European Labour Authority (European Commission, 2018). President Juncker announced in September 2017 plans for an authority (ELA) that had to ensure in a

fair, simple and effective way the enforcement of EU rules on labour mobility. The Commission's proposal, formulated in March 2018, dealt with the mismatch between the legal theory and the practice of compliance and enforcement of social rights. The draft Regulation, which was published together with an impact assessment and a synopsis report summarising the outcomes of a stakeholder consultation, states that the objective is to help strengthen fairness and trust in the Single Market. To that effect, the ELA should support the Member States and the Commission in strengthening access to information about rights and obligations in cross-border labour mobility situations and in facilitating the solution of cross-border labour market disputes or irregularities. The Commission recognises the fact that in several industries, first of all labour-intensive industries such as construction, manufacturing, shipbuilding, transport and logistics compliance control is hampered, as soon as a transnational dimension is introduced on local labour markets. The Commission's assessment of the enforcement practices confirms most of the signalled shortcomings in the relevant research. National compliance arrangements that protect workers' interests are neither equipped nor adapted to the enforcement challenges in the Single Market. The assessment pinpoints insufficient capacity of national authorities to organise cooperation with authorities across borders, although this is essential for effective and efficient handling of cross-border issues. Moreover, the assessment signals weak or absent mechanisms for joint cross-border enforcement or mediation activities. In essence and indirectly, the assessment illustrates that the (operational implementation of the) EU and national *acquis* have not kept pace with the development of the Single Market.

It is too early for a review of the functioning of the ELA; a compromise between the European Council and the European Parliament was concluded in the spring of 2019 and its start is planned for the autumn of 2019. But some question marks, partly based on the text of the compromise, can already be formulated. In order to strengthen the legal capacity of the national enforcement bodies in joint and EU-wide investigations in cases of infringements or irregularities related to cross-border labour mobility, it is necessary to broaden up their competence with other parts of the Union *acquis*, such as control of the 'genuine' character of the service provider. Special attention should be given to dubious subcontracting practices. Social partners report in several studies the appearance of artificial legal corporate entities, like letterbox companies, that are created for the sole purpose of subcontracting work to one or more countries. The workers most often work under the direct supervision of the user undertaking, thus creating a situation of bogus subcontracting or illicit provision of manpower. Therefore, the planned combined tasks relating to cross-border labour mobility and the coordination of social security should be complemented with legislative areas not yet covered, such as the tackling

of artificial arrangements (i.e. letterbox companies) and the transnational cooperation and fight against fraudulent service providers.

The ELA must work towards an effective and dissuasive sanctioning policy, comparable to existing EU-wide sanctions in other areas. It is in fact a missed opportunity that the ELA Regulation does not lay down the main rules for an EU-wide fining policy and for procedures for properly sanctioning in case of violation of the law. Effective measures are needed in order to promote genuine operations and prevent abuses. Fake entities should be refused the entrance to the market (such as withdrawal of licenses and certificates or the exclusion from public procurement bids). The ultimate sanction should be a suspension or cessation of fraudulent activities, with an EU-wide effect in order to avoid non-genuine actors starting all over again in other constituencies.

Competences to decide on and to control compliance with the regulatory framework of pay, working conditions, as enshrined in collective agreements and labour legislation, should be more allocated to the country of employment. This asks for a reestablishment of the *lex loci laboris* principle. Free movement of workers will only stay upright if this free movement takes place grounded on the principle of equal treatment in the territory where work is carried out. The competence to check the reliability of documents, which underpin the cross-border activity and, if necessary, to withdraw these documents in high risk sectors, must become a competence that can be performed EU-wide by compliance and enforcement authorities in both the sending and the receiving country.

References

- BERCUSSON, Brian (2007), “The Trade Union Movement and the European Union: Judgement Day”, *European Law Journal* 13 (3), pp. 279-308.
- BUNDESAGENTUR FÜR ARBEIT (2018), *Migrations-Monitor Arbeitsmarkt - Eckwerte (Monatszahlen)*.
- COMMITTEE FOR THE STUDY OF ECONOMIC AND MONETARY UNION (1989), *Report on Economic and Monetary Union*, Brussels, European Commission,
- COUNTOURIS, Nicola, DE STEFANO, Valerio (2019) *New trade union strategies for new forms of employment*. Brussels, ETUC.
- CREMERS, Jan (2011), *In search of cheap labour in Europe. Working and living conditions of posted workers*, Brussels/Utrecht, International Books, CLR-Studies 6.
- CREMERS, Jan (2018a), *The European Labour Authority and Enhanced Enforcement*, Policy Department for Economic, Scientific and Quality of Life Policies, European parliament, Brussels.

CREMERS, Jan (2019), “Social policy and labour mobility in Europe - the gap between law and enforcement”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – A construção civil numa perspetiva sociológica: enquadramento e análise, pp. 148-161
DOI: 10.21747/08723419/soctem2019a6

CREMERS, Jan (2018b), *Posting of workers in practice: INT-AR Paper 8*, Web publication/site, Tilburg, Tilburg Law School.

DE WISPELAERE, Frederic, PACOLET, Jozef (2017), *The size and impact of intra-EU posting on the Belgian economy*, Louvain, HIVA.

EUROPEAN COMMISSION (2018), *Impact Assessment - Accompanying the document Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council establishing a European Labour Authority*, Commission Staff Working Document, Brussels.

EUROPEAN COMMISSION (1991), *Proposal for a Council Directive Concerning the Posting of Workers in the Framework of the Provision of Services*, COM, 91, 230 final-SYN 346.

Jan Cremers. Tilburg Law School, Tilburg University (Tilburg, *The Netherlands*). *Contact:* Tilburg Law School, Warandelaan 2, 5037 AB Tilburg, *The Netherlands*. *Email:* J.M.B.Cremers@tilburguniversity.edu

Artigo recebido em 25 de julho de 2019. Publicação aprovado em 10 de outubro de 2019.

Comment étudier les classes populaires contemporaines ? De l'analyse statistique d'un espace social à une enquête par monographies de ménages

Thomas Amossé

CNAM / CEET, Laboratoire Interdisciplinaire pour la Sociologie Économique (LISE)

Lise Bernard

CNRS, Centre Maurice Halbwachs

Marie Cartier

Université de Nantes, Centre Nantais de Sociologie (CENS)

Marie-Hélène Lechien

Université de Limoges, GRESCO

Olivier Masclet

Université Paris Descartes, CERLIS

Olivier Schwartz

Université Paris Descartes, CERLIS

Yasmine Siblot

Université Paris 8, CRESPPA-CSU

Résumé

Ce texte présente la démarche mise en œuvre dans une recherche collective sur la condition et les modes de vie des ouvriers et des employés dans la France contemporaine. Cette recherche vise à éclairer les traits contemporains des classes populaires et explore trois dimensions: les pratiques de consommation, les rapports à l'avenir et les ressources de stabilisation; la division genrée des rôles ; les relations de sociabilité et d'entre-soi familial et local. La recherche combine des analyses quantitatives d'enquêtes de la statistique publique et des monographies approfondies de ménages ayant une relative stabilité économique.

Mots-clefs : classes populaires contemporaines ; méthode ; analyse statistique d'un espace social ; monographies de ménages

AMOSSE, Thomas, BERNARD, Lise, CARTIER, Marie, LECHIEN, Marie-Hélène, MASCLET, Olivier, SCHWARTZ, Olivier, SIBLOT, Yasmine (2019), «Comment étudier les classes populaires contemporaines? De l'analyse statistique d'un espace social à une enquête par monographies de ménages», *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – A construção civil numa perspetiva sociológica: enquadramento e análise, pp. 162-185.
DOI: 10.21747/08723419/soctem2019a7

Como estudar as classes populares contemporâneas? Da análise estatística de um espaço social a um inquérito monográfico a agregados familiares

Resumo

Este texto apresenta a abordagem implementada numa pesquisa coletiva sobre as condições e estilos de vida dos operários e empregados na França contemporânea. Esta pesquisa tem como objetivo lançar luz sobre as características contemporâneas das classes populares e explora três dimensões: práticas de consumo, relações futuras e recursos de estabilização; divisão de papéis por género; e sociabilidade e relações familiares e locais. A pesquisa combina análises quantitativas de inquéritos estatísticos oficiais com monografias aprofundadas de agregados familiares com relativa estabilidade económica.

Palavras-chave: classes populares contemporâneas; método; análise estatística de um espaço social; monografias de agregados familiares

How to study the contemporary working classes? From the statistical analysis of a social space to a household monograph survey

Abstract

This text presents the approach implemented in a collective research on the condition and lifestyles of workers and employees in contemporary France. This research aims to shed light on the contemporary features of the working classes and explores three dimensions: consumption practices, relations with the future and stabilization resources; the gendered division of roles; and sociability and family and local relations between the two. The research combines quantitative analyses of official statistics surveys with in-depth monographs of households with relative economic stability.

Keywords: contemporary working classes; method; statistical analysis of a social space; household monographs

¿Cómo estudiar las clases populares contemporâneas? Del análisis estadístico de un espacio social a una encuesta monográfica de hogares

Resumen

Este texto presenta el enfoque aplicado en una investigación colectiva sobre la condición y el estilo de vida de los trabajadores y empleados en la Francia contemporânea. Esta investigación pretende clarificar las características contemporâneas de las clases trabajadoras y explora tres dimensiones: las prácticas de consumo, las relaciones con el futuro y los recursos de estabilización; la división de roles de género; y la sociabilidad y las relaciones familiares y locales. La investigación combina el análisis cuantitativo de las encuestas estadísticas oficiales con monografias en profundidad de hogares con estabilidad económica relativa.

Palabras clave: clases populares contemporâneas; método; análisis estadístico de un espacio social; monografias de hogares.

Si l'usage de la notion de « classes populaires » est courant dans la sociologie française des classes sociales, force est de constater son imprécision dès lors que l'on cherche à en préciser les contours, les clivages ou les différenciations internes. Notre recherche collective¹, portant sur la France contemporaine, s'est donné comme objectif de saisir à bras le corps ces questions. Partant du constat d'un creusement des inégalités et, parallèlement, de la résurgence sur le plan politique de la question du « peuple », nous entendions analyser la recomposition sociale et les conditions d'existence concrètes des classes populaires. Nos questions de départ portaient sur trois traits traditionnellement associés aux classes populaires en référence à plusieurs travaux des années 1970 (notamment : Hoggart, 1970 ; Bourdieu, 1979) – l'hédonisme la division sexuée des rôles, et l'entre-soi –, que nous souhaitions soumettre à un nouvel examen. Nous avons enfin décidé de nous centrer sur une fraction, sous-étudiée bien que large, des classes populaires : son « milieu ». Nous faisons l'hypothèse que cette fraction médiane se distinguait à la fois d'un « bas » composé des ménages les plus démunis de ressources économiques, d'inscriptions sociales protectrices et de capital culturel, et d'un « haut » qui, par sa stabilité d'emploi, sa participation à des pratiques socialement sélectives, était proche des classes moyennes.

Définir ainsi, sur le papier, ce qu'on appelle les classes populaires, ou l'une de leurs fractions, ne va pas de soi. Les catégories sociales n'existent pas en soi, leur existence et leurs frontières sont un enjeu de lutte (Bourdieu, 1984) – le mouvement des gilets jaunes de l'hiver et du printemps 2018-2019 l'a encore rappelé. Nos réflexions préalables ont permis de dégager, *a minima* sous forme d'hypothèse, un trait central attendu de ces ménages : la stabilité. Stabilité professionnelle et résidentielle, mais aussi familiale, garantie d'une sécurité économique relative, que révèle en creux la précarité des familles monoparentales. Cette stabilité était par ailleurs vue comme susceptible de permettre une forme d'autonomie culturelle, c'est-à-dire une capacité à porter des normes, ou du moins à entretenir un rapport spécifique à celles portées par les autres classes.

Visant la fraction médiane et stabilisée des classes populaires, notre enquête ne s'est pas centrée sur un groupe particulier, plus ou moins doté en capital. Pour se référer à quelques enquêtes récentes menées en France, il ne s'agissait pas de porter notre attention sur les « petits-moyens » vivant en banlieue (Cartier et *alii*, 2008), sur les « ménages modestes du périurbain » (Girard, 2017) ou sur la « petite bourgeoisie rurale » (Bruneau et *alii*, 2018). Et nous avons

¹ Cette recherche intitulée « Le "populaire" aujourd'hui », financée par l'Agence Nationale de la Recherche, est coordonnée par Olivier Masclet. Portée par les laboratoires CERLIS (Université Paris Descartes, CNRS), CENS (Université de Nantes, CNRS), CMH (EHESS, ENS, CNRS) et GRESCO (Université de Limoges, Université de Poitiers), elle réunit vingt-sept chercheuses et chercheurs. Les auteurs de ce texte ont coordonné la recherche au sein d'un « comité de pilotage ».

également délibérément choisi de ne pas prendre pour entrée les ménages endettés de « zone urbaine sensible » (Perrin-Heredia, 2013), les « jeunes ruraux » (Coquard, 2016) ou l'« autre monde populaire » des employés de service à domicile (Avril 2014). Mais se centrer sur ces « classes populaires du milieu » impliquait de n'exclure de l'analyse ni les groupes populaires en petite ascension sociale, plus proches des classes moyennes, ni les ménages plus pauvres ou précaires. À la différence de nombreux travaux, nous avons toujours privilégié l'hypothèse d'une continuité au sein des classes populaires, les appréhendant comme un ensemble de groupes ayant des traits communs au-delà des inégalités et des différences, et non marqués par une discontinuité forte entre, par exemple, stables et précaires ou *Traditional Working Class* et *Precariat* pour reprendre la distinction mise en avant dans l'importante enquête coordonnée par Mike Savage en Grande Bretagne (le *Great British Class Survey*, mené avec la BBC ; voir Savage, 2015).

C'est justement pour pouvoir rendre compte des liens entre les ménages stables des classes populaires et les fractions proches, plus dotées ou plus précaires, des milieux populaires, ainsi qu'avec d'autres classes sociales, que le choix a rapidement été fait de produire collectivement un matériau de type ethnographique : un dispositif d'analyse en termes de monographies de ménages situées et non d'entretiens individuels décontextualisés a ainsi été conçu afin de donner à voir des modes et conditions de vie de différentes familles, et leurs relations aux autres groupes sociaux.

Dans le même temps, il nous a semblé indispensable de tester la pertinence de l'hypothèse d'une structuration des classes populaires autour de leur « milieu », en tentant d'objectiver les caractéristiques de cette fraction médiane ou stable à partir de données statistiques qui portent sur les ouvriers et les employés et permettent de dépasser une approche individuelle pour décrire la situation des ménages. Si les recherches sur les classes sociales et les inégalités fondées sur des données quantitatives ne manquent pas, les publications récentes décrivant la morphologie des classes populaires, sont peu nombreuses. De fait, le travail statistique mené ici vise à répondre à un triple besoin : pallier l'absence de travaux récents de type sociographique sur les classes populaires appréhendées à partir des catégories socio-professionnelles de la statistique publique ; explorer la pertinence de l'hypothèse d'un espace organisé des classes populaires et analyser sa structuration interne, en nous demandant ce qui caractérise sa zone centrale ; situer les ménages que nous avons enquêtés au travers de monographies approfondies dans cet espace des classes populaires.

Pour étudier les recompositions des conditions et des modes de vie des classes populaires, une approche par les ménages – qui sont définis par l'Insee comme l'ensemble des personnes vivant dans le même logement, qu'elles soient ou non mariées – plutôt que par les individus a été

privilegiée, tant pour les analyses statistiques que pour l'enquête par monographies. Cette approche apparaît aujourd'hui d'autant plus importante que les femmes des milieux populaires occupent davantage qu'hier un emploi rémunéré et, surtout, exercent, plus souvent que les femmes des autres classes sociales, des professions différentes de celles de leurs conjoints, en raison de la forte division sexuée des métiers subalternes. Partir des ménages invite ainsi à examiner l'« intrication du genre et de la classe » (Hamel, Siméant, 2006), l'emploi des femmes tendant à multiplier leurs interactions avec les autres groupes sociaux, au travers des métiers de service qu'elles sont nombreuses à occuper (dans le commerce, la santé, la petite enfance, etc.). Une telle expérience peut transformer la manière dont les ménages de classes populaires se répartissent le travail domestique, s'accordent ou s'opposent sur les normes éducatives et se situent dans l'espace social, notamment par rapport au clivage formulé par Richard Hoggart entre « eux / nous ».

Après ce rappel des enjeux de la recherche, nous proposons dans cet article une synthèse des résultats du travail statistique mené, c'est-à-dire une sociographie des classes populaires contemporaines en France, puis une présentation du dispositif d'enquête par monographies de ménages dont l'objectif est d'éclairer les modes de vie des fractions médianes des classes populaires.

1. Analyser statistiquement l'espace des classes populaires : quel « milieu » ?

Il n'est jamais simple de « mettre en statistique » un groupe social². La notion de « classes populaires », telle que nous l'utilisons dans le sillage d'Olivier Schwartz et de différents travaux récents³, ne cadre que très partiellement avec la logique que suit la nomenclature socio-professionnelle de l'Insee, instrument principal de repérage des positions socio-économiques proposé par la statistique publique : celle-ci est professionnelle avant d'être sociale ou culturelle (Desrosières et Thévenot, 2002). Nous avons néanmoins décidé de nous centrer sur deux grands groupes socio-professionnels, celui d'« ouvrier » et celui d'« employé », et de prendre en compte toutes les catégories regroupées en leur sein.

² Ce texte reprend des éléments de Amossé, 2015.

³ Voir notamment Schwartz (1998 ; 2011) ; Mauger (2006) ; Delay et *alii* (2009) ; Alonzo et Hugrée (2010) ; Siblot *et al.* (2015) ; Béroud et *alii* (2016).

Les PCS d'employés et ouvriers (catégories socio-professionnelles) (depuis 1982)

5 Employés

- Employés civils et agents de service de la fonction
- 52 publique
- 53 Policiers et militaires
- 54 Employés administratifs d'entreprise
- 55 Employés de commerce
- 56 Personnels des services directs aux particuliers

6 Ouvriers

- 62 Ouvriers qualifiés de type industriel
- 63 Ouvriers qualifiés de type artisanal
- 64 Chauffeurs
- 65 Ouvriers qualifiés de la manutention, du magasinage et du transport
- 67 Ouvriers non qualifiés de type industriel
- 68 Ouvriers non qualifiés de type artisanal
- 69 Ouvriers agricoles

Ce choix présente plusieurs limites, et nous voudrions en évoquer deux. Tout d'abord, il exclut les indépendants. Or, une partie des personnes catégorisées comme « artisans, commerçants et chefs d'entreprise » ou comme « agriculteurs exploitants » peuvent être considérées comme faisant partie des classes populaires (Bessière et Gollac, 2014), de même que certains des travailleurs exerçant sous le statut juridique d'« auto entrepreneurs » (Abdelnour et Lambert, 2014). Néanmoins, ces catégories sont très hétérogènes, et les fractions qui relèvent des catégories populaires en leur sein ne sont pas aisément repérables. Nous les laisserons donc de côté. À l'inverse, certains employés et employées qualifiés, en particulier une partie de ceux regroupés au sein de la catégorie « employés administratifs d'entreprise », dont les niveaux de diplôme et de revenu les situent à proximité des professions intermédiaires, ou parmi les « employés civils de la fonction publique » et dont le statut est protecteur, pourraient en être exclus. C'est d'ailleurs le choix qui a été fait dans une enquête sur les classes sociales en Europe (Hugrée, Penissat et Spire, 2017), car, à cette échelle les écarts sont encore plus marqués entre ces employés et les ouvriers ou les employés non qualifiés. Dans le cas français, une telle discontinuité ne se dégageant pas nettement, l'hypothèse a été faite ici que ces employés qualifiés constituent les pôles les plus dotés au sein de l'espace des classes populaires.

Une autre précision est importante : nous nous sommes centrés sur l'ensemble des « actifs » (qu'ils soient en emploi ou au chômage) mais avons laissé de côté les « inactifs » et notamment les retraités (sauf pour certaines analyses concernant les couples).

Quels sont donc en France aujourd'hui les traits caractérisant les classes populaires ainsi définies ? Comment leurs situations se sont-elles transformées au cours des trente dernières années ? Peut-on considérer l'ensemble des groupes populaires comme formant un espace social

? Une lecture ternaire faisant ressortir un « milieu » ou une fraction médiane est-elle étayée par une objectivation statistique ? Des analyses, principalement conduites à partir des enquêtes *Emploi* de l'Insee de 1982 et 2012, permettent d'apporter des éléments de réponse.

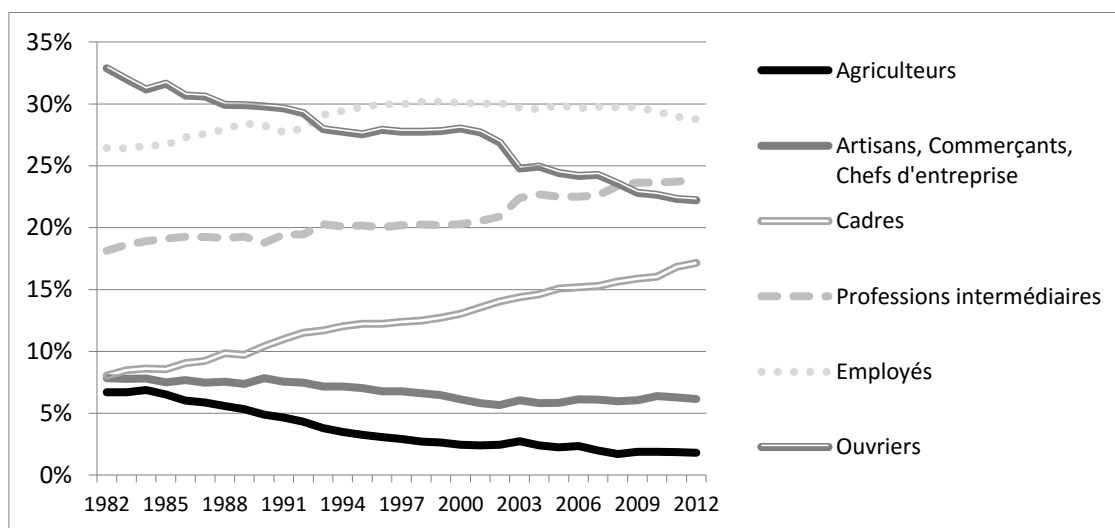
2. La diversité des ouvriers et employés aujourd'hui

2.1. Entre déclin et recomposition des univers professionnels

Constituées de l'ensemble des ouvriers et employés, les classes populaires en France regroupent plus de 14 millions d'actifs en 2012, soit 52 % d'entre eux. Cette part a progressivement diminué depuis trente ans, puisqu'elle était de 59 % en 1982, tandis que la part des cadres et professions intermédiaires a connu une croissance forte (de 26 à 41 %), le déclin des indépendants et agriculteurs semblant s'être stabilisé (autour de 8 %).

Graphique 1: L'évolution des effectifs des différents groupes socio-professionnels

En pourcentage parmi les actifs (1982-2012)



Champ : actifs (en emploi ou au chômage). Source : enquêtes *Emploi* de 1982 à 2012 (Insee). Graphique réalisé par Paul Hobeika.

D'ici peu, l'ensemble des ouvriers et des employés aura cessé de représenter plus de la moitié du monde du travail, en dépit du fort dynamisme du groupe employé et des nombreuses créations d'emplois occupés par des femmes dans les activités tertiaires, qui ont plus que compensé le déclin des emplois ouvriers. Cette évolution confirme le recul, relatif mais

symboliquement important, du poids des classes populaires dans la société française. Elle s'accompagne d'une profonde recomposition de leurs univers professionnels et sociaux.

En premier lieu, la place de l'univers ouvrier et industriel n'a pas cessé de décliner. Sans doute surestimée par le passé, elle était toutefois de première importance : les ouvriers de type industriel représentaient ainsi la moitié du groupe ouvrier en 1982. En 2012, ils représentent moins de quatre ouvriers sur dix. Le travail à la chaîne n'a certes pas disparu, mais l'image de l'OS posté à l'usine et intégré à des collectifs structurés est loin d'être la norme à présent et la part des ouvriers non qualifiés a décliné dans l'industrie (plus de 800 000 emplois de ce type ont disparu en trente ans). Dans l'univers industriel, les ouvriers sont de plus en plus qualifiés, encadrant des équipes ou pilotant des installations lourdes. Surtout, les ouvriers travaillent désormais plus souvent au sein de petites équipes artisanales ou de moyennes entreprises, dans le bâtiment ou l'alimentation, ou même seuls la majeure partie du temps, comme les chauffeurs routiers, les taxis ou les conducteurs de bus. Deux dernières catégories d'ouvriers présentent une assez grande stabilité numérique sur la période considérée : les ouvriers de la manutention et du transport (8 % de l'ensemble en 2012) et les ouvriers agricoles (5 % en 2012).

En second lieu, au sein du groupe des employés, plusieurs changements ont redessiné les principaux réservoirs d'emploi. Le développement des activités de distribution au détriment de celles de production n'a pas seulement affecté le monde ouvrier. Il a contribué plus largement à la recomposition des emplois dans les milieux populaires, en soutenant le fort développement du nombre d'employés de commerce (500 000 emplois créés en trente ans). Un processus de rationalisation administrative a parallèlement pu être observé, notamment dans les entreprises privées : une partie des tâches auparavant déléguées aux secrétaires et employés administratifs sont désormais directement réalisées, grâce à l'informatisation, par les salariés de niveau plus élevé. S'il demeure très important, le nombre d'employés administratifs d'entreprise a ainsi été réduit de plus d'un demi-million sur la période. Une tendance similaire a été observée dans la fonction publique, qui a toutefois été plus que compensée par le dynamisme des emplois de service. Les activités liées à la santé et à l'action sociale, en lien avec des collectivités territoriales qui se sont progressivement équipées d'une administration propre, ont ainsi contribué à l'augmentation du nombre d'employés de la fonction publique (+ 630 000 entre 1982 et 2012). C'est toutefois dans les services directs aux particuliers et avec le développement des activités liées à l'aide sociale au sens large (garde d'enfants ou travail auprès de personnes âgées notamment) a été le plus important, avec plus d'un million d'emplois supplémentaires en trente ans (correspondant en partie à du travail effectué de façon informelle auparavant). Le début des années 2000 marque ainsi un tournant dans la morphologie sociale des employés : la part des

employés peu qualifiés et peu diplômés s'accroît tandis que celle des employés les plus diplômés et les plus proches des professions intermédiaires diminue.

2.2. Une position toujours dominée au travail

Il faut souligner la permanence d'une position dominée au travail pour les ouvriers comme pour les employés, sur le marché de l'emploi et dans les hiérarchies professionnelles. En 2012, 12 % des membres des classes populaires étaient au chômage, 15 % étaient saisonniers, en contrat aidé, à durée déterminée ou intérimaires, 39 % étaient en contrat stable (CDI ou fonctionnaire) mais avec un revenu mensuel inférieur à 1,4 Smic (soit 1 560 euros net). De plus, les conditions d'emploi se sont dégradées avec une élévation spécifiquement marquée des niveaux de chômage et de précarité pour les classes populaires, sous des formes qui affectent différemment ouvriers et employés : les ouvriers sont légèrement plus affectés par les situations d'emploi en contrat court (19 % en 2012) que les employés (16 %), mais les employés sont de loin les plus concernés par les emplois à temps partiel (32 % en 2012 contre seulement 11 % des ouvriers).

Ces évolutions ont accentué les clivages internes aux classes populaires, les ouvriers non qualifiés se distinguant par une exposition très nette au chômage et à la précarité de l'emploi (en 2012, près d'un sur deux est soit au chômage, soit en contrat court), et les employés non qualifiés par des niveaux de salaire mensuel très souvent faibles (en raison notamment de la proportion élevée de temps partiel que l'on y trouve). Comme le montrent Claire-Lise Dubost et Lucas Tranchant (à paraître), l'opposition entre les salariés exposés au risque de sortie durable de l'emploi et ceux qui conservent leur poste renforce ce clivage. L'« immobilité » professionnelle (au sens de maintien dans un même poste) fait apparaître un pôle stabilisé des classes populaires, constitué aux deux tiers par les professions ouvrières et employées qualifiées, qui se distingue fortement d'un pôle d'instabilité précaire où sont surreprésentés les employés et ouvriers peu qualifiés. Mais la ligne de clivage entre qualifiés et non qualifiés n'est pas la seule à traverser les classes populaires, comme nous allons le voir.

2.3. La permanence de lignes de clivage et de différenciation interne

Les groupes des employés et ouvriers restent de loin les plus ségrégés selon le sexe de la nomenclature socio-professionnelle, alors que les deux autres groupes salariés – les professions intermédiaires et les cadres – se sont, dans le même temps, sensiblement féminisés. On compte ainsi, de 1982 à 2012, environ 80 % de femmes au sein des employés et 80 % d'hommes ouvriers.

Au-delà de ce taux moyen, c'est la diversité du degré de féminisation des univers professionnels qui frappe. L'éventail est très large puisqu'il va d'environ une femme sur dix chez les chauffeurs, ouvriers qualifiés de type artisanal, policiers et militaires à la proportion inverse chez les personnels des services aux particuliers. Ce degré élevé de ségrégation sexuée des univers de travail et professions a des implications directes sur la composition des couples et ménages populaires, comme nous le montrons plus bas.

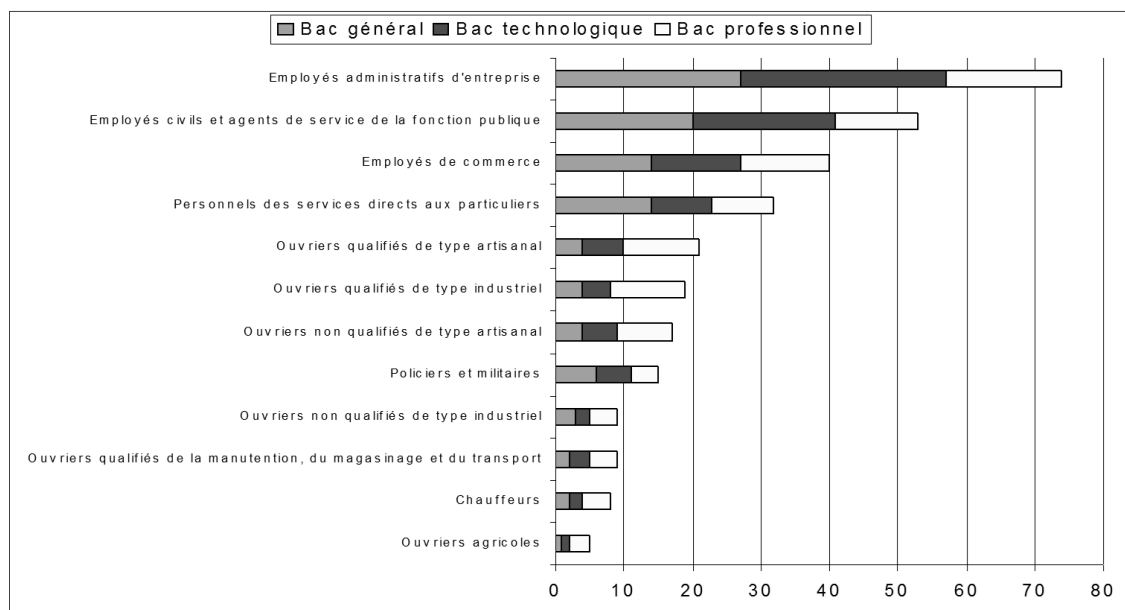
La présence des étrangers est toujours plus marquée dans ces groupes des employés et ouvriers qu'au sein des autres classes : elle est de 8 % en 2012, deux fois plus que pour les cadres et professions intermédiaires. Cette présence est pratiquement la même qu'il y a trente ans, une stabilité légèrement en trompe-l'œil puisqu'elle résulte d'une convergence entre ouvriers et employés : la part des étrangers diminue légèrement dans toutes les catégories ouvrières, alors qu'elle progresse sensiblement dans certaines professions d'employé, comme les agents de sécurité et les employés de commerce, et reste à un niveau élevé pour les personnels des services aux particuliers. Les salariés étrangers restent massivement concentrés parmi les ouvriers de type artisanal, non qualifiés (22 %) ou qualifiés (13 %), les employés des services aux particuliers (13 %), les ouvriers agricoles (10 %) et non qualifiés de type industriel (9 %) se situant en dessous. On compte en revanche seulement 3 % d'étrangers parmi les employés du secteur public et entre 5 et 7 % pour les autres catégories d'ouvriers et d'employés.

Le niveau de diplôme constitue, sans surprise, un trait qui distingue fortement les classes populaires des autres classes sociales : en 2012, 25 % des ouvriers et des employés ont au plus le certificat d'études, 10 % le brevet des collèges et 34 % un CAP ou un BEP ; au total, les classes populaires ne comptent que 32 % de bacheliers, contre 75 % parmi les professions intermédiaires et 91 % chez les cadres. Elles ont néanmoins connu elles aussi une élévation des niveaux de formation. La part des ouvriers et des employés ayant au plus le certificat d'études a en effet très fortement chuté en trente ans : respectivement de 66 % à 33 % et de 45 % à 19 %. Inversement, la part de bacheliers a fortement augmenté, passant de 11 % à 24 % pour les employés et de 2 % à 15 % pour les ouvriers, comme celle des diplômés du supérieur (de 3 % à 17 % pour les employés ; de moins de 1 % à 5 % pour les ouvriers). La détention d'un CAP, BEP ou de diplômes équivalents est désormais la situation la plus courante, avec 39 % des ouvriers et 30 % des employés. On observe une disparité interne des niveaux de formation (Graphique 2) les employés se situant toujours en moyenne nettement au-dessus des ouvriers en termes de diplôme. Au sein du groupe des employés, les différences entre catégories se sont maintenues, voire accentuées, avec les administratifs d'entreprise qui sont davantage (et de plus en plus) diplômés et les personnels des services aux particuliers qui le restent bien moins. Les employés de commerce ont

vu la part de diplômés du supérieur particulièrement augmenter (de 2 % à 19 %), ce qui reflète en partie un phénomène de déclassement. Chez les ouvriers, on observe une très nette distinction entre qualifiés et non qualifiés.

Graphique 2 : Une forte dispersion des taux de bacheliers (généraux, technologiques et professionnels)

En pourcentage de chacune des catégories d'ouvriers et d'employés en 2012



Notes : Ce graphique indique le plus haut diplôme obtenu dans l'enseignement secondaire général et dans l'enseignement technique ou professionnel. Ce n'est donc pas le plus haut diplôme obtenu tout court, qui peut être un diplôme de l'enseignement supérieur. Champ : actifs (en emploi ou au chômage) dans les groupes socio-professionnels d'employé et d'ouvrier.

Source : enquête *Emploi 2012* (Insee). Graphique réalisé par Tristan Poullaouec.

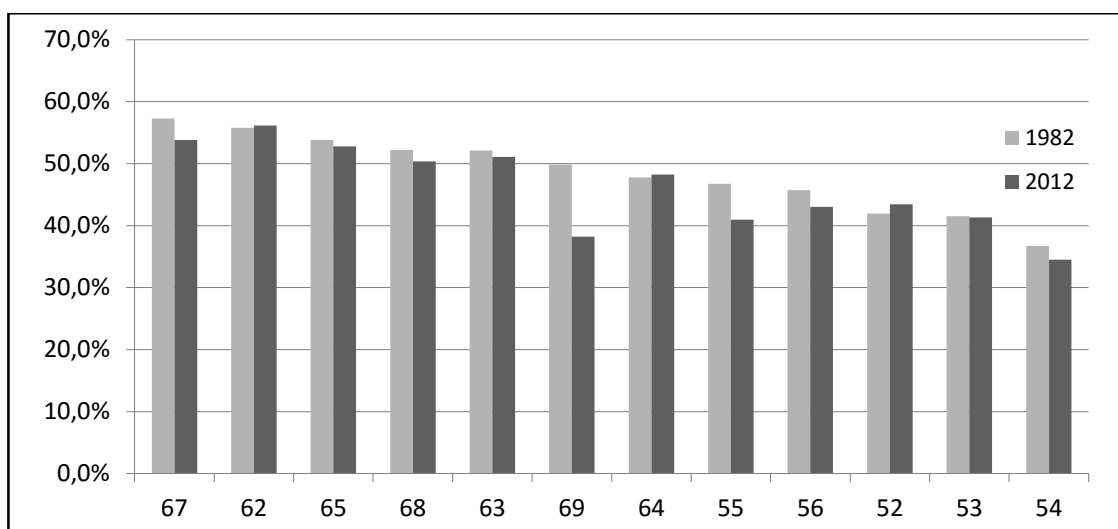
En trente ans, la très forte élévation d'ensemble des niveaux de formation n'a donc que peu réduit les écarts entre les différentes catégories ouvrières et employées, en dépit du fait que la massification scolaire a modifié en profondeur le rapport des classes populaires à l'école. Ces écarts importants renvoient à des différences de genre (les employés étant très majoritairement des femmes), et entre générations. Mais ils renvoient également au poids des socialisations familiales, ce qui invite à dépasser l'échelle individuelle.

2.4. Origines sociales et formation des couples : des individus aux milieux sociaux

Les classes populaires se distinguent très nettement des autres groupes sociaux par leurs origines sociales : ouvriers et employés sont composés à 46 % d'enfants d'ouvriers, une proportion trois fois plus importante que pour les cadres. La force de l'ancrage ouvrier est moins marquée pour les employés (41 %) que pour les ouvriers (52 %), et des différences doivent être soulignées entre catégories, les employés administratifs d'entreprise et les employés de commerce ayant des origines plus élevées. Néanmoins ces origines ouvrières constituent une importante ligne de césure entre classes populaires, moyennes et supérieures. De plus, cette spécificité ne se dément pas : la part des origines ouvrières est restée pratiquement la même qu'il y a trente ans, la progression légère de la proportion des enfants de cadres ou professions intermédiaires au sein des classes populaires (16 % en 2012 contre 10 % en 1982) étant compensée par le recul des origines agricoles (de 14 % à 7 %).

Graphique 3 : Des origines ouvrières qui restent fortes

En pourcentage de chacune des catégories d'ouvriers et d'employés en 2012 et 1982



Note: proportion des personnes dont le père était ouvrier lorsqu'elles ont arrêté leurs études initiales (ou à 16 ans).
Champ : actifs (en emploi ou au chômage) dans les groupes socio-professionnels d'employé et d'ouvrier.
Source: enquête *Emploi* (1982-2012, Insee). Graphique réalisé par Thomas Amossé.

Cette prégnance des origines ouvrières invite, au-delà des différences existant entre employés et ouvriers, à ne pas occulter le poids toujours actuel du groupe ouvrier dans la dynamique de recomposition sociale qui caractérise les classes populaires, et qui structure également la constitution des couples et des ménages.

En 2012, les classes populaires se distinguent par une proportion élevée de personnes vivant seules (37 %, contre 29 % des professions intermédiaires et 25 % des cadres). Sur la période étudiée, la distance à la vie conjugale a augmenté, en France, pour une très large part des

actifs⁴. Mais cette distance à la vie conjugale varie selon le sexe et le milieu social. Les ménages d'une seule personne (célibataire, parent séparé ou veuf vivant sans enfant) sont ainsi sur-représentés parmi les hommes employés et ouvriers de plus de trente ans (22 % et 18 %, contre 16 et 14 % chez les professions intermédiaires et les cadres). De leur côté, les femmes de milieux populaires sont plus touchées par la monoparentalité que les femmes des autres milieux sociaux : en 2012, cette configuration familiale concerne 14 % des ouvrières, 13 % des employées ainsi que 23 % des chômeuses n'ayant jamais travaillé (contre 8 % des cadres et 9 % des professions intermédiaires).

La composition des couples s'est également modifiée sur la période. En 1982, le modèle de la spécialisation conjugale (un homme qui travaille et une femme au foyer) était dominant chez les actifs ouvriers : 43 % d'entre eux vivaient en couple avec une inactive, 32 % avec une employée et 18 % avec une ouvrière. Depuis, cette spécialisation a connu un net recul chez les ouvriers, où elle a chuté à 23 % en 2012, une proportion de couples formés d'un homme actif et d'une femme au foyer qui est désormais supérieure à celle de tous les autres groupes sociaux : 15 % pour les cadres, 13 % pour les professions intermédiaires, 18 % pour les employés.

Entre 1982 et 2012, l'homogamie (au sens strict d'une alliance conjugale au sein du même groupe socio-professionnel) a connu un recul au sein de l'ensemble des PCS, signe d'une plus grande mixité sociale dans la composition des couples. Mais les alliances homogames restent fréquentes et parmi les couples composés de femmes et d'hommes appartenant aux employés et ouvriers, l'hétérogamie s'explique d'abord par la ségrégation sexuée de ces deux groupes. Elle révèle aussi leur proximité inégale avec d'autres groupes sociaux. Ainsi, avec la progression de l'activité féminine et le recul du modèle de la femme au foyer, la part des hommes ouvriers (en couple) qui vivent avec une femme employée a-t-elle fortement augmenté entre 1982 et 2012 (de 32 à 46 %), de même que celle relative aux hommes ouvriers en couple avec une femme exerçant une profession intermédiaire (de 5 à 13 %). À l'inverse, la part des ouvrières vivant en couple avec un ouvrier a décliné, mais reste majoritaire (de 68 à 54 %). Quand ils sont employés, les hommes sont toujours plus souvent en couple avec une employée (de 43 à 47 %) et une femme exerçant une profession intermédiaire (de 11 à 20 %). Les alliances des femmes employées ont également évolué, même si c'est moins fortement : la part de celles qui ont un conjoint ouvrier ou employé a baissé (respectivement de 44 à 37 % et de 16 à 13 %), à l'inverse de celle des employées vivant avec un conjoint profession intermédiaire (stable à 22 %) ou cadre (de 3 à 10 %). On voit ainsi s'opposer, aux deux extrémités des classes populaires, les ouvriers non

⁴ Ce passage reprend des éléments de Bernard et Giraud, 2018.

qualifiés (moins de 10 % sont en couple avec des cadres, professions intermédiaires, artisans, commerçants ou chefs d'entreprise) et les catégories d'employés administratifs d'entreprise (34 % sont dans ce cas).

3. L'espace des ménages populaires contemporains

Quelles lignes de segmentation interne se dégagent plus précisément au sein des classes populaires ? Un travail statistique visant à mieux saisir la diversité des classes populaires a été mené à partir d'analyses factorielles et de classifications ascendantes hiérarchiques. Ce travail vient prolonger des recherches récentes qui ont approfondi l'analyse statistique de la structure sociale en élaborant des cartographies de l'espace social contemporain (Amossé, 2011 ; Bernard, 2017 ; Robette et Roueff, 2017 ; Caveng *et al.*, 2018) et en commençant à explorer l'hétérogénéité des classes populaires (Cayouette-Remblière, 2015 ; Peugny, 2015).

Une des singularités de notre démarche, nous l'avons dit, est de porter une attention toute particulière aux ménages. Mais définir la position sociale d'un ménage par la seule catégorie socio-professionnelle de sa « personne de référence » (qui est à 99 % un homme au sein des couples d'après la définition retenue dans l'enquête *Emploi* de l'Insee) présente des limites d'autant plus importantes que les femmes ont aujourd'hui largement investi le marché du travail. On s'est donc attaché à réaliser des analyses statistiques qui tiennent compte de la position professionnelle des deux conjoints.

Afin d'éclairer la diversité des ménages populaires, plusieurs typologies ont été réalisées⁵. Une première typologie (Bernard et Giraud, 2018) porte sur les unions formées par les inactives de moins de 60 ans en couple avec un employé ou un ouvrier, les employées et les ouvrières (les actives de ces deux groupes étant en emploi ou au chômage). Elle analyse l'hétérogénéité interne des femmes de milieux populaires au regard de leurs alliances matrimoniales. Une deuxième typologie (Amossé, 2019) porte sur les couples composés d'au moins un.e ouvrier.ère ou employé.e, et met en évidence la diversité des milieux populaires à partir de la position professionnelle de six membres de la famille rapprochée (les deux membres du couple, les parents et les beaux-parents). Enfin, une troisième analyse (Amossé, à paraître) menée, d'une part, sur l'ensemble des ménages⁶ et, d'autre part, sur les couples dont les deux membres sont soit ouvrier.ère.s, soit employé.e.s, soit inactif.ves non retraité.e.s, résume la diversité de leurs

⁵ Pour des précisions sur les méthodologies suivies, voir Bernard et Giraud (2018) ; Amossé (2019) ; Amossé (à paraître).

⁶ En se limitant aux ménages dits « non complexes », c'est-à-dire les ménages qui comprennent un ou deux adultes, ce qui exclut par exemple les ménages intergénérationnels et en colocation.

positions sociales et montre comment s'y articule la possession de différentes ressources (revenu, diplôme, origine sociale, type de protection liée à l'emploi, trajectoire géographique, localisation territoriale et statut résidentiel).

Les typologies réalisées fournissent des enseignements complémentaires. Elles mettent en évidence des pôles qui forment, pour la plupart, un continuum hiérarchisé, des plus précaires aux plus aisés et proches des classes moyennes. Elles font ainsi d'abord apparaître l'existence d'un « haut » et d'un « bas » au sein des populations étudiées. Les catégories du « haut » se caractérisent par une proximité économique, culturelle, sociale et conjugale avec les classes moyennes : elles sont notamment composées des femmes et des hommes les plus diplômés, qui ont les salaires les plus substantiels, dont l'origine sociale est la plus élevée, etc. On y trouve principalement des couples avec un.e employé.e administratif.ve d'entreprise ou un.e policier.e et militaire. Les ménages du « bas » se caractérisent, quant à eux, par un faible niveau de ressources à la fois économiques, scolaires, sociales, professionnelles, géographiques et familiales. Leur situation professionnelle est particulièrement marquée par la précarité, le chômage ou l'inactivité. Les ouvriers non qualifiés et les employés du nettoyage, positions plus souvent occupées par des travailleurs immigrés, y sont sur-représentés. Entre ce « haut » et ce « bas », les typologies mettent aussi en évidence l'existence d'un pan médian. On y trouve à la fois des ménages dont les conjoints détiennent un niveau de ressources intermédiaire (en termes de revenu, de diplôme, etc.) et des couples où il existe une certaine asymétrie entre les deux partenaires, l'un étant mieux inséré que l'autre sur le marché du travail. Ce résultat rejoint un autre : « faire couple » constitue une ressource décisive pour les ouvriers et les employés en matière de position sociale. Les ménages composés d'un.e seul.e employé.e ou ouvrier.ère, comme célibataire ou parent seul en particulier, se situent en effet, du point de vue de leurs ressources (notamment économiques), dans une position nettement plus fragile que les couples d'ouvriers et employés. Ce point mérite d'autant plus d'être souligné que ce n'est pas le cas des ménages composés uniquement d'un.e cadre, profession intermédiaire ou petit.e indépendant.e.

Dernier résultat important : les typologies ne se prêtent pas uniquement à une lecture stratifiée mais soulignent aussi que les classes populaires « du milieu » sont plurielles. Plus précisément, elles mettent en lumière l'existence de deux grands types de fractions médianes, qui se différencient notamment par leurs univers professionnels et leur localisation géographique : un premier pan est marqué par l'univers de la grande entreprise (on y trouve notamment des ouvriers qualifiés de type industriel) et est particulièrement présent dans des espaces ruraux, peu denses ou périphériques ; le second regroupe des ménages résidant plus souvent dans les grands pôles urbains et travaillant plus fréquemment dans de petites entreprises (on y trouve notamment des

personnels des services directs aux particuliers). Ces analyses suggèrent donc l'existence, au sein du continent que forment les ménages populaires, d'un haut, d'un bas mais aussi de fractions médianes, ces dernières se distinguant au regard des univers professionnels et des situations géographiques.

4. L'enquête par monographies de ménages : saisir, dans une logique ethnographique, les recompositions des styles de vie

Parallèlement aux analyses statistiques, des monographies de ménages ont été réalisées de 2014 à 2017. Ces monographies ont été conçues pour rassembler des données sur l'ensemble des dimensions qui composent les modes de vie, économiques, résidentielles, familiales, politiques et professionnelles. Le dispositif collectif de réalisation de ces monographies, qui visait à mobiliser les sociologues impliqués dans la recherche « Le "populaire" aujourd'hui » autour de la production d'un matériau d'enquête inédit et commun, s'inspire de la démarche ethnographique. Fondées sur trois entretiens approfondis au moins, le plus souvent échelonnés dans le temps, une observation du cadre matériel d'existence et un travail de contextualisation des ménages à partir des caractéristiques de leur espace résidentiel, ces monographies ont été réalisées très majoritairement auprès de couples hétérosexuels – les conjoints étant généralement interrogés séparément puis ensemble – et parfois auprès de leurs enfants. Préparé collectivement, le guide d'entretien⁷ explorait, les trajectoires sociales des enquêté·e·s et leurs pratiques quotidiennes : loisirs (des parents et des enfants), répartition du travail domestique et familial, relations avec l'école, travail, vacances, gestion du budget, pratiques alimentaires et rapport au corps, santé et usages des institutions sanitaires, modes d'inscription dans l'espace social local (sociabilité, engagements bénévoles, pratiques électorales).

Pensées comme un outil synthétique à même de dépasser, d'une part, une saisie individuelle de la condition sociale et, d'autre part, un émiettement du « populaire » en une multitude d'objets spécialisés ou de terrains ethnographiques circonscrits, ces monographies permettent d'analyser les ménages comme des groupes domestiques où se jouent des rapports de force mais aussi de solidarité et de socialisation entre femmes et hommes et entre générations, ainsi que comme des lieux de réfraction des transformations affectant la condition des classes

⁷ Ce guide d'entretien est consultable en ligne, ainsi que la fiche de synthèse qui a été utilisée pour mettre en commun les données : <https://journals.openedition.org/sociologie/4839>

populaires, notamment le désenclavement culturel croissant et le renforcement de la domination économique.

Les contours du corpus de ménages enquêtés ont été définis de façon dynamique. Ainsi, lors de la première série de monographies ont d'abord été visés des couples composés d'employé·e·s ou ouvrier·ère·s en emploi avec au moins un enfant d'âge scolaire, situation familiale qui expose tendanciellement à toute une série d'institutions et aux normes qu'elles diffusent (sanitaires, scolaires, plus largement éducatives et morales). Au regard du portrait des classes populaires fourni par les traitements statistiques de l'enquête *Emploi*, ce premier corpus se caractérisait par une sur-représentation des ouvriers et des employés du public habitant dans des agglomérations grandes ou moyennes. Une « rectification » a donc été opérée pour les monographies suivantes, afin de privilégier des enquêté·e·s habitant dans des espaces périurbains et ruraux, occupant des emplois dans le secteur privé (agents de sécurité, employés de commerce, chauffeurs routiers) ou au chômage, ainsi que des hommes vivant seuls.

Les propos enregistrés ne sont pas le seul matériau recueilli. Ont également été utilisés des observations au sein du ménage (par exemple de la décoration des intérieurs ou de repas auxquels étaient conviés les sociologues) et dans des lieux publics tels que les fêtes d'école ou les clubs sportifs, mais aussi des photographies (du quartier et du logement, parfois du travail et des loisirs), des documents privés (comme les courriers échangés avec une enseignante de primaire déplorant le comportement du fils d'une enquêtée), des échanges de courriels ou encore des éléments tirés de sites internet (Facebook ou Copains d'avant, associations sportives, forums de consommateurs ou de patients).

Le caractère « total » du questionnement et la dimension privée de certains thèmes ont conduit au choix d'enquêté·e·s repérés antérieurement pour leurs « dispositions à parler », qui supposent des dispositions réflexives et des ressources langagières, ainsi qu'une habitude des interactions avec des membres d'autres classes sociales et/ou des relations de confiance construites dans la durée avec les sociologues. De fait, les ménages ont été largement « recrutés » par l'activation de réseaux d'interconnaissance directe ou indirecte : relations interpersonnelles familiales, amicales, professionnelles ou forgées dans la fréquentation d'une même école dans le cas de parents d'enfants scolarisés. Dans certains cas en effet, une proximité géographique rapproche enquêté·e·s et sociologues, qui vivent dans des lieux de résidence diversifiés : région parisienne, autres grandes agglomérations, villes moyennes, espaces périurbains ou ruraux. Des enquêté·e·s ont également été sollicités parce qu'ils avaient participé à des recherches antérieures ou à un travail de thèse. Une répartition générationnelle s'est mise en place : les sociologues titulaires ont généralement rencontré les enquêté·e·s les plus âgés, les étudiant·e·s et les

doctorant·e·s les enquêté·e·s les plus jeunes. La contextualisation et la confiance propres à l'ethnographie ne sont donc pas absentes du dispositif d'enquête, les monographies étant le plus souvent fondées sur l'activation de relations de proximité relative et plus ou moins anciennes entre enquêté·e·s et sociologues. Manifestant peu de bonne volonté culturelle, ils sont en revanche dotés de dispositions à parler liées notamment à leur expérience de suivis thérapeutiques par des professionnels « psy ». Le cadre même des entretiens, l'espace privé, tend à favoriser la parole puisqu'il est « à l'abri relatif des rapports de domination et de confrontation entre classes sociales » (Gilbert, 2016) – même si l'entretien avec un ou une sociologue réactive une forme de domination culturelle et même si les femmes peuvent être plus à l'aise que les hommes face aux questions portant sur la fabrication ordinaire du style de vie⁸.

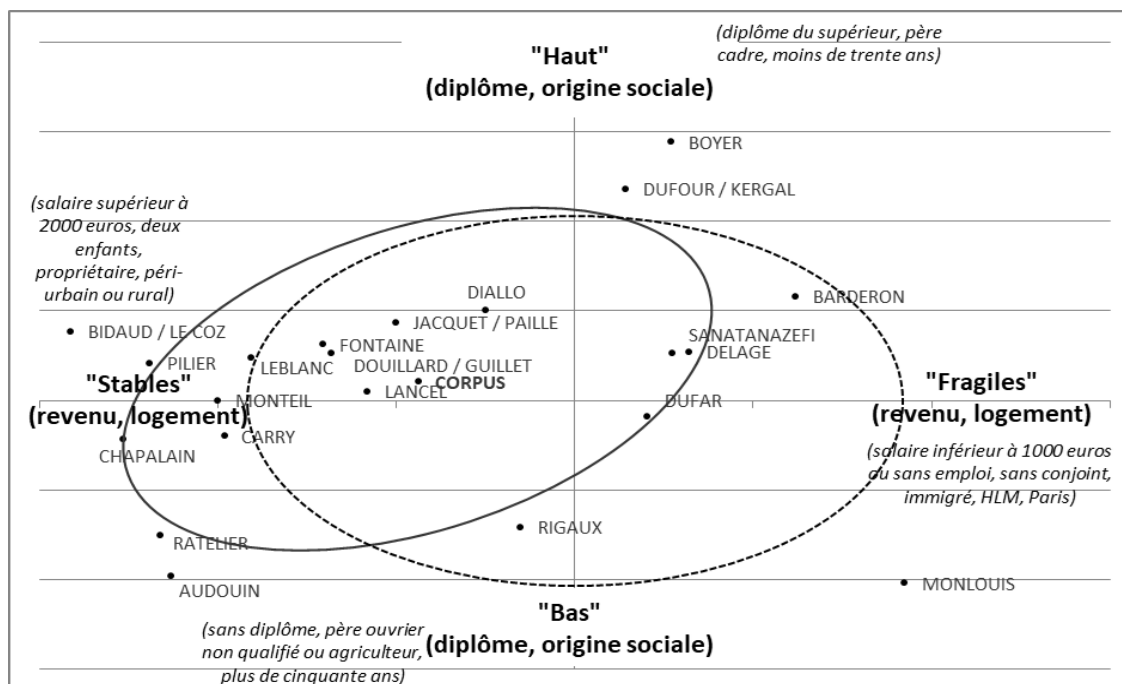
La variété des modes d'accès aux enquêté·e·s produit de fait un corpus diversifié de 27 monographies⁹. Les consignes relatives aux propriétés sociales des ménages à contacter n'ont pas abouti à l'imposition de critères excluant de façon stricte telle ou telle situation. Les couples composés d'une employée et d'un ouvrier, eux-mêmes d'origine populaire, titulaires d'un CAP ou d'un BEP, propriétaires dans le péri-urbain ou le rural y sont sur-représentés, mais le corpus comprend également d'autres situations familiales (femmes vivant seules avec leurs enfants, homme célibataire, hommes vivant en couple), professionnelles (retraité·e·s, femmes au foyer et chômeurs/chômeuses, professions intermédiaires et artisans), culturelles (absence de diplôme et, à l'inverse, détention d'un diplôme du supérieur) et résidentielles (locataires HLM, en Ile-de-France ou dans de grandes agglomérations). Afin d'objectiver au mieux et de contrôler les spécificités des enquêté·e·s ayant fait l'objet d'une monographie, une analyse factorielle, réalisée sur l'ensemble des ménages comportant au moins un actif et un·e employé·e ou ouvrier·ère dans l'enquête *Emploi*, a permis de situer ces ménages dans l'espace ainsi constitué (graphique 4) : le corpus des ménages enquêtés se situe bien, pour l'essentiel, dans la fraction médiane et stabilisée des classes populaires.

⁸ Sur tous ces points, voir l'article de Gérard Mauger et Marie-Pierre Pouly (2019) qui analysent la relation d'enquête comme « cas particulier des relations de face à face entre individus socialement hiérarchisés » et donc comme « situation qui se prête à l'étude des échanges symboliques entre classes sociales ».

⁹ Une présentation des caractéristiques sociales de l'ensemble des ménages rencontrés pour la réalisation de des monographies est consultable en ligne : <http://journals.openedition.org/sociologie/docannexe/image/4749/img-1.jpg>

AMOSSÉ, Thomas, BERNARD, Lise, CARTIER, Marie, LECHIEN, Marie-Hélène, MASCLLET, Olivier, SCHWARTZ, Olivier, SIBLOT, Yasmine (2019), «Comment étudier les classes populaires contemporaines? De l'analyse statistique d'un espace social à une enquête par monographies de ménages», *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – A construção civil numa perspetiva sociológica: enquadramento e análise, pp. 162-185.
DOI: 10.21747/08723419/soctem2019a7

Graphique 4: une cartographie factorielle des ménages du corpus



Méthode : premier plan factoriel d'une analyse des correspondances multiples effectuée sur les données individus de l'enquête *Emploi* (variables de sexe, âge, nombre d'enfants, position sociale du conjoint (le cas échéant), revenu, diplôme, origine sociale et situation résidentielle ; modalités du tableau en annexe), où les ménages du corpus ont été positionnés (en majuscules) en fonction des coordonnées moyennes de leurs membres ; Lecture : les deux ellipses figurent la dispersion des nuages de points de l'échantillon d'enquête et du corpus. Champ : ménages comportant au moins un actif et un.e employé.e ou ouvrier.ère (en emploi ou au chômage) ; Source : enquête *Emploi* de 2014 (Insee) et corpus de monographies du projet « Le "populaire" aujourd'hui ».

Graphique réalisé par Thomas Amossé.

Pour autant, le corpus n'est pas représentatif au sens statistique du terme, c'est-à-dire que sa diversité ne reflète pas fidèlement celle des classes populaires dans leur ensemble, ni même celle des classes populaires médianes stabilisées. Il n'en rend pas moins compte d'une large palette de situations du point de vue du sexe, de la position résidentielle, des professions exercées et de la structure des ménages au sein des fractions médianes stabilisées des classes populaires, tout en proposant aussi secondairement le contrepoint de ménages pauvres ou au contraire proches des classes moyennes. Les ménages aux revenus les plus faibles sont composés de femmes vivant seules avec leurs enfants et de couples où les femmes sont soit au foyer, soit occupent des emplois peu rémunérés et à temps partiel. Les ménages aux revenus proches de ceux des classes moyennes renvoient quant à eux à deux situations : celle de couples relativement âgés, qui ont progressivement accumulé des ressources de stabilité (même si leurs trajectoires ne sont pas linéaires), et celle de couples assez jeunes, plus diplômés. Le corpus s'avère ainsi suffisamment

divers pour dégager certaines constances du mode de vie des classes populaires médianes stabilisées par contraste avec d'autres fractions des classes populaires, mais aussi certains principes de variation interne tant du point de vue du processus de stabilisation sociale que des rapports de genre au foyer et des formes de relations « eux / nous ».

Dans le cadre de cet article, il ne nous est pas possible de développer les analyses réalisées sur ces matériaux, qui sont présentées dans d'autres publications¹⁰. Mentionnons-en les grandes lignes. Notre recherche visait à étudier les fractions médianes des classes populaires et la recomposition de leurs styles de vie, à partir des ménages et non des individus. Il s'agissait de mettre en lumière des couples et des familles dans lesquels les deux conjoints le plus souvent travaillent et qui, en raison notamment de ces revenus, n'appartiennent pas aux fractions les plus démunies auxquelles sont généralement identifiées l'ensemble des classes populaires. Le travail tant statistique que monographique a permis de donner une certaine consistance à cette hypothèse d'un « milieu », tout en démontrant la variété interne de cette strate. Un premier axe d'analyse a porté sur les modalités de l'accès à la stabilité sociale en milieu populaire en mettant notamment l'accent sur les ressources de stabilisation liées au fait d'être en couple. La combinaison des analyses statistiques de la mobilité sociale et professionnelle et des monographies donne accès à la complexité du processus de stabilisation sociale qui ne tient jamais à un seul et unique facteur explicatif mais à la combinaison de propriétés biographiques individuelles, d'effets de contextes ainsi que de configurations de relations conjugales et familiales. Le deuxième axe d'analyse focalise l'attention sur la division sexuée dans l'organisation domestique et les rapports de genre au foyer. Il a mis en lumière une large palette de situations de famille, en lien avec le degré de participation, décisif mais fragile, des femmes au marché du travail. Si l'égalité dans la division du travail domestique reste un horizon lointain pour la plupart des ménages, ce n'est pas sans lien avec les contraintes professionnelles qui pèsent sur leurs membres. Entre dépassement et perpétuation de fonctionnements sexués, résignation et revendications pour plus de partage entre conjoints, les monographies et données statistiques sur les emplois du temps donnent à voir des classes populaires aux fonctionnements fortement diversifiés sur la scène domestique. La troisième thématique s'arrête sur les formes de la relation aux autres classes sociales, au clivage entre « eux » et « nous », à la fois en termes de représentation par ces ménages de leur propre position sociale et de leurs relations aux autres groupes sociaux, et à travers les pratiques concrètes de sociabilité et les contacts sociaux entretenus sur différentes scènes (familiales, de voisinage,

¹⁰ Ces analyses ont donné lieu à des numéros de revue (Amossé et Cartier, 2018 ; Lechien et Siblot, 2019 ; Bernard, Masplet et Schwartz, à paraître) et à un ouvrage fondé sur un ensemble de portraits (à paraître).

AMOSSE, Thomas, BERNARD, Lise, CARTIER, Marie, LECHIEN, Marie-Hélène, MASCLET, Olivier, SCHWARTZ, Olivier, SIBLOT, Yasmine (2019), «Comment étudier les classes populaires contemporaines? De l'analyse statistique d'un espace social à une enquête par monographies de ménages», *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Numéro thématique – A construção civil numa perspetiva sociológica: enquadramento e análise, pp. 162-185.
DOI: 10.21747/08723419/soctem2019a7

professionnelles, institutionnelles etc.). Elle rend compte de la prégnance d'une «conscience sociale triangulaire» (Collovald et Schwartz, 2006 ; Schwartz, 2011) (affaiblissement du « nous » collectif de classe, rejet de la figure des « assistés »), et de l'intensité variable de la pénétration de normes scolaires et éducatives, sanitaires, économiques, etc.

Références

- ABDELNOUR, Sarah, LAMBERT Anne (2014), « "L'entreprise de soi". Un nouveau mode de gestion politique des classes populaires ? Analyse croisée de l'accession à la propriété et de l'auto-emploi (1977-2012) », *Genèses*, n°95, p. 27-48.
- ALONZO, Philippe, HUGREE, Cédric (2010), *Sociologie des classes populaires*, Paris, Armand Colin.
- AMOSSE, Thomas (2011), « Cadres/non cadres : une frontière toujours persistante », in Paul Bouffartigue, Charles Gadéa, Sophie Pochic (dir.), *Cadres, classes moyennes : vers l'éclatement ?*, Armand Colin, p. 32-45.
- AMOSSE, Thomas (2015), « Portrait statistique des classes populaires contemporaines », *Savoir/agir*, 4, p. 13-20.
- AMOSSE Thomas (2019), « Diversité et dynamique des couples populaires au regard de leur milieu social familial. Une analyse statistique à partir des enquêtes *Emploi* (2011-2014) et *Formation et qualification professionnelle* (1993 et 2014/2015) », *Sociologie*, n°1, vol. 10.
- AMOSSE Thomas (sem data), « Quelle classification socio-professionnelle des ménages populaires ? » (à paraître).
- AMOSSE, Thomas, CARTIER, Marie (dir.) (2018), « Ménages populaires », *Travail, genre et sociétés*, n°39.
- AVRIL Christelle (2014), *Les aides à domicile : un autre monde populaire*, Paris, La Dispute.
- BERNARD Lise (2017), *La précarité en col blanc. Une enquête sur les agents immobiliers*, Paris, Presses universitaires de France.
- BERNARD Lise, GIRAUD Christophe (2018), « Avec qui les ouvrières et les employées vivent-elles en couple ? », *Travail, genre et sociétés*, n°39, p. 41-61.
- BERNARD, Lise, MASCLET, Olivier, SCHWARTZ, Olivier (dir.) (sem data), « Les "classes populaires du milieu" : position, condition, styles de vie », *Sociétés contemporaines* (à paraître).
- BEROUD, Sophie, BOUFFARTIGUE, Paul, ECKERT, Henri, MERKLEN, Denis (2016), *En quête des classes populaires. Un essai politique*, Paris, La Dispute.
- BESSIERE, Céline, GOLLAC, Sibylle (2014), « Travailleur indépendant », in Pierre-Marie Chauvin, Michel Grossetti, Pierre-Paul Zallio (dir.), *Dictionnaire sociologique de l'entrepreneuriat*, Presses de Science Po, p. 537-550.
- BOURDIEU, Pierre (1984), « Espace social et genèse des classes », *Actes de la recherche en sciences sociales*, n°52-53, p. 3-12.

AMOSSÉ, Thomas, BERNARD, Lise, CARTIER, Marie, LECHIEN, Marie-Hélène, MASCLLET, Olivier, SCHWARTZ, Olivier, SIBLOT, Yasmine (2019), «Comment étudier les classes populaires contemporaines? De l'analyse statistique d'un espace social à une enquête par monographies de ménages», *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Numéro thématique – A construção civil numa perspetiva sociológica: enquadramento e análise, pp. 162-185.
DOI: 10.21747/08723419/soctem2019a7

BOURDIEU, Pierre (1979), *La Distinction. Critique sociale du jugement*, Paris, Minuit.

BRUNEAU, Ivan, LAFERTE, Gilles, MISCHI, Julian, RENAHY, Nicolas (dir.) (2018), *Mondes ruraux et classes sociales*, Paris, éd. EHESS.

CARTIER, Marie, COUTANT, Isabelle, MASCLLET, Olivier, SIBLOT, Yasmine (2008), *La France des « petits-moyens »*. Enquête sur la banlieue pavillonnaire, Paris, La Découverte.

CAVENG, Rémy, DARBUS, Fanny, DENORD, François, SERRE, Delphine, THINE, Sylvain (2018), « Des morales de classe ? Dispositions éthiques et positions sociales dans la France contemporaine », *Actes de la recherche en sciences sociales*, n°224, p. 76-101.

CAYOINETTE-REMBLIERE, Joanie (2015), « De l'hétérogénéité des classes populaires (et de ce que l'on peut en faire) », *Sociologie*, vol. 6, n°4, p. 377-400.

COLLOVALD Annie, SCHWARTZ Olivier (2006), « Haut, bas, fragile : sociologies du populaire », *Vacarme*, n°37, p. 50-55.

COQUARD, Benoît (2016), « "Nos volets transparents". Les potes, le couple et les sociabilités populaires au foyer », *Actes de la recherche en sciences sociales*, n°215, 2016, p. 90-101.

DELAY, Christophe, FRAUENFELDER, Arnaud, PIGOT, Nathalie, SCHULTHEIS, Franz (dir.) (2009), *Les classes populaires aujourd'hui. Portraits de familles, cadres sociologiques*, Paris, L'Harmattan.

DESROSIERES, Alain, THEVENOT, Laurent (2002), *Les catégories socioprofessionnelles*, La Découverte.

DUBOST, Claire-Lise, TRANCHANT, Lucas (sem data), « Les mobilités discrètes : quand les ouvriers et les employés changent d'emploi sans changer de position sociale », à paraître.

GILBERT, Pierre (2016), « Classes, genre et styles de vie dans l'espace domestique », *Actes de la recherche en sciences sociales*, n°215, p. 4-15.

GIRARD, Violaine (2017), *Le vote FN au village. Trajectoires de ménages populaires du périurbain*, Vulaines-sur-Seine, éditions du Croquant.

HAMEL, Christelle, SIMEANT, Johanna (2006), « Genre et classes populaires », *Genèses*, n°64, p. 2-4.

HOGGART, Richard (1970 [1957]), *La culture du pauvre. Étude sur le style de vie des classes populaires en Angleterre*, traduit de l'anglais par F. Garcias, J.-C. Garcias et J.-C. Passeron, Paris, Minuit.

HUGREE, Cédric, PENISSAT, Étienne, SPIRE (2017), Alexis, *Les classes sociales en Europe. Tableau des nouvelles inégalités sur le vieux continent*, Marseille, Agone.

LECHIEN, Marie-Hélène, SIBLOT Yasmine (dir.) (2019), « "Eux/nous/ils" ? Sociabilités et contacts sociaux en milieu populaire », *Sociologie*, vol. 10.

MAUGER, Gérard (2006), « Les transformations des classes populaires en France depuis 30 ans » in Jean Lojkine, P. Cours-Salies, M. Vakaloulis (dir.), *Nouvelles luttes de classes*, Paris, PUF.

MAUGER, Gérard, POULY, Marie-Pierre (2019), « Enquêter en milieu populaire. Une étude des échanges symboliques entre classes sociales », *Sociologie*, vol. 10, 1, p. 37-54.

PERRIN-HEREDIA, Ana, (2013), « Le "choix" en économie. Le cas des consommateurs pauvres », *Actes de la recherche en sciences sociales*, 4, n°199.

AMOSSÉ, Thomas, BERNARD, Lise, CARTIER, Marie, LECHIEN, Marie-Hélène, MASCLET, Olivier, SCHWARTZ, Olivier, SIBLOT, Yasmine (2019), «Comment étudier les classes populaires contemporaines? De l'analyse statistique d'un espace social à une enquête par monographies de ménages», *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – A construção civil numa perspetiva sociológica: enquadramento e análise, pp. 162-185.
DOI: 10.21747/08723419/soctem2019a7

PEUGNY, Camille (2015), « Pour une prise en compte des clivages au sein des classes populaires. La participation politique des ouvriers et des employés », *Revue française de science politique*, vol. 65, 5-6, 2015, p. 735-759.

ROBETTE, Nicolas, ROUEFF, Olivier (2017), « L'espace contemporain des goûts culturels. Homologies structurales entre domaines de pratiques et entre classes sociales », *Sociologie*, vol. 8, 4, p. 369-394.

SAVAGE, Mike (dir.) (2015), *Social Class in the 21st Century*, Londres, Pelican (Penguin Books).

SCHWARTZ, Olivier (1998), « La notion de "classes populaires" », Habilitation à diriger des recherches en sociologie, Université de Versailles-Saint-Quentin-en-Yvelines.

SCHWARTZ, Olivier (2011), « Peut-on parler des classes populaires ? », La Vie des idées (laviedesidees.fr), 13 septembre 2011.

SIBLOT, Yasmine, CARTIER, Marie, COUTANT, Isabelle, MASCLET, Olivier, RENAHY, Nicolas (2015), *Sociologie des classes populaires contemporaines*, Paris, Armand Colin.

Thomas Amossé. CNAM / CEET, Laboratoire Interdisciplinaire pour la Sociologie Économique (LISE). Le Lise, 2, rue de Conté, 75003 – Paris, France. Email: thomas.amosse@lecnam.net

Lise Bernard. CNRS, Centre Maurice Halbwachs. École Normale Supérieure, Bâtiment Oikos, Bureau R4-46, 48 boulevard Jourdan, 75014 – Paris, France. Email: lise.bernard@cnrs.fr

Marie Cartier. Université de Nantes, Centre Nantais de Sociologie (CENS). Bâtiment Tertre Chemin de la Censive du Tertre BP 81227 44312 Nantes Cedex 3, France. Email: Marie.Cartier@univ-nantes.fr

Marie-Hélène Lechien. Université de Limoges, GRESCO. 15, rue de l'Hôtel Dieu - TSA 71117 - 86073 POITIERS Cedex 9 – France. Email: marie-helene.lechien@unilim.fr

Olivier Masclet. Université Paris Descartes, CERLIS. 45, rue des Saints-Pères F-75270 Paris Cedex 06 – France. Email: olivier.masclet@parisdescartes.fr

AMOSSÉ, Thomas, BERNARD, Lise, CARTIER, Marie, LECHIEN, Marie-Hélène, MASCLET, Olivier, SCHWARTZ, Olivier, SIBLOT, Yasmine (2019), «Comment étudier les classes populaires contemporaines? De l'analyse statistique d'un espace social à une enquête par monographies de ménages», *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – A construção civil numa perspectiva sociológica: enquadramento e análise, pp. 162-185.
DOI: 10.21747/08723419/soctem2019a7

Olivier Schwartz. Université Paris Descartes, CERLIS, 45, rue des Saints-Pères
F-75270 Paris Cedex 06 – France. Email: schwartz@wanadoo.fr

Yasmine Siblot. Université Paris 8, CRESPPA-CSU. Cresppa-CSU. 59-61 rue Pouchet
75017 Paris – France Email: yasmine.siblot@univ-paris8.fr

Artigo recebido em 15 de junho de 2019. Publicação aprovado em 29 de outubro de 2019.

SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES

N.º XXV, JANEIRO-JUNHO 2013

EDITORIAL

ARTIGOS

A mudança em Portugal, nos romances de Lídia Jorge: esboço de interpretação sociológica de uma interpretação literária

Augusto Santos Silva

Trabalho, Qualificação, Poder e Precariedade: uma abordagem dinâmica à estruturação dos modelos produtivos, a partir de um estudo de caso da profissão científica

Alfredo Campos

Desigualdades sociais e ação coletiva nas sociedades contemporâneas: a fecundidade teórica de Pierre Bourdieu e de Nicos Mouzelis

Nuno Nunes

Uma proposta multidisciplinar para o entendimento da centralidade urbana como facto social total

Adriano Zilhão

Propagandas e blogues como narrativas de políticas urbanas na cidade de Almada

Roselane Gomes Bezerra

A celebridade pós-moderna da solidão plural e da banalidade pública

Paulo Barroso

A política de *classe* na economia do Estado Novo: a burguesia como classe beneficiária

João Valente Aguiar

A inovação social como utopia renovada: o caso da Associação Humanitária Habitat

Vera Diogo e Paula Guerra

Para uma gramática museológica do (re)conhecimento: ideias e conceitos em torno do inventário participado

Lorena Sancho Querol

Incerteza e redefinições do trabalho médico: um estudo de caso sobre o aconselhamento genético no cancro hereditário

Hélder Raposo

RECENSÃO

Recensão crítica do livro *Des bons voisins. Enquête dans un quartier de la bourgeoisie progressiste*

Tiago Castro Lemos

N.º XXVI, JULHO-DEZEMBRO 2013

EDITORIAL

ARTIGOS

Toward a Sociology of Wealth: definitions and historical comparisons

Richard Lachmann

Principais estádios evolutivos da sociologia em Portugal

Hernâni Veloso Neto

Condomínios habitacionais fechados: (im)precisões conceptuais. Apontamentos para um debate sobre urbanidade e autonomia, segregação e qualidade de vida

Marta Martins

Análise comparativa dos divórcios em casais nacionais e binacionais em Portugal (2001-2010)

Sofia Gaspar, Madalena Ramos e Ana Cristina Ferreira

Carreira, arte feminista e mecenato: uma abordagem à dimensão económica do circuito artístico principal sob uma perspetiva de género

Rui Pedro Fonseca

Os movimentos sociais e a crítica epistemológica ao local de produção do conhecimento científico

Caetano De' Carli e Elizardo Scarpatti Costa

As Paneleiras de Goiabeiras e a dinâmica da Cultura do Barro

Marcelo de Souza Marques e Vinicius de Aguiar Caloti

FÓRUM

The Vale do Amanhecer. Healing and spiritualism in a globalized brazilian new religious movement

Massimo Introvigne

Panoramas umbrais da modernidade: autoidentidade e o *dissensu* matrimonial em Anthony Giddens

Antônio Augusto Oliveira Gonçalves e Daniella Santos Alves

Implantação geográfica dos portugueses em França: evolução observada entre 1990 e 2009

Jorge Portugal Branco

RECENSÃO

Recensão crítica do livro *Portugal nas Transições – O Calendário Português desde 1950*

Miguel Quaresma Brandão

N.º XXVII, JANEIRO-JUNHO 2014

EDITORIAL

ARTIGOS

A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990

Ricardo Antunes

Trabalho e processos de marginalização social no século XXI: aproximações teóricas e dados estatísticos

Agostinho Rodrigues Silvestre e Luís Fernandes

Diplomados do ensino superior e posicionamentos avaliativos

Luísa Pinheiro

Participação associativa dos investigadores científicos em Portugal

Luís Junqueira, Ana Delicado, Raquel Rego e Cristina Palma Conceição

A economia social como setor empregador nos distritos de Viseu e da Guarda

Maria Teresa de Sousa e Ilona Kovács

Autonomia, autoridade e confiança em tempo de novas TIC: atitudes e práticas diferenciadas entre os alunos do secundário

Nuno Ferreira

Deambulações exploratórias no Centro Histórico de Guimarães – pontos de chegada sociológicos num estudo multidisciplinar

Natália Azevedo e Raquel Cadilhe Pereira

N.º XXVIII, JULHO-DEZEMBRO 2014

EDITORIAL

ARTIGOS

Política e Administração: em que medida a atividade política conta para o exercício de um cargo administrativo

João Bilhim

Para uma história operária do capital: classe, valor e conflito social

Ricardo Noronha

Da Geração à Rasca ao *Que se Lixe a Troika*. Portugal no novo ciclo internacional de protesto

José Soeiro

Rituais Familiares: Práticas e Representações Sociais na Construção da Família Contemporânea

Rosalina Costa

Padrões de mudança de casa e eventos de vida: uma análise das carreiras habitacionais

Magda Nico

A fotografia como retrato da sociedade

Ana Rita Bastos

Narrativas das relações entre o Estado e as organizações do terceiro setor: algumas pistas de análise

Paula Guerra e Mónica Santos

A Socialização Antecipatória para a Profissão Docente: estudo com Estudantes de Educação Física

Patrícia Gomes, Paula Queirós e Paula Batista

Fundos de conhecimento e egoredes: traduzindo uma abordagem teórico-metodológica

Filipa Ribeiro

TEXTOS

Contributos para a definição de uma visão estratégica na construção de um percurso profissional de sucesso

Rui Santos

N.º XIX, JANEIRO-JUNHO 2015

EDITORIAL

ARTIGOS

Uma etnografia das práticas e dos processos de produção de conhecimento em empresas e laboratórios

Luísa Veloso, Joana Lucas e Paula Rocha

Reverberações da medicalização: paisagens e trajetórias informacionais em consumos de performance

Telmo Costa Clamote

Pressupostos para a construção de uma sociologia das redes sociais

Joaquim Fialho

Redes sociais no recrutamento de imigrantes: fundamentos teóricos de uma proposta de explicação

Filipa Pinho

Das tensões entre desmistificar e reconhecer os discursos ao repensar o “social”: manifesto por uma sociologia eclética

Pedro dos Santos Boia

Espaços públicos: interações, apropriações e conflitos

Luciana Teixeira de Andrade e Luís Vicente Baptista

RSI, tolerância zero: o embrutecimento do estado

Ricardo Sá Ferreira

Os menores estrangeiros isolados ou não acompanhados em França e Portugal: a “batata quente”

Vítor Rosa

RECENSÃO

Recensão crítica da obra *De l'artification. Enquêtes sur le passage à l'art*

Natália Azevedo

N.º XXX, JULHO-DEZEMBRO 2015

EDITORIAL

ARTIGOS

Texturas, ou sobre os efeitos sociais das artes

Sara Melo

Palcos de inovação social: atores em movimento(s)

Ana Alves da Silva e Joana Almeida

O ensino público no olhar das elites escolares: representações sociais dos agentes educativos de dois colégios privados

Maria Luísa Quaresma

Da saúde e bem-estar/mal-estar ao termalismo

Maria Engrácia Leandro e Ana Sofia da Silva Leandro

Governança, participação e desenvolvimento local

Isabel Ferreira

Acidentes com tratores agrícolas e florestais: aprender para prevenir

Carlos Montemor, Luísa Veloso e João Areosa

A insustentável sustentabilidade das previsões económicas: reflexividade, etnoeconomia e neoliberalismo

Fernando Ampudia de Haro

N.º XXXI, JANEIRO - JUNHO 2016

EDITORIAL

ARTIGOS

Précarités: les effets de la rupture du lien social

Augusto Santos Silva

Políticas de reabilitação urbana e recomposição do tecido social no centro histórico do Porto: representações e discursos de moradores sobre a respetiva evolução recente

João Queirós

Conceitos e métodos para a avaliação de programas sociais e políticas públicas

Mauro Serapioni

Diferenças nas perceções dos valores organizacionais dos candidatos a cargos de direção superior na Administração Central do Estado

João Abreu de Faria Bilhim, Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia

O Catolicismo nos Contextos e Circunstâncias da Modernidade em Cabo Verde

Adilson Filomeno Carvalho Semedo

Comment les psychiatres se représentent-ils aujourd'hui "la" maladie mentale?

Caroline Guibet Lafaye

ENSAIO BIBLIOGRÁFICO

Notas sobre a dominação social em António Gramsci e Pierre Bourdieu

Marcello Felisberto Moraes de Assunção

N.º XXXII, JULHO - DEZEMBRO DE 2016

Carreiras e circuitos de músicos brasileiros: uma exploração etnográfica no Bairro Alto, Lisboa

Ricardo Bento, Graça Índias Cordeiro, Lígia Ferro

Consumo sustentável e ambiente: o papel do Estado e das políticas públicas na inculcação de disposições ambientalistas

Isabel Silva Cruz

A gestão de recursos humanos nas Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento portuguesas: uma análise interpretativa exploratória

Vanessa Marcos

Modèles de représentation sur la parentalité sociale du point de vue des jeunes portugais

Cristina Cunha Mocetão

Inserção profissional dos licenciados em Direito: da formação académica ao acesso às profissões reguladas

Mónica Santos

Narrativas acerca da formação de professores de Educação Física em contexto de prática supervisionada

Inês Cardoso, Paula Batista, Amândio Graça

A Ciência Biomédica e o Processo Civilizador

Bruna de Farias, Mari Cleise Sandalowski

RECENSÃO

Recensão da obra de FREIRE, André (Org.), (2015), *O Futuro da Representação Política Democrática*, Lisboa, Nova Vega.

Carolina Pimentel Corrêa

N.º XXXIII, JANEIRO – JUNHO DE 2017

Dulce Magalhães: marcas de um percurso

Os primórdios da economia social em Portugal. Contributos de Ramón de la Sagra
(I Parte)

Jordi Estivill

A typology of professional situations in the analysis of graduate transition from higher education to the labor market

Madalena Ramos, Cristina Parente, Mónica Santos, Miguel Chaves

Atitudes sociais face ao trabalho por conta própria em tempos de crise: da valorização do trabalho por conta própria a um retraimento da iniciativa empresarial

Ana Isabel Couto

Proposta de modelo explicativo das perceções sobre gestão e políticas públicas em matéria de cibersegurança e cibercrime

*Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia, Susana Isabel da Silva Santos,
João Abreu de Faria Bilhim*

A Vigilância Lateral e Participativa na Web 2.0

Rita Espanha, Tiago Estêvão

O Projeto *Orquestra Geração*. A duplicidade de um *evento* musical/social

Jorge Alexandre Costa, Graça Mota, Ana Isabel Cruz

Ciências sociais, arquivos e memórias: considerações a propósito das culturas musicais urbanas contemporâneas

Pedro Quintela, Paula Guerra

N.º XXXIV, JULHO – DEZEMBRO DE 2017

EDITORIAL

ARTIGOS

Os primórdios da economia social em Portugal. Contributos de Ramón de la Sagra (II Parte)

Jordi Estivill

Proletários ou profissionais? A condição do jornalista durante o Estado Novo (1934-1958)

José Nuno Matos

Comunicação interna e comprometimento organizacional: o caso da Autoridade para as Condições do Trabalho

Cátia Filipa Neto, Sofia Alexandra Cruz

As camadas internas da secularização: proposta de sistematização de um conceito essencialmente contestado

Jorge Botelho Moniz

O bem-estar das crianças e dos jovens em Portugal: contributos de uma pesquisa qualitativa

Magda Nico, Nuno de Almeida Alves

The Sámi Library, North of the North: colonialism, resistance and reading in a public library

Paula Sequeiros

RECENSÃO

MOTA, Graça e TEIXEIRA LOPES, João (Orgs.), (2017) *Crescer e tocar na Orquestra Geração*, Vila do Conde, Verso da História.

Irene Serafino

N.º XXXV, JANEIRO – JUNHO DE 2018

EDITORIAL

ARTIGOS

Perfis sociodemográficos da população sénior de Vila Nova de Gaia: de privilegiados, a remediados e excluídos

Hélder Alves; Idalina Machado; Sidalina Almeida; Joana Guedes; Adriano Zilhão; Óscar Ribeiro

Famílias em tempos de crise: a regulação judicial do exercício das responsabilidades parentais

Paula Casaleiro; Andreia Santos

As implicações dos indicadores de desempenho contratualizados na prática clínica da Medicina Geral e Familiar: um modelo profissional em mutação?

Hélder Raposo

A Composição Sociopolítica do Legislativo Brasileiro: uma análise da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (2004-2015)

Carolina Pimentel Corrêa

O impacto dos determinantes da inovação na geração de ideias no Ensino Superior: a perceção dos estudantes como evidência

Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia; Ireneu de Oliveira Mendes

Nas teias da construção identitária socioprofissional: práticas profissionais de trabalhadores sociais pós-graduados inseridos em organizações da economia social

Vera Diogo

Mundo do trabalho e pluralidade epistemológica: uma contribuição para o estudo da precariedade

Elizardo Scarpati Costa; Pablo Almada

N.º XXXV, JULHO-DEZEMBRO - 2018

EDITORIAL

ARTIGOS

Desvendando a praxe: desafios de uma incursão etnográfica

Inês Maia

Trabalho e educação de adultos em Portugal: uma perspetiva histórica de 1945 à Revolução dos Cravos

Rui Canário

A Igreja Universal do Reino de Deus no espaço público religioso global

Ari Pedro Oro e Marcelo Tadvald

Papel da Sociedade Civil em prol da Boa Governação – o caso de Moçambique

Pedrito Carlos Chiposse Cambrão

Ciência à medida: conflitos de interesse e interferência na investigação científica financiada

Rita Faria

Conhecer doença: os doentes em primeiro lugar

Paula Silva

Alianças e conflitos nos segmentos artísticos relativamente especializados: o caso do rock independente de Teresina no início do século XXI

Thiago Meneses Alves

NÚMERO TEMÁTICO | 2016 - Famílias e Curso de Vida. Potencialidades, limites e desafios metodológicos

EDITORIAL

NOTA DE APRESENTAÇÃO

ARTIGOS

Conceptual foundations of qualitative life course research

Walter R. Heinz

A pluralização limitada de trajetórias familiares em Portugal

Vasco Ramos

O mundo aos nossos olhos: socialização familiar e reflexividade

Ana Caetano

A seu tempo: um estudo sobre transições familiares precoces em Portugal no contexto Europeu

Diana Carvalho

A família conta: ilustrações a partir do fado

Ana Gonçalves

Quantas vidas cabem numa vida? Da autobiografia de 52 trabalhadores ao caso de um funcionário administrativo

Pedro Abrantes

Redes pessoais em Portugal numa perspetiva do percurso de vida

Rita Gouveia

NÚMERO TEMÁTICO | 2017 - Processos sociais e questões sociológicas

EDITORIAL

NOTA DE APRESENTAÇÃO

Bruno Monteiro, Ester Silva e Idalina Machado

ARTIGOS

A religião na cidade: territórios, materialidades e comunicação

Helena Vilaça

Artes e inclusão social: projetos e ações enquanto experiências metodológicas

Natália Azevedo

Diplomados universitários e sobre-educação

Carlos Manuel Gonçalves

Ensino politécnico, empreendedorismo e transição para o trabalho

Luís Nuno Sousa

“Terceiro setor”, “economia social” e “economia solidária”: laboratório
por excelência de inovação social

Naldeir dos Santos Vieira, Cristina Parente, Allan Claudius Queiroz Barbosa

Perfis de profissionalização: um contributo sociológico para
a compreensão das ONGD portuguesas

Vanessa Marcos

NÚMERO TEMÁTICO | 2018 - Cidade, cultura e turismo: novos cruzamentos

EDITORIAL

NOTA DE APRESENTAÇÃO. A ambivalência do turismo na transformação das cidades

João Teixeira Lopes; Helena Vilaça; Natália Azevedo

ARTIGOS

Mobilidade, Cidade e Turismo: pistas para analisar as transformações em curso
no centro histórico de Lisboa

Luís Vicente Baptista; Jordi Nofre; Maria do Rosário Jorge

A cidade imaginável: elementos para uma viagem visual e sensorial na cidade do Porto

Diogo Guedes Vidal

La ciudad y el turismo. Experiencias desde la gestión del *street art*

Ricardo Klein

The touristic Porto – gazing over the city

Tiago Miranda

Entre o fazer etnográfico e o fazer psicanalítico: reflexões sobre a “escuta” da população
sem-abrigo na rua de Cimo de Vila da Cidade do Porto

Julio Cesar Nicodemos; Lúgia Ferro

ESTATUTO EDITORIAL

A *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, da responsabilidade do Departamento de Sociologia, iniciou a sua edição em 1991, na sequência da criação da Licenciatura em Sociologia, em 1985, e do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, três anos depois.

Na qualidade de revista científica, tem como objetivo principal a divulgação de trabalhos de natureza sociológica que primam pela qualidade e pela relevância, em termos teóricos e empíricos. É, igualmente, um espaço que inclui os contributos provenientes de outras áreas disciplinares das ciências sociais. Prossegue uma linha editorial alicerçada na diversidade teórica e metodológica, no confronto vivo e enriquecedor de perspetivas, no sentido de contribuir para o avanço e para a sedimentação em particular do conhecimento sociológico.

A Revista aceita trabalhos de diversa natureza – artigos, resenhas, notas de investigação e ensaios bibliográficos – e em várias línguas como o português, francês, inglês e espanhol, o que visa alcançar um amplo campo de difusão e de internacionalização. Os trabalhos são avaliados por especialistas em regime de duplo anonimato. Publica-se semestralmente e com um número temático todos os anos.

A *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* está empenhada em assegurar a qualidade dos textos que publica e o cumprimento pelos intervenientes de uma postura que siga os princípios éticos exigidos para a edição de textos científicos. Serão respeitadas as normas do Committee on Publication Ethics (COPE) e da Associação Portuguesa de Sociologia (APS).

Responsabilidade dos autores:

- deverão garantir que os textos que submetem são originais, assumindo que não foram publicados – qualquer que tenha sido a sua forma de apresentação – e que não foram submetidos simultaneamente noutra publicação;
- deverão assegurar que o texto apresentado não é o resultado de uma prática de plágio ou de uma apropriação de criações intelectuais de outros autores sem o seu

consentimento legal, sendo que ambos se constituem como práticas eticamente inaceitáveis;

- deverão assegurar previamente a permissão para a utilização de conteúdos provenientes de outras fontes;
- sempre que os artigos surjam como resultado de investigações, a metodologia deverá ser descrita de forma clara e inequívoca, para que as conclusões obtidas possam ser objeto de avaliação. Igualmente deverão indicar as referências usadas e os suportes de financiamento;
- nenhum dos dados ou resultados apresentados deverá ser alvo de falsificação ou distorção intencional, de forma a ir ao encontro de uma determinada linha orientadora do trabalho ou às hipóteses de investigação previamente delineadas;
- deverão indicar possíveis conflitos de interesses que poderão ocorrer no processo de avaliação;
- deverão participar ativamente no processo de revisão em colaboração com o editor;
- todas as informações curriculares prestadas deverão ser verdadeiras. Na autoria deverão ser incluídas todas as pessoas que deram o seu contributo tanto na conceção e planificação do trabalho, como na interpretação dos resultados e na elaboração do texto;
- no caso dos artigos escritos em coautoria, o autor de correspondência deverá garantir um consenso pleno na aprovação da versão final do texto e na sua submissão para publicação.

Responsabilidade dos avaliadores:

- assumir o compromisso de empreender uma avaliação crítica, construtiva, justa e imparcial, contribuindo para a qualidade científica do texto;
- não aceitar elaborar um parecer sobre um texto cujo tema ultrapassa as suas competências ou se verificar a existência de um conflito de interesses que impeça de realizar a avaliação;
- nos casos em que o avaliador considere que o texto deverá ser modificado, todas as alterações a implementar deverão ser devidamente apresentadas e justificadas;
- sempre que o avaliador detetar a existência de um texto que já tenha sido publicado, na íntegra ou em parte, ou que tenha sido submetido em simultâneo

noutra publicação, ou então que não esteja de acordo com as normas éticas de publicação deverá comunicá-lo à Direção da revista.

Responsabilidade do editor:

- garantir uma posição de isenção e objetiva na avaliação dos textos, atendendo unicamente ao seu mérito científico. Respeitar a liberdade científica dos autores;
- garantir que todos os textos serão tratados de forma confidencial e que serão selecionados avaliadores o mais idóneos possível, que empreendam uma avaliação crítica e especializada dos textos submetidos para publicação;
- assegurar que o processo de avaliação decorrerá em regime de duplo anonimato e que os nomes e endereços apresentados na revista serão exclusivamente utilizados para os serviços por esta prestados, não sendo utilizados para outras finalidades ou fornecidos a terceiros;
- as alegações de plágio ou de uso indevido de textos publicados serão devidamente investigadas. Todos os textos submetidos para publicação serão sujeitos a uma verificação minuciosa para deteção de plágio. Nos casos em que o mesmo seja detetado ou em que se verifique a utilização de textos de outros autores sem autorização prévia dos mesmos, reserva-se o direito de tomar as medidas em conformidade.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO

– INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES –

1. Os autores devem indicar a natureza do seu texto: artigos, resenhas, notas de investigação e ensaios bibliográficos.
2. Os textos devem incluir as respectivas autorias, indicando os seguintes aspetos: nome do autor; filiação institucional (departamento, faculdade e universidade/instituto a que pertence, bem como a cidade e o país onde se localiza a instituição); correio eletrónico; contacto telefónico; endereço de correspondência (preferencialmente endereço institucional; no caso dos artigos em coautoria, deve existir apenas um autor de correspondência).
3. Os textos devem ser redigidos em páginas A4 com margem normal, a espaço e meio, tipo de letra *Times New Roman* e corpo de letra 12, em formato *Word for Windows* ou compatível. As notas de rodapé devem ser redigidas com corpo de letra 10 e espaçamento de 1,15. O mesmo espaçamento deve ser utilizado nos quadros, os quais devem ser redigidos com corpo de letra 11.
4. O limite máximo de dimensão dos artigos é de 50.000 caracteres, incluindo resumos, palavras-chave, espaços, notas de rodapé, referências bibliográficas, quadros, gráficos, figuras e fotografias. As resenhas não devem ultrapassar os 8.000 caracteres, incluindo espaços; as notas de investigação e ensaios bibliográficos, os 20.000 caracteres, incluindo espaços.
5. O título completo do texto deve ser apresentado em português, francês, espanhol e inglês. O artigo deve ser acompanhado por um resumo de 600 caracteres (máximo), redigido em cada uma destas línguas, bem como por 3 palavras-chave.
6. Os quadros, gráficos, figuras e fotografias devem ser em número reduzido, identificados com numeração contínua e acompanhados dos respetivos títulos e fontes e apresentados a preto e branco ou em tons de cinzento. Estes elementos não podem ter uma largura superior à do corpo do texto. O Conselho de Redação reserva-se o direito de não aceitar elementos não textuais cuja realização implique excessivas dificuldades gráficas ou um aumento dos custos financeiros.

7. Os textos terão de indicar claramente as fontes e referências, de natureza diversa, respeitante aos elementos não originais. Se existirem direitos de propriedade intelectual, os autores terão de solicitar as correspondentes autorizações. A *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* não se responsabiliza pelo incumprimento dos direitos de propriedade intelectual.
8. As referências bibliográficas e citações serão incluídas no corpo do texto, de acordo com a seguinte apresentação: Lima, 2005; Lima (2005); Lima (2005: 35); Lima *et al.* (2004).
9. Nas notas de rodapé devem utilizar-se apenas números. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do texto.
10. Nos artigos, sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, com numeração árabe.
11. As citações devem ser apresentadas em português, nos casos em que o texto original esteja nesta língua, e entre aspas. Os vocábulos noutras línguas, que não a portuguesa, devem ser formatados em itálico.
12. Apenas as referências citadas ou mencionadas ao longo do texto deverão ser incluídas na bibliografia final. As referências bibliográficas devem obedecer às seguintes orientações:
- a) Livro com um autor: LUHMANN, Niklas (1990), *Essays on self-reference*, New York, Columbia University Press.
 - b) Livro com mais de um autor: BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (2004), *A construção social da realidade: um livro sobre sociologia do conhecimento*, Lisboa, Dinalivro.
 - c) Livro com mais de quatro autores: ALMEIDA, João Ferreira *et al.* (1992), *Exclusão social: Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
 - d) Capítulo em livro: GOFFMAN, Erving (1999), “A ordem da interação”, in Yves Winkin (org.), *Os momentos e seus homens*, Lisboa, Relógio d’Água, pp. 99-107.
 - e) Artigo em publicação periódica: FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66.
 - f) Artigo em publicação periódica *online*: FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3031.pdf>>.

g) Publicações online: PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2011), *Programa do XIX Governo Constitucional português*, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf>.

h) Comunicações em eventos científicos: QUINTÃO, Carlota (2004), “Terceiro Sector – elementos para referência teórica e conceptual”, in *V Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Braga, Universidade do Minho, 12-15 Maio 2004.

i) Teses: CARVALHO, Paula (2006), *Percursos da construção em Lisboa. Do Cine-Teatro Monumental ao Edifício Monumental: Estudo de caso*, Tese de Licenciatura em Sociologia, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

j) Legislação: Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*.

13. As referências bibliográficas devem ser colocadas no fim do texto e ordenadas alfabeticamente pelo apelido do autor. Caso exista mais do que uma referência com a mesma autoria, estas devem ser ordenadas da mais antiga para a mais recente.

14. Os textos devem obedecer ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2009. Não obstante, as citações de textos anteriores ao acordo devem respeitar a ortografia original.

15. Os originais devem ser enviados por correio eletrónico para:
revistasociologia@letras.up.pt